



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

FELIPE BARRADAS CORREIA CASTRO BASTOS

POLÍTICAS DE LÍNGUA E MOVIMENTOS NACIONALISTAS: CAMPOS
DE INTERAÇÃO HISTÓRICA ENTRE TANZÂNIA E MOÇAMBIQUE
(1961 – 1969)

CAMPINAS
2018



FELIPE BARRADAS CORREIA CASTRO BASTOS

POLÍTICAS DE LÍNGUA E MOVIMENTOS NACIONALISTAS: CAMPOS
DE INTERAÇÃO HISTÓRICA ENTRE TANZÂNIA E MOÇAMBIQUE
(1961 – 1969)

*Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia
e Ciências Humanas da Universidade Estadual
de Campinas como parte dos requisitos exigidos
para a obtenção do título de Mestre em História,
na Área de História Social*

Supervisor/Orientador: Omar Ribeiro Thomaz

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA
DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO ALUNO FELIPE
BARRADAS CORREIA CASTRO BASTOS, E
ORIENTADA PELO PROF. DR. OMAR RIBEIRO THOMAZ

CAMPINAS
2018

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): FAPESP, 2016/22864-5; RAC

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB
8/3387

B297p Bastos, Felipe Barradas Correia Castro, 1994-
Políticas de língua e movimentos nacionalistas : zonas de interação
histórica entre Tanzânia e Moçambique (1961-1969) / Felipe Barradas
Correia Castro Bastos. – Campinas, SP : [s.n.], 2018.

Orientador: Omar Ribeiro Thomaz.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo). 2.
Descolonização. 3. Linguagem - Política governamental - África. 4.
Língua suaíli. 5. Tanzânia - História. I. Thomaz, Omar Ribeiro, 1965-. II.
Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Language policies and nationalist movements : zones of historical
interaction between Tanzania and Mozambique (1961-1969)

Palavras-chave em inglês:

Mozambique Liberation Front
(Frelimo) Decolonization
Languages - Government policy - Africa
Swahili language
Tanzanian - History

Área de concentração: História Social

Titulação: Mestre em História

Banca examinadora:

Omar Ribeiro Thomaz
[Orientador] José Luís de
Oliveira Cabaço Raquel
Gryszczenko Alves Gomes
Héctor Rolando Guerra
Hernández

Data de defesa: 23-02-2018

Programa de Pós-Graduação: História



A Comissão Examinadora composta pelos membros descritos abaixo reuniu-se em sessão pública na data de 23 de fevereiro de 2018, no Auditório Fausto Castilho do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, e deliberou pela aprovação da dissertação de Felipe Barradas Correia Castro Bastos.

Prof. Dr. Omar Ribeiro Thomaz

Prof. Dr. José Luís de Oliveira Cabaço

Profa. Dra. Raquel Gryszczenko Alves Gomes

Prof. Dr. Héctor Rolando Guerra Hernández

A Ata da Defesa assinada pelos membros da Comissão Examinadora consta no processo de vida acadêmica do aluno.

AGRADECIMENTOS

Mtu ni watu é um provérbio em suaíli cuja tradução literal significa “uma pessoa é/são pessoas”. Dentre os principais significados deste adágio jaz o preceito de que ninguém se basta sozinho e, logo, que todas as realizações pessoais acontecem no âmbito coletivo. Este trabalho não é exceção.

De meus pais Luiz e Carmen sou tributário não apenas da dádiva da vida, mas de todo o amparo que sempre dispuseram infalivelmente ao longo de minha história de vida. A Rafael devo o divertido conforto oriundo de uma irmandade tanto consanguínea como espiritual, atualmente carregada pelo sopro da brisa minuana. E nenhuma combinação terrena de palavras pode expressar a devida gratidão e o carinho à amada Natália, fonte inesgotável de inspiração, apoio e amor. Tudo o que sou é devido a vocês.

Do âmbito profissional e acadêmico multiplicam-se as contribuições que tornaram essa pesquisa não somente exequível, mas prazerosa. A Omar sou grato por compartilhar comigo, sem ressalvas, todas as suas inquietações aguçadas e observações perspicazes sobre Moçambique, a África e o mundo; saúdo também professores, secretários e servidores técnico-administrativos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, cujo zelo na execução de suas tarefas contribuiu de maneira inestimável à produtividade e ao aproveitamento de minhas estadias em Campinas; agradeço aos comentários atenciosos e conselhos valiosos de José Luís Cabaço, Raquel Gryszczenko, Hector Guerra, Lorenzo Macagno, Edward Alpers, Yussuf Adam, Bill Minter e Michael Panzer sobre os mais diversos aspectos da pesquisa e sou grato a Marta Jardim pela disponibilidade em compartilhar gentilmente seus conhecimentos sobre a língua suaíli. Reconheço a vital importância da bolsa de mestrado outorgada para a realização desta pesquisa pelo processo nº 2016/22864-5, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), no âmbito do convênio FAPESP/CAPES.

Numerosas pessoas e instituições no exterior também tiveram um papel fundamental na execução deste trabalho. Sou muito grato ao Rockefeller Archive Center por viabilizar financeiramente minha ida aos Estados Unidos e por me proporcionar condições ímpares de trabalho em seus acervos. Em Moçambique pude contar com o louvável apoio da família Casimiro Trindade e sou particularmente grato à receptividade de Joel das Neves Tembe e Jorge Jaroice no Arquivo Histórico de Moçambique e na Biblioteca Nacional em Maputo, respectivamente. E o trabalho de campo conduzido na Tanzânia seria simplesmente inconcebível sem o acolhimento proporcionado por colegas historiadores da Universidade de

Dar es Salaam como Halfan Hashim Magani e Oswald Masebo. Dedico-lhes as seguintes palavras: *nimeshukuru sana kwa kusaidia wako. Ningependa kushukuru pia wa maprofesa Saddock, Juma, Zotto, Salvatori na Kaijage kwa mazungumzo kuhusu utafiti wangu.*

Agradeço com carinho às amigas Catarina e Julia por cultivarem comigo uma verdadeira amizade e por sua divertidíssima companhia enquanto compartilhávamos mucapata, xima e feijão nhemba, ou as menos elaboradas – mas não menos apreciáveis – refeições no bandeco. Foi também um prazer poder contar com amigos como Laila, Guido, Alexandre, Sebastião, Lívia, Thamires, Lucas, Jonas, Willian e Bruno nos breves, mas memoráveis momentos que passamos juntos em Barão Geraldo. Fui muito feliz, também, em ter amigos de mais longa data como Mateus, Javan, Gabriel, Murilo e Marcos que nunca deixaram de se fazer presentes em minha vida no período em que estive empenhado neste trabalho.

Há, enfim, tantas outras pessoas que compartilharam comigo momentos importantes destes últimos dois anos que seria fastidioso mencioná-las, e permanecerei fiel a todas aquelas que tornaram possível a chegada do próprio momento de dedicar-lhes essas linhas. Muito obrigado!

RESUMO

Diferentes organizações políticas de refugiados moçambicanos na África oriental se uniram em 1962 sob a liderança de Eduardo Mondlane para formar a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) no Tanganyika, atual Tanzânia, dando início dois anos mais tarde à guerra de libertação nacional. A problemática desta pesquisa questiona um lugar-comum na historiografia referente aos primórdios da luta de libertação de Moçambique: houve unanimidade sobre a escolha da língua portuguesa como língua oficial da FRELIMO? Dado que a língua portuguesa não era difundida entre os membros que a fundaram em Dar es Salaam, nem tampouco entre a maioria dos emigrados moçambicanos politicamente mobilizados no Tanganyika, busca-se avaliar historicamente como se deu a decisão de promover a língua portuguesa como elemento de integração sociopolítica do movimento e da construção da nação moçambicana. Para tanto, são abertos três eixos analíticos principais dedicados ao estudo de campos de interação histórica em que são formuladas políticas de língua (FABIAN, 1986). O primeiro é dedicado à definição da problemática “questão linguística”, isto é, a percepção historicamente constituída acerca dos problemas decorrentes do estabelecimento de entidades políticas (de caráter colonial ou não) sobre populações multilíngues. O segundo trata de reconstruir, por meio do levantamento do contexto histórico tanzaniano e do fenômeno do assimilacionismo português, a situação linguística (TUMBO, 1976) e colonial presentes no processo no qual se insere a formação dos nacionalismos moçambicanos, incluindo uma análise da mobilização multilíngue realizada nos comitês de base da FRELIMO no interior do Tanganyika. O terceiro condensa a averiguação de projetos educacionais empreendidos pela FRELIMO para a promoção da língua portuguesa durante a década de 1960, principalmente o Instituto Moçambicano em Dar es Salaam, e seu fechamento em decorrência de conflitos ocorridos no seio do movimento de libertação, nos quais se reivindicou o ensino em língua inglesa. Os objetivos propostos articulam-se no sentido de compreender como os diferentes grupos que compuseram a FRELIMO concorreram e participaram no processo histórico no qual ocorreu a escolha da língua portuguesa. O contributo historiográfico almejado por este trabalho consiste na análise da formação de diferentes situações linguísticas como elemento necessário para entendimentos mais plurais e pormenorizados sobre fenômenos históricos pertinentes à descolonização do continente africano. Esta pesquisa busca afirmar, por fim, que negar ou ignorar a diversidade linguística inerente aos contextos em que se formaram frentes nacionalistas que se propuseram unificadas expõe análises históricas ao risco de produzir simplificações ou equívocos interpretativos.

Palavras-chave: Frente de Libertação de Moçambique; Descolonização; História da Tanzânia; Política de língua; Língua suaíli.

ABSTRACT

Different Mozambican political organizations in East Africa have merged together in 1962 under the leadership of Eduardo Mondlane to form the Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) in Tanganyika, engaging two years later a liberation war against Portuguese colonialism. The problem this research assesses lies upon a historiographical commonplace regarding the early years of Mozambican liberation struggle: was there unanimity over the choice of the Portuguese language as FRELIMO's official language? As Portuguese language was not shared among its founding members in Dar es Salaam nor amidst most Mozambican refugees politically mobilized in Tanganyika, we seek to historically assess how the choice was made to promote Portuguese as an element of sociopolitical integration and nation-building in the liberation movement. Therefore, three main analytical axes are devised to study the fields of historical interaction upon which language policies were formulated (FABIAN, 1986). The first is dedicated to formulate definitions of the "language question", a historically-conceived perception about problems originating from the establishment of hegemonic political entities (whether colonial or not) over a multilingual population. The second is intended to recompose, through the analysis of the Tanzanian historical context and the phenomenon of Portuguese assimilationist policies, the linguistic and colonial situation (TUMBO, 1976) that were present in the process in which the formation of Mozambican nationalisms occurred, including an analysis of the multilingual mobilization deployed by FRELIMO's base committees in Tanganyika's countryside. The third axis condensates an assessment of educational projects put forward by FRELIMO to promote instruction in Portuguese language during the 1960s in the Mozambique Institute in Dar es Salaam, and the closure of this institution as a result of internal conflicts that shook the liberation movement, occasion when English-language medium of instruction was required. The objectives are articulated to comprehend how the different groups that composed FRELIMO participated in the historical process in which the choice for Portuguese language was made. The historiographical output sought by this research consists in the analysis of different linguistic situations as a necessary element to deeper and more plural understandings of historical phenomena that pertained to the decolonization of Africa. Lastly, this research seeks to affirm that denying or ignoring the linguistic diversity inherent to the contexts in which nationalist fronts were formed exposes historical analysis to the risk of producing interpretative simplifications.

Keywords: Mozambique Liberation Front (FRELIMO); Decolonization; Tanzanian History; Language policy; Swahili language.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
I. A “QUESTÃO LINGUÍSTICA” EM PERSPECTIVA HISTÓRICA.....	25
1.1 Língua, nação e ordem: o surgimento da <i>questão linguística</i>	26
1.2 A sociolinguística a serviço do desenvolvimento: o caso da África oriental.....	58
1.3 <i>Endoglossia</i> versus <i>Exoglossia</i> : a língua como um problema pós-colonial	76
II. A “SITUAÇÃO LINGUÍSTICA” DOS NACIONALISMOS MOÇAMBICANOS NO EXÍLIO.....	104
2.1 A formação do <i>kiswahili</i> como língua franca na África oriental	107
2.2 A língua portuguesa e o assimilacionismo em Moçambique.....	127
2.3 “Mungu ibariki Mozambique!”: campos de interação histórica entre Tanzânia e Moçambique	149
III. A LÍNGUA DE UNIDADE NACIONAL.....	183
3.1 O Instituto Moçambicano e a promoção da língua portuguesa	189
3.2 O fim do Instituto Moçambicano: Mateus Gwenjere e a educação em língua inglesa	215
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	240
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	245

NOTA INTRODUTÓRIA

Este trabalho utiliza-se extensamente de bibliografia e fontes redigidas em línguas estrangeiras e recorreu à tradução livre das citações no corpo do texto para a língua portuguesa. Todas as citações traduzidas estão acompanhadas do trecho na língua original em notas de rodapé. Notas de rodapé também são utilizadas para fazer referência às fontes de arquivo consultadas e utilizadas na narrativa, diferentemente das referências bibliográficas, citadas segundo o modelo autor/data/página e trazidas integralmente na seção “Referências Bibliográficas” ao fim do texto. Por fim, este trabalho segue a recomendação do historiador britânico Colin Darch acerca de escrever a sigla FRELIMO em letras maiúsculas para o período anterior ao III Congresso ocorrido em Maputo em 1977, ocasião quando a Frente torna-se um partido e passa a ser grafada como “Frelimo”. Excetua-se as citações textuais, nas quais se mantém a grafia utilizada pelo(a) autor(a) citado(a).

INTRODUÇÃO

Uma confluência de fatores históricos levou o colonialismo português, efetivamente exercido no território que hoje corresponde a Moçambique desde finais do século XIX, a passar por mudanças significativas em meados do século XX. De maneira resumida, elencam-se as independências da quase totalidade da África de colonização britânica e francesa, consubstanciada à difusão de um pan-africanismo triunfalista pelo continente; o constrangimento militar e diplomático fruto da expulsão dos portugueses de seus enclaves de Goa, Diu e Damão pela União Indiana; e as crescentes denúncias e pressões diplomáticas anticoloniais exercidas por parte de setores da comunidade internacional – especialmente pelos países africanos recém-independentes – contra Portugal. Diante da complexidade dos processos históricos deste período e insatisfeita com a periodização política tradicional, parte da historiografia tem se referido ao período que se estende desde a Segunda Guerra Mundial até a consolidação de Estados africanos independentes por “tardo-colonialismo” (CASTELO et. al., 2012).

O tardo-colonialismo corresponde, no caso português, a um processo iniciado no início dos anos 1950 no qual é possível visualizar a aplicação de uma série de medidas reformistas em relação às suas colônias – denominadas a partir de 1951 (eufemisticamente) de “Províncias Ultramarinas de Portugal”. O Regime de Indigenato, instrumento jurídico que havia exercido um papel fundamental no alijamento político, cultural e socioeconômico da maioria dos habitantes de Moçambique desde 1930 foi formalmente abolido em 1961, pondo um fim na legalidade de práticas como o imposto de palhota e o conseqüente *chibalo* – o trabalho compulsório ao qual estavam submetidos os “indígenas” moçambicanos, bem como a vigência do estatuto legal de “assimilado”¹, então concedido aos africanos que eram reconhecidos pelo Estado colonial como passíveis de se tornarem usufrutuários da cidadania portuguesa. Esse processo implicou numa dinamização das relações sociais até então vigentes e “em renegociações identitárias que perduram até os dias atuais” (THOMAZ & NASCIMENTO, 2012, p. 317).

No entanto, as reformas salazaristas tais como a abolição do Regime de Indigenato, a concessão de maior autonomia administrativa às Províncias Ultramarinas e a tentativa de aproximação simbólica dos distintos territórios com o centro metropolitano não foram

¹ Para ser concedido pela administração colonial o estatuto de “assimilado”, o indivíduo africano requerente devia demonstrar o domínio escrito e falado da língua portuguesa, além de apresentar “hábitos culturais” que se assemelhassem àqueles atribuídos aos cidadãos portugueses (MONDLANE, 1975). Portanto, ser um “assimilado” implicava necessariamente no domínio da língua portuguesa.

capazes, justamente por seu caráter unilateral, de impedir a deflagração das lutas de libertação. Em 1961 rebentou em Angola a insurreição armada à dominação portuguesa e, em 1963, tem início a guerra de independência de Guiné-Bissau. Em Moçambique, a guerra contra o colonialismo português foi deflagrada em 25 de setembro de 1964 pela Frente de Libertação de Moçambique (doravante FRELIMO), organização política nacionalista fundada no Tanganyika² em 1962 a partir da junção de três organizações políticas heterogêneas radicadas em territórios vizinhos a Moçambique (CABAÇO, 2007, p. 392).

A FRELIMO foi formalmente composta pela *Mozambique African National Union* (MANU), aparentemente fundada em 1960 no Tanganyika por dirigentes de associações de trabalhadores macondes³ estabelecidos e sindicalizados em diversas organizações situadas no interior do Tanganyika, mas também no Quênia e em Zanzibar; pela *União Democrática de Moçambique* (UDENAMO), criada por emigrados moçambicanos na Rodésia do Sul; e de menor relevância⁴, a *União Africana de Moçambique Independente* (UNAMI), fundada por um diminuto grupo de trabalhadores moçambicanos no Malauí. Todas, portanto, foram criadas em territórios de língua oficial britânica e mobilizaram moçambicanos expatriados de variada procedência social e geográfica. No caso dos países da África oriental Britânica (Uganda, Quênia, Tanganyika e Zanzibar) a língua suaíli predominava como meio de comunicação ora como língua veicular, ora como língua materna.

É nesse panorama histórico em que se constitui o objeto de estudo da pesquisa. A gestação do movimento revolucionário moçambicano foi realizada com a fusão de movimentos distintos em uma Frente que se propôs unificada sob a liderança de Eduardo Chivambo Mondlane. Nascido de ascendência nobre em 1920 no seio de uma empobrecida linhagem Tsonga no sul de Moçambique (CRUZ e SILVA, 1999), Mondlane havia adquirido proeminência internacional em sua trajetória que o levou, a partir de sua expulsão da Universidade de Witswatersrand na África do Sul pelo regime de apartheid e sua ida como bolsista universitário aos EUA em 1951, a trabalhar como funcionário das Nações Unidas, ocasião em que conheceu o futuro presidente da Tanzânia Julius Nyerere – aliado que se

² Território de colonização britânica independente em 1961 que, após incorporar o arquipélago de Zanzibar em 1964, forma uma federação e passa a se chamar oficialmente República Unida da Tanzânia.

³ Os macondes são um grupo étnico que se concentram em Moçambique na província de Cabo Delgado, ao norte do país, na zona fronteira com a Tanzânia. Na Tanzânia, são chamados por *Wamakonde* (“povo maconde” ou “macondes”, no plural em suaíli) ou pela alcunha pejorativa de *Mawia* (plural *Wamawia*). Não é objetivo deste trabalho explorar dimensões identitárias entre os macondes de ambos os lados da fronteira.

⁴ A “menor” relevância é aferida pela historiografia diante da minúscula projeção política da UNAMI, descrita em memórias (VIEIRA, 2010) e por acadêmicos (LIESEGANG & TEMBE, 2005) como redutível a seu líder, Baltazar Chagonga, o qual inclusive parece ter cessado suas atividades políticas após ser derrotado por Mondlane na eleição para primeiro presidente da FRELIMO em setembro de 1962 (VIEIRA, op. cit. p. 216).

tornaria fundamental para a FRELIMO, fundada na Tanzânia a seu convite (ISHAMO, 2000, p. 86; SCHNEIDMAN, 1978, p. 58).

Para os propósitos de libertar e unificar os povos de Moçambique sob seu comando a FRELIMO teria estipulado, em determinado momento, que a língua portuguesa seria uma peça fundamental na construção de uma identidade nacional pós-colonial unificada. Seu projeto político ensejou a criação de instituições de ensino que levassem a cabo a formação de quadros para atuar na condução da luta revolucionária, como o Instituto Moçambicano, fundado em Dar es Salaam em agosto de 1963 pela esposa de Eduardo, Janet Rae Mondlane, e as escolas nas chamadas “Zonas Libertadas”, designação da própria FRELIMO para os espaços tomados do controle da administração portuguesa por meio da ação armada entre 1964 e 1974 (PANZER, 2009).

A historiografia tem constatado a origem social dos indivíduos que viriam a tomar as rédeas da FRELIMO no decorrer da década de 1960 como predominantemente composta por moçambicanos assimilados e de ascendência asiática, e averiguado como sua notável influência afetou a conformação do projeto político para a independência (CAHEN, 1990; LIESEGANG & TEMBE, 2005). Porém, tem-se abordado superficialmente o processo permeado por tensões e disputas ainda pouco compreendidas da formação da própria FRELIMO na Tanzânia, no qual a escolha da língua portuguesa ocorreu como parte de um panorama mais amplo de luta anticolonial e de formulações de uma identidade nacional moçambicana. O questionamento que serviu de base para a elaboração da problemática da pesquisa parte da premissa de que a constituição de uma frente nacionalista no interior de outro(s) país(es) tem implicações históricas demasiado importantes para serem negligenciadas. Nesse sentido, não pode ser visto como trivialidade o fato que a complexa integração de três movimentos notadamente heterogêneos entre si ocorreu num contexto perpassado por processos históricos próprios à vida política da África oriental em meados do século XX.

Esta premissa é aliada à constatação de que o multifacetado contexto em que ocorreu a formação da FRELIMO era notavelmente multilíngue. Se a mobilização de refugiados moçambicanos no Tanganyika e em outros países nas vizinhanças de Moçambique ocorreu por meio de línguas como a inglesa, suaíli e maconde, delimitou-se o pressuposto seguinte de que a escolha pela língua portuguesa não pode ter sido automática – isto é, um evento historicamente negligenciável – nos momentos embrionários da FRELIMO no Tanganyika. Dada a variedade de agentes históricos atuantes no processo de consolidação do nacionalismo moçambicano no Tanganyika e a conhecida composição de seu Comitê Central no decorrer da

década de 1960, foram buscados subsídios que permitissem a formulação de uma pesquisa voltada à investigação da escolha da língua portuguesa como língua de unidade nacional durante o período formativo da FRELIMO no exílio.

Como buscamos demonstrar, não foram encontradas em abundância evidências nem abordagens historiográficas sobre o uso de diferentes línguas durante a gestação da luta de libertação moçambicana no Tanganyika. Elaboraões explícitas sobre a política de língua da FRELIMO surgem na virada da década de 1960 a 1970 e com particular ênfase nos anos que se seguiram à independência do país em 1975. Um expoente dessa dinâmica pode ser elencado na ocasião do 1º Seminário Nacional sobre o Ensino da Língua Portuguesa ocorrido em Maputo em 1979. No preâmbulo das disposições produzidas pelo seminário, destinado a ponderar sobre o papel da língua portuguesa em Moçambique, declarou-se retrospectivamente que:

A decisão de se optar pela língua portuguesa, como língua oficial na R.P.M. [República Popular de Moçambique], foi uma decisão política meditada e ponderada visando atingir um objectivo, a preservação da unidade nacional e a integridade do território. A história da apropriação da língua portuguesa, como factor de unidade, nivelador das diferenças, veio desde a criação da Frelimo em 1962. A grande maioria dos homens que constituíam os três movimentos que fundindo-se criaram a Frelimo não dominavam nem utilizavam a língua portuguesa como meio de comunicação. Sendo aqueles movimentos constituídos por exilados políticos e econômicos, usavam na sua maioria o inglês e o suaíli, que tinham sido as línguas em que se formaram politicamente e profissionalmente. [...] Todos os responsáveis políticos e todos os militantes encentaram [sic] imediatamente um esforço no sentido de falar e exprimir-se em português, a começar pelo Presidente Mondlane, que na sua formação utilizara apenas o inglês⁵.

Esse depoimento é revelador de um aspecto largamente ignorado pela historiografia: a externalidade da língua portuguesa a muitos dos próprios fundadores da FRELIMO em 1962. Desse fato se constata que a escolha da língua portuguesa como língua oficial não era e nem poderia ter sido inicialmente óbvia na gestação do movimento nacionalista moçambicano. Se dentre os refugiados e exilados moçambicanos principalmente radicados no Tanganyika/Tanzânia, mas também no Quênia, Rodésia do Sul e no Malauí predominava o uso da língua inglesa e suaíli para a comunicação, devem ser averiguadas as motivações e consequências da escolha por uma língua na qual muitos deles não tinham fluência – e associada ao colonizador que propunham combater – em vez das línguas inglesa ou o suaíle, meios de comunicação difundidos na zona de atuação da FRELIMO durante a década de 1960.

⁵ “1º SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE A LÍNGUA PORTUGUESA”, TEMA I: O Papel da Língua Portuguesa em Moçambique, pp. 1- 2. República Popular de Moçambique, Ministério da Educação e Cultura. Maputo: Outubro de 1979. Biblioteca do CEA-UEM, nº 967.9, H10, Caixa H10-28.

Questionar o lugar-comum da necessidade de uma língua homogeneizante, de um lado, e do porquê dessa língua ser especificamente a portuguesa, de outro, pode auxiliar na elucidação dos conflitos ocorridos no interior das lideranças da FRELIMO durante sua formação e na condução da luta de libertação. Conforme declarou Eduardo Mondlane ao jornal tanzaniano *Mwafrika* [O Africano] em 23 de abril de 1963, muitos dos membros da MANU sequer “entendiam português”⁶. Sua participação no movimento de libertação paulatinamente comandado por pessoas provenientes de estratos sociais urbanos e falantes da língua portuguesa é merecedora de escrutínio, bem como devem ser examinadas as maneiras pelas quais a FRELIMO buscou contemporizar com a heterogeneidade linguística disseminada entre seus militantes.

Dessa forma, foi possível formular um conjunto de questões tangenciais à conformação histórica das diferentes situações linguísticas (TUMBO, 1976) presentes em Moçambique e no Tanganyika durante o século XX e como se deu a mobilização política de moçambicanos que transitavam por esses países no plano linguístico. Nomeadamente, quais fatores históricos podem ser relacionados à escolha da língua portuguesa no interior da FRELIMO? Como substanciar o evidente êxito de determinados setores em privilegiá-la e quais impactos essa escolha pode ter tido dentre aqueles não fluentes nela?

Antes de retomar essas perguntas e sequenciar a apresentação das inquietações que conduziram à realização desta pesquisa é imperativo afirmar que a objeção às interpretações homogeneizantes do passado “não é uma mera picuinha histórica” (BAUMAN & BRIGGS, 2003, p. 9)⁷. Pressupor obviedade e tomar por um dado acabado a escolha da língua portuguesa em vez de reconhecê-la como um fenômeno produzido no interior de contextos históricos específicos e heterogêneos é conducente a generalizações interpretativas que negam a diversidade do passado e, no limite, minam o protagonismo histórico de determinados agentes que estiveram envolvidos nesses contextos.

Assim, este trabalho se subscreve à extensa bibliografia produzida nos âmbitos intercomunicantes da sociolinguística e da história para embasar duas propostas principais: primeiro, de que não é possível ignorar as dimensões políticas da língua, cujos desdobramentos são exercidos historicamente e acompanham diversos processos tangenciais à organização política das sociedades humanas; e segundo, como afirmaram pesquisadores de questões pertinentes à história do nacionalismo moçambicano, “é um erro capital presumir

⁶ “Manu hawafahamu Kireno”. *Mwafrika*, 23/4/1963, disponível em http://www.mozambiquehistory.net/politics/frelimo/62-63/19630423_frelimo_yasimama.pdf. Acesso em 31 de agosto de 2016.

⁷ No original: “is not a mere historical quibble”.

evoluções lineares por assim se elidir a complexidade da história” (NASCIMENTO & ROCHA, 2013, p. 13).

Esses dois pressupostos basilares alicerçam uma perspectiva que toma um distanciamento crítico conducente à rejeição de apriorismos na história social que simplifiquem, ou ignorem, a diversidade linguística enquanto componente fundamental nas relações sociais. Nesse sentido, fazemos coro às conclusões extraídas por autores como Augusto Nascimento, Aurélio Rocha e Gregório Firmino, observadores do cenário histórico, político e também linguístico de Moçambique contemporâneo: “a questão da língua tem natural acuidade política” e “não obedece a uma interpretação linear” (ROCHA, 2013, p. 151).

Para desenvolver uma análise que pudesse fornecer respostas a essas indagações foi realizado o presente estudo do surgimento do movimento nacionalista moçambicano no Tanganyika em busca de informações (e possíveis divergências) a respeito da língua a ser promovida na luta pela independência. Um número de eixos investigativos foi inicialmente delimitado para conduzir a análise da hipótese principal de que a escolha da língua portuguesa teve importantes implicações políticas que não devem ser desconsideradas. O enquadramento teórico e a reconstrução histórica contextual que permitem situar o fenômeno estudado – a política de língua da FRELIMO – são detalhados respectivamente no primeiro e no segundo capítulo da dissertação, cabendo ao capítulo terceiro uma análise da promoção da língua portuguesa enquanto língua de unidade nacional.

O texto foi estruturado para contemplar temas relevantes à pesquisa partindo de âmbitos gerais e teóricos para o estudo de contextos históricos específicos. Nesse sentido, no primeiro capítulo é realizado o reconhecimento crítico de debates acadêmicos e teóricos existentes em torno da *language question/question linguistique* (aqui traduzida por “questão linguística”) tanto na África como alhures referente à delimitação de um problema, historicamente constituído e percebido como tal, decorrente do enquadramento de populações multilíngues sob de um único governo de natureza estatal, seja colonial ou independente. Os debates que surgem a partir da definição da questão linguística são particularmente contenciosos quando direcionados ao tema educação institucional em países africanos subsaarianos *pós-coloniais*⁸, e a questão da língua de instrução na qual se dá a escolarização –

⁸ O termo “pós-colonial” é empregado aqui com a exclusiva finalidade de demarcação cronológica sobre o período que sucede a independência política dos países africanos, sem se referir aos debates epistemológicos oriundos em grande medida das reflexões propostas pelos *postcolonial studies*. Para uma apreciação de questões teóricas relacionadas ao uso dos termos “pós-colonial” para o contexto analítico da África de colonização portuguesa, vide: CAHEN, Michel. Pontos Comuns e Heterogeneidades das Culturas Políticas nos PALOPS: Um

se a educação escolar deve ser conduzida em língua materna ou em segunda língua, e se esta deve ser africana (*endoglossia*) ou europeia (*exoglossia*)⁹ – é um tema sobre o qual há pouco consenso acadêmico.

No primeiro capítulo estes debates são situados em três âmbitos que são artificialmente separados para atender à expediência narrativa do texto. Primeiramente, aborda-se o âmbito histórico por meio de uma abordagem diacrônica dos próprios termos do debate: o papel da língua na constituição da nacionalidade e na conformação de Estados nacionais na Europa e coloniais na África, de um lado, e de outro a questão linguística nos países recém-independentes da década de 1960, tal como foi estudada no campo da então recém-fundada sociolinguística com particular enfoque sobre a África oriental. E então, o âmbito teórico acerca da referida “acuidade política” das línguas é abordado por meio da exposição de dois principais polos interpretativos: de um lado os que criticam a exoglossia oficial na África e de outro os que a saúdam como solução política para a integração nacional, bem como perspectivas nuançadas entre ambos os polos (MAZRUI & MAZRUI, 1998).

Após abordar os meandros teóricos e históricos que perpassam a concepção da *questão linguística*, passa-se no segundo capítulo à reconstituição do contexto histórico tanganhicano e moçambicano para circunstanciar com maior clareza a *situação linguística* sobre a qual foram fundados os movimentos nacionalistas moçambicanos no exílio na década de 1960 – dos quais a FRELIMO foi o mais bem-sucedido, mas não o único. Para atender a este objetivo considera-se o seguinte conjunto de aspectos no recorte geográfico correspondente ao território da atual República Unida da Tanzânia¹⁰ e Moçambique: a formação histórica da língua suaíli¹¹ enquanto língua franca para a África oriental desde meados do século XIX; sua promoção como língua de unidade nacional no país durante a década de 1960; a migração de populações de Cabo Delgado¹² para os territórios britânicos ao norte, responsável por criar núcleos de emigrados moçambicanos no Tanganyika durante a primeira metade do século XX, a partir dos quais foram organizados movimentos de caráter nacionalista anteriores à

ponto de vista “pós-póscolonial”. In: *História: Questões & Debates*, Curitiba, volume 62, n. 1, p. 19-47, jan./jun. 2015. Editora UFPR.

⁹ Designação oriunda da tradução dos termos *endoglossic* e *exoglossic language policies* tal como empregados nas obras levantadas.

¹⁰ Portanto, inclui-se o arquipélago de Zanzibar para além do território do Tanganyika sob a tutela (*trusteeship*) do Reino Unido.

¹¹ Não há padronização na língua portuguesa para designar a língua *Kiswahili*, já tendo sido empregadas as formas *suaíli*, *suaíle* ou ainda *suaíli* (PRATA, 1983). Nos termos deste trabalho optou-se por designá-la de maneira intercambiável por duas formas: “língua suaíli” ou “Kiswahili”. Considera-se importante prezar pela precisão no emprego destas duas formas para delimitar o significado em relação à língua e não às comunidades étnicas suaílis (*Waswahili*) da costa oriental do continente africano (ROY, 2013, p. 68).

¹² Uma das duas províncias do extremo norte de Moçambique. Possui fronteiras com a Província do Niassa a oeste, com o Tanganyika ao norte, com o Oceano Índico a leste, e a Província de Nampula ao sul.

criação da FRELIMO cuja mobilização ocorria predominantemente em língua suaíli; e o fenômeno do assimilacionismo português, processo que conduziu à formação de elites moçambicanas subalternas no enquadramento de Moçambique colonial. Argumenta-se que todos esses processos, ainda que aparentemente distintos e até certa medida relacionados a contingências históricas específicas, confluíram diacronicamente e resultaram em uma situação linguística complexa no Tanganyika de 1962 que não pode ser ignorada em estudos sobre a formação da FRELIMO.

Os dois primeiros capítulos fundamentam teórica e contextualmente a análise que segue no capítulo terceiro: a *política de língua* da FRELIMO durante a década de 1960. Para tanto, recorre-se, nos capítulos segundo e terceiro, à análise de fontes correspondentes (1) à mobilização entre os membros dos comitês de base da MANU no interior do Tanganyika, ocorrida em língua suaíli e inglesa, que foram oficialmente incorporados à estrutura organizacional da FRELIMO após a unificação ocorrida a junho de 1962; e (2) à criação da primeira instituição educacional da FRELIMO em Dar es Salaam, o Instituto Moçambicano, que preconizou o emprego e difusão da língua portuguesa mesmo antes de sua fundação ocorrer em agosto de 1963. De maneira mais específica, o segundo foi formulado pelo casal Mondlane e implementado principalmente por meio da participação de moçambicanos brancos¹³, assimilados¹⁴, ou de origem asiática¹⁵ que compartilhavam o domínio da língua portuguesa; e o primeiro diz respeito à atividade política realizada por moçambicanos de procedência rural, predominantemente macondes e que, excetuados poucos casos¹⁶, não falavam nem compreendiam a língua portuguesa. Apesar das notáveis dissemelhanças entre esses grupos, dentre as quais a língua é um aspecto não prontamente dissociável de vários outros, ambos estavam inseridos num movimento nacionalista pela força de circunstâncias políticas e históricas averiguáveis. O estudo, portanto, busca explicar as vias pelas quais se buscou a integração e mobilização conjunta destes dois grupos no âmbito linguístico, em que pese à opção pela língua portuguesa como língua de unidade nacional.

Toda análise científica pressupõe um método que organize o levantamento de evidências documentais e norteie a exposição dos dados. O amparo metodológico desta pesquisa encontra respaldo na obra de Johannes Fabian (1986) sobre as políticas de língua

¹³ Fernando Ganhão, Jacinto Veloso e Helder Martins são três notáveis exemplos, os dois primeiros professores e este médico no Instituto Moçambicano.

¹⁴ Como Armando Guebuza e Joaquim Chissano, este professor no Instituto Moçambicano e aquele responsável pelo setor educacional junto ao Comitê Central da FRELIMO.

¹⁵ Sérgio Vieira, cujas memórias são de grande relevância para o estudo dos conflitos que acarretam no fechamento do Instituto em 1968.

¹⁶ Como Alberto Joaquim Chipande, militante e guerrilheiro que alçou comandos de alta patente durante a guerra de libertação.

concebidas pelos belgas na ocasião da colonização do Congo e como tais levaram à seleção e promoção da língua suaíli como língua franca no sudeste da colônia, na província do Katanga. A contribuição de Fabian a esse estudo é pormenorizada no primeiro capítulo. Por ora, se sublinha a aplicabilidade da solução metodológica por ele empregada em sua busca por informações sobre a diversidade linguística e o estabelecimento da ordem colonial no Katanga.

Em primeiro lugar, subscreve-se de sua defesa ao ecletismo de fontes históricas uma vez que a escassez de informações tangenciais ao problema decorrente da diversidade linguística dificulta ou mesmo impede o desenvolvimento de análises quantitativas. Em segundo lugar, seu método contempla a apreciação crítica das perspectivas ideológicas que conduziram à concepção do multilinguismo como um problema a ser solucionado por meio da promoção de uma língua comum, processo permeado por disputas e relações de poder não negligenciáveis do ponto de vista investigativo. E em terceiro lugar, remetemos à interpretação de outro estudioso belga acerca das contribuições de Fabian para o campo da sociolinguística e da história:

A análise de Fabian sobre a ‘apropriação colonial’ do suaíli nos mostra quão enganadora pode ser a premissa linguística de que a língua que é falada hoje deve ter sido a língua que sempre foi falada. Sua análise expõe [...] que esses padrões de comunicação sempre envolverão poder. Essas relações de poder podem ser estruturalmente assimétricas e dar ao uso linguístico a dimensão de controle ou coerção por qualificar formas específicas de uso linguístico como normativas ou ‘normais’ (BLOMMAERT, 2013, p. 9)¹⁷.

Esses aspectos delineados em conjunto a partir da abordagem metodológica de Fabian sustentam a exposição dos dados apresentados e norteiam sua interpretação enquanto indícios de fenômenos históricos multifacetados que permanecem pouco compreendidos pela historiografia.

Nesse sentido, articulou-se a busca e leitura de bibliografia e fontes históricas pertinentes para o tema por meio de uma triangulação da coleta de dados. A primeira etapa foi conduzida durante o ano de 2016 e recorreu a uma vasta gama de repositórios e fundos documentais disponíveis online, bem como bibliotecas brasileiras e digitais, que permitiram a delimitação precisa e circunstanciada do problema de pesquisa, tarefa instrumental para

¹⁷ No original: “Fabian’s analysis of the ‘colonial appropriation’ of Swahili shows how misleading the linguistic premise can be that a language that is now spoken should be a language that has always been spoken. It exposes [...] these patterns of communication will always involve power. These power relations may be structurally asymmetrical and give language usage a dimension of control and coercion by qualifying specific forms of language usage as normative or ‘normal’”.

assegurar o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo e para o planejamento da pesquisa que se almejava realizar em arquivos africanos.

A segunda etapa corresponde ao trabalho de campo realizado na Tanzânia e em Moçambique no período de 22 de março a 08 de junho de 2017, com ênfase em arquivos situados na cidade de Dar es Salaam e Maputo, em que se empreendeu uma busca por registros e fontes históricas heterogêneas bem como parte substancial da bibliografia utilizada para abordar as questões levantadas nos dois primeiros capítulos.

Uma terceira etapa, por fim, foi possível por meio do recebimento de um estipêndio de pesquisa oferecido pelo Rockefeller Archive Center para conduzir pesquisas nos arquivos da Ford Foundation em Nova Iorque no período de 19 a 23 de junho de 2017, cujas coleções documentais se revelaram de fundamental importância para compreender a gênese do Instituto Moçambicano, uma vez que a Ford Foundation foi responsável por disponibilizar ao casal Mondlane os fundos necessários para o estabelecimento do Instituto em 1963. Adicionalmente, o acesso à documentação da Fundação permitiu uma compreensão mais pormenorizada do *político no linguístico* no contexto da África oriental na década de 1960, como se depreende na narrativa contida no primeiro capítulo.

É possível distinguir dois momentos importantes para a formulação da abordagem metodológica da pesquisa. O primeiro diz respeito à formulação de eixos investigativos que norteassem o trabalho de arquivo a ser realizado em Dar es Salaam e Maputo *antes* da partida do Brasil em março de 2017. O segundo se anuncia após a maturação do andamento da pesquisa diante de determinadas dificuldades e imprevistos de diversos tipos, ainda que não necessariamente negativos, durante a execução do projeto.

Num primeiro momento, considerou-se fundamental situar a gênese do nacionalismo moçambicano *ex situ* sob a hospitalidade de Julius Nyerere, primeiro presidente do Tanganyika/Tanzânia, enérgico pan-africanista, fervoroso defensor da língua suaíle como instrumento de libertação da África oriental (TOPAN, 2008) e cujas relações com o processo revolucionário moçambicano foram pouco trabalhadas pela historiografia, com notórias exceções biográficas (MWAKIKAGILE, 2006). Michel Cahen, por sua vez, menciona pontualmente a influência direta da Tanzânia na junção dos três movimentos nacionalistas que culminaram na FRELIMO, afirmando que sua formação “se fez formalmente sobre uma pressão tanzaniana muito forte” (CAHEN, 1990, p. 329)¹⁸.

¹⁸ No original: “elle s'est formellement faite sous très forte pression tanzanienne”.

Esse aspecto foi tido inicialmente como um dos eixos investigativos da pesquisa. A investigação sobre possíveis ingerências por parte de membros do governo tanzaniano na FRELIMO, contudo, foi infrutífera durante os meses de pesquisa de arquivo em Dar es Salaam e não apresentou resultados palpáveis. Por motivos diversos pertinentes às notórias dificuldades de acesso, localização e consulta de documentos em arquivos tanzanianos, revelou-se inexecutável o levantamento e leitura de fontes governamentais tanzanianas que permitissem uma abordagem circunstanciada deste fenômeno, cuja existência é aferida apenas por vestígios ainda pouco explorados historiografia¹⁹. Ainda que a investigação desses aspectos pudesse contribuir significativamente tanto aos estudos moçambicanos como para uma história das relações internacionais da Tanzânia recém-independente, o fenômeno pertinente à pressão infligida pelo governo que hospedou a FRELIMO pode ser apenas marginalmente afirmado diante da escassez de evidências e, portanto, foi descartado do conjunto da análise.

É oportuno adiantar, também, que não foram encontradas evidências que permitissem atestar a (in)existência de um debate propriamente dito a respeito de qual língua deveria ser priorizada e/ou oficializada pela FRELIMO. Isto é, parece não ter havido discussões a nível deliberativo sobre a política de língua da FRELIMO, o que limita a aplicabilidade do termo “debate” como categoria de análise. De fato, as fontes consultadas a seguir apontam para uma decisão paulatinamente deliberada a partir do Comitê Central e sugerem que o protagonismo de líderes como Eduardo Mondlane foi fundamental para a escolha da língua portuguesa²⁰. Portanto, outras abordagens explicativas tiveram de ser formuladas, resultando na abordagem dos dois “polos” ou “zonas de interação” distintos indicados acima, nomeadamente o Instituto Moçambicano e os comitês de base MANU/FRELIMO.

¹⁹ Para além da já referida frase de Michel Cahen pode-se elencar como um exemplo o seguinte parágrafo escrito por Sérgio Vieira, um dos líderes expoentes do Comitê Central da FRELIMO: “Dentro da Tanzânia havia diferentes correntes de opinião. Uns sonhavam com a anexação de Cabo Delgado, pelo menos da faixa dominada pela etnia maconde. Outros, como o primeiro vice-presidente da República e Presidente de Zanzibar, Sheik Karume, condenavam a política da FRELIMO de não racismo e de a todos integrar nas suas fileiras. Há que reconhecer, porém, que pesava fundamentalmente a corrente dominante com Nyerere à cabeça, que apoiava a FRELIMO e que não pretendia um único milímetro quadrado de Moçambique” (VIEIRA, *op. cit.* p. 208). Duas notórias exceções à ignorância historiográfica acerca das interferências do governo tanzaniano sobre a condução da luta de libertação da FRELIMO podem ser encontradas na tese do historiador americano Michael Panzer (2013) e no artigo recente de George Roberts (2016).

²⁰ O único depoimento explícito sobre essa questão é o de Jacinto Veloso, moçambicano de origem portuguesa que fora professor no Instituto Moçambicano, ao afirmar que “[c]ontra a ideia que a língua oficial em Moçambique devia ser o inglês, foi Mondlane que defendeu que a língua da unidade nacional era a língua portuguesa, isto não obstante ser a forma de comunicação do colonizador” (VELOSO, 2011, p. 268). Indícios sobre as formulações de Mondlane no nível da organização linguística da FRELIMO são analisados no terceiro capítulo.

Outro fenômeno ao qual se atribuiu grande importância jazia em Lourenço Marques, capital de Moçambique colonial. No decorrer do colonialismo tardio português, o prestígio e o reconhecimento da FRELIMO como alternativa para a libertação passou a atrair a simpatia e o engajamento de muitos jovens estudantes da capital, falantes ativos da língua portuguesa e organizados numa associação estudantil chamada Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de Moçambique (NESAM), órgão que havia sido fundado pelo próprio Mondlane em 1949. Alguns desses estudantes se deslocam a Dar es Salaam para participar do processo de libertação de Moçambique. A predileção por parte do Comitê Central da FRELIMO por membros escolarizados é particularmente significativa se considerarmos que no pináculo do establishment da FRELIMO no final da década de 1960 se encontravam figuras como Joaquim Chissano e Armando Guebuza, que embora não tenham participado da fundação da Frente em 1962, ascenderam na cadeia de comando do partido até tornarem-se presidentes de Moçambique independente em mandatos que, somados, adentram o século XXI (1986 – 2014).

Por fim, no primeiro momento da concepção metodológica da execução do projeto de pesquisa também foi dispensada atenção ao Instituto Moçambicano por ter sido a primeira instituição educacional da FRELIMO e, portanto, local privilegiado para o estudo de como se pôs em prática a política de língua do movimento em ambiente escolar.

A transição do primeiro momento para o segundo foi possível por meio da reflexão da malograda experiência de pesquisa no *Idara ya Kumbukumbu na Nyaraka za Taifa*²¹ em Dar es Salaam, informalmente conhecido por *Tanzania National Archives* [Arquivos Nacionais da Tanzânia], e pelos resultados positivos que excederam as expectativas do trabalho a ser realizado na biblioteca Wilbert Chagula da Universidade de Dar es Salaam; no Arquivo Histórico de Moçambique, em Maputo e no Rockefeller Archive Center em Tarrytown, Nova Iorque. Por ora, adianta-se que se as dificuldades incontornáveis enfrentadas nos arquivos nacionais da Tanzânia resultaram na impossibilidade de averiguar fontes históricas pertencentes ao governo tanzaniano sobre a FRELIMO, por outro lado essas limitações foram

²¹ Em tradução livre, “Departamento de Administração de Arquivos e Registros”, órgão vinculado ao gabinete presidencial da República Unida da Tanzânia que sedia os arquivos nacionais do país, situado no centro de Dar es Salaam. No decorrer do estágio de pesquisa em Dar es Salaam se descobriu que os fundos documentais dos movimentos de libertação africanos atuantes na Tanzânia estão atualmente inacessíveis por permanecerem sob a guarda das forças armadas do país e temporariamente localizados em Dodoma, capital administrativa da Tanzânia, aguardando a conclusão da construção de um museu e centro de documentação na antiga sede do Comitê de Libertação da Organização da União Africana [*OAU Liberation Committee*] no centro de Dar es Salaam. Até maio de 2017 os funcionários presentes naquele local, situado em Garden Avenue entre as ruas Ohio e Mirambo, não souberam informar uma data possível para conclusão das obras nem informar acerca das políticas de acesso à documentação.

contrapostas e superadas pelo sucesso na obtenção de autorização oficial para consultar os documentos da MANU em Maputo e pelo acesso aos documentos da Ford Foundation em Nova Iorque, ambos de fundamental importância para a pesquisa. Diante de tais vicissitudes, rearticularam-se os enfoques analíticos para priorizar a abordagem dos temas que levaram à referida disposição do texto em três capítulos.

Portanto, têm-se um estudo que parte da circulação de diversas pessoas, ideias e grupos que, embora pudessem concordar unanimemente quanto à necessidade de se aniquilar o colonialismo português, possuíam propostas e perspectivas divergentes ou mesmo antagônicas sobre como fazê-lo. Reitera-se novamente a pertinência da perspectiva crítica adotada por vários historiógrafos acerca da história da FRELIMO e do processo de criação de identidades nacionais e pós-coloniais em Moçambique. O contributo analítico propiciado por esta pesquisa jaz sobre os aspectos sociolinguísticos e históricos desse processo. Como formulou o linguista britânico David Laitin, “questões linguísticas nunca se assentaram bem nas abstratas discussões de construção nacional” (LAITIN, 1992, p. 8)²². Assim, remetemos às premissas de que o processo de escolha da língua portuguesa não se deu de maneira automática e nem isenta de conflitos que, por sua vez, devem ser analiticamente pormenorizados.

Em outras palavras, a leitura da documentação levantada permite abordar o fenômeno histórico do surgimento do nacionalismo moçambicano sem incorrer numa simplificação ou homogeneização dos membros dos partidos envolvidos. Naturalizar a escolha pela língua portuguesa ou desconsiderar a existência própria das diferenças linguísticas que faziam necessária tal escolha é, ao fim e ao cabo, ignorar tacitamente parte da complexidade do contexto histórico sobre o qual se formou a FRELIMO. Documentar e explicitar a diversidade linguística e as medidas tomadas para torná-la *governável* pela direção de uma frente revolucionária é um dos principais objetivos desta pesquisa.

A linha investigativa principal tomou como oriente as dimensões sociopolíticas inextricáveis do papel das línguas na formação de movimentos nacionalistas em regiões de notável diversidade linguística como a África oriental. Em resumo, empreendeu-se uma análise dos campos de interação em que se relacionaram diversas pessoas e grupos políticos engajados na luta contra o colonialismo em geral, e o colonialismo português em específico, concentrados entre Moçambique e a Tanzânia. Uma zona de confluência atravessada por relações de poder na qual vários grupos compostos seja por estudantes, trabalhadores

²² No original: “Language issues never sat well in these abstract discussions of nation building”.

refugiados, ou políticos exilados provenientes de terras moçambicanas negociaram posições e ações num período marcado pela penumbra entre a viva experiência da opressão colonial e as esperanças de liberdade. No conjunto do processo histórico posto em movimento nesse campo de interações foi tomada a decisão pela exclusividade da língua portuguesa na formação da identidade nacional a ser promovida pela e durante a luta de libertação, escolha carregada de significados sociopolíticos que devem ser problematizados historicamente.

Por fim, é presentemente necessário afirmar duas ressalvas. Em primeiro lugar, este trabalho não está interessado em interrogar nem ponderar se a opção pela língua portuguesa no decurso da formação da FRELIMO no Tanganyika foi “correta” ou não. Não são estipulados aqui quaisquer critérios que permitam uma avaliação qualitativa ou moral acerca do primado da língua portuguesa na história social e política de Moçambique contemporâneo. Nosso interesse investigativo está circunscrito à demonstração da existência do fenômeno da diversidade linguística, na interpretação de seus principais delineamentos e compreender seus desdobramentos na gênese do nacionalismo moçambicano.

Em segundo lugar, não entendemos “língua” como uma pura manifestação de valores culturais apriorísticos nem como um instrumento comunicativo polivalente e neutro por definição. As lições da sociolinguística às quais este trabalho se subscreve nos permite ver as línguas humanas enquanto um objeto intrinsecamente histórico e que, conseqüentemente, fenômenos tangenciais à diversidade linguística carregam sempre uma dimensão histórica (BLOMMAERT, 2013, p. 3). Da mesma forma que as línguas cumprem certos papéis em determinadas circunstâncias e contextos históricos, é potencialmente problemático concebê-las por binarismos do gênero que opõem “línguas europeias”, ou *exoglossia*, a línguas africanas (*endoglossia*), sem considerar os graus de variação geracional, educacional e profissional que afetam o uso cotidiano das línguas. Abstivemo-nos de empregar esses parâmetros analíticos e comparativos para nos dedicarmos ao enfoque sobre as dimensões históricas da diversidade linguística no período e contexto formativo da FRELIMO durante a década de 1960.

I. A “QUESTÃO LINGUÍSTICA” EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

Este capítulo busca abordar como se delimitou e concebeu um conjunto de problemas tangentes à organização e governação da diversidade linguística que é inerente às populações enquadradas na formação de governos estatais, seja de natureza colonial ou metropolitana²³. A este conjunto de problemas se convencionou historicamente chamar de “questão linguística”. Contrariamente a algumas definições já propostas, a questão linguística não se reduz ao “debate entre vários observadores da cena africana” (FIRMINO, 1995, p. 2)²⁴. Ela também abrangeu vários países asiáticos, americanos e europeus, incluindo o Brasil²⁵ desde meados do século XX, para além de ter sido motivo de inúmeros debates na Europa moderna (OSTROWER, 1965).

Para proceder à exploração desses temas a narrativa é organizada de maneira a expor a formação de ideias e teorias que conduziram à concepção histórica da questão linguística. Parte-se das primeiras formulações filosóficas modernas sobre o tema da diversidade linguística e suas implicações no âmbito da política por meio de alguns escritos de Johann Gottfried Herder. Na sequência, abordamos a delimitação da questão linguística enquanto um problema de estado segundo a perspectiva proposta por Alexander Ostrower e, então, sua “exportação” ao continente africano pela colonização europeia na virada do século XIX ao XX conforme o estudo realizado por Johannes Fabian (1986).

Num segundo momento nosso enfoque se volta para as décadas 1960 e 1970, período que corresponde mais proximamente ao recorte cronológico da pesquisa, para compreender como a questão linguística foi concebida e articulada para o período imediatamente posterior à independência de diversos países da África oriental. Por meio das fontes sob a guarda da Fundação Ford nos EUA é possível perceber a existência de uma ampla rede de sociolinguistas, administradores de organizações atuantes em países como Tanzânia, Quênia, Zâmbia, Uganda e Etiópia e os governantes desses países neste período que, por meio do financiamento proporcionado por entidades filantrópicas e educacionais americanas como a Fundação Ford, embarcaram na tarefa de solucionar a “questão linguística” de seus países

²³ Compartilha-se aqui do entendimento proposto autores como Aníbal Quijano (1992) e Enrique Dussel (2005) de que os fenômenos da colonização europeia dos continentes americano, africano e asiático no decorrer dos séculos XVI ao XX são indissociáveis do processo histórico que conduziu à formação das simbologias e concretudes pertinentes aos “Estados-Nação”, num âmbito específico, e da “Modernidade”, num âmbito mais lato. Diante dessa concepção, é preferível designar os “Estados nacionais” europeus enquanto “Estados metropolitanos” para fazer jus à centralidade do fenômeno da colonização e seu carácter global, ambos irredutíveis à história europeia.

²⁴ No original: “the debate among various observers of the African scene”.

²⁵ The Ford Foundation’s Overseas Activities in Language Fields – Meetings and Discussions Papers, 1971, p. 7. In: Ford Foundation records/Catalogued Reports/Reports 1-3254/119/002727/FA739A.

como precondição ao seu “desenvolvimento” nacional. Os debates contidos nos documentos propiciam uma entrada para aprimorar a abordagem que discerne o *político no linguístico* e, portanto, alicerçar a tarefa de situar historicamente a problemática que norteia a pesquisa.

Num terceiro momento se avança aos debates atualmente consolidados – e dificilmente solucionáveis num futuro próximo – sobre a questão linguística em contextos africanos, particularmente nos temas da educação escolar e a predominância de línguas europeias, isto é, a permanência de políticas de língua *eurófonas* (APPIAH, 1997, p. 21) na África subsaariana. Para tanto, são trazidos autores cujas reflexões circulam entre o campo da sociolinguística (FIRMINO, *op. cit.*; NGUNGA, 2011), filosofia e da crítica literária (NGUGI, *op. cit.*; 2006) para debater questões relacionadas ao papel sociopolítico e ideológico da língua no continente africano pós-colonial.

A intenção por trás desse levantamento teórico é demonstrar a necessidade de se considerar criticamente a língua – seja ela portuguesa, suaíli, maconde ou inglesa – como um elemento multifacetado não apenas de vinculação identitária, mas principalmente como meio de acesso a poder e influência em contextos simultaneamente diversos e desiguais. Portanto, argumenta-se que ignorá-la ou reduzi-la a um mero ato comunicativo de caráter instrumental, desconsiderando assim suas dimensões sociopolíticas (*a questão linguística*) e históricas (*a situação linguística*) pode conduzir a interpretações inconsistentes de determinados processos históricos.

1.1 Língua, nação e ordem: o surgimento da *questão linguística*

O ato de refletir sobre como a diversidade linguística afeta as relações humanas em seus múltiplos níveis interpessoais, sociais, governamentais e internacionais não é um fenômeno recente. A existência de diferentes línguas mereceu a atenção de numerosos observadores em várias épocas e com muitas finalidades distintas. Em certos casos a diversidade foi elencada como símbolo de poder, tal como indicam os epítetos atribuídos aos reis Dário I e Xerxes I da Pérsia Aquemênida²⁶; em outros, foi designada como fruto da

²⁶ Algumas epígrafes em monumentos aquemênidas continham frases como: “Eu sou Dário, o Rei, Rei dos Reis, [...] *Rei das Terras de Todas as Línguas*”. Uma designação similar foi empregada por seu filho Xerxes em Persépolis: “Eu sou Xerxes, o Grande Rei, Rei dos Reis, *Rei de todas as formas de língua*, Rei desta grande e vasta terra, filho do Rei Dário, o Aquemênida”. Essas citações foram extraídas de OSTROWER, 1965, p. 589, dos respectivos originais em língua inglesa: “I am Darius, the King, King of Kings ..., *King of Lands of Every Tongue ...*” e “I am Xerxes, the Great King, King of Kings, *King of all manner of tongues*, King of this great and vast earth, the son of King Darius, the Achaemenian”.

maldição divina para punir a irreverência humana na célebre Babel do Velho Testamento²⁷; ou ainda serviu para embasar escárnios com finalidade política, como na anedótica querela²⁸ medieval que opôs o bispo lombardo Liutprando de Cremona e o *basileu* bizantino Nicéforo Focas em Constantinopla no século X, para citar alguns exemplos.

O aspecto mais importante da diversidade linguística para os propósitos deste trabalho está em como ela foi interpretada enquanto um fator divisório nas sociedades humanas, isto é, como base para a (auto)identificação por contraste, como sugeriu o sociolinguista Joshua Fishman na década de 1960²⁹, e é forçoso reconhecer que esta também não é uma prática hodierna. “Dize, pois, xibolete” – teriam perguntado os gileaditas aos fugitivos efraimitas nos arredores do rio Jordão³⁰.

No entanto, reflexões pormenorizadas sobre a língua enquanto elemento identitário imbricado na formação de identidades políticas de caráter *nacional* são eventos sabidamente modernos. Um dos primeiros pensadores a teorizar extensivamente sobre a linguagem humana e sua manifestação em diferentes línguas e culturas foi o filósofo prussiano Johann Gottfried Herder (1744 – 1803). Reconhecido entre historiadores como um filósofo da história, Herder também é tido como referência teórica importante para estudos linguísticos por ter rompido com modelos iluministas de conceber ideias e conceitos como separados e anteriores à linguagem, estabelecendo assim as bases da linguística moderna e da filosofia da linguagem ao defender que “o pensamento é essencialmente dependente de, e restrito em escopo pela língua – isto é, só é possível pensar se há uma língua, e só se pode pensar se se pode expressar linguisticamente” (FORSTER, 2002, p. xv)³¹.

²⁷ Segundo a estória contida nos capítulos 10 e 11 da Gênese, as gerações que teriam surgido de Noé após o dilúvio teriam se espalhado por terras “de uma mesma língua e uma mesma fala” (Gn. 11:1). O castigo divino para o aparente atrevimento dos homens em edificar uma torre que tocasse os céus foi dividi-los em línguas ininteligíveis de modo a impedi-los de realizar irrestritamente tudo que intentassem fazer (Gn. 11:6).

²⁸ A querela é decorrente da animosidade estabelecida entre Nicéforo Focas e Otto I, cuja coroação como imperador do Sacro Império Romano Germânico em Roma foi recebida por Constantinopla – que alegava ser a exclusiva herdeira do legado do Império Romano à época – como uma usurpação ultrajante. Numa malograda tentativa de aplacar o basileu bizantino Otto enviou Liutprando de Cremona como emissário a Bizâncio, que acabou por detratar Focas com o argumento “baseado na língua” (VRYONIS, 1967, p. 100) de que o título “Romano” era mais apropriado para designar os habitantes da Itália, falantes de línguas latinas, que os bizantinos de fala grega.

²⁹ Nationalism, language and language planning: University of Hawaii. In: Ford Foundation Records/Catalogued Reports/Reports 6262-9286/Box 298/Folder 70437/Reports 006642 (FA739C).

³⁰ “Xibolete” é oriundo do termo de origem hebraica convencionalmente transcrito em alfabeto latino como *shibboleth*. No Livro dos Juízes do Velho Testamento foi perpetuada a narrativa sobre a beligerância entre duas tribos semitas que, no curso dos conflitos, os sitiantes gileaditas identificavam fugitivos efraimitas ao coagi-los a pronunciarem uma palavra específica, *shibboleth*, pronunciada “cibolete” na língua efraimita em razão da ausência do uso do fonema consonantal representado no alfabeto fonético como [j]. O termo xibolete é hoje empregado para definir a existência de características distintivas baseadas em diferenças linguísticas.

³¹ No original, “Thought is essentially dependent on, and bounded in scope by, language – i.e. one can only think if one has a language, and one can only think what one can express linguistically”.

Estas noções podem parecer triviais ou superadas no século XXI, mas o salto interpretativo possibilitado pelas reflexões de autores como Herder é particularmente importante para situar os termos-chave nos debates que ocorrem no campo linguístico desde a virada dos oitocentos aos novecentos, adentrando vigorosamente na segunda metade do século XX após o colapso dos governos coloniais europeus. Não é um acaso que suas ideias tenham sido trazidas, por exemplo, nos debates do emergente ramo da sociolinguística na década de 1960, debates estes cautelosamente acompanhados e financiados por agentes históricos importantes para o estudo de políticas de língua na África Oriental como a Ford Foundation. Retornaremos a esse ponto mais adiante. Por ora, cabe apresentar resumidamente alguns dos paradigmas que estabeleceram a língua como elemento fundamental no equacionamento entre um governo político e a cultura/tradição de seus súditos de maneira a possibilitar um entendimento em diacronia da questão linguística.

À primeira vista, remontar à concepção setecentista da indissociabilidade entre “língua” e “nação” pode parecer um desvio oneroso para esta exposição, mas o motivo pelo qual se considera relevante referir a Herder é tomar um primeiro passo para contextualizar historicamente os termos de importantes debates sobre a língua posteriormente reconhecidos pela expressão “questão linguística”. O objetivo de trazer alguns de seus delineamentos principais é abordar a formação histórica de uma “ideologia da língua altamente desenvolvida” (BAUMAN & BRIGGS, 2002, p. 164)³² que teve efeitos políticos que em muito sobreviveram à morte de seu propositos inicial.

Evidentemente fugiria ao propósito deste trabalho adentrar nos pormenores do alambicado raciocínio proposto por Johann Herder ao longo das décadas de 1770 e 1800, bem como excede nossa dimensão analítica situá-lo no âmbito da produção intelectual iluminista alemã, francesa e britânica que lhe eram contemporâneas e com as quais Herder dialogava. Contudo, há alguns aspectos que merecem ser ressaltados devido à importância das ideias formuladas e representadas em algumas de suas obras postas em circulação a partir de finais do século XVIII, e argumenta-se que situar historicamente essas ideias auxilia significativamente a abordagem dos debates posteriores sobre língua e política ocorridos no decorrer dos séculos XIX ao XX. De fato, como demonstram Richard Bauman e Charles Briggs em seu estudo sobre as correlações históricas entre o surgimento moderno de ideologias da língua na Europa e a manutenção de desigualdades sociais, autores como Herder – mas também britânicos como John Locke e franceses como Jean-Jacques Rousseau –

³² No original: “a highly developed ideology of language”.

tiveram um papel central na tarefa de usar “a língua para construir e sustentar uma cisão temporal entre Outros pré-modernos, tanto internos como estrangeiros, e sujeitos modernos, legitimando assim a ascendência destes e as práticas que mantiveram a desigualdade social em seu lugar” (op. cit. p. 18)³³. Ao formularem uma série de pressupostos que deram origem ao que os autores chamam de “ficções fundacionais” [*foundational fictions*], filósofos modernos como Herder puseram em movimento ideias que permanecem profundamente atuais, dentre as quais a noção de que determinada identidade nacional corresponde *necessariamente* e em uníssono a uma identidade cultural e linguística. Em outras palavras, as linhas de raciocínio que tomaram forma em finais do século XVIII estabeleceram “a centralidade radical da língua para a identidade nacional de maneira especialmente enfática” (ibid. p. 169)³⁴, tal como ilustra a expressão utilizada e posta em voga por Herder: “um povo, uma pátria, uma língua” (HERDER *apud* BAUMAN & BRIGGS, p. 194).

Assim, elencam-se a seguir dois aspectos principais tratados de forma inovadora nos escritos de Herder. O primeiro é a hierarquização delineada em suas primeiras obras entre determinadas línguas e culturas. O segundo se refere à correlação traçada entre os domínios da língua, da cultura e da nacionalidade em seus trabalhos posteriores.

No que se refere ao primeiro aspecto, parte-se de sua primeira obra publicada a respeito de questões tangentes à diversidade linguística. Em 1769 o jovem Herder participou de um concurso lançado pela Academia de Ciências de Berlim que buscava selecionar um ensaio que melhor respondesse à seguinte pergunta: “Estão os homens, quando deixados às suas faculdades naturais, na posição de inventar a linguagem e por quais meios eles, por eles próprios, realizam essa invenção?” (GODE, 1966, p. 117)³⁵. Ao vencer o concurso, Herder teve publicada sua obra intitulada “Ensaio sobre a Origem da Linguagem” [*Abhandlung über den Ursprung der Sprache*] em 1772.

Dentre seus argumentos principais propostos no ensaio, Herder rechaça a suposta origem divina da linguagem, caracteriza-a como fator fundamental na distinção imaginada entre homens e animais e insere a multiplicidade das diferentes línguas como produto da necessidade humana de comunicação. O surgimento do pensamento abstrato, tido por ele como precondição para o exercício da razão, foi então interpretado como decorrência da expressão de sensações experimentadas pelos humanos em épocas primitivas.

³³ No original: “they used language to construct and sustain an epochal gap between premodern Others, both internal and foreign, and modern subjects, thereby legitimating the social and political ascendancy of the latter and the practices that held social inequality in place”.

³⁴ No original: “the radical centrality of language to national identity especially emphatically”

³⁵ No original: “Are men, left to their natural faculties, in a position to invent language, and by what means do they, by themselves, accomplish that invention?”

Uma vez que a abstração não ocorreria fora da linguagem, Herder explicou que não poderia haver uma oposição entre línguas “bestiais” incapazes de formular e exprimir pensamentos abstratos e línguas “humanas”. Em suas palavras, “[p]recisamente porque a razão humana não pode existir sem abstração e porque nenhuma abstração pode ser realizada sem a linguagem, decorre que, em todos os povos, a língua deve por necessidade conter abstrações (HERDER, 1966 [1772], p. 109)³⁶.

No entanto, a afirmação de uma origem comum que conferia faculdades de raciocínio abstrato a todas as diversas línguas e não implicaria num status de igualdade entre elas: Herder procede por escaloná-las baseando-se na suposta existência de diferentes níveis de cultura e progresso da razão. Esses diferentes níveis seriam responsáveis pela clivagem então percebida entre línguas sofisticadas, que corresponderiam a povos de “eras mais civilizadas” (ibid. p. 110) diante de línguas de povos “selvagens”, ainda que ambas estivessem contidas *a priori* numa mesma categoria “humana”:

Dentre todos os selvagens o mesmo [princípio de que a abstração decorre das sensações] permanece verdadeiro de acordo com seu nível de cultura. Na língua de Barantola³⁷ nenhuma palavra para sagrado e entre os Hottentots³⁸ nenhuma palavra para espírito foi encontrada. Todos os missionários pelo mundo afora reclamam sobre a dificuldade de comunicar conceitos cristãos aos nativos, na língua dos nativos; e mesmo tais comunicações não estão, sem dúvida, preocupadas com dogmas escolásticos mas apenas com conceitos de razão comum. Como se pode ler nos exemplares traduzidos de versões feitas para nativos ou mesmo para falantes de línguas incultas da Europa – como as línguas dos lapões, dos finlandeses, dos estonianos – e comparar as gramáticas e dicionários destes povos, as dificuldades são evidentes (HERDER, *op. cit.* p. 107)³⁹.

Portanto, logo nos primeiros escritos de Herder sobre a língua e linguagem há uma divisão entre línguas de povos com culturas percebidas como inferiores, que por serem demasiado apegadas às abstrações teriam dificuldades em conceber e comunicar conceitos tidos como provenientes do exercício da razão. Essa argumentação, por um lado, é relevante

³⁶ No original: “Precisely because human reason cannot be without abstraction and because no abstraction can be performed without language, it follows that in every people language must of necessity contain abstractions”.

³⁷ *Barantola* era um nome usado para designar regiões asiáticas que hoje parecem pertencer ao Tibete (MUKHERJEE, 2017, p. 48).

³⁸ *Hottentots* é um nome derogatório originalmente utilizado por colonos de origem holandesa na atual África do Sul para se referir aos povos africanos de língua *khoi*.

³⁹ No original: “Among all savages the same holds true according to their level of culture. In the language of Barantola no word for sacred and among the Hottentots no word for spirit could be found. All missionaries throughout the world complain about the difficulty of communicating Christian concepts to the natives, in the language of the natives; and yet such communications are doubtless not concerned with scholastic dogma but only with common concepts of common reason. As one reads here and there translated specimens of versions made for natives or even for speakers of the unpolished languages of Europe – such as the languages of the Lapps, the Finns, the Estonians [*sic*] – and compares the grammars and dictionaries of such peoples, the difficulties are plain to see”.

para situar historicamente a divisão entre línguas afeitas ou não à civilização por meio de diferenças de “nível cultural”.

Ainda mais importante, por outro lado, é compreender as vias pelas quais Herder sustentou esta argumentação. Em seu texto abundam exemplos extraídos de narrativas às quais ele teve acesso na Europa sobre povos não-europeus produzidas principalmente por missionários cristãos após o contato colonial. Nesse sentido, costumes linguísticos de povos das Américas, Ásia e África são centrais para elucidar sua interpretação sobre a origem da linguagem. Sobre os ameríndios, faz referência à gramática da língua dos Tupinambás escrita pelo padre Jean de Léry, às peculiaridades da “língua dos caraíbas selvagens” (HERDER, *op. cit.* p. 106)⁴⁰, aos “mexicanos” de escrita ideográfica e aos Huron na América do Norte. Herder se refere aos asiáticos predominantemente pelo emprego de termos vagos como “orientais” ou “línguas orientais”, com menções pontuais a cingaleses e árabes. Povos africanos são elencados como os supracitados *Hottentots* da África austral ou dos “Negros” que “farejam a presença de seus deuses no topo das árvores” (*ibid.* p. 108)⁴¹.

Não é um acaso que sua argumentação tenha sido embasada diretamente sobre os relatos missionários que começaram a circular na Europa desde a conquista colonial. O contato de povos europeus com o *outro* representado nos habitantes das Américas e os eventos que se sucederam – a conquista armada, a evangelização largamente conduzida nas línguas europeias e a formação de cadeias produtivas baseadas na exploração de mão de obra ameríndia e africana – não estão alheios à conformação do pensamento filosófico iluminista e de todas as ideias que lhe são tributárias, algumas das quais explicitamente abordadas por Herder: razão, progresso e, como se vê adiante, nação. Pelo contrário: são peças fundamentais para a compreensão não eurocêntrica dos processos históricos que deram lugar à colonização do continente africano.

Há ainda alguns pontos conclusivos que podem ser levantados desta primeira obra. Herder sugeriu que as línguas “menos dotadas” [*least endowed* na tradução inglesa] nas faculdades do pensamento racional, isto é, as proferidas por povos de culturas – não raças⁴² – inferiores recorrem excessivamente ao uso de linguagem figurada como metáforas, hipérboles e polissemias de forma a incompatibilizá-las com a precisão terminológica requerida para exprimir a razão (e, portanto, cultura) sofisticada. Este aspecto, identificado no suposto “uso

⁴⁰ “The language of the savage Caraibs”.

⁴¹ “The Negro scents the presence of his gods from the treetops”.

⁴² Herder criticou a validade do conceito de raça tal como expressado por alguns pensadores que lhe eram contemporâneos, notavelmente Immanuel Kant. Nas palavras de Michael N. Forster, “Herder rejects the very concept of race” (FORSTER, *op. cit.* p. xxxiii) enquanto categoria usada para classificar biologicamente seres “superiores” ou “inferiores”.

confuso de palavras”⁴³ dessas línguas, “está vivo em todas as línguas incultas, ainda que certamente de acordo com o grau da cultura e cada nação e do caráter específico de sua forma de pensamento” (HERDER, *op. cit.* p. 103)⁴⁴. Esta passagem é elucidativa da ideia central proposta por Herder em seu primeiro ensaio: as relações indissociáveis entre línguas e culturas de acordo com estamentos de sofisticação/modernização hierarquicamente constituídos. Nesta argumentação filosófica, línguas incultas correspondem diretamente a culturas inferiores de nações não ocidentais.

Isto não significa que essas línguas “incultas” fossem absolutamente desprovidas de valor cultural, mas que, para Herder, seria necessário um esforço significativo para acessar esses valores por se encontrarem enclausurados em estruturas linguísticas amodernas pouco permeáveis à razão. Em suas palavras:

Quanto conhecimento, quanta adaptabilidade da mente não é necessária para adquirir inteiramente a sagacidade nativa, sua imaginação ousada, os sentimentos nacionais de eras remotas, *e modernizá-las de acordo com as nossas!* Porém, esse empreendimento não iria simplesmente elucidar a história, as formas de pensamento e a literatura de um país em particular, ela iria bem universalmente carregar uma tocha aos recessos da alma humana onde conceitos se misturam e se entrelaçam (HERDER, *op. cit.* p. 104, grifos acrescidos)⁴⁵.

Desta citação carregada de implicações se verifica não apenas o invólucro linguístico da cultura e dos “sentimentos nacionais” de diferentes povos como também se extrai a lógica de *modernização*. É certo que nestes primeiros escritos Herder não é abertamente apologético e nem crítico da atividade missionária nas Américas e alhures, tomando-a por um fato consumado. Mas ao argumentar sobre a dificuldade da cristianização de “nativos” na incompatibilidade em comunicar conceitos racionais a povos cujas línguas não possuiriam o aporte semântico necessário para compreender conceitos “da razão comum” (*op. cit.* p. 107), Herder assume uma perspectiva verticalizada sobre os contatos culturais que poderiam, então, se manifestar por vias ascendentes ou descendentes. A ascendente representaria a *modernização* do imaginário e léxico dos nativos; a descendente, como demonstra a passagem acima, seria o acesso inverso à imaginação, história e sentimentos “nacionais” dos nativos

⁴³ No original: “Confusing word usage”.

⁴⁴ “It is alive in all unpolished languages, though, to be sure, according to the degree of each nation’s culture and the specific character of its way of thinking”.

⁴⁵ No original: “How much knowledge, how much adaptability of mind is not needed to acquire fully the native wit, the bold imagination, the national feelings of such remote ages, and to modernize them in accordance with ours! Yet the venture would not simply elucidate the history, the forms of thought, and the literature of a particular country, it would quite universally carry a torch to the dark recesses of the human soul where concepts commingle and intertwine”.

num processo perpassado pela decifração de suas línguas polissêmicas, confusas, enigmáticas e primitivas.

Portanto, da mesma forma que línguas incultas auxiliariam no confinamento de pensamentos incultos, o progresso da língua não estaria dissociado do progresso da razão:

Mais evidente, finalmente, é o progresso da língua pela razão e da razão pela língua quando esta já tomou alguns passos adiante, quando nela já há algumas obras de arte, como poemas, quando um sistema de escrita foi inventado, quando gêneros literários começam a evoluir um após o outro (HERDER, *op. cit.* p. 112)⁴⁶.

Assim, no arcabouço teórico lançado em seus primeiros escritos são estabelecidos os fundamentos que, para Herder, não apenas provariam a origem humana da linguagem, mas também da hierarquização das línguas e culturas humanas segundo critérios duplamente semântico-morfossintáticos e culturais. É possível argumentar que há uma tautologia implícita nesse pensamento: línguas incultas correspondem reciprocamente a culturas inferiores e ambas se libertariam de seu status inferior por meio da modernização semântico-morfossintática e cultural. Essa perspectiva permanece em certa medida subjacente a debates atuais sobre a questão linguística, como buscamos demonstrar adiante. Porém, é certo que Herder reviu seu posicionamento a respeito da atividade missionária – bem como do fenômeno da colonização europeia num sentido lato – de maneira notavelmente mais crítica em obras posteriores, nas quais também ocorre a abordagem do fator da *nacionalidade* nessas dinâmicas linguístico-culturais.

Mais especificamente é possível destacar uma série de ensaios publicados entre 1793 e 1797 intitulados *Briefe zu Beförderung der Humanität*, ou “Cartas para o Avançamento da Humanidade”, em que Herder expõe um conjunto ampliado de ideias que nos permitem sondar seu entendimento sobre a imbricação língua/nacionalidade para além de relativizar alguns dos pontos apresentados anteriormente por meio de reflexões amadurecidas, isto é, escritas ao final de sua vida. Antes de expor algumas dessas ideias é necessário reconhecer uma limitação não negligenciável desta abordagem: a indisponibilidade de muitas das obras de Herder fora da língua alemã. Poucas foram traduzidas para a língua inglesa (FORSTER, 2002, p. xxxix) e as traduções para a língua portuguesa ainda são lamentavelmente escassas. As ditas Cartas, por exemplo, consistem em uma dezena de volumes dos quais foram traduzidos ao inglês pouco mais de sessenta páginas numa edição recente publicada pela universidade de Oxford (*ibidem*).

⁴⁶ No original, “Most evident, finally, is the progress of language through reason and of reason through language when the latter has already taken some steps forward, when there are in it already works of art, such as poems, when a system of writing has been invented, when literary genres begin to evolve one after another”.

É importante ter em mente que este conjunto de obras de Herder foi produzido em reflexo à Revolução Francesa, de um lado, e de outro como reação contrária à prevalência da língua e cultura francesas nas elites germânicas⁴⁷ de seu tempo. A língua francesa era empregada no cotidiano das cortes alemãs ao passo que as línguas germânicas eram percebidas como indignas da vivência supostamente sofisticada requerida pelas aristocracias. Nas palavras de Barbara Weiss, essas línguas eram por elas consideradas uma “justaposição deselegante de balbucios, incapazes de expressar pensamentos elevados” (WEISS, 2010, p. 53).

Para Joshua Fishman, um linguista cujas pesquisas sobre nacionalismo e política de língua foram financiadas pela Fundação Ford na década de 1960 para atender a interesses específicos analisados adiante, a maior preocupação de Herder à época jazia de fato sobre a “preservação da beleza e originalidade de cada cultura – e particularmente em limpar a cultura germânica de sua fascinação e inferioridade diante de tudo que fosse francês”⁴⁸. A circunscrição de seu interesse filosófico em demonstrar a validade estética das línguas e culturas nacionais em face da supremacia francófila vigente no século XVIII, contudo, não impediu que suas ideias tivessem “rapidamente consequências políticas”⁴⁹ cujas implicações se estendem aos nossos dias.

Para sequenciar a exposição sobre essas consequências, dois aspectos das elaborações finais de Herder merecem destaque aqui. O primeiro busca exemplificar como seu discernimento de diferentes de nações [*Völker*] ocorria mediante a existência de um povo⁵⁰ [*Volk*] cuja própria existência seria garantida por meio de sua língua nacional, a qual, por sua vez, servia de prova de seu espírito nacional [*Volksgeist*] inalienável. O segundo aspecto é

⁴⁷ A Alemanha enquanto Estado unificado não existiu concretamente antes da década de 1870. No final do século XVIII o panorama político dos vários estados e cidades-estados germânicos era dominado pelo Império Prussiano sediado em Berlim, especialmente durante o reinado de Frederico II (1740 – 1786). Portanto, os termos “elites germânicas” e posteriormente “filósofos alemães” são utilizados aqui à luz dessa ressalva.

⁴⁸ “Nationalism, language and language planning: University of Hawaii”, 1968-1969, p. 40. In: Ford Foundation Records/Catalogued Reports/Reports 6262-9286/Box 298/Folder 70437/Reports 006642 (FA739C). No original: “However, whereas Herder was concerned only with safeguarding the beauty and originality of each and every culture – and particularly with cleansing German culture of its fascination and inferiority in the face of all things French”.

⁴⁹ *Ibidem*. No original: “his ideas quickly had political consequences as well”.

⁵⁰ É importante remeter à ressalva feita por Bauman e Briggs sobre a definição de *Volk* usada por Herder, que não incluía indistintamente todo e qualquer membro de uma dada “comunidade nacional”. Em suas palavras, “In its most general sense, *Volk* designates a nation, a people, but it may also designate that portion of a more complex, stratified society that remains most firmly grounded in its inherited language and traditions and still open to feeling, as distinct from those who have been distanced from their roots and their feelings by over-rational refinement or the cosmopolitan adoption of foreign languages and alien ways” (BAUMAN & BRIGGS, p. 183, grifo no original). Nesse sentido, para Herder encontravam-se excluídos do *Volk* a nobreza [*der este Stand*] francófila de sua época e o populacho [*der Pöbel*], ainda que não saibamos exatamente o que significava e a quem Herder se referia com este último (*ibidem*).

fazer jus às críticas proferidas por Herder à belicosidade do expansionismo de governos e sociedades evidenciados na história humana, com particular rejeição à exploração colonial e a escravidão. Adiantamos que este aspecto não se tratava apenas de uma rejeição às práticas imperiais dos Estados de seu tempo, mas sim como uma perspectiva mais ampla que era inerentemente refratária ao enquadramento de diversas culturas e línguas sob uma única autoridade governamental.

O primeiro aspecto pode ser depreendido de maneira elucidativa na seguinte passagem extraída de um diálogo entre dois personagens contido em uma das ditas Cartas de Herder:

Tem um povo, especialmente um povo inculto, algo mais importante que a língua de seus pais? Nela reside todo o domínio de pensamento, sua tradição, história, religião e princípios de vida, toda sua alma e coração. Tirar ou privar tal povo de sua língua é priva-lo de sua única propriedade eterna, que segue de pais para filhos. [...] A melhor cultura de um povo não é rápida; não se deixa dominar por uma língua estrangeira; A [cultura] mais linda, e eu diria única, floresce apenas no solo da nação, em seu dialeto herdado e transmitido. Com o idioma captura-se o coração do povo, e não é isso um grande pensamento entre muitos povos, como húngaros, eslavos, valáquios, etc., plantar da maneira mais peculiar e mais popular os germes do bem-estar para o futuro mais distante exclusivamente na sua própria forma de pensar? (HERDER, 1793)⁵¹.

Em parágrafos como estes Herder enunciou um raciocínio que enraíza o enquadramento conceitual que equipara a existência de uma nação ao domínio de uma língua própria, autêntica e imaculada de um povo específico. O conjunto de ideias que estão imbricados nessa formulação filosófica, e que foram subsequentemente desenvolvidas no decorrer do século XIX e XX, é de grande relevância para situar o debate que se instaurou na em meados do século XX na ocasião da independência dos países africanos, ao qual nos dedicamos adiante.

Por ora, cabe enfatizar que a questão do papel da língua nas dimensões nacionais de um povo não era apenas legada aos povos “incultos”, possuindo também grande significância para povos habitualmente tidos em perspectivas eurocêntricas como pertencentes ao oposto de

⁵¹ O primeiro trecho desta passagem de Herder foi citada traduzida em inglês como epígrafe da monografia enviada por Fishman à Fundação Ford em 1968, mas infelizmente o capítulo no qual ela originalmente estava inserida ainda não foi traduzido do alemão. O trecho original está digitalmente disponível no site <http://gutenberg.spiegel.de/buch/briefe-zu-beforderung-der-humanitat-6443/3> acessado em 09 de setembro de 2017: “Hat wohl ein Volk, zumal ein uncultivirtes Volk, etwas Lieberes als die Sprache seiner Väter? In ihr wohnt sein ganzer Gedankenreichthum an Tradition, Geschichte, Religion und Grundsätzen des Lebens, alle sein Herz und Seele. Einem solchen Volk seine Sprache nehmen oder herabwürdigen, heißt ihm sein einziges unsterbliches Eigenthum nehmen, das von Eltern auf Kinder fortgeht [...] Er wollte aber eine schnellere Betreibung der Geschäfte, eine schnellere Cultur erwirken. Die beste Cultur eines Volks ist nicht schnell; sie läßt sich durch eine fremde Sprache nicht erzwingen; am Schönsten, und ich möchte sagen, einzig gedeiht sie auf dem eignen Boden der Nation, in ihrer ererbten und sich forterbenden Mundart. Mit der Sprache erbeutet man das Herz des Volks, und ist's nicht ein großer Gedanke, unter so vielen Völkern, Ungarn, Slaven, Wlachen u. s. w., Keime des Wohlseins auf die fernste Zukunft hin ganz in ihrer Denkart, auf die ihnen eigenste und beliebteste Weise zu pflanzen?”.

incultura. Ao propor que nenhuma nação poderia se dar ao luxo de permanecer “atrasada” em um mundo em constante movimento progressivo porque fazê-lo seria se colocar à mercê das nações mais desenvolvidas – em suas palavras, “[e]las precisam avançar com essas outras; nos nossos tempos, não se pode ser mais um bárbaro; como um bárbaro se é trapaceado, ser pisado, desprezado, abusado” (HERDER, op. cit. p. 377)⁵² – a língua adquire uma importância particular:

A cultura nacional é parte disso, e nela também a cultura da língua. O que encorajou os gregos a seus gloriosos e mais difíceis trabalhos? A voz do dever e da glória. Pelo quê pensaram serem eles próprios superiores a todas as nações da terra? Pela sua língua cultivada e o pelo que foi plantado entre eles pelos seus meios. A imperiosa língua dos romanos comandou o mundo – uma língua de lei e escrituras; Por quais meios uma nação vizinha [França] conquistou tamanha influência sobre todos os povos da Europa há mais de um século? Dentre outras causas, especialmente pela – no mais alto significado da palavra – sua formada língua nacional (HERDER, op. cit. p. 378)⁵³.

Assim, Herder circunscreveu a língua como um elemento fundamental na asserção de nacionalidade de um determinado povo. Esse princípio, como já referimos, está inserido num conjunto e contexto de obra muito mais abrangente (e particularmente “antifrancês”) cujos desdobramentos filosóficos transcendem os limites analíticos deste trabalho. O interesse em levantar o conceito da indissociabilidade entre língua e nação é marcar a origem de um debate cujas implicações são de primeira relevância para situar historicamente a “questão linguística” em termos tanto *nacionais* como *linguísticos*, possibilitando um entendimento aprofundado de como a questão foi concebida no período em escrutínio.

Contudo, é preciso reconhecer que o ideal de nacionalidade à qual Herder se referiu não correspondia, ao contrário do que poderia se supor para seu contexto, a um Estado-Nação hipertrófico e expansionista. Em seus últimos escritos, Herder não apenas desprezou com ironia e ceticismo as prerrogativas de que a Europa deveria servir de modelo cultural a outros povos, mas também expressou rejeição à prática da dominação de uma nação sobre outras, inclusive ao colonialismo:

O que, finalmente, deve ser dito da cultura que foi trazida pelos espanhóis, portugueses, ingleses, holandeses às Índias Orientais e Ocidentais, à África entre os

⁵² No original: “They must advance with those others; in our times one can no longer be a barbarian; as a barbarian one gets cheated, trodden on, despised, abused”.

⁵³ “A fatherland’s culture is part of this, and in it also the culture of language. What encouraged the Greeks to their glorious and most difficult works? The voice of duty and glory. Through what did they think themselves to be superior to all the nations of the earth? Through their cultivated language and what was planted amongst them by means of it. The imperious language of the Romans commanded the world – a language of law and deeds. Through what has a neighboring nation won so much influence over all the peoples of Europe since more than a century ago? Besides other causes, especially also through its – in the highest sense of the word – formed [gebildete] national language”.

negros [*negroes*], às ilhas pacíficas do sul do mundo? Não clamam por vingança mais ou menos todas essas terras? [...] se um espírito coletivo europeu vivesse em qualquer outro lugar que os livros, nós teríamos que nos envergonhar do crime de abusar a humanidade diante de quase todos os povos da terra. [...] Em vez disso, que não se deixe tocar o cetro sobre quaisquer povos sob a justificativa de ‘superioridade inata’ – muito menos a espada e o chicote da escravidão (HERDER, *op. cit.* p. 381; 394)⁵⁴.

Esta rejeição consona com o princípio de que a glória e grandeza nacionais exaltadas por Herder não poderiam ser saudadas como o “maligno demônio” que é “o selvagem espírito de conquista que devastou através da história de Roma e dos bárbaros, e também de várias orgulhosas monarquias” (ibid. p. 377)⁵⁵. Se a negação da supremacia militar e da exploração econômica de umas nações por outras não significam a rejeição do ideal de progresso, a ideia subsequente é que nenhuma das características da nacionalidade (como língua e cultura) poderia justificar a conquista de umas nações por outras, ainda que fossem “constatadas” diferenças qualitativas entre elas. No plano teórico, portanto, a diversidade linguística não era uma questão a ser solucionada, pois a cada língua e ao povo que a fala deveria corresponder um governo “nacional” próprio supostamente livre de ingerências externas.

De acordo com a análise de Richard Bauman e Charles Briggs a aversão de Herder ao expansionismo militar está calcada em sua defesa do princípio de coesão cultural, linguística e nacional de cada entidade política. A invasão e subjugação de determinados povos por outros implicaria em forçar a convivência (ainda que certamente hierarquizada) de povos cultural e linguisticamente distintos sob uma única autoridade governamental, dissolvendo assim a “pureza orgânica”⁵⁶ que serviria de base para a existência pacífica de cada povo. Esses autores trazem uma conclusão tirada por Herder a esse respeito: “Nada, portanto, é mais manifestamente contrário ao propósito do governo político que o alargamento não natural de estados, a mistura selvagem de raças e nacionalidades sob de um único cetro” (HERDER *apud* BAUMAN & BRIGGS, p. 179)⁵⁷.

⁵⁴ No original: “What, finally, is to be said of the culture that has been brought by Spaniards, Portuguese, Englishmen, and Dutchmen to the East and West Indies, to Africa among the negroes, into the peaceful islands of the southern world? Do not all these lands, more or less, cry for revenge? [...] if a European collective spirit lived elsewhere than in books, we would have to be ashamed of the crime of abusing humanity before almost all peoples of the earth. [...] Rather, let one not put into the hands of any people on earth on grounds of ‘innate superiority’ the scepter over other peoples – much less the sword and the slave whip”.

⁵⁵ No original: “that savage spirit of conquest that stormed through the history of Rome and the barbarians, indeed of several proud monarchies, like an evil demon”.

⁵⁶ É importante mencionar que a natureza da autoridade governamental, segundo Herder, é decorrência e extensão “natural” do princípio da autoridade paterna sobre o âmbito familiar e privado. É nesse sentido que a comunidade nacional é por ele vista enquanto uma “família estendida” de conterrâneos que compartilham valores culturais e uma mesma língua que os caracteriza enquanto *Volk* (BAUMAN & BRIGGS, *op. cit.* p. 179).

⁵⁷ No original: “Nothing, therefore, is more manifestly contrary to the purpose of political government than the unnatural enlargement of states, the wild mixing of various races and nationalities under one scepter”.

Em que pese sua rejeição à dominação de algumas nações sobre outras – prática que abriria brechas para o desvirtuamento do princípio ideal de que a cada nação corresponde sua própria língua e cultura – não é possível ignorar as ramificações políticas do pensamento proposto por Herder e outros filósofos alemães que lhe eram contemporâneos. Se os esforços de Herder estavam mobilizados para contrapor a “predominância cultural e literária da França”, é forçoso ressaltar que as reflexões filosóficas oriundas de seus escritos tiveram “imensas e quase imediatas ramificações políticas”⁵⁸. A título de exemplo, aludimos rapidamente na sequência a dois trabalhos nos quais foram empiricamente averiguadas reminiscências ideológicas (com implicações concretas) que remontam ao pensamento articulado por Herder. O primeiro trata da vinculação traçada entre língua sofisticada e alta cultura sob a influência direta do pensamento de Herder e do iluminismo alemão no interior de círculos intelectuais sionistas (WEISS, op. cit. p. 55); e o segundo é elencado a partir um estudo de dois linguistas europeus que demonstraram, por meio de uma análise da cobertura de conflitos contemporâneos pela imprensa de alguns países europeus, a vigência da ideia de que a existência de uma nacionalidade genuína pressupõe a existência uma língua distinguível e constitutiva de uma identidade cultural (BLOMMAERT & VERSCHUEREN, 1992).

No que se refere ao primeiro exemplo, é possível apreender a eficácia política dos argumentos propostos por Herder na análise de Barbara Weiss acerca do acirramento de tensões linguísticas entre comunidades judaicas no movimento sionista. Em seu estudo sobre como se digladiaram defensores das línguas hebraica em oposição aos adeptos da língua ídiche na imprensa de alemã no início do século XX, Weiss não se furtou a constatar que os propagadores da ideia de que a língua expressa o caráter de um povo e de sua nação “escolheriam a língua como um lócus privilegiado para ferir [e] atacar os judeus” (op. cit. p. 54). Para Herder, as características linguísticas mistas do ídiche – língua vernácula utilizada por milhares de judeus espalhados pela Europa ocidental e oriental que tinha a tendência de agregar em seu léxico influências das línguas locais – denunciavam “um caráter moral duvidoso” de seus falantes promíscuos em oposição ao hebraico bíblico, língua que “evocava a mais profunda admiração em Herder” (ibidem).

Detratores da língua ídiche encontraram eco dentro de círculos judaicos como Moses Mendelssohn (1729 – 1786), intelectual alemão e judeu que promoveu a chamada *Haskalá*, ou “ilustração judaica”. Os intelectuais afeiçoados às ideias propagadas Mendelssohn viam com

⁵⁸ “Nationalism, language and language planning” op. cit. p. 68. No original: “Herder elaborated nearly 800 years of Franco-German conflict into a philosophy with immense and almost immediate political ramifications (although his own interest was predominantly spiritual-aesthetic and politics hardly entered into his awareness)”.

grande estima o hebraico litúrgico e o *Hochdeutsch* (alemão padrão) enquanto rejeitavam o ídiche como uma língua associada à vida “miserável e inculta” dos “judeus orientais” [*Ostjuden*] (ibid. p. 56). No debate que se seguiu na imprensa alemã na virada do século XIX ao XX, ideias que equacionavam o ídiche à “mácula da assimilação” em oposição à “pureza erudita” do hebraico culminaram na promoção da língua hebraica a posições privilegiadas no movimento sionista (ibid. p. 93).

O segundo exemplo pode ser elencado segundo a análise de Jan Blommaert e Jef Verschueren sobre um conjunto documental de três meses de cobertura jornalística europeia sobre “conflitos étnicos” internacionais, intranacionais ou separatistas. O estudo destes dois linguistas demonstra a inveterada permanência do que chamam de “dogma do homogenismo” [*dogma of homogeneity*], que sustenta que “o modelo ideal da sociedade é monolíngue, mono-étnico, mono-religioso e mono-ideológico” (BLOMMAERT & VERSCHUEREN, op. cit. p. 362)⁵⁹. No conjunto de reportagens compilado e consultado pelos autores se torna evidente que sociedades pluriétnicas ou plurilíngues permanecem a ser vistas como inerentemente problemáticas ou potencialmente conflitivas “porque requerem formas de organização estatal que vão de encontro às características ‘naturais’ de agrupamentos humanos” (ibidem)⁶⁰. As conclusões desse estudo apontaram que o fenômeno do nacionalismo moderno permanece pautado enquanto uma decorrência “natural” do desenvolvimento social ancorado em identidades linguística e etnicamente definidas, e que na imprensa europeia contemporânea é possível encontrar em abundância uma “teoria política primitiva” que subjaz declarações e manchetes aparentemente triviais sobre o papel das línguas no nacionalismo. Em última instância, essa teoria, sustentam os autores, “gira em torno da impossibilidade [de existência] de comunidades heterogêneas, e a naturalidade de comunidades homogêneas, o *Volk*” (ibid. p. 374, grifo no original)⁶¹.

Em resumo, não obstante a rejeição de Herder à dominação de algumas nações sobre outras, que abriria brechas para o desvirtuamento do princípio ideal de que a cada nação corresponde sua própria língua e cultura, não é possível ignorar as ramificações políticas do pensamento proposto por Herder e outros filósofos alemães que lhe eram contemporâneos. Se os esforços de Herder estavam mobilizados para contrapor a “predominância cultural e

⁵⁹ No original: “the ideal model of society is mono-lingual, mono-ethnic, mono-religious, mono-ideological”.

⁶⁰ No original: “because they require forms of state organization that run counter to the ‘natural’ characteristics of groupings of people”.

⁶¹ “We find a primitive political theory underlying seemingly trivial statements and suggestions about the role of language in nationalism. This theory revolves around the impossibility of heterogeneous communities, and the naturalness of homogeneous communities, the *Volk*”.

literária da França”⁶², é forçoso ressaltar que as reflexões filosóficas oriundas de seus escritos tiveram “imensas e quase imediatas ramificações políticas”⁶³. Segundo a leitura proposta por Fishman, o conteúdo conceitual de seu raciocínio filosófico podia ser (e de fato foi) extrapolado para equacionar a diferenciação linguística de um povo como condição para sua independência política e sociocultural. Essa extrapolação, compartilhada tacitamente por Herder em sua recusa veemente à propagação da língua e cultura francesas entre os povos germânicos, foi por outro lado elaborada e intensificada por seu contemporâneo Johann Fichte:

Sendo uma verdade indubitável que, onde quer que seja encontrada uma língua separada, lá há uma nação separada que possui o direito de tomar conta de seus próprios assuntos e governar a si própria de maneira independente; pode-se dizer, por outro lado, que onde um povo cessou de se autogovernar, ele está igualmente obrigado a abrir mão de sua língua e coalescer com seus conquistadores⁶⁴.

Ainda que esse produto filosófico alemão tenha sido realizado num contexto crítico da prevalência da língua e cultura francesas dentre as elites europeias, Fishman é enfático em afirmar que esse tipo de reflexão acerca da indivisibilidade entre língua e nação percorreu um longo caminho diacrônico e geográfico que em muito transcendeu suas finalidades originais. Nesse sentido, se considerarmos apenas o modelo ideal proposto por Herder em seu tempo não é possível abarcar a complexidade das situações concretas enfrentadas por certos estados europeus conforme se dava o avanço de suas políticas expansionistas e coloniais. Rejeitá-las, como ele o fez, não é suficiente para compreender o papel da língua em sistemas políticos hierarquicamente constituídos.

Em outras palavras, para se compreender a concepção de um *problema* oriundo da diversidade linguística inerente às populações enquadradas nesses sistemas é preciso transcender o olhar cultural tomado por Herder e dar ênfase às implicações políticas que suas reflexões suscitavam. Isto é, a “questão linguística” não surgiu apenas de reflexões filosóficas que embasavam a noção de que a cada povo e cultura deveria corresponder uma língua, mas também de maquinações de natureza política: a submissão dos povos de diferentes línguas à língua falada pelo poder hegemônico.

Portanto, após situar o surgimento das ideias que fundamentam as perspectivas modernas sobre a diversidade linguística, é necessário compreender como que a percepção a respeito delas mudou do âmbito filosófico para o da política de estado e, mais importante,

⁶² “Nationalism, language and language planning”, op. cit. p. 68.

⁶³ Ibidem.

⁶⁴ FICHTE apud Hayes [1931], citado por Fishman, “Nationalism, language and language planning” op. cit. p. 45.

como foi interpretada a notória diversidade linguística do continente africano pelos governos que disputavam pelo seu domínio. Nessa perspectiva, são elencados dois trabalhos que nos permitem abordar duas faces de uma mesma moeda. Primeiro, as implicações políticas do governo de populações plurilíngues na Europa moderna a partir do extenso estudo publicado por Alexander Ostrower sobre diversidade linguística e políticas de língua, e segundo, sua “exportação” (FABIAN, 1986, p. 41) para o continente africano pela via colonial em finais do século XIX conforme o trabalho de Johannes Fabian sobre língua e poder colonial.

Essas duas obras não foram escolhidas por acaso. Ambas são refletidamente articuladas para viabilizar os dois objetivos deste capítulo: situar histórica e teoricamente a “questão linguística”. Se o estudo de Ostrower é pertinente para descrever historicamente a concepção da “questão linguística” na Europa e alhures, sua perspectiva teórica – enunciada por um internacionalista declaradamente importunado pelas diferenças linguísticas que “amaldiçoam” a comunicação entre os homens (OSTROWER, 1965, p. 808) – é acrítica e insustentável em vários aspectos sobre a gestão do multilinguismo no continente africano. Sendo o fator fundamental para situar adequadamente o problema na África, o colonialismo, ignorado por Ostrower, a abordagem da qual Fabian lança mão para compreender as políticas linguísticas coloniais se torna premente. A exposição dos principais conjuntos argumentativos de ambos, por fim, prenuncia a descrição dos debates em torno da questão linguística nas décadas de 1960 e 1970 para aproximação ao contexto no qual incide a problemática da pesquisa.

A obra de Alexander Ostrower intitulada “Language, Law and Diplomacy: A Study of Linguistic Diversity in Official International Relations and International Law” foi dedicada ao estudo das providências governamentais tomadas ao longo da história mundial⁶⁵ para reger a heterogeneidade linguística das populações enquadradas em regimes estatais. Sua obra, em que pese sua mirada eurocêntrica e imprecisões conceituais elencadas a seguir, é pertinente por sua clareza em definir a questão linguística e descrever diversas soluções historicamente planejadas para solucioná-la.

Em primeiro lugar, convém ressaltar um primeiro problema teórico: Ostrower parte do pressuposto semelhante às conclusões de autores como Herder de que as “línguas sempre

⁶⁵ A obra é dividida em dois tomos. O primeiro, lamentavelmente extraviado e indisponível na biblioteca da escola de diplomacia *Tanzania-Mozambique Centre for Foreign Relations* de Dar es Salaam, trata de um “review of linguistic contests in the ancient and medieval periods” (p. 666). O segundo, intitulado “Linguistic Provisions in State Constitutions, Treaties, International Engagements, Resolutions, and Recommendations of the League of Nations and the United Nations” é dedicado ao exame da multiplicidade linguística como fator problemático nas relações internacionais e percorre historicamente as provisões constitucionais e regimentais de diversos órgãos encarregados de mediar as relações nacionais e interestatais na idade contemporânea.

representaram um fator distintivo na nacionalidade e que essa identificação foi tão válida na organização tribal da antiguidade como nos estados-nação de nosso mundo moderno” (op. cit. p. 589)⁶⁶. Supor que o elemento identitário da língua – segundo o qual um dado povo *x* fala a língua *x* e *por isso* diferencia-se do povo *y* com sua língua *y* – seja imutável, universal e reconhecido como tal pelos diferentes povos em diferentes contextos históricos é no mínimo questionável.

Apesar dessa premissa problemática baseada numa generalização enganadora, Ostrower reconhece e isola a relação causal que põe em funcionamento a questão linguística no ato de dominação de determinados povos por outros e sua inclusão forçada na conformação política de um estado invasor e hegemônico. Se a língua é concebida como fronteira por excelência entre identidades nacionais, concebe-se por consequência um problema concreto nos momentos em que uma única organização política de caráter estatal busca governar populações linguisticamente heterogêneas.

Esse fenômeno é primeiramente abordado pelo internacionalista por meio da análise da filosofia política que correlacionava identidade nacional à identidade linguística, então vigente na Europa moderna e enunciada por filósofos como Herder, que fora alçada à condição de dogma nas relações internacionais modernas: *cujus regio, ejus lingua*, ou “a língua do rei é a língua de seus súditos” (OSTROWER, op. cit. p. 590). Contudo, no plano histórico, a sucessão de guerras, conquistas militares e migrações decorrentes das tendências expansionistas desses estados levou à derrocada da “ficção sobre unidade nacional e linguística” (ibid. p. 591)⁶⁷ e instaurou o problema de governar populações linguisticamente heterogêneas. Em suas palavras,

Assim, a doutrina ‘um povo, uma língua’ não era mais sustentável e gradualmente evoluiu a um novo conceito político que denota um ‘Estado e a língua do poder prevalecente’. Na prática, essa mudança de significado introduziu a *supremacia linguística* de um idioma como forma oficial de expressão estatal e a imposição da dominação linguística sobre diversas minorias (OSTROWER, op. cit. p. 591, grifo acrescido)⁶⁸.

Como já se adiantou acima, é necessário ressaltar que Ostrower não faz nenhuma menção ao colonialismo (fenômeno sabidamente responsável pelo enquadramento de milhares

⁶⁶ No original: “languages have always represented the distinguishing factor in nationality and that this identification has been as valid in the tribal organization of antiquity as in the nation-states of our modern world”

⁶⁷ No original: “fiction about national and linguistic unity”.

⁶⁸ Livre tradução do original: “Thus the doctrine ‘one people, one language’ was no longer tenable and gradually evolved into a new political concept denoting a ‘state and the language of the prevailing power’. In practice this change of meaning introduced the linguistic supremacy of one idiom as the official form of state expression and the imposition of linguistic domination over diverse minorities”.

de povos cultural, linguística e politicamente distintos sob a soberania de um pequeno grupo de governos monárquicos europeus) como parte fundamental nesse processo e trata apenas de interações intereuropeias até sua narrativa atingir cronologicamente o século XX. É possível argumentar que a perspectiva normativa que orientou seu trabalho – voltado ao estudo de como a diversidade linguística foi resolvida em vias diplomáticas e legais nas relações internacionais – fosse analiticamente cega às relações de poder estabelecidas num enquadramento de ordem colonial, sobre o qual poderia se argumentar que não haveria dois estados contenciosos, mas apenas a extensão de um único estado metropolitano.

Qualquer que seja o motivo da omissão do contato colonial de sua análise, a definição dada por Ostrower aos problemas congregados sob a alcunha de “questão linguística” é perspicaz por ter posto no centro do problema as relações de poder que perpassam a diversidade linguística das sociedades modernas:

Problemas linguísticos aparecem em lugares onde nacionalidades coexistiram por longos períodos e se encontraram incorporadas a uma nova entidade política como resultado de conquistas militares ou arranjos políticos. [...] Através do tempo, inúmeras abordagens foram concebidas para aliviar a complexidade linguística no interior de uma entidade política, e uma variedade de métodos estão atualmente sendo aplicados para tentar resolver o problema. Um exame superficial na área linguística revelará intrincados fatores políticos, históricos, sociais, culturais e econômicos que subjazem as relações e atitudes entre minorias e majorias (OSTROWER, op. cit. p. 596)⁶⁹.

A “questão linguística”, portanto, simboliza um conjunto de problemas oriundos da existência de populações multilíngues sob uma única autoridade estatal que, na práxis de seu poder, busca torná-las governáveis por “inúmeras abordagens” – dentre as quais foram investigadas por Ostrower apenas os dispositivos legais de caráter constitucional (nível nacional) e diplomático (nível internacional). Sendo óbvio que nenhuma entidade política existe e nem atua em um vácuo político, mas ao contrário, reflete as intenções e interesses daqueles grupos que lhe detém temporariamente as rédeas, as implicações dessas abordagens se tornam reveladoras das relações de poder historicamente relevantes para a compreensão das sociedades modernas e contemporâneas.

Dito por outras palavras, constatar a diversidade linguística em dado contexto, investigar como ocorreu a formação de poderes hegemônicos atuantes sobre ela e apurar seus

⁶⁹ “Over the course of time innumerable approaches have been devised to alleviate linguistic complexity within a political entity, and a variety of methods are now being tried to solve the same problem. A cursory examination of state experimentation in the linguistic area will disclose the intricate political, historical, social, cultural, and economic factors which underlie minority-majority relationships and attitudes. [...] Language difficulties appear in places where nationalities have coexisted for long periods and then found themselves incorporated into a new political entity as a result of military conquests or political arrangements”.

efeitos sociopolíticos numa perspectiva diacrônica consiste em compreender a “questão linguística” como fenômeno histórico cujo estudo fornece subsídios para uma compreensão mais plural e complexa desse contexto.

A definição conceitual da “questão linguística” é seguida pela descrição das soluções oficiais encontradas pelos diferentes estados entre o final do século XIX e a década de 1960 para governar suas populações. Ostrower procede por organizá-las em seis categorias discerníveis de acordo com as características das disposições constitucionais dos estados existentes nesse recorte cronológico. São elas: (1) Igualdade legal entre todas as línguas nacionais para todas as finalidades práticas e oficiais; (2) Igualdade legal entre todas as línguas nacionais, algumas das quais são designadas como oficiais; (3) Igualdade formal entre as línguas nacionais da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas; (4) Supremacia da língua do grupo nacional dominante, considerada como a língua oficial do Estado dentro de um sistema de proteção constitucional a minorias linguísticas; (5) Reconhecimento de um idioma estrangeiro como língua oficial; e (6) Designação de uma língua dentre várias línguas nativas como língua oficial (OSTROWER, op. cit. p. 597).

Antes de explicar as potenciais implicações dessas categorias é fundamental atentar à divisão conceitual empregada pelo autor entre “línguas nacionais” e “línguas oficiais”. Como é de se supor, a divisão ocorre por meio da ingerência e arbítrio estatais, que reconhecem uma ou mais línguas faladas pelas populações estabelecidas em seu território como elegíveis a cumprir as funções oficiais do Estado e veicular suas disposições, leis e organicidades. Por sua vez, as línguas “nacionais” seriam aquelas faladas por setores da população reconhecida como “nacional”, mas cuja língua materna não goza de prerrogativas oficiais. Essa divisão não é de forma alguma isenta de ambiguidades e há diversos outros conceitos que operam em seus bastidores, como a definição de “língua” em oposição a “dialetos”, “língua nacional”, “língua materna” e a própria categoria de “nacional”, que serão retomados com maior detalhe na sequência.

Convém ressaltar duas decorrências desse modelo proposto por Ostrower em relação aos países da África subsaariana e como essas ambiguidades conceituais podem conduzir a erros interpretativos não negligenciáveis. Por exemplo, é particularmente problemático que a então União Sul Africana, atual República da África do Sul, seja por ele categorizada como um Estado de solução (1), isto é, que dispôs de garantias legais e oficiais a *todas* as línguas nacionais. Tal só pode ser afirmado se se considera *apenas* as línguas inglesa e africâner como as línguas nacionais da União Sul Africana, o que significa ignorar sumariamente as

diversas populações bantas⁷⁰ e asiáticas residentes no território daquele país. De fato, Ostrower toma acriticamente a constituição de 1909 e emendas posteriores que instituíram ambas as línguas inglesa e africâner como oficiais, a serem “tratadas em pé de igualdade, possuir e usufruir de iguais liberdades, direitos e privilégios” (UNION OF SOUTH AFRICA, 1955 *apud* OSTROWER, op. cit. p. 601)⁷¹, e ao fazê-lo reduz a complexidade social e histórica de um território cuja organização política é fruto de empreitadas de natureza colonial.

A segunda decorrência está na categorização da quase totalidade dos países africanos recém-independentes⁷² como pertencentes à categoria (5), isto é, países que buscam solucionar seus problemas linguísticos com o auxílio de uma língua oficial estrangeira das antigas metrópoles (OSTROWER, op. cit. p. 660). Os problemas oriundos dessa classificação, ainda que menos óbvios em relação àqueles pertinentes à União Sul Africana, derivam da assunção da escolha pelas línguas europeias, por parte dos governos africanos recém-independentes, como “consequência lógica” (*ibidem*)⁷³ a ser tomada nos contextos de notória diversidade linguística nos quais se assentavam os países recém-independentes. Essa suposição, como se busca argumentar no decorrer desta dissertação, é insatisfatória enquanto explicação para compreender a permanência das línguas europeias como oficiais no período pós-colonial e não comporta a complexidade histórica dos fenômenos que levaram à formação dos nacionalismos e independências de estados africanos na segunda metade do século XX.

Em consequência desses dois aspectos elencados acima cabe ressaltar novamente que o problema principal da obra de Ostrower para as finalidades investigativas desta pesquisa é ignorar o colonialismo enquanto fenômeno histórico responsável por muitas das dinâmicas que levaram à promoção de línguas europeias como oficiais nas entidades políticas “pós-coloniais”⁷⁴. A seguinte passagem, por revelar um exemplo textual dessa limitação, merece ser citada na íntegra:

As soluções aos problemas linguísticos na Ásia e na África diferem daqueles na Europa da mesma forma que o conceito de nacionalismo difere nessas duas partes do

⁷⁰ Subscrevemos aqui da definição de língua “banta” dada pelo linguista moçambicano Armando Jorge Lopes. Para Lopes, o termo “banto” (ou bantu) é “aplicado ao principal grupo da maior família linguística africana, a do Níger-Congo, uma das mais importantes famílias do mundo, englobando cerca de 500 línguas bantu faladas por mais de 100 milhões de pessoas” (2013, p. 122).

⁷¹ No original: “shall be treated on a footing of equality, and possess and enjoy equal freedom, rights, and privileges: all records, journals and proceedings of Parliament shall be kept in both languages”.

⁷² Ressalvas são feitas por Ostrower à Etiópia, que proclama a língua amárica como oficial; ao Quênia e à Tanzânia que instituem oficialmente a língua suaíli e a inglesa, e ao Sudão, que estabelece o árabe como língua oficial a par do inglês.

⁷³ No original: “logical consequence”.

⁷⁴ As aspas servem para demarcar a inadequação do uso termo à União Sul Africana.

mundo. Na Europa o nacionalismo incorporou a ideia de proteger a cultura nacional baseada na tradição, enquanto o nacionalismo afro-asiático não possui nenhuma cultura, em termos de aceitação europeia, para construí-la, mas espera desenvolvê-la a partir do zero. O nacionalismo não existia no passado afro-asiático, com um sentimento de pertencimento racial ou tribal em seu lugar, em oposição à Europa, onde essa doutrina representou a noção de emancipação e estatismo. Consequentemente, a abordagem afro-asiática para as línguas nativas elimina, num grau considerável, o aspecto emocional e atribui grande importância a valores mecânicos da língua como meio de comunicação. Se o padrão europeu, portanto, enfatiza demasiadamente o papel da língua como fator essencial na nacionalidade, a Ásia e a África estão mais preocupadas com a função linguística de um meio nacional comum (OSTROWER, op. cit. p. 661)⁷⁵.

Este parágrafo requer certa atenção para que sejam apreendidas algumas ideias principais em sua profundidade conceitual. Em primeiro lugar está a suposta existência de uma diferença qualitativa nos nacionalismos “europeus” e “afro-asiáticos”. Àqueles corresponde o papel da língua como “fator essencial na nacionalidade”, isto é, correlata à “cultura nacional”, e são particularmente elucidativas as semelhanças desse raciocínio ao proposto por Herder. Aos “afro-asiáticos”, por serem desprovidos da tradição histórica da estirpe responsável pela formação dos nacionalismos na Europa, caberia a criação mecânica de um meio nacional comum por meio das funcionalidades instrumentais – não sentimentais – de uma língua, papel que poderia ser cumprido pela permanência das línguas utilizadas pelos colonizadores.

Em segundo lugar, essa alegação é sustentada pelo princípio de que haveria diferenças no processo histórico que trouxe à tona os nacionalismos europeus, de um lado, e os “afro-asiáticos” de outro, sem nenhuma palavra sobre quais efeitos a consolidação de uma situação colonial que envolveu a ambos em relações de poder verticalizadas pode ter tido no processo de formação de ambos os “tipos” de nacionalismo. Torna-se evidente, se já não o era, que este ponto-cego da obra de Ostrower torna suas observações analiticamente frágeis para o contexto africano. Por fim, é digno de nota o aparecimento da designação “línguas nativas” e não “nacionais” ou “oficiais” para se referir às abordagens afro-asiáticas. O critério utilizado para o emprego desse termo não é clarificado pelo autor, prática que remete e reitera as ressalvas conceituais referidas anteriormente.

⁷⁵ “The solutions to linguistic problems in Asia and Africa differ from those in Europe in the same way that the concept of nationalism differs in these two parts of the world. In Europe nationalism embodied the idea of protecting a national culture based on tradition, while the Afro-Asian nationalism has no culture, in terms of European acceptance, to build upon but hopes to develop one after starting from scratch, from the very beginning. Nationalism did not exist in Afro-Asian past but rather a sense of tribal or racial belonging, as opposed to Europe, where this doctrine represented an idea of emancipation and statehood. Hence, the Afro-Asian approach to native languages eliminates, to a considerable extent, the emotional aspect and attaches great importance to the mechanical values of language as a means of communication. If the European pattern, therefore, overemphasizes the role of language as an essential factor of nationality, Asia and Africa are more concerned with the linguistic function of a common national medium”.

Em resumo, ainda que tenha proposto uma definição conceitual útil sobre a questão linguística, o referencial teórico e metodológico de Ostrower fica aquém das necessidades analíticas exigidas para contextos africanos do século XX. Para atendê-las, parte-se à apreciação da abordagem de Johannes Fabian sobre como a colonização do sudeste do Congo pelos belgas levou à formulação de políticas de língua específicas para cumprir um objetivo principal: o estabelecimento da soberania belga e viabilização econômica da exploração mineira e industrial na região do Katanga. Seu estudo é relevante para compreender o outro lado da moeda da questão linguística que, repitamo-lo *ad nauseam*, foi ignorado por Ostrower: o enquadramento colonial.

O livro de Fabian intitulado “Language and Colonial Power: The Appropriation of Swahili in the Former Belgian Congo” (1986) foi conduzido a partir de um corpus documental heterogêneo de correspondências de missionários, relatórios de expedicionários e administradores às gramáticas de línguas africanas e demonstra o surgimento paulatino de uma práxis do poder colonial em estabelecer meios específicos de comunicação e poder entre “colonizadores” e “colonizados” que, após a instituição do suaíle como a língua veicular entre operários e mineiros africanos no Katanga e os administradores e militares belgas no controle dessa província nas décadas de 1920 e 1930, se constituiu como língua “crioula” derivada do suaíle na região. A problemática central à investigação de Fabian é buscar o que é “que fez o suaíli tão atrativo nos olhos dos policy-makers coloniais? Porque ele foi eventualmente adotado como língua franca colonial? E o que aconteceu a ele nesse papel?” (FABIAN, 1986, p. 6)⁷⁶.

Neste capítulo interessam menos as respostas encontradas por Fabian a essas perguntas do que o contexto histórico ao qual elas remetem, isto é, à promoção da língua suaíli por parte das autoridades coloniais belgas no Katanga como produto de políticas coloniais deliberadas para solucionar o “problema” do multilinguismo das populações sob seu domínio. Na sequência, são elencados seus argumentos principais acerca do surgimento da atenção metropolitana à questão linguística nas colônias.

A perspectiva aberta por Fabian nos permite, para além de ultrapassar as limitações inerentes à abordagem eurocêntrica e normativa de Ostrower acerca do surgimento da questão linguística, transcender as discussões filosóficas e teóricas que embasaram concepções modernas a respeito da diversidade linguística por meio do estudo pormenorizado da

⁷⁶ “What made Swahili so attractive in the eyes of colonial policy-makers? Why was it eventually adopted as a colonial *lingua franca*? And what happened to it in this role?”

“interação entre políticas coloniais e descrições linguísticas” (FABIAN, op. cit. p. 8)⁷⁷ na virada do século XIX o XX, e como tais interações resultaram na delimitação de políticas específicas sobre o campo linguístico.

Dentre as inquietações teóricas e esquemas metodológicos que foram articulados por Fabian na realização de seu trabalho deve ser destacada sua recusa a modelos interpretativos que “especializassem” fenômenos históricos de mudança linguística. Em primeiro lugar, esse procedimento implica em reconhecer que “esforços para controlar a forma e a propagação de uma língua tem, eles próprios, uma história” (ibid. p. 9)⁷⁸, para então formular um conceito tido nesta pesquisa como fundamental para a análise das situações e políticas de língua vigentes na ocasião da fundação da FRELIMO: o de “esfera/campo de interação”. Esse conceito é proveniente do seguinte raciocínio:

Quando nos questionamos sobre como uma língua ‘se prolifera’, como ‘chegou de lá para cá’, ou sobre quando ela ‘chegou’ em um determinado lugar, nós não apenas estamos traçando eventos no espaço; nós expressamos nossas questões em metáforas espaciais. Essas metáforas devem ser reconhecidas como tais e criticamente examinadas. Elas ‘especializam’ fenômenos cuja relação com o espaço e o tempo não é de forma alguma simples. Mais importante, noções como propagação, expansão, e outros sinônimos de difusão geralmente encorajam abordagens ‘naturais’, isto é, ahistóricas e apolíticas de mudanças linguísticas (FABIAN, op. cit. p. 8)⁷⁹.

Uma das críticas que orientam seu estudo, portanto, está precisamente em propor interpretações que levem em consideração a historicidade das línguas e como seu uso, promoção ou supressão ocorrem em processos históricos cuja linearidade tanto espacial como temporal deve ser questionada. Essa perspectiva, mesmo que possa soar óbvia à luz da narrativa exposta até aqui, é importante para reconhecer que a atuação de diversos personagens históricos – dentre os quais uma longa lista pode ser elencada contendo não somente missionários e administradores coloniais, mas também caravaneiros suaílis⁸⁰ e reinos locais autônomos⁸¹ – contribuíram para a definição contextual nas quais se concebeu a

⁷⁷ No original: “interplay between colonial policies and linguistic description”.

⁷⁸ “Efforts to control the form and spread of a language have themselves a history”.

⁷⁹ “When we ask how a language ‘spreads’, how ‘it got from there to here’, or when it ‘arrived’ at a certain place, we are not only plotting events in space; we express our questions in spatial metaphors. These metaphors should be recognized as such and critically examined. They ‘spatialize’ phenomena whose relation to space and time is by no means a simple one. More importantly, notions such as spread, expansion, and other synonyms or diffusion often encourage a ‘natural’, i.e. an a-historical and a-political, approach to linguistic change”

⁸⁰ Note-se que o emprego da designação “suaíli” refere-se neste caso a elementos do “povo suaíli”, em consonância à ressalva terminológica anteriormente referida [vide nota de rodapé nº 11]. Conforme a exposição apresentada no segundo capítulo, a atuação das caravanas comerciais suaílis no decorrer do século XIX a partir da costa de Zanzibar e do Tanganyika foram fundamentais para o estabelecimento de zonas de influência política e econômica que foram acompanhadas por um aumento no número de falantes da língua suaíli no interior do continente africano da costa do oceano Índico à região interlacustre da África Central.

⁸¹ Um notável exemplo é o Reino de Yeke, predominantemente constituído por povos Nyamwezi sob o comando do potentado Msiri (1856 – 1891), cujas políticas expansionistas buscavam tirar proveito do comércio com a

necessidade de solucionar a diversidade linguística. Nas palavras de Fabian, “esses personagens ou agências sinalizam o papel do poder na história social da linguagem – poder para impor e promover, para controlar e resistir” (op. cit. p. 8)⁸².

Diante dessas considerações iniciais Fabian propõe um conjunto de propostas teórico-metodológicas que foram fundamentais para a abordagem da problemática desta pesquisa. Nomeadamente, advoga-se aqui do enquadramento interpretativo *processual* defendido pelo autor. Por “processual” Fabian entende uma abordagem menos interessada em delimitar datas e definir geograficamente o aparecimento de determinada política de língua que nos porquês associados à sua emergência histórica. Essa decisão implica, no plano teórico, na busca por *esferas* ou *campos de interação* [*spheres/fields of interaction*] e não em centros de difusão linguística espacialmente delimitáveis. Tal ponderação evita que se incorra na problemática divisão “centro/periferia”, pouco elucidativa para problemas tangenciais à linguística pela tendência em recorrer a explicações normativas de caráter tautológico, nas quais haveria um “centro” que emana uma língua e sua norma para a “periferia” que a recebe e a distorce. Além disso, como prossegue Fabian:

Noções como esfera e campo servem para sublinhar que o problema não está tanto na descrição de pontos ou rotas de infiltração [linguística] como em identificar uma arena de relações entre eventos históricos, decisões políticas, e condições socioeconômicas, demográficas e até ecológicas (FABIAN, op. cit. p. 9)⁸³.

É pertinente adiantar aqui que este referencial é particularmente préstimo à análise conduzida sobre a situação e políticas de língua na ocasião da formação dos nacionalismos moçambicanos no Tanganyika. Argumenta-se que é necessário identificar o contexto no qual ocorreu a escolha e promoção da língua portuguesa pela FRELIMO de maneira atenta à complexidade histórica representada pela heterogeneidade dos grupos envolvidos na mobilização de moçambicanos contrários à permanência do colonialismo português. Isso, portanto, implica em ir além de constatar a paulatina predominância política granjeada pelas lideranças assimiladas no seio da FRELIMO para fugir ao risco de cair num truísmo explicativo que, como explicitado por Fabian em sua crítica ao modelo “centro/periferia”,

costa índica, tomando parte no comércio caravaneiro suaíli, e atlântica, atingindo a esfera de influência portuguesa no interior de Angola. Este reino, ao contrário do que já se supôs anteriormente, era marcado por um “multilinguismo estável” (FABIAN, op. cit. p. 7), isto é, sem uma prevalência linguística observável entre as línguas Yeke, Sanga, Luba e Swahili em seu território.

⁸² “These personages or agencies signal the role of power in the social history of a language – power to impose and promote, and to control and to resist”.

⁸³ “Notions such as sphere and field serve to stress that the problem is not so much in describing points and routes of infiltration as in identifying an arena of interplay between historical events, political decisions, and socioeconomic and even demographic and ecological conditions”.

beira a tautologia: se o “centro” (leia-se, instâncias superiores da FRELIMO) comunicava-se em língua portuguesa, *logo* a periferia (como os comitês de base no interior do Tanganyika) também deveria fazê-lo.

À luz do modelo interpretativo de Fabian, portanto, é possível e desejável superar esse plano argumentativo por meio da busca e reconstituição de esferas/campos de interação histórica, aqui referentes ao Tanganyika da década de 1960, nos quais a língua portuguesa e seus falantes representavam uma – ainda que a mais bem-articulada – das forças envolvidas na mobilização de uma luta de libertação anticolonial movida a partir do estrangeiro.

Essa argumentação será exposta detalhadamente nos capítulos seguintes. Por enquanto deve ser retomada a perspectiva de Fabian para ressaltar o desdobramento metodológico de seu modelo interpretativo. A pesquisa voltada à identificação de processos históricos segundo zonas de interação atuantes no plano sociolinguístico, com o objetivo maior de atentar à diversidade linguística e histórica de determinados contextos, impõe a busca e seleção de fontes igualmente diversas. Apesar de essa diversidade linguística ser notória em certos contextos africanos, é paradoxalmente difícil encontrar informações detalhadas em registros históricos sobre o uso de línguas em detrimento de ou juntamente a outras. Essa dificuldade foi enfrentada por Fabian durante a condução de suas pesquisas – em suas palavras, informações sobre língua nos documentos coloniais “são notavelmente escassas” e lhe foi custoso encontrar algo além de “referências oblíquas ao uso da língua suaíli” (op. cit. p. 6; 9) – por meio de uma orientação metodológica voltada à busca de *qualquer* documento que contivesse informações ainda que precariamente descritivas sobre as políticas de língua e a difusão da língua suaíli no Katanga.

Compartilhou-se integralmente dessa orientação no curso desta pesquisa. Foi necessário recorrer a fundos documentais diversos para depreender adequadamente o contexto da formação da FRELIMO e das línguas faladas no seio dos movimentos que a compuseram no Tanganyika, contemplando documentos que vão de despachos administrativos do Instituto Moçambicano e dos comitês de base a hemerotecas de periódicos tanzanianos e obras de cariz autobiográfico por parte de participantes e testemunhas desse período.

Após dar a devida atenção às implicações do arcabouço teórico-metodológico da obra de Fabian para este trabalho, deve-se retornar ao propósito deste capítulo – a “questão linguística”. Vista cronologicamente, a exposição de Fabian identifica relações históricas entre a “era de campanhas de expedições” (ibid. p. 15) europeias na África e a produção das primeiras compilações lexicais de diversas línguas africanas por parte de missionários e linguistas europeus. Nesse sentido, publicações como a *Polyglotta Africana*, escrita pelo

missionário alemão Sigismund Koelle em 1854, e a *Polyglotta Africana Orientalis* de 1885 não compilaram vocábulos africanos para favorecer apenas a pregação religiosa ou por idílio ao desenvolvimento científico europeu. Muitas publicações desse gênero eram efetivamente encomendadas, patrocinadas ou mesmo realizadas por indivíduos e entidades diretamente interessadas no estabelecimento da ordem colonial em territórios africanos, como a *Association Internationale Africaine*, organização que precedeu a colonização belga do Congo (ibid. p. 19).

As interações entre os responsáveis pela decifração e descrição das línguas “nativas” e aqueles interessados na tomada de territórios para a Bélgica e no domínio das populações que falavam essas línguas são, argumenta Fabian, indissociáveis: “‘comunicação e controle’ – a necessidade de se comunicar e a intenção de controlar – eram *motivos inseparáveis*” (op. cit. p. 14, grifos acrescidos)⁸⁴.

Mas como se manifestou concretamente a percepção, por parte dos envolvidos na colonização belga do Congo, sobre os problemas decorrentes da multiplicidade de línguas faladas na vastidão da África Central? A análise de Fabian permite discernir diferentes perspectivas metropolitanas a esse respeito. Apesar de seus diversos pontos em comum – dentre os quais a própria concordância quanto à necessidade de empreender a *œuvre civilisatrice*⁸⁵ no Congo – havia divergências quanto às possíveis soluções ao problema linguístico. Devia-se promover a língua francesa logo nos primeiros anos da escolarização dos “nativos”? Ou estimular a expansão de línguas africanas, dentre elas a suaíli, enquanto língua franca entre as diferentes etnias que transitavam e trabalhavam em empreendimentos dos brancos?

Segundo Fabian, a questão linguística no Congo apareceu primeiramente na ocasião da educação dos “nativos”, uma das tarefas mais prementes no conjunto da obra “civilizadora” dos belgas. Em suas palavras,

situações começaram a se desenvolver que tornaram impossível deixar o problema linguístico para discussões filosóficas ou limitado a soluções práticas. Se a educação deveria contribuir para a ‘evolução’ da colônia, então a(s) língua(s) na qual e para a qual os jovens eram educados teria de estar sob algum tipo de controle. [...] Claramente, *resignação filosófica* era inútil aos oficiais do governo; interessava-lhes resultados práticos (FABIAN, op. cit. pp. 49 – 50, grifo acrescido)⁸⁶.

⁸⁴ No original: “a contention underlining this study: ‘communication and control’ – the need to communicate and the intent to control – were inseparable motives”.

⁸⁵ Expressão francesa que significa literalmente “obra civilizadora” e foi utilizada em várias ocasiões como justificativa à dominação do Congo sob a soberania belga.

⁸⁶ No original: “situations began to develop which made it impossible to leave the language problem to philosophical discussions or to limited practical solutions. If education was to contribute to the ‘evolution’ of the

Se a primeira manifestação concreta do problema linguístico segundo a perspectiva dos colonizadores ocorreu na decisão do meio linguístico para a educação, ela se caracterizou concretamente na busca pelo controle sobre esse meio e como direcionar esforços para atingir resultados educacionais específicos, como a formação de mão de obra destinada ao preenchimento dos postos de trabalho criados pelo processo colonizador ou para integrar as funções do baixo clero missionário. O pressuposto básico que orienta essa dinâmica é o de que os “nativos” a serem instruídos para atuar como mão-de-obra nas atividades extrativistas, mineiras, comerciais e logísticas exigidas para a rentabilidade da exploração colonial deveriam entender os comandos dados por seus superiores.

É pertinente aludir ao comentário de Fabian de que não haveria lugar para “resignações filosóficas” nesse processo: as línguas deveriam ser regidas segundo critérios práticos que servissem à colonização e não sobre o caráter identitário das línguas nativas. Questões sobre o vínculo das línguas com a cultura e nacionalidade, tão caras à formação dos nacionalismos e das entidades políticas que prosperaram na Europa ocidental moderna, conforme pudemos expor de acordo com as reflexões de Herder e Ostrower, não eram tidas como pertinentes no contexto da dominação belga do Congo. Isso pode ser exemplificado na seguinte passagem escrita por um administrador de uma companhia mineradora localizada no Katanga citado por Fabian:

Para conhecer, entender e comandar o nativo – estou falando do ponto de vista industrial – é necessário possuir conhecimento de sua língua. Será sempre muito difícil para o europeu exercer autoridade sobre os nativos se ele não possui suas línguas. Por “possuir” eu me refiro a entendê-los quando falam entre si (FABIAN, op. cit. p. 56)⁸⁷.

Esse relato enseja a conclusão de que a diversidade linguística apresentou-se no contexto colonial principalmente como um obstáculo ao ato de comandar os “nativos” e, por conseguinte, que a questão inerente à gerência da diversidade linguística assume aspectos inextricavelmente políticos. Sendo notório que as ideias apresentadas anteriormente estão também imbricadas no âmbito político, como a nacionalidade em Herder e a questão linguística na diplomacia em Ostrower, é forçoso reconhecer que, na ocasião da colonização do Congo, foi pelo confronto com as exigências de exercer domínio soberano sobre as

colony, then the language(s) in which and into which the young were educated would have to come under some sort of control. [...] Clearly, government officials had no use for philosophical resignation; they wanted practical results”.

⁸⁷ “In order to know, understand and command the native – I am speaking from the industrial point of view – one must possess knowledge of his language. It is always going to be very difficult for the European to exercise authority over natives if he does not possess their languages. By ‘possess’ I mean understand them when they speak among themselves”.

populações colonizadas que se procedeu por criar meios concretos com o objetivo de minimizar os problemas administrativos oriundos da diversidade linguística e promover um meio comunicativo comum no qual ordens pudessem ser dadas, compreendidas e executadas. Em tempo, como postulou outro contemporâneo a esse fenômeno, interessava à gestão colonial substituir os brancos do baixo-escalão por funcionários negros cujos salários muito menores representariam “um enorme progresso de um ponto de vista financeiro, político e econômico” (FABIAN, op. cit. p. 50)⁸⁸.

É a essas nuances próprias da situação colonial – que por força de circunstâncias históricas específicas travestiram de utilitarismo o planejamento e intervenção autoritários sobre a diversidade linguística dos povos colonizados – que Fabian se refere ao mencionar a necessidade de reconhecer criticamente o “ângulo colonial” da *question linguistique* (FABIAN, op. cit. p. 45). Assim, procede-se na sequência por apreender em detalhe esse “ângulo colonial”, fazer algumas ressalvas preliminares ao caso do colonialismo português e propor um balanço a respeito das ideias abordadas nesta seção.

Em primeiro lugar, a verificação de que problemas decorrentes da diversidade linguística foram historicamente concebidos e acarretaram na escolha de uma ou mais línguas para servir aos propósitos da comunicação ampliada requerida no interior de entidades políticas não explica, por consequência, os motivos pelos quais determinadas línguas foram eventualmente escolhidas nesse processo e nem sugerem que tenha havido qualquer unanimidade sobre essa escolha.

Por exemplo, Fabian ressalta as discordâncias internas aos setores envolvidos na colonização (missionários, industrialistas, extrativistas, etc.) sobre qual/quais língua(s) deveriam ser promovidas no Katanga. A análise dessas discordâncias tem início no reconhecimento das próprias contradições políticas particulares à formação histórica do Estado belga, que teve de enfrentar internamente clivagens sociopolíticas e relações de poder existentes entre os grupos de língua francesa e flamengo-neerlandesa no seio de sua comunidade nacional. Isto é, décadas antes das empreitadas do rei Leopoldo II resultarem na delimitação de um território colonial de soberania belga, a própria Bélgica enquanto entidade política debatia como solucionar sua *question linguistique* (ou, nas comunidades flamengas, a *taalkwestie*), eventualmente resolvida com a instituição do bilinguismo oficial franco-flamengo em 1898 (FABIAN, op. cit. p. 44). É precisamente em decorrência desse fenômeno

⁸⁸ No original, “The lower-echelon white personnel [in the Congo] is very expensive and produces mediocre results. If we could replace it with black clerks and craftsmen it would be an enormous progress from a financial, political and economic point of view”.

anterior que os estatutos jurídicos que regiam o colonialismo belga – a *Charte coloniale* de 1908 – estabeleciam, na seção “do Direito dos Belgas, dos estrangeiros e dos indígenas”, em seu artigo terceiro, que o “emprego das línguas é facultativo” para “garantir os direitos dos belgas e dos congolezes” (ibid. p. 45)⁸⁹.

À luz da exposição acima sobre a necessidade de perspectivar a questão linguística pelo viés colonial, não deve parecer surpreendente que tenha havido críticas ao que então foi visto como uma “exportação” descabida da questão linguística belga às colônias, cujas especificidades requereriam soluções práticas de natureza distinta das aplicadas à metrópole. Nesse sentido, Fabian elenca os argumentos principais levantados por um comentador contemporâneo chamado M. Halewyck, em 1910. Dentre eles estava a rejeição à validade das “soluções legais” que, por terem sido previstas para solucionar o problema linguístico na Bélgica, ignoravam um *fait accompli* da questão no Congo: “O Estado Independente do Congo tinha usado o francês como única língua oficial por um quarto de século e não poderia ter feito diferente” (ibidem)⁹⁰, tornando inócuo o dito artigo terceiro da *Charte*.

É importante ponderar acerca do determinismo implícito no comentário de Halewyck. A aparente obviedade quanto ao uso da língua francesa como língua oficial no Congo belga não constitui em si uma explicação aplicável a toda a complexidade da questão linguística daquele território. Quando muito, a sentença de que o Estado colonial não poderia ter escolhido outra língua que não a francesa remete apenas ao poder dos grupos que a dominavam naquele contexto. Como se expõe adiante, determinismos deste gênero são compartilhados explícita ou tacitamente em diversas narrativas de membros da FRELIMO e demais documentos oficiais no que tange a permanência da língua portuguesa em Moçambique após a independência. Tomar por dado – e não por produto de contingências históricas averiguáveis situadas num processo mais amplo – que determinada língua seria a *única* opção viável num contexto marcado pelo multilinguismo é assumir apressada e acriticamente as perspectivas próprias ao grupo que domina esta língua como explicação para todo o fenômeno.

Esse procedimento tem duas potenciais implicações teórico-metodológicas evidentes. A primeira, de cariz mais teórico, está na invisibilidade que é então conferida às perspectivas dissidentes ou heterogêneas existentes no contexto histórico em escrutínio. A compreensão

⁸⁹ A redação francesa deste trecho da *Charte coloniale* é anexada por Fabian na página 170 de seu livro e expressa que “L’emploi des langues est facultatif [...] de manière à garantir les droits des Belges et des Congolais”.

⁹⁰ No original: “the Congo Independent State had used French as sole official language for a quarter of a century and could not have done otherwise”.

deste – seja o processo de implantação da língua suaíli como língua franca no Katanga belga ou a formação de uma frente nacionalista moçambicana no exílio – se torna artificialmente simplificada em decorrência do desconhecimento das relações de poder intrínsecas à governança em circunstâncias marcadas pelo multilinguismo. A segunda, derivada diretamente da primeira, situa-se no âmbito metodológico. Sendo ignorada a complexidade linguística enquanto fator histórico relevante, os critérios de busca e interpretação de fontes pelo(a) pesquisador(a) podem propiciar a perpetuação de narrativas de grupos que, por circunstâncias históricas analiticamente desconsideradas, acabaram entrincheirados em posições de poder que devem ser criticamente reconhecidas.

O momento é oportuno, pois, para expor a elucidativa objeção de Fabian às conclusões propiciadas por este tipo de procedimento historiográfico irreflexivo:

No leste e no sudeste [do Congo], missionários, funcionários de empresas e agentes governamentais *presumivelmente* vieram a depender da língua suaíli como meio para superar a divisão criada pelas fronteiras linguísticas que dividiam a população sob sua ‘tutela’ (um termo muito apreciado na época). Tal presunção pode ser *lógica*, mas *não constitui uma explicação histórica*. O fato de que o suaíli foi promovido em resposta à necessidade de uma língua comum (admitindo por ora que existia tal necessidade no Katanga) não é resposta ao porquê de se ter pensado à época que o suaíli poderia cumprir essa função. [...] Essas questões relativas ao background ideológico das políticas de língua são tão importantes quanto o mapeamento de datas e arenas de difusão (FABIAN, op. cit. p. 43, grifos adicionados)⁹¹.

Explicações atentivas à diversidade tanto linguística como social de determinado contexto histórico devem – de acordo com a perspectiva teórica à qual esta pesquisa se subscreve – necessariamente levar em consideração o referido background ideológico que norteia as medidas tomadas para solucionar a questão linguística. Fabian é explícito sobre o fato de que as ideologias e presunções básicas que operaram no seu período de estudos não se restringem ao período colonial e que, ao contrário, “estão em voga entre sociolinguistas até os dias de hoje” (ibid. p. 48)⁹². Dentre elas, destaca-se a ideia de que o “multilinguismo é uma ameaça à ordem” (ibidem)⁹³ e que, caso inexista a possibilidade de estabelecer forçosamente uma única língua para promover uma unificação radical, devem ser determinadas relações

⁹¹ “From the safeguarding of routes the tasks have shifted to the administration of territories. In the east and southeast, missionaries, company employees, and government agents presumably came to depend on Swahili as a means of bridging the division created by the ethnic and linguistic boundaries dividing the population under their ‘tutelage’ (a term much valued at the time). Such a presumption may be logical, but it does not constitute a historical explanation. The fact that Swahili was promoted in response to the need for a common language (granting for the moment that such a need existed in Katanga) is no answer to the question why people thought at that time that Swahili could fulfill that function. In our indirect approach to the history of Shaba Swahili via its colonial codification, these questions regarding the ideological background of linguistic policies are as important as the charting of dates and arenas of diffusion”.

⁹² No original: “are *en vogue* among sociolinguists up to this day”.

⁹³ “Multilingualism is a threat to order”.

hierárquicas entre as línguas, pois “liberdade e coexistência, interação, e talvez competição seriam uma ameaça à autoridade”⁹⁴, o que por sua vez enseja a estipulação de delimitações entre línguas e dialetos segundo critérios ambíguos de “evolução linguística” (ibid. p. 49). Esses vieses ideológicos não apenas veem uma ameaça a ser suprimida no multilinguismo por meio da imposição de certas línguas em detrimento de outras como também veiculam a noção de instrumentalidade linguística: a ideia de que as línguas são exclusiva ou predominantemente instrumentais para a comunicação humana, e como qualquer instrumento, passíveis de manipulação para atender a finalidades práticas.

Antes de nos dedicarmos à análise desses vieses ideológicos das controvérsias inerentes à questão linguística – que, como se procura demonstrar, tanto antecedem como sucedem cronologicamente o período colonial – cabe ressaltar que o caso discutido por Fabian é elucidativo por constatar as relações de poder em jogo nessas controvérsias. Tais formas de poder não foram realizadas de maneira uniforme e conduziram ao favorecimento de determinadas línguas africanas em certos contextos (tomando o *lingala* nos arredores de Léopoldville⁹⁵ e o *shaba swahili* no Katanga por exemplos) como língua franca sem, contudo, ameaçar o prestígio da língua francesa enquanto meio oficial do estado colonial no Congo. Subscreeve-se aqui ao entendimento do autor sobre essa dimensão simbólica do poder colonial no que se refere à seleção, controle e promoção de determinadas *políticas de língua* – isto é, as medidas tomadas tendo em vista a resolução da *questão linguística* – de acordo com os objetivos da colonização.

Diante das reflexões apresentadas até aqui, se reafirma a necessidade de reconhecer o caráter político das tentativas de solucionar a diversidade linguística em contextos marcadamente desiguais e hierárquicos – dos quais a situação colonial na África é um expoente emblemático, mas não o único. A importância analítica contemplada por meio da apreciação histórica da noção de “questão linguística” está em identificar a dimensão simbólica do poder exercido sobre os diferentes veículos de comunicação humana. Trabalhos como os de Fabian, para além de propiciar esse salto interpretativo fundamental em relação às perspectivas iluministas sobre as línguas humanas e a normatividade implícita na própria concepção da existência de uma “questão linguística” a ser diligentemente resolvida, demonstram como o governo da diversidade linguística africana esteve no centro do repertório de poder simbólico exercido pelo estado colonial.

⁹⁴ “Freedom of coexistence, interaction, and perhaps competition would be a threat to authority”.

⁹⁵ Atual Kinshasa, capital da República Democrática do Congo.

Admite-se que não se deve comparar inadvertidamente o caso da colonização do Congo belga com Moçambique por existir diferenças contextuais consideráveis, a mais patente delas a inexistência prévia de uma questão linguística no interior da comunidade metropolitana portuguesa. Como se busca argumentar no segundo capítulo, contudo, o papel da língua portuguesa como componente fundamental no conjunto da política assimilacionista de Portugal para com suas colônias indica a existência de um poder simbólico exercido na língua falada, veiculada e promovida pelo colonizador.

Tomando por base a máxima da ciência política acerca da definição de poder, segundo a qual o poder conceitualmente consiste na influência que A exerce sobre B para realizar tarefas que B não o faria senão por intermédio de A (BARRACHO & LUKAMBA, 2012), é necessário adicionar que o poder simbólico a que se refere aqui não se exerce numa relação de dominação direta e absoluta de A sobre B, pois assumi-la como tal implica em afirmar que B é completamente destituído de poder sobre A. Uma perspectiva mais histórica e conceitualmente acurada jaz em perceber a existência de relações recíprocas, ainda que certamente hierárquicas. Dessa forma se faz jus tanto à resistência e contestação à ordem colonial praticadas durante toda sua existência, como também se abre uma perspectiva para interpretar como o domínio da língua portuguesa por parte de elementos da população colonizada as dotou de um poder simbólico no seio da sociedade colonial cujos efeitos, contudo, excederam em muito os limites do estatuto jurídico de “assimilado” que lhes podia ser conferido pelo estado português.

Retornaremos a esses aspectos adiante. Por ora, convém definir que uma das lições principais de Fabian para o arcabouço deste trabalho está, portanto, em compreender que o poder simbólico exercido no âmbito linguístico é sustentado por perspectivas ideológicas que orientam as políticas de língua a serem tomadas – em outras palavras, como tornar a diversidade linguística governável dentro de uma entidade política de caráter estatal. Dois aspectos restam por ser abordados. Primeiro, para perspectivar como o vínculo entre a questão linguística e a governança se exercem no período pós-colonial, se procede para a contextualização do debate nos processos analisados por esta pesquisa, nomeadamente a porção meridional da África oriental durante a década 1960 na ocasião do surgimento do ramo científico da sociolinguística, e como este campo foi então posto a serviço de diversos interesses governamentais e administrativos atuantes naquele contexto. Segundo, se assinala que a questão linguística segue irresoluta mesmo décadas após a independência dos países africanos e como alguns dos paradigmas propostos acerca da diversidade linguística resumidos nestas páginas seguem profundamente atuais.

1.2 A sociolinguística a serviço do desenvolvimento: o caso da África oriental

A pesquisa conduzida nos fundos documentais da Fundação Ford atualmente sob a guarda do Rockefeller Archive Center no estado de Nova Iorque, inicialmente dedicada à busca por registros que complementassem nosso entendimento sobre a formação dos primeiros programas educacionais da FRELIMO no Tanganyika, se deparou também com um conjunto bastante distinto de fontes. Tratam-se em sua maioria de relatórios escritos entre 1961 e 1978 que versam sobre as atividades da Fundação Ford no campo linguístico, mais precisamente de seus programas e verbas destinadas à pesquisa sociolinguística e à formulação de políticas de língua e projetos educacionais nos países em desenvolvimento.

Ao citar alguns títulos desses relatórios, como “Nationalism, Language and Language Planning”; “The importance of language in the modern world”; “The Search for National Unity in Africa” e “Meeting on the Role of Language Problem in the Ford Foundation Program”, se torna patente que os relatórios compartilhavam como problemática as correlações entre língua e nacionalidade e especialmente problemas políticos que pudessem estar atrelados à diversidade linguística. Diante desses relatórios, o seguinte conjunto de perguntas saltou à ribalta: quais os possíveis interesses da Fundação em dedicar tempo e recursos a estudos da questão linguística? O que os relatórios podem nos informar a respeito da imbricação do político no linguístico na África oriental durante as primeiras décadas de independência dos países da região? E, por fim, como podemos interpretar a preocupação com a questão linguística por parte de linguistas norte-americanos e governantes de países africanos ligados por meio do financiamento da Fundação Ford?

Para buscar responder preliminarmente a esses questionamentos, expõe-se a seguir alguns processos históricos gerais que podem ser abordados por meio da documentação e que incidem sobre o *setting* linguístico dos países da África oriental – mas não só, pois também foi dada atenção significativa ao Gana, Nigéria, Indonésia, Índia e outros países, inclusive o Brasil⁹⁶. Adianta-se aqui que é possível depreender uma confluência ocorrida no decorrer da década de 1960 entre os interesses acadêmicos de linguistas várias universidades e centros de pesquisa, atraídos pelas investigações e debates sobre temas tangenciais à diversidade

⁹⁶ Projetos da Fundação Ford na área linguística no Brasil são mencionados no apêndice do relatório intitulado “FORD FOUNDATION GRANTS IN LANGUAGE FIELDS” de 1971. Os três projetos citados no relatório, totalizando um investimento de mais de US\$ 600.000,00, foram destinados à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Universidade Federal da Bahia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro para “improve the teaching of Portuguese, the language of instruction, and foreign languages, including English and Spanish”. The Ford Foundation’s Overseas Activities in Language Fields – Meetings and Discussion Papers, 1971. In: Ford Foundation Records/Catalogued Reports/Reports 1-3254/Box 119/Folder 002727 (FA739A).

linguística, e dos interesses políticos da Fundação Ford em seus projetos desenvolvimentistas em planejamento e execução no “Terceiro Mundo”. Argumenta-se que os esforços desses investigadores, aliados ao apoio organizacional e financeiro da Fundação Ford, proporcionou a cooperação entre linguistas e administradores (tanto governamentais como filantrópicos) tendo em vista sua aplicação prática em países africanos marcados pelo multilinguismo.

Mas o que teria atraído de fato o interesse da Fundação Ford aos problemas oriundos da diversidade linguística nos países em desenvolvimento? Um tema tão amplo é certamente meritório de pesquisas mais específicas, mas é difícil conceber uma resposta que não passe pela questão da agência norte-americana sobre o desenvolvimento desses países num contexto de Guerra Fria. Nesse sentido, é fundamental reconhecer que entidades governamentais e filantrópicas estadunidenses na década de 1960 estavam atentas aos desdobramentos socioeconômicos e políticos do “Terceiro Mundo” e prontamente dispostas a intervir – convidadas ou não – nos casos em que se julgava importante afirmar a aliança e alinhamento desses países para com o Ocidente e simultaneamente afastá-los da malquista influência sino-soviética⁹⁷, fosse ela real ou imaginada. Como relatou explicitamente um comissário da Fundação Ford numa visita oficial a diversos países africanos em 1964, os projetos educacionais na região “deveriam ser promovidos em áreas de especial interesse aos EUA condizentes com interesses africanos, como treinamento em língua inglesa, os ideais e práticas da democracia liberal, e a economia do direito de propriedade privada e pública”⁹⁸.

Dessa forma, não é possível negar que a atuação da Fundação Ford em países ditos “subdesenvolvidos” corresponde a processos históricos perpassados por relações de poder e interesses geopolíticos específicos. Para além do contexto histórico marcadamente desigual que informava a formação das diretrizes responsáveis pelos programas de fundações filantrópicas, é necessário reconhecer de antemão que a definição de “desenvolvimento” operada por agências como a Ford eram concebidas por perspectivas “elitistas e tecnocráticas” (ARNOVE, 1977, p. 100). Assim, os programas dessas fundações tendiam a promover instituições e grupos de elite no interior dos países “em desenvolvimento” de maneira a não comprometer interesses estratégicos do sistema internacional do qual afluía o poder exercido por entidades públicas e privadas norte-americanas. Nas palavras de Robert

⁹⁷ É notório que na década de 1960 as próprias rivalidades entre chineses e soviéticos também tiveram seu papel da conformação geopolítica da Guerra Fria.

⁹⁸ WYZANSKI, Charles E. Notes on a Ford Foundation trustee's visit in July and August 1964 to Ethiopia, Kenya, Tanganyika, Uganda, Northern Rhodesia, Southern Rhodesia and the Sudan (Reports 000442). In: Ford Foundation Records/Catalogued Reports/Reports 1-3254/Box 24/Folder 000442 (FA739A). No original: “Training should be fostered in the areas of special interest to the U.S. consistent with African interests, such as English-language training, the ideals and practices of liberal democracy, and the economics of private, as well as public, ownership of property”.

Arrove, que dedicou-se à análise das assunções e prerrogativas desenvolvimentistas da Fundação Ford na década de 1970, o grupo de indivíduos responsável por sua operação “arrogaram-se a responsabilidade, senão a intencionalidade, de promover mudanças em casa e no estrangeiro. [...] Mas as fundações, afinal, foram criadas para preservar riquezas, e não redistribuí-las” (ibid. p. 123)⁹⁹.

A dinâmica desenvolvimentista e o contexto histórico que lhe era próprio nos abre uma perspectiva introdutória para compreender as iniciativas da Fundação Ford na questão linguística dos ditos países em desenvolvimento. Um exemplo elucidativo pode ser encontrado num discurso proferido por Francis Xavier Sutton numa conferência da UNESCO ocorrida em Boston entre os dias 22 e 26 de outubro de 1961. Sutton era o alto representante¹⁰⁰ da Fundação no seu escritório em Nairóbi, no Quênia, e foi um dos principais responsáveis pelo assessoramento da outorga dada a Eduardo e Janet Mondlane em 1963 que resultou na fundação do Instituto Moçambicano em Dar es Salaam, estudado em detalhe no terceiro capítulo.

O discurso de Francis Sutton numa plenária da UNESCO, arquivado sob o título de “Education in changing Africa”, foi dedicado às potencialidades da educação nos jovens países independentes do continente africano e defendeu que os Estados Unidos não poderiam se dar ao luxo de ser um mero espectador do desenvolvimento educacional africano. Sutton primeiro mencionou o papel das elites africanas instruídas na condução dos novos países e então lançou seu veredito a respeito desse processo:

É um fato impressionante que a África esteja sendo conduzida por homens genuinamente novos – não por chefes ou filhos de chefes, mas por homens que foram bem em Achimota, William Ponty, Gordon College, Kaduna Training College, e outras escolas similares e proeminentes na África e no exterior. Essa nova elite educada conseguiu uma autoridade indisputada e conquistou um sólido séquito entre seus colegas africanos, que afinal não puderam ser ignorados pelos poderes coloniais europeus. [...] Sob a pressão de sua necessidade mais evidente e seus desdobramentos mais ambíguos, nós devemos esperar que a África tome a dianteira em como construir um currículo verdadeiramente universal e uma cultura comum no mundo. Nós seríamos verdadeiramente torpes e tolos se não quiséssemos estar nessa grande aventura humana. Nós temos muito a ganhar e aprender, e no contexto da educação nós podemos acabar por perder o sentido de quem ensina e de quem é ensinado¹⁰¹.

⁹⁹ No original: “has arrogated unto itself the responsibility, if not stewardship, for fostering change at home and abroad. [...] But foundations, after all, were created to preserve wealth, not to redistribute it”.

¹⁰⁰ O cargo ocupado por Sutton durante boa parte da década de 1960 era “Ford Foundation’s Program Director for East Africa”.

¹⁰¹ “Education in changing Africa” (Reports 000176). In: Ford Foundation records/Catalogued Reports/Reports 1-3254/ Box 11 (FA739A), p. 12. No original, “It is a striking fact that Africa is being led by genuinely new men - not by chiefs or the sons of chiefs, but by men who did well at Achimota, William Ponty, Gordon College, Kaduna Training College, and similar outstanding schools in Africa and abroad. This new educated elite won undisputed authority and solid following among their fellow Africans which the European colonial powers in

Por mais que o discurso de Sutton tenha cumprido funções principalmente cerimoniais e não seja particularmente revelador de nenhum tipo de política específica a ser planejada ou executada pela Fundação, diferentemente dos relatórios analisados a seguir, é importante reconhecer alguns argumentos fundamentais que alicerçam a atuação e o auxílio da Fundação em contextos africanos. O primeiro sugere que a África teria uma “necessidade evidente” por educação e o segundo está no caráter ambíguo, isto é, indefinido do tipo de educação a ser desenvolvida pelos “homens-novos” que a lideram. Nesse sentido, seria justificada a participação ativa de organizações norte-americanas para auxiliar com provimento educacional às jovens e incertas nações.

Contudo, não deve parecer surpreendente que as questões que subjazem a intenção de “ajudar” o desenvolvimento dos países africanos se apresentaram aos homens encarregados de planejar e executar os programas de auxílio de maneira mais complexa. Anos mais tarde, Frank Sutton aparece novamente envolvido na questão da educação nos países africanos após lhe ter sido encarregada a tarefa de preparar um documento [*Agenda Paper*] com a pauta a ser seguida num encontro dos representantes da Fundação Ford [*Representative’s Meeting*] a ser realizado em Nairóbi em junho de 1968. A pauta¹⁰² sumariza da seguinte forma os problemas a serem abordados na reunião:

Para as nações localizadas mais atrás na rota para a modernização, a grande esperança para o progresso rápido depende do acesso ao conhecimento e habilidades das nações mais avançadas. A necessidade dos países da Ásia e da África por inglês – e em alguns casos por francês – dificilmente necessita de elaboração. Toda a possibilidade do Programa de Desenvolvimento Ultramarino da Fundação Ford dependeu do uso do inglês como veículo e nós gastamos uns 8.7 milhões [de dólares] em projetos para expandir ou melhorar o conhecimento de inglês¹⁰³.

Sutton estava de acordo com a ideia de que os países africanos e asiáticos necessitavam aceder ao conhecimento produzido pelas nações mais avançadas se quisessem progredir mais rapidamente na “rota para a modernização”, bem como de que esse

Africa were ultimately unable to ignore. [...] Under the press of its more evident need and more ambiguous attachments, we should hope and expect that Africa will outpace us how to build a truly universal curriculum and a common culture in the world. We would indeed be torpid and foolish not to want to be in on this great human adventure. We have much to gain and learn, and in the common context of education we may hopefully lose a sense of who is teaching and who is taught”.

¹⁰² Não foram encontrados documentos ou relatórios da reunião em si, apenas sua pauta circunstanciadamente planejada por Sutton.

¹⁰³ “The importance of language in the modern world” (Reports 007119). In: Ford Foundation Records/Catalogued Reports/Reports 6262-9286/Box 314 (FA739C), p. 5. No original, “For nations farther back on the route to modernization, the great hope of rapid progress depends on access to the knowledge and skills of the more advanced. The need of countries in Asia and Africa for English – and in some cases for French – hardly needs laboring. The whole possibility of the Ford Foundation’s Overseas Development program has depended upon the use of English as a vehicle and we have spent some \$8.7 million in projects to extend or improve the knowledge of English”.

conhecimento era melhor acessível em língua inglesa. Não à toa foi elencado na sequência o total de recursos gastos até aquele momento em programas chamados ESL, isto é, *English as a Second Language*. Mas a questão fundamental a ser levantada no encontro em Nairóbi era a de que a escolha por línguas europeias naqueles contextos era potencialmente problemática e, portanto, meritória de cuidados especiais por parte da Fundação:

Parece haver um *conflito óbvio* entre as funções da língua na modernização e na construção da nação. Uma língua mundial que é uma *janela para a modernidade* não possui o apelo emocional de uma língua materna; ela dificilmente pode ser uma possessão nacional distintiva de uma nova nação e pode ser associada odiosamente com um passado de subjugação ou humilhação persistente. Há, de fato, muitas nações, principal mas não exclusivamente na África, que estão tentando fazer das línguas inglesa e francesa suas línguas nacionais mesmo que o número de falantes nativos dessas línguas nesses países seja extremamente pequeno. Esse empreendimento é *inevitável em alguns casos*. Eles certamente merecem nosso interesse, simpatia, e – se o orçamento permitir – nossa assistência¹⁰⁴.

A clivagem feita por Sutton entre línguas supostamente modernizantes – ou “janelas para a modernidade” como o inglês e o francês – e aquelas que apelam a sentimentos emocionais para fundar laços nacionais é fundamental e as semelhanças deste raciocínio com o arcabouço conceitual em voga desde Herder não podem ser interpretadas como uma trivialidade. Mas para evitar truncar a exposição a respeito dos interesses da Fundação Ford em imiscuir-se na política linguística dos países “em desenvolvimento”, retornaremos a esse ponto mais adiante por meio da demonstração de como Herder foi revisitado pelas pesquisas financiadas pela Ford na década de 1960. Por ora cabe enfatizar que, para Sutton, a “inevitabilidade” da escolha pelas línguas “modernizantes” em alguns desses países não implicava em definir que a Fundação devesse aguardar passivamente os desdobramentos de uma política de língua que “naturalmente” estabelecesse a língua inglesa (ou francesa) enquanto oficial/nacional¹⁰⁵, pois:

A decisão de manter ou abandonar o inglês pode sacudir a própria tessitura de um país como a Índia, com o qual nós temos profundas preocupações. É *inevitável* que nós devamos estar interessados em ver que as decisões linguísticas desses países nos quais

¹⁰⁴ “The importance of language in the modern world” (op. cit.), grifos acrescentados. No original: “There appears to be an obvious conflict between the functions of language in modernization and in nation-building. A world language that is a window on modernity lacks the emotional appeal of a mother tongue; it can hardly be a distinctive national possession of a new nation and it may bear hateful associations of past subjugation or continuing humiliation. There are in fact many nations, mostly but not solely in Africa, that are trying to make English or French into their national languages although the number of native speakers of these languages in the countries is vanishingly small. The venture is an inescapable one in some cases. They certainly deserve our interest, sympathy, and – if the budget permits – our assistance”.

¹⁰⁵ Sendo conceitualmente possível e desejável discernir entre língua “oficial” e língua “nacional”, tal não o é feito nesse documento em específico e, portanto, mantem-se o emprego de ambos os termos de maneira indistinta para preservar a ambiguidade do *Agenda Paper* de Sutton.

nós trabalhamos sejam *sãs e realistas*. Nós não podemos escapar em querer influenciá-las¹⁰⁶.

Assim, as motivações da Fundação em se envolver nas políticas de língua dos países em que atuava foram dadas em termos que significavam, em última instância, a busca pela manutenção de um determinado status quo no qual ela estivesse em posição de manter sua dupla atuação enquanto assessora e promotora do desenvolvimento desses países. Em outras palavras, enquanto a Fundação estivesse interessada no “desenvolvimento” dos países da África (mas também da América Latina e da Ásia) seu interesse pelas suas políticas de língua – percebidas enquanto um componente da própria estabilidade da “tessitura social” desses países – estaria consolidado.

Essa conclusão pode parecer precipitada a partir de um único documento destinado ao estabelecimento de pautas para uma reunião a ocorrer na África oriental, mas é importante situá-lo enquanto um produto de uma preocupação institucionalizada para com as “atividades linguísticas” [*language activities*] dos países em desenvolvimento. Isto é, o *Agenda Paper* de Sutton está inserido num conjunto mais amplo de documentos que expressaram à época a necessidade da Fundação Ford permanecer politicamente atualizada e atuante sobre os países recentemente independentes. Nesse sentido, em junho de 1967 – curiosamente um ano antes do encontro realizado em Nairóbi – foi produzido um relatório¹⁰⁷ dedicado a realizar um apanhado de todas as “atividades linguísticas” da Fundação entre 1951 e 1966, tanto nos Estados Unidos continental como no ultramar, com o intuito de traçar “diretrizes para o futuro”¹⁰⁸ nesse âmbito. Nesse relatório, que fora enviado às representações da Fundação Ford no mundo inteiro¹⁰⁹, estipulou-se que:

Na frente ultramarina, é recomendável que a Fundação encarregue-se (*como a única agência privada ou governamental em posição de fazê-lo*) de assistir o preparo de políticas e estratégias que possam ajudar *países em desenvolvimento* a determinar qual/quais língua(s) possa(m) servir como o mais efetivo instrumento para a unidade nacional, para educação e desenvolvimento social, e relações internacionais¹¹⁰.

¹⁰⁶ “The importance of language in the modern world”, op. cit., p. 14, grifos adicionados. No original: “The decision to retain or abandon English may shake the whole fabric of a country like India with which we have a deep concern. It is inevitable that we should be interested to see that the linguistic decisions of the countries in which we work are sound and realistic. We cannot escape wanting to influence them”.

¹⁰⁷ FOX, Melvin J. Foreign or Second Language Activities in the United States and Overseas 1951 – 1966. In: Ford Foundation Records/Catalogued Reports/Reports 1-3254/Box 101/Folder 002381 (FA739A).

¹⁰⁸ Ibid. No original, “the report attempts to suggest guidelines for the future”.

¹⁰⁹ O exemplar relatório consultado na documentação do Rockefeller Archive Center possuía um carimbo indicando seu recebimento pela “The Ford Foundation Cairo” no dia 3 de julho de 1968, o que leva a crer que tenha sido distribuído para outras filiais internacionais.

¹¹⁰ FOX, op. cit. p. 3, grifos acrescidos. No original: “On the overseas front, it is recommended that the foundation undertake (as the only private or governmental agency in a position to do so) to assist in forging policies and strategies that can help developing countries to determine which language(s) can serve as the most

Portanto, a disposição da Fundação em interferir na política de língua dos países em desenvolvimento está relacionada à própria natureza da relação de poder estabelecida entre ambos: se um dos deveres percebidos pela Fundação era a necessidade de financiar e organizar projetos em nome do desenvolvimento educacional dos países subdesenvolvidos, seu interesse em prestar auxílio a esses países na resolução de suas próprias questões linguísticas foi compreendido como uma decorrência natural. Se este ponto estava claro para Sutton em 1968, ele seria reiterado pelo autor do referido relatório em outra oportunidade alguns anos mais tarde, após diversos debates e encontros sobre o assunto entre quadros da Fundação:

Alguns dos escritórios da Fundação no ultramar concluíram que a língua é uma chave vital para a reforma educacional [...] os problemas sociais, políticos e econômicos que caracterizam a maioria dos países no mundo em desenvolvimento são equiparados por *desordens linguísticas* que podem *criar caos na esfera educacional*¹¹¹.

Assim, subjacente à noção de que era necessário garantir a boa execução dos projetos educacionais no ultramar estava a concepção de que a diversidade linguística desses países era uma ameaça à ordem e a sua própria constituição enquanto comunidades nacionais e, caso permanecesse irresoluta, ofereceria o risco de o desenvolvimento educacional descambar ao caos. Conforme já expusemos, é importante ressaltar que esse pressuposto – segundo o qual a multiplicidade de línguas numa dada entidade política representava uma ameaça à existência dessa própria comunidade – não era novo e já havia sido invocado para contextos africanos desde o estabelecimento do jugo colonial. A diferença está em compreender que a questão, para a Fundação Ford e seus escritórios espalhados pelos países do hemisfério sul na década de 1960, se manifestou em termos desenvolvimentistas e não de pura supremacia colonialista. Isto é, o “problema dos vernáculos” [*vernacular problem*] segundo a definição do autor deste relatório, ao supostamente pôr em cheque a eficácia dos projetos educacionais orientados para o desenvolvimento – essa é a palavra-chave nos relatórios da Ford – dos países africanos, asiáticos e em menor medida os latino-americanos, e com isso comprometer seu progresso nacional, precisava ser pormenorizadamente estudado e medidas que visassem sua solução concebidas e aplicadas.

effective instrument(s) for national unity, for education and social development, and for international intercourse”.

¹¹¹ “The Ford Foundation’s Overseas Activities in Language Fields” (Reports 002727). In: Ford Foundation Records/Catalogued Reports/Reports 1-3254/Box 119/Folder 002727 (FA739A), pp. 1 – 2, grifos acrescidos. No original: “Some of the Foundation’s overseas offices have concluded that language is a vital key to educational reform [...] the social, political, and economic problems that characterizes most countries in the developing world is matched by linguistic disorders that can create chaos in the educational sphere”.

Por outro lado, a Fundação Ford rapidamente apercebeu-se de que esses problemas de ordem linguística não ocorriam de maneira idêntica nos diversos contextos em que atuava e, portanto, o ensino da língua inglesa não poderia ser prescrito indiscriminadamente como a única solução. Este último relatório citado, preparado em 1971 por Melvin J. Fox, um alto-funcionário da Fundação, indicou que estava em curso uma reorientação das políticas de investimento da Ford em assuntos educacionais no exterior, que tradicionalmente eram voltados ao treinamento e capacitação de professores para o ensino de inglês, para um “relativamente novo mas rapidamente crescente interesse no uso de línguas regionais ou locais na educação”¹¹². Fox deu como razão principal para essa mudança a constatação do “desempenho educacional inadequado” dos alunos nos primeiros anos de escolarização em países em desenvolvimento, “particularmente aqueles na África, no Sul e Sudeste Asiático”¹¹³.

Se esse argumento acerca da ineficácia educacional da escolarização em línguas não-maternas levantado por Fox no início da década de 1970 mantém um peso fundamental nas discussões contemporâneas a respeito das políticas de língua dos países africanos, é necessário ressaltar que Francis Sutton havia dado uma sugestão distinta na ocasião de seu *Agenda Paper* de 1968, ainda que apontasse ao mesmo fim de rever a aplicação de recursos da Fundação em projetos para o ensino da língua inglesa. Para Sutton, dedicar recursos exclusivamente à promoção da língua inglesa no exterior era inerentemente problemático porque:

o ensino de inglês não é simplesmente a transmissão de uma técnica. A língua inglesa carrega consigo uma literatura e cultura que precisam encontrar seu lugar adequado nas universidades e culturas nacionais de nações que não falam inglês. Qual lugar deva ser esse é inevitavelmente uma questão de opinião, mas poderíamos pensar que nem todas as opiniões úteis sejam aquelas das pessoas que pertençam ao país. A urgência e caráter dos problemas de política linguística diferem tão amplamente que grandes diferenças indubitavelmente existirão nas preocupações que os representantes levarão a Nairóbi¹¹⁴.

Há dois elementos fundamentais nesse trecho do documento preparado para nortear as discussões do encontro dos representantes da Fundação Ford em Nairóbi. O primeiro está no

¹¹² FOX, op. cit. p. 1. No original: “a relatively new but rapidly increasing interest in the use of regional or local languages in education”.

¹¹³ Ibid. p. 7. No original: “particularly those in Africa and South and Southeast Asia”.

¹¹⁴ “The importance of language in the modern world”, op. cit., p. 14. Tradução livre de “For example, the teaching of English is not simply the imparting of a technique. The English language carries a literature and culture which need to find their proper place in the universities and national cultures of non-English-speaking nations. What this place ought to be is inevitably a matter of opinion, but one would think that not all the useful opinions should be those of people who belong to the country. The urgency and character of language policy problems differ so widely that great differences will undoubtedly exist in the concerns that representatives will bring to Nairobi”.

argumento de Sutton de que a língua inglesa não é um mero instrumento para o progresso técnico porque detém em seu interior características culturais próprias que devem ser acomodadas pelas comunidades nacionais recipientes do auxílio da Ford. O segundo está em sugerir a busca por opiniões “úteis” ou relevantes que assessorassem os representantes da Ford na tomada de medidas no plano linguístico. É nessa inclinação que se insere o financiamento a pesquisas acadêmicas no âmbito científico da sociolinguística, de maneira a pô-la a serviço dos projetos desenvolvimentistas da Fundação na África oriental e alhures. Em outras palavras, a necessidade percebida de mergulhar nos problemas linguísticos desses países para, em princípio, melhor atender às suas necessidades de desenvolvimento deveria, portanto, ensejar investimentos e esforços de capacitação de profissionais aptos a colaborar com a Fundação no terreno linguístico.

Um dos primeiros estudos a ser enviado à apreciação da Fundação Ford foi oriundo das pesquisas do linguista Joshua Fishman, financiadas durante o ano letivo de 1968 a 1969, que resultaram numa monografia intitulada “Nationalism, Language and Language Planning”¹¹⁵. O projeto de Fishman aparece descrito na documentação consultada como uma “pesquisa sociolinguística sobre o planejamento linguístico nos países em desenvolvimento”¹¹⁶ e teve por principal interesse de pesquisa a investigação sobre “o papel das elites em criar tanto a consciência como a substância de uma unidade mais ampla [...] em vista dos paralelos que existem entre esses esforços e direcionamentos com aqueles que pertencem ao planejamento linguístico em si”¹¹⁷.

A parte do estudo de Fishman mais pertinente aos propósitos deste trabalho foi dedicada à análise do “papel do vernáculo nos movimentos nacionalistas”¹¹⁸, e já tivemos a oportunidade de nos referir a algumas de suas reflexões a respeito do cabedal filosófico proposto por Johann Herder no século XVIII. A questão aqui é abordar as razões de Herder ter sido revisitado naquele contexto específico e refletir a respeito da circulação de ideias tributárias de seu pensamento nos debates sobre política de língua enfrentados pela Fundação Ford. Para Fishman, a pertinência de Herder pode ser resumida da seguinte forma:

A principal figura que situou a língua diretamente no centro emocional e intelectual da preocupação por autenticidade no nacionalismo moderno foi, sem dúvida, Johann

¹¹⁵ “Nationalism, language and language planning”, op. cit. Ford Foundation Records/Catalogued Reports/Reports 6262-9286/Box 298/Folder 70437/Reports 006642 (FA739C).

¹¹⁶ “Sociolinguistic research on language planning in developing countries”.

¹¹⁷ “Nationalism, language and language planning” op. cit. p. 24. No original: “The role of elites in creating both the awareness and substance of broader unity and authenticity is of particular interest to us in view of the parallels that exist between these efforts and directions and those that pertain to language planning per se”.

¹¹⁸ Ibid. p. 7. No original: “the role of vernacular in nationalist movements”.

Gottfried Herder (1744-1803). Ainda que ele tenha sido influenciado por outros [...] em desenvolver suas ideias e associou-se a outros em propagá-las, as frases, conceitos e ênfases que surgiram recorrentemente nos últimos dois séculos em todo o mundo, em qualquer lugar que se defendam ou admirem os vernáculos, tendem a ser suas. Seus escritos foram fundamentais para o desenvolvimento das visões apologéticas de que a língua materna expressa um espírito ou alma da nacionalidade¹¹⁹.

Nesse sentido, Fishman argumenta que as contribuições conceituais de Herder foram saudadas em diversas ocasiões – conscientemente ou não – sempre que se desejou defender os direitos das nacionalidades à autenticidade cultural e linguística. Com base nesse modelo interpretativo o estudo de Fishman afirmou que “traçar uma linha divisória linguística é tão sentimental quanto traçar uma linha étnica”¹²⁰ e se subscreveu ao entendimento de que a multiplicidade de línguas pode ser desastrosa para a construção de laços identitários de caráter nacional. Se um dos objetivos do nacionalismo moderno é encorajar a integração sociocultural dentro de uma estrutura político-organizacional, a diversidade de línguas internas a essa estrutura “é não apenas ineficiente e potencialmente perigosa (por geralmente promover e proteger a desunião), mas também convidativa de comparações odiosas com rivais mais favorecidos e melhor estabelecidos”¹²¹ no plano sociolinguístico.

Diante dessa argumentação, as conclusões de seu estudo foram favoráveis à condução de atividades de planejamento linguístico e de sua aplicação para solucionar potenciais tendências de desintegração social enfrentada nos países em que atuava a Fundação Ford. Em suas palavras,

movimentos nacionalistas não devem apenas formar uma nacionalidade unificada e unificante por meio de inúmeras manifestações diferentes que ocorrem em rotinas e crenças étnicas cotidianas, mas devem também formar uma língua igualmente unificada e unificante que manifeste a diversidade de sistemas fonológicos, gramaticais e semânticos. Nacionalismos empreendem a produção de línguas-padrão autênticas, simples e unificantes a serem conscientemente empregadas e conscientemente desposadas onde anteriormente existiam apenas variedades regionais e locais, empregadas irreflexivamente e emocionalmente abandonadas. O planejamento linguístico, então, é um serviço definitivo para a e produto da causa nacionalista¹²².

¹¹⁹ Ibid. p. 11. “The major figure in placing language squarely in the emotional and intellectual center of modern nationalism’s concern for authenticity was doubtlessly Johann Gottfried Herder (1744-1803). Although he was himself influenced by others [...] in developing his views as well as associated with others in propagating them, the phrases, concepts and emphases that have cropped up again and again during the past two centuries, throughout the world, wherever vernaculars are defended or admired, tend to be his. His writing was seminal in developing the complimentary views that the mother tongue expressed a nationality’s soul or spirit”.

¹²⁰ Ibid. pp. 18 – 19. No original: “the drawing of a linguistic line is every bit as sentimental as is the act of drawing the ethnic line itself”.

¹²¹ Ibid. p. 32. “Internal diversity of usage is not only inefficient and potentially dangerous (for it fosters and protects disunity more generally) but it also invites invidious comparisons with more favored and better established rivals”.

¹²² Ibid. p. 24. “Thus, nationalist movements must not only fashion a unified and unifying nationality out of countless manifest differences in daily ethnic routines and beliefs, but they must fashion an equally unified and

Não pode ser afirmado com clareza até que ponto esse tipo de reflexão foi concretamente considerada pelos representantes da Fundação Ford atuantes nos países “em desenvolvimento”, mas a circulação das ideias que viemos discutindo até aqui – a ameaça representada pelo multilinguismo à ordem colonial, estatal ou educacional, bem como o equacionamento de línguas nacionais a culturas nacionais no contexto do nacionalismo moderno – pode ser atestada por meio dos relatórios e documentos da Fundação que demonstram a existência de encontros e debates entre funcionários da Fundação Ford e linguistas interessados na investigação científica desses problemas.

Nesse sentido, é particularmente sugestivo que Sutton tenha chamado a atenção ao problema do “conflito óbvio” que existiria entre as funções de línguas modernizantes, pelas quais seriam veiculadas a razão e o progresso, e línguas para a “construção da nação”, que apelariam a fatores emocionais para o estabelecimento de laços sentimentais do simbolismo patriótico necessário para a integração nacional. Essa clivagem requereria, segundo Sutton, que a ênfase então vigente em financiar projetos para a expansão da língua inglesa fosse reexaminada em favor de políticas educacionais mais atentas à questão linguística dos países recentemente independentes.

A tarefa de ponderar a respeito das políticas de financiamento educacional e linguístico foi realizada, como já indicamos, em conjunto com consultores acadêmicos externos à Fundação. Foi na virada da década de 1960 para 1970 que ocorreu uma inflexão significativa, por parte da Fundação, em promover encontros entre alguns de seus representantes e convidados acadêmicos provenientes do âmbito da linguística. Conforme indicam atas¹²³ e relatórios retrospectivos posteriormente publicados¹²⁴, o principal encontro entre a Ford e acadêmicos convidados ocorreu entre os dias 8 e 10 de setembro de 1971 na cidade de Glen Cove, nos Estados Unidos, denominado “Meeting on the Role of Language in the Ford Foundation Program”.

unifying language out of a manifest diversity of phonological, lexical, grammatical and semantic systems. Nationalisms undertake to produce simple, authentic and unifying standard languages, to be consciously employed and conscientiously espoused, where, previously there existed only regional and societal varieties, unthinkingly employed and unemotionally abandoned. Language planning is, therefore, a definite service to and by-product of the nationalist cause”.

¹²³ The Ford Foundation’s Overseas Activities in Language Fields: Meetings and Discussions Papers, 1971. Ford Foundation Records/Catalogued Reports/Reports 1-3254/Box 119/Folder 002727 (FA739A).

¹²⁴ Ford Foundation records/Publications/Series 1/Box 25/Folder 258 / Language and Development: A Retrospective Survey of Ford Foundation Language Projects, 1952 – 1974, Melvin J. Fox (1975).

Na ocasião foram convidados diversos linguistas¹²⁵ de renome, como o próprio Joshua Fishman, o ganense Gilbert Ansre e o indiano Prabodh B. Pandit para participar num encontro capitaneado por Melvin J. Fox e Francis Sutton. Na cerimônia de abertura do evento estes dois foram responsáveis para dar o tom da conferência e a fala de Sutton, chamada “Language in Relation to Foundation Interest”, teve por objetivo apresentar a “relevância geral de trabalhos da linguística para os problemas com as quais a Fundação está preocupada, como *nation-building*, desenvolvimento, comunicação internacional” e, na sequência, enfatizar “porque e em que grau a Fundação considera a atenção a problemas linguísticos importantes”¹²⁶.

As contribuições dadas pelos linguistas no decorrer dos dois dias de evento foram diversas e parecem ter sido definitivas para que a Fundação Ford readequasse seus interesses de financiamento para além de projetos para a língua inglesa, mas alguns delineamentos gerais acerca dos debates merecem ser levantados aqui.

A primeira questão levantada nos debates ocorridos durante o encontro foi levantada por um dos participantes, Charles Ferguson, para questionar concretamente “de que maneira o trabalho básico de desenvolvimento linguístico pode contribuir para o desenvolvimento”¹²⁷ num sentido lato. As respostas tenderam a ser unânimes quanto às possibilidades que políticas de língua [*language policies*] oferecem para a integração política e estabilidade social, ou mesmo em “superar conflitos étnicos”¹²⁸, mas duas ressalvas principais parecem ter sido feitas. A primeira pôs em evidência que geralmente não é possível distinguir com clareza conflitos linguísticos de outras tensões que perpassam determinada sociedade. Ferguson comentou a esse respeito que “o debate sobre a política de língua é geralmente um substituto de questões étnicas ou divisórias mais amplas ou profundas, e portanto não é solucionável apenas em critérios linguísticos”¹²⁹, e não houve objeções consideráveis por parte dos outros participantes.

A segunda ressalva, contudo, tinha implicações mais complexas parcialmente decorrentes dessa constatação. J. Donald Bowen, outro participante do encontro, ressaltou que

¹²⁵ Além de Ansre, Fishman e Pandit participaram também diversos linguistas da University of California, Los Angeles, como Charles A. Ferguson, J. Donald Bowen, e Clifford H. Prator; Bonifacio P. Sibayan, do Phillipine Normal College, Manila; e vários membros do Center for Applied Linguistics de Washington.

¹²⁶ The Ford Foundation’s Overseas Activities in Language Fields: Meetings and [...] op. cit. sem página, folha 1. No original: “Presentation on the general relevance of language/linguistics work to problems with which the Foundation is concerned, e.g., nation-building, development, international communication – why and to what degree the Foundation considers attention to language problems important”.

¹²⁷ Ibid. p. 1. “In what way does the basic work of language development make a contribution to development?”

¹²⁸ Ibidem. No original: “bridging ethnic conflict”.

¹²⁹ The Ford Foundation’s Overseas Activities [...] op. cit., p. 3. “The debate over language policy is often a surrogate for larger or deeper ethnic or sectional issues, and thus not resolvable on linguistic criteria alone”.

se o estabelecimento de intercomunicação em massa é um fenômeno imprescindível a qualquer nação, a língua pode cumprir um entre dois papéis mutuamente excludentes: ou ela estabelece as precondições à unidade por facilitar a comunicação entre os membros nacionais – pois a ausência desse meio significaria “ter um estrangeiro por compatriota”¹³⁰, conforme indicou uma pesquisa financiada pela Ford sobre língua e nacionalismo no Gana – ou ela exagera tendências centrífugas expressadas em línguas locais. Para Bowen, até certo ponto essas tendências centrífugas são inevitáveis “dadas certas situações locais (como na história tribal da África), mas um sentimento de unidade nacional será muito mais difícil de ser atingido sem uma língua (ou línguas) nacional funcional”¹³¹. Uma nota pertinente de ser feita aqui é que não houve nenhuma menção por sua parte – nem parece ter sido levantado no encontro – quais efeitos a colonização europeia pode ter tido na conformação histórica das situações linguísticas que preocupavam os presentes no encontro em Glen Cove. Conforme salientamos anteriormente, não é possível responsabilizar uma genérica e amorfa “história tribal da África” pela diversidade linguística que parecia assolar os países recém-independentes e muitos dos conflitos étnicos e linguísticos experimentados após a independência foram de fatos incubados ou deliberadamente fomentados pela ingerência de ordem colonial em territórios africanos.

De qualquer forma, nem todos os participantes estavam de acordo de que seria necessária uma única língua para promover o nacionalismo nos países em desenvolvimento. Ao contrário, um grupo dos linguistas presentes – cujos expoentes eram o ganense Ansre e o indiano Pandit – estava inclinado a questionar essa precondição e afirmar que, por outro lado, “no nível mais básico e radicular, a mobilização e mudança sociais ocorrem por meio do uso das línguas vernáculas, indiferentemente da política de língua nacional”¹³². Nesse sentido, a ideia simples (mas não necessariamente trivial) de que não seria necessário que os membros de uma comunidade política se comunicassem entre si em todos os níveis foi digno de nota pelos relatores da Fundação Ford:

Tanto Pandit como outro participante, Gilbert Ansre do Gana, lançaram dúvidas sobre a noção de que o compartilhamento de uma língua em comum entre todos os cidadãos

¹³⁰ SMOCK, David. R. Language policy and nation building in Ghana (Reports 003638). In: Ford Foundation records/Catalogued Reports/ Reports 3255-6261/Box 163/Folder 68992 (FA739B), p. 18. No original: “not to have a language in common with one’s compatriot is to have a stranger for a countryman”.

¹³¹ The Ford Foundation’s Overseas Activities [...] op. cit., sem página. “To some extent this is inevitable, given local situations (e.g. the tribal history of Africa), but a sense of national unity will be much harder to achieve without a functioning national language (or languages)”.

¹³² “At the most basic, grass-roots level, social mobilization and change occurs through the use of vernacular languages, regardless of the national language policy”.

é uma condição sine qua non para a integração política, uma vez que o conflito sobre a língua pode simplesmente representar outros tipos de tensões políticas¹³³.

Essas constatações acerca da imbricação entre problemas linguísticos e outras tensões sociais e políticas de natureza distinta são potencialmente úteis para auxiliar na explicação dos fenômenos que levaram à formação e derrocada do Instituto Moçambicano, tal como procedemos no terceiro capítulo. Por ora, cabe ressaltar que as discussões parecem ter sido consideradas seriamente pelos representantes da Fundação Ford e foram somadas às suas próprias experiências e constatações então recentes. Num relatório anexado às atas do encontro, Melvin J. Fox confidenciou suas conclusões:

O valor da autodeterminação não é algo novo para nós, mas nós não apreciamos suficientemente o fato de que a autodeterminação – seja de grupos regionais, nacionais, locais ou ‘tribais’ – modificaria significativamente o processo presumivelmente linear de desenvolvimento e limitar o papel das nações Ocidentais nesse processo. Mais particularmente, nós não esperávamos que alguns povos fossem preferir ressaltar sua identidade de grupo por meio do uso de línguas nacionais ou locais às custas do progresso tecnológico e econômico. Agora é mais completamente apreciado que *a língua é central para a identidade de grupo* e que a diversidade linguística simboliza a autodeterminação dos grupos como talvez nada mais o simbolize. Queiramos nós ou não, estaremos desperdiçando o nosso tempo se lutarmos contra preferências linguísticas; mesmo que nós possamos deplorar os custos da fragmentação linguística, não temos muita escolha além de aceitar esses custos¹³⁴.

É no bojo dessa reorientação institucional, que coexistiu e se relacionou com outros processos históricos como a independência dos países africanos e o fortalecimento dos interesses acadêmicos pela investigação científica dos problemas oriundos da diversidade linguística, que a Fundação Ford financiou um de seus projetos mais ambiciosos sobre o tema: uma pesquisa sobre o uso linguístico em vários países africanos principalmente localizados na África oriental. O projeto parece ter sido inicialmente concebido por uma iniciativa comum entre linguistas – como Clifford H. Prator, da University of California, que esteve presente no encontro promovido pela Fundação em Glen Cove – e representantes de

¹³³ The Ford Foundation’s Overseas Activities [...] op. cit. p. 8. No original: “Both Pandit and another participant, Gilbert Ansre of Ghana, cast doubt on the notion that the sharing of a common language by all citizens is a sine qua non of political integration, since conflict over language may simply represent other kinds of political tensions”.

¹³⁴ The Ford Foundation’s Overseas Activities in Language Fields: Meetings and [...] op. cit. p. 5. No original: “The value of self-determination is hardly new to us, but we did not sufficiently appreciate the fact that self-determination – whether by regional, national, local, or ‘tribal’ groups – would significantly modify the presumably unilinear process of development and limit the role played by Western nations in that process. More particularly, we did not expect that some people would prefer to stress their group identity by the use of national or local languages, at the cost of technological and economic progress. It is now more fully appreciated that language is central to group identity and that linguistic diversity symbolizes the self-determination of groups as perhaps nothing else does. Whether we like it or not, we will be wasting our time if we fight linguistic preferences; although we may deplore the costs of linguistic fragmentation, we have little choice but to accept these costs”.

universidades do Quênia, Etiópia, Tanzânia, Uganda e Zâmbia com o amparo de seus respectivos governos em meados da década de 1960, e que foi executado a partir de 1967 com financiamento da Fundação Ford. Essa empreitada investigativa de grande envergadura, oficialmente chamada de “The Survey of Language Use and Language Teaching in Eastern Africa”¹³⁵, passou a ser conhecida no jargão dos relatórios institucionais da Ford como *the Survey*. Nas palavras de Fox, nos relatórios compilados durante e após o encontro de 1971, a atenção da Fundação sobre o “problema dos vernáculos” [*vernacular problem*] consistiu principalmente no apoio financeiro e logístico prestado aos realizadores do *Survey*:

O esforço mais ambicioso foi o investimento (de aproximadamente um milhão de dólares)¹³⁶ nos últimos três anos no levantamento sociolinguístico do uso e ensino de línguas na Etiópia, Uganda, Quênia, Tanzânia e Zâmbia para quatro propósitos inter-relacionados: reunir dados básicos sobre as principais línguas faladas nesses países pode auxiliar no desenvolvimento de políticas de língua; estimular o treinamento e pesquisa em linguística e línguas nas universidades desses países; para promover contatos institucionais e recursos pessoais produtivos nas ciências da língua na África oriental¹³⁷.

Ainda que infelizmente os resultados finais do *Survey* para cada país (particularmente sobre a Tanzânia) não estivessem disponíveis nos relatórios impressos e arquivados pela Fundação Ford sob a guarda do Rockefeller Archive Center, foi possível acessar o relatório final comissionado pela Fundação para avaliar o término do projeto em finais de 1978, preparado por Melvin Fox e um linguista tanzaniano da Universidade de Dar es Salaam, M. H. Abdulaziz. No arrazoado contido no relatório confirmou-se a importância de se investigar o mais circunstanciadamente possível os problemas linguísticos dos cinco países africanos investigados, cujos resultados parecem ter sido postos à disposição de entidades governamentais desses países encarregadas de tomar medidas no plano linguístico. A propósito, o relatório apontou retrospectivamente que os governantes desses países africanos figuravam dentre os principais interessados na realização do *Survey*:

¹³⁵ The Survey of Language Use and Language Teaching in Eastern Africa: Inception and Initial Activities (1967-1968). In: Ford Foundation Records/Catalogued Reports/Reports 3255-6261/Box 160 (FA739B).

¹³⁶ Essa quantia é particularmente significativa quando comparada ao conjunto de investimentos da Fundação no setor linguístico. Em 1971, conforme indicou Melvin J. Fox, o montante gasto globalmente (isto é, fora dos Estados Unidos continental) figurava no valor de 10 milhões de dólares, 8 milhões e meio dos quais eram dedicados a projetos de *English as a Second Language*, o que sugere que a metade de todo o restante fora dedicado ao *Survey* nos países da África oriental e meridional.

¹³⁷ The Ford Foundation’s Overseas Activities in Language Fields: Meetings and [...] op. cit. p. 7. No original: “The most ambitious effort has been the investment (of approximately one million dollars) in the past three years in the sociolinguistic survey of language use and language teaching in Ethiopia, Uganda, Kenya, Tanzania, and Zambia for four interrelated purposes: to assemble such basic data on the major languages spoken in these countries as may assist in the development of language policies; to stimulate training and research in linguistics and languages in universities of these countries; to foster productive contacts among specialists in these countries concerned with language problems; to strengthen institutional and personnel resources in language sciences in Eastern Africa”.

Em parte, a concepção [do Survey] em 1966/1967 na África oriental é acidental, e em parte devido a iniciativas e percepções de uns poucos indivíduos. [...] Duas poderosas vertentes intelectuais se uniram para criar esse projeto: o interesse crescente de um pequeno grupo de linguistas nos Estados Unidos em desenvolver ferramentas conceituais e metodológicas que permitiram a análise das maneiras pelas quais mudanças no uso linguístico se relacionavam com o desenvolvimento social e formação nacional; e as preocupações prementes dos líderes de quatro dos novos países independentes na África oriental, e no antigo reino da Etiópia, em entender o papel da(s) língua(s) na modernização de seus países multilíngues (particularmente no que diz respeito a igualar o acesso à educação e obter os fatos que eram indispensáveis para a adoção de políticas designadas para assegurar que a(s) língua(s) preferencialmente servissem, e não impedissem, esse propósito¹³⁸.

Os líderes desses países, portanto, pareciam particularmente preocupados em ter acesso a dados que lhes permitissem governar territórios “caracterizados por extrema diversidade linguística que fragmentava a população de cada um desses países em múltiplos grupos étnico-linguísticos”¹³⁹. Portanto, em que pesem as ponderações levantadas a respeito da indispensabilidade de uma única língua nacional para o desenvolvimento nacional, a questão linguística permanecia concebida como um problema infortúnio para os governantes e administradores estrangeiros desses países. Os relatores afirmaram por meio dos resultados do *Survey* que os perigos da fragmentação linguística eram agravados por duas razões:

Dois fatores que tendiam a reforçar essa fragmentação linguística e de dialetos eram (a) o apego ardente que os povos tinham com suas línguas, dialetos ou ortografias tradicionais, e (b) as profundas antipatias dos africanos em relação às línguas dos grupos dominantes. [...] bem como o desdém dos membros de comunidades linguísticas maiores em direção aos falantes de muitas línguas menores. [...] Esse separatismo linguístico criou graves barreiras à comunicação tanto entre o governo central e seus cidadãos como na comunicação através de fronteiras étnicas e regionais, e é indispensável para a construção nacional. Ela também apresentou dificuldades à entrega de serviços educacionais e sociais, à administração governamental a níveis nacional e local, para o desenvolvimento econômico e social, e para a comunicação interafricana¹⁴⁰.

¹³⁸ FOX, Melvin J. & ABDULAZIZ, Mohamed H. Ford Foundation Records/Catalogued Reports/Reports 3255 – 6261/Box 177/Folder 12674. Reports 003865: Evaluation report on survey of language use and language teaching of Eastern Africa. No original: “In part their coming together in 1966/1967 in East Africa is accidental, in part it is due to the initiatives and perceptions of a few individuals. [...] Two powerful intellectual rivers came together to create this project: the growing interest of a small group of linguists in the United States in developing conceptual and research tools which would permit analysis of the ways in which changes in language use related to social development and nation-building; and the pressing concern of leaders in four of the newly independent countries of Eastern Africa, and in the ancient kingdom of Ethiopia, to understand the role of language(s) in the modernization of their multilingual countries (particularly with respect to equalizing access to education, and to obtaining the facts that were indispensable for adoption of policies designed to assure language(s) would serve rather than impede this purpose”.

¹³⁹ Ibid. p. 5. No original: “were characterized by extreme language diversity that fragmented the population in each of the countries into multiple linguistic-ethnic groups”.

¹⁴⁰ FOX & ABDULAZIZ, op. cit. p. 6. No original: “Two factors that tended to reinforce this language and dialect fragmentation, were (a) the passionate attachment people had to their language, dialect, or traditional orthographies, and (b) the deep antipathies of Africans toward the languages of both powerful dominant groups [...] as well as the disdain of members of major language groups toward the speakers of the many smaller language communities [...] This language separatism created grave barriers to communication, between central

Essas conclusões extraídas a partir de evidências coletadas em campo – às quais, repete-se aqui, não tivemos acesso – são bastante sugestivas para orientar algumas considerações aquando da análise da documentação e de relatos referentes às medidas tomadas pela FRELIMO em Dar es Salaam para integrar refugiados moçambicanos em Dar es Salaam num esforço político de carácter anticolonial. Pode ser difícil delimitar com segurança até que ponto esteve em jogo um “apego linguístico” por parte dos grupos envolvidos em dado projeto político hegemônico, e também ser rejeitável a perspectiva generalizante adotada no relatório, mas a constatação desse fato por parte de observadores internacionais pode ser tido por indiciário do fenómeno que Fox e Abdulaziz denominam de “separatismo linguístico”.

Além disso, no que concerne o relatório, alguma atenção foi dada ao papel do colonialismo no acirramento de divisões linguísticas sofridas no pós-independência: “Na língua, como na maioria das outras facetas da independência, os governos africanos estavam em profundo conflito com sua herança colonial. Mesmo na Tanzânia [...] o inglês permaneceu [...] ‘a língua dominante da elite’”¹⁴¹.

Por fim, outro aspecto potencialmente útil para a análise documental que se segue sobre os aspectos linguísticos da formação do nacionalismo moçambicano no exílio se encontra na conclusão dos relatores da Fundação Ford. De todas as áreas sob a responsabilidade dos novos governos, “em nenhuma [...] os conflitos e complexidades criadas pela língua foram mais marcados, ou a falta de africanos treinados para lidar com elas, mais críticas que na educação”¹⁴². Como buscamos demonstrar no terceiro capítulo por meio do estudo do Instituto Moçambicano, a educação foi uma área particularmente contenciosa no que se refere à política de língua da FRELIMO.

Nesse sentido, é também pertinente sublinhar uma passagem escrita na apreciação final dos resultados do *Survey* sobre como os problemas linguísticos estiveram constantemente sob a atenção de um dos principais representantes da Fundação Ford para os temas contemplados por esta pesquisa, Francis Sutton:

government and the citizens, as well as to communication across ethnic and sectional boundaries, that is indispensable to nation building. It also posed difficulties for the delivery of educational and social services, government management at both national and local levels, for economic and social development, and for inter-African communication”.

¹⁴¹ Ibid. p. 8. No original: “With language as with most other facets of independence African governments were deeply conflicted about their colonial heritage. Even in Tanzania [...] English has remained [...] ‘the dominant language of the elite’”.

¹⁴² Ibid. p. 11. “In no area of responsibility of new governments were the conflicts and complexities created by language more marked, or the shortage of trained Africans to deal with them more critical, than in education”.

O Representante da Fundação Ford durante o início da década de 1960, Francis X. Sutton, era lembrado em quase todos os aspectos de seu trabalho da importância decisiva da língua em relação ao desenvolvimento, e particularmente para as preocupações de construção nacional de todos os países da África oriental¹⁴³.

Retornaremos a esse aspecto de vital importância mais adiante na ocasião da análise das negociações entre Sutton e Eduardo Mondlane para o financiamento do “Mozambique Education Project”, liberado pela Fundação Ford em junho de 1963 e que culminou no estabelecimento do Instituto Moçambicano em Dar es Salaam, a primeira e uma das mais importantes instituições educacionais do movimento da FRELIMO no exílio.

Diante do exposto até aqui, cabe ressaltar a relevância teórica, conceitual e política das ideias veiculadas sobre a diversidade linguística e como situá-las historicamente é um procedimento particularmente préstimo à compreensão de fenômenos relacionados à formação de frentes nacionalistas em contextos anticoloniais. A partir da consideração circunstanciada de como foi concebida, enquadrada e tornada governável a multiplicidade de povos e línguas sob uma única autoridade estatal, ou nas palavras de um estudioso citado por Fox e Abdulaziz em seu relatório, “os problemas de acomodar seus componentes multiétnicos e multilinguísticos num único enquadramento político”¹⁴⁴, buscamos nos afastar de perspectivas que naturalizassem ou banalizassem relações de poder exercidas no plano linguístico. Da mesma forma, as perspectivas teóricas elencadas aqui têm a função de incorporar um distanciamento crítico de perspectivas que tomem a língua por um fetiche, isto é, como um componente autônomo e prontamente destacável de tensões sociais, étnicas e políticas mais amplas que perpassam determinados contextos históricos.

Em resumo, as explanações trazidas neste capítulo são consentâneas para que se evite incorrer no equívoco de conceber a multiplicidade linguística de maneira ahistórica e apolítica e, por sua vez, para que compreendamos mais circunstanciadamente as relações de poder inerentes às conformações sociais hierarquicamente constituídas que estiveram presentes antes, durante e após a invasão colonialista do continente africano e alhures. Além disso, os problemas especificamente abordados nesta última seção a partir da perspectiva de quadros da Fundação Ford envolvidos em projetos desenvolvimentistas servem de prelúdio às dimensões tomadas pelos problemas linguísticos após a partida – ou em vários casos, a expulsão – dos governantes coloniais europeus da África durante a segunda metade do século XX. Em outras

¹⁴³ Ibid. p. 21. “The Representative of the Ford Foundation during the early 1960s, Francis X. Sutton, was reminded in almost every aspect of his work of the decisive importance of language in relation to development, and particularly to the nation-building concerns of all the countries in Eastern Africa”.

¹⁴⁴ WHITELEY apud FOX & ABDULAZIZ, op. cit. p. 4. No original: “the problems of accommodating their multi-ethnic and multi-lingual components within a single political framework”.

palavras, os problemas debatidos em encontros como os promovidos por Sutton e Fox em Glen Cove em 1971 estão muito longe de serem definitivamente resolvidos.

Na seguinte seção são trazidas algumas abordagens acerca da prevalência de línguas europeias no continente africano após a independência de seus países, herança linguística que remonta ao período colonial. A narrativa será conduzida de maneira a expor alguns delineamentos gerais de um debate que opõe defensores de políticas de língua “eurófonas”, segundo a definição dada por Appiah (2007), e perspectivas que as criticam enquanto contrárias à libertação cultural almejada por autores como o literato queniano Ngũgĩ wa Thiong’o e o linguista tanzaniano Mugyabuso Mulokozi.

Por fim, este breve apanhado conduz aos trabalhos de três linguistas moçambicanos, nomeadamente Armando Jorge Lopes, Gregório Firmino e Armindo Ngunga. Procuramos tratar de algumas tendências explicativas expostas por estes três de modo a introduzir o debate acerca da questão linguística em Moçambique. Este trabalho não se ocupa das descrições e análises sintáticas, morfológicas e gramaticais que estes autores empreenderam sobre diferentes objetos de estudo ao longo de suas carreiras. Nosso principal objetivo é promover uma discussão acerca de suas interpretações sobre a chegada e promoção da língua portuguesa em Moçambique. Buscamos demonstrar que, cada qual à sua maneira, esses três autores interpretam a manutenção e difusão da língua portuguesa enquanto um processo historicamente linear, o que engendra problemas analíticos não desconsideráveis.

1.3 *Endoglossia* versus *Exoglossia*: a língua como um problema pós-colonial

“A evolução da presente ordem global pelos últimos quinhentos anos viu o mundo ser dominado por um punhado de línguas; línguas europeias, claro, e as culturas que estas carregaram teriam formatado os dominados em vias semelhantes” (THIONG’O, 1993, p. 13)¹⁴⁵. Esta frase escrita pelo queniano Ngũgĩ wa Thiong’o em um ensaio na década de 1990 pode ser interpretada como epítome de uma questão sobre a qual numerosos especialistas africanos se debruçam há décadas: a predominância das línguas de origem europeia em seus países. O porquê de escolher especificamente esta frase para abordar um problema – ou melhor, um conjunto de problemas agrupados sob a alcunha de “questão linguística”, conforme expusemos até aqui – de tais dimensões se encontra nas duas afirmações feitas por Thiong’o separadas por um ponto e vírgula. A primeira, segundo a qual um “punhado de

¹⁴⁵ “The evolution of the present global order over the last five hundred years has seen the world being dominated by a handful of languages; European languages of course and the cultures these have carried will have shaped the dominated in similar ways”.

línguas” europeias vem exercendo um crescente domínio sobre o mundo moderno há cinco séculos, resume um pressuposto compartilhado tacitamente, explicitamente ou com ressalvas por diversos estudiosos do tema, seja com repúdio ou de forma laudatória. A segunda afirmação, ao indicar efeitos culturais nocivos veiculados pela predominância das línguas oriundas da Europa sobre povos outrora colonizados, não goza do mesmo consenso.

Os motivos que podem ser elencados como causas desta contenda são múltiplos e permanecem evados de significados políticos em vários âmbitos do conhecimento e na vida pública de diversos países africanos. Para introduzirmos algumas questões-chave presentes nos debates acerca das políticas de língua nos países africanos após suas independências, trazemos na sequência uma análise exploratória dos argumentos de autores críticos à “eurofonia” (THIONG’O, 2006) na África e de perspectivas nuançadas sobre as funções instrumentais cumpridas pelas línguas europeias nesses países (MAZRUI & MAZRUI, 1998). Reiteramos que não é objetivo deste trabalho esmiuçar exhaustivamente as posições e argumentos entrincheirados nos debates sobre a questão linguística nem prover sínteses de caráter conclusivo a respeito de querelas que permanecem incendiárias em conferências internacionais e em discussões de políticas públicas (MULOKOZI, 2015). Nosso propósito é fazer jus às ressalvas teóricas proporcionadas pelas contribuições de autores criticamente informados sobre a questão linguística no interior das comunidades nacionais africanas contemporâneas, e, sobretudo, indicar circunstanciadamente que há uma “ambivalência profunda” [*deep ambivalence*] sobre o uso de línguas europeias na África (LAITIN, 1992, p. 51).

Consideramos que seria indevido no conjunto de nossa análise a respeito da formação histórica de problemas atrelados à diversidade linguística abster-nos de tratar, mesmo que em linhas gerais, dos desenvolvimentos atuais desses debates na cena africana. Para cumprir com este objetivo a seguinte exposição foi planejada para conter dois conjuntos argumentativos. O primeiro visa atender à oposição presentemente verificável entre dois polos que concentram as principais perspectivas engajadas nos debates sobre a questão linguística africana pós-colonial, descritas pelo linguista moçambicano Gregório Firmino como a oposição entre “abolicionistas”, os entusiastas de políticas de língua que favoreçam línguas endógenas ao continente africano (*endoglossia*), versus “adaptacionistas”, aqueles que, por comodidade técnica ou sob a alegação de impossibilidades práticas, defendem a permanência de línguas europeias (*exoglossia*) como necessária ao bom funcionamento de Estados e sociedades africanas pós-coloniais (FIRMINO, 1995, p. 202).

Isto é, num primeiro momento expomos os principais argumentos de autores empenhados em destronar as línguas europeias da África em favor de línguas africanas – ou percebidas como africanas¹⁴⁶ – em vista dos benefícios culturais e educacionais proporcionados pela *endoglossia*. Como expoentes dessa perspectiva “abolicionista” ou, numa designação pejorativa, “neonacionalista” (MAZRUI & MAZRUI, op. cit. p. 55), elencamos obras do já referido Ngũgĩ wa Thiong’o (1993; 2006) e do linguista tanzaniano Mugyabuso Mulokozi (1992; s/d; 2015). Num segundo momento tratamos da perspectiva de autores que, embora reconheçam a necessidade de se reajustar a balança de forças entre as línguas europeias oficiais em favor das línguas locais, questionam os pressupostos veiculados por aqueles estudiosos e procuram tomar um viés mais nuançado com a intenção de evitar alçar as “línguas africanas” como panaceias aos problemas multifacetados evidentes em vários países africanos, de acordo com a exposição de Ali e Alamin Mazrui (op. cit).

Deste âmbito geral procedemos por reduzir a escala de análise ao âmbito mais específico pertinente a Moçambique. Dessa forma, como já anunciamos, o segundo conjunto argumentativo busca centrar o debate em Moçambique pós-independência. As perspectivas apresentadas por três linguistas moçambicanos são abordadas de maneira a elencar os principais campos do debate linguístico nesse país e serve de introdução à análise histórica da situação linguística sobre a qual foi formada a FRELIMO, tarefa realizada no capítulo seguinte.

Antes de partir à exposição das perspectivas conflitantes do grupo de autores selecionados para compor o primeiro conjunto argumentativo consideramos importante situar os pressupostos por eles compartilhados. Mesmo que tenham criticado o abolicionismo linguístico de autores como Thiong’o, Ali e Alamin Mazrui deixam claro que uma das maiores “anomalias linguísticas” da África pós-colonial “é o fato de que classes inteiras de países são nomeadas a partir da língua imperial que eles adotaram como oficial” (MAZRUI & MAZRUI, op. cit. p. 6)¹⁴⁷. Esse procedimento torna costumeiro que vastas porções territoriais do continente africano sejam problemática e acriticamente referidas por África “anglófona”, “francófona” ou “lusófona”, procedimento préstimo para o ocultamento da enorme diversidade interna a cada conjunto assim designado. Mugyabuso Mulokozi, por sua vez, acrescenta a essa perspectiva que “raramente alguém ouve falar, por exemplo, em África

¹⁴⁶ Essa ressalva se faz necessária uma vez que não há consenso entre linguistas se a língua africâner (*Afrikaans*) ou árabe são de fato “línguas africanas” (MAZRUI & MAZRUI, op. cit. pp. 162 – 163), mesmo que a maioria (senão a quase totalidade, no caso do *Afrikaans*) de seus falantes como língua materna tenha nascido no continente africano.

¹⁴⁷ No original: “whole classes of countries are named after the imperial language they have adopted as their official language”.

suailófona, arabófona, hauçáfona, mandéfona, ou angunófona” (MULOKOZI, 2015, p. 1)¹⁴⁸. Tanto os Mazrui, Mulokozi e Thiong’o têm em comum o discernimento que essa identificação *exoglóssica* de grupos de países africanos é um produto histórico perpassado por relações de poder.

Por outro lado, todos os autores elencados nesta seção opõem-se ao paradigma que assombrava Ostrower, segundo o qual a diversidade linguística era uma maldição que conduzia necessariamente ao desperdício massivo de recursos e tempo nas atividades que envolvem a comunicação humana. O argumento de que a diversidade linguística é uma qualidade inerentemente positiva motivou o próprio título do livro dos Mazrui, *Power of Babel*, invertendo a lógica da suposta “maldição” de Babel num “poder” a ser reconhecido e aproveitado. Em suas palavras, afirmá-lo assim é fruto da convicção dos autores de que “longe de ser uma força divisória que enfraquece os laços nacionais e as relações mais amplas de identidade política, o pluralismo linguístico pode ser uma poderosa fonte de uma nova humanidade num mundo de tremenda diversidade” (p. 198)¹⁴⁹. É possível argumentar, diante desses trabalhos, que a assunção monolíngue e homogênea de Ostrower encontra-se superada ou efetivamente questionada em vários âmbitos acadêmicos.

O problema é que o pressuposto de que a vigência de línguas europeias na África conduz necessariamente à letargia cultural e ao prolongamento dos efeitos nocivos oriundos da dominação colonial, tal como advogam Thiong’o e Mulokozi, não é universalmente aceito (FIRMINO, *op. cit.*; MAZRUI & MAZRUI, *op. cit.*). O processo histórico que instaurou a língua portuguesa, inglesa ou francesa como línguas oficiais de dezenas de países africanos é lido por Thiong’o da seguinte maneira:

Inglês, francês e português vieram ao Terceiro Mundo para anunciar a chegada da Bíblia e da espada. [...] Foi a arma que tornou possível a mineração desse ouro e que afetou o cativo político de seus donos [africanos], foi a língua que manteve encarceradas suas culturas, seus valores, e assim, suas mentes (THIONG’O, 1993, p. 31)¹⁵⁰.

Para autores como Thiong’o o primado da *exoglossia* na África pós-colonial é hostil aos povos africanos por preservar a tendência instaurada no período colonial em negar-lhes

¹⁴⁸ “Rarely does one hear of, for instance, Swahiliphone, Arabophone, Hausaphone, Mandephone, or Nguniphone Africa”.

¹⁴⁹ No original: “far from being a divisive force that weakens the bonds of nationhood and wider relations of political identity, linguistic pluralism can be one powerful source of a new humanity within a world of tremendous diversity”.

¹⁵⁰ “English, French and Portuguese came to the Third World to announce the arrival of the Bible and the sword. [...] It was the gun which made possible the mining of this gold and which effected the political captivity of their owners, it was language which held captive their cultures, their values, and hence their minds”.

autenticidade cultural e linguística. A luta contra a perpetuação das línguas europeias é vista, então, como um esforço direcionado à libertação cultural – esse é o principal argumento de Thiong’o no livro do qual se extraiu a passagem acima, intitulado “Moving the Centre: The Struggle for Cultural Freedoms”. Nessa linha de raciocínio é fundamental notar que se concebe uma correspondência intrínseca e recíproca entre línguas e culturas. Em um texto anterior, mais especificamente em seu célebre livro *Decolonising the Mind*, Thiong’o escreveu que:

Cada língua tem sua própria base social e cultural, e essas são instrumentais na formação de processos mentais e juízos de valor. Enquanto aceitamos que temos de usar o inglês e que continuaremos a usá-lo por muito tempo, a força do nosso enraizamento cultural dependerá em última instância da nossa habilidade em invocar o idioma da Cultura Africana numa língua que é mais próxima a ela (THIONG’O, 2006 [1986], p. 99)¹⁵¹.

Nesta perspectiva, as línguas europeias carregariam valores culturais incrustados em seu bojo que, por serem informados por referências socioculturais e históricas europeias, seriam incompatíveis com as respectivas realidades de povos africanos, povos que estiveram mais bem servidos por suas próprias línguas há milênios. É a partir desse pressuposto que Thiong’o empreende sua “busca por relevância” [*quest for relevance*], um esforço para erradicar a subjugação “a valores estrangeiros que são virtualmente desprovidos de sentido para nossas necessidades atuais” (2006, p. 100)¹⁵² que teria de conduzir à libertação não somente africana, mas também latino-americana, asiática e, no limite, humana.

Esse aspecto é fundamental para situar a argumentação de autores entusiastas do papel de libertação cultural atribuído às línguas africanas. Nesse sentido, as prerrogativas desenvolvimentistas desposadas por linguistas, governantes e burocratas abordados anteriormente no caso da atuação da Fundação Ford, defensores da seleção e promoção de línguas oficiais segundo critérios instrumentais e administrativos, são rejeitadas como arbitrarias e imperialistas por Thiong’o ao favorecerem exclusivamente as línguas legadas pelos colonizadores. Em suas palavras, “devemos nos distanciar da falsa e maldita lógica da teoria do desenvolvimento dada a nós pelo imperialismo” (1993, p. 39)¹⁵³ como um passo necessário para afirmar a validade e pertinência das línguas africanas para seus falantes.

¹⁵¹ “Every language has its own social and cultural basis, and these are instrumental in the formation of mental processes and value judgments. Whereas it is accepted that we use English and will continue to do so for a long time to come, the strength of our cultural grounding will ultimately depend on our ability to invoke the idiom of African Culture in a language that is closer to it”.

¹⁵² No original: “subjected to alien cultural values which are meaningless especially to our present needs”.

¹⁵³ We, the present generation, must distance ourselves from the false and bloody logic of development theory handed to us by imperialism”.

O argumento instrumentalista comumente utilizado em arguições favoráveis à permanência de línguas europeias – segundo o qual as antigas línguas coloniais são instrumentos que podem ser manejados pelos falantes africanos para seus próprios fins, sem corresponder a quaisquer valores culturais europeus pré-determinados – é rejeitado com a alegação de que nenhuma língua é desprovida de características culturais vinculadas a seus falantes. Para Thiong’o,

mesmo o aspecto comunicativo de uma língua não pode ser divorciado dos seus emblemas culturais – Tâmis para a língua inglesa, a Torre Eiffel para a francesa, a Torre Inclinada de Pisa para o italiano, a Grande Muralha da China para o chinês [sic.], Meca para o árabe, Mombaça para o suaíli (THIONG’O, 1993, pp. 34 – 35)¹⁵⁴.

Essa passagem peculiar evoca uma imagem idílica, assemelhada à ideologia da língua proposta por autores como Herder, na qual cada agrupamento humano distinguível possui traços culturais únicos que correspondem de forma mútua a línguas igualmente únicas, expressões por excelência da nacionalidade de cada povo. Neste idílio, todas as línguas “são válidas até o ponto em que são línguas e até o ponto em que não busquem oprimir outras nações, nacionalidades, e línguas” (ibid. p. 41)¹⁵⁵ porque são repositórios da própria cultura e visão de mundo de seus falantes e, como tais, devem ser preservadas.

Mas a missão de preservar cultura e língua vernáculas não cabe somente aos literatos e perpetuadores das tradições orais no continente africano. Quaisquer povos que tenham (ou tenham tido) suas raízes linguístico-culturais ameaçadas pela interferência estrangeira de natureza colonial ou imperialista são saudados por autores como Thiong’o e Mulokozi. É curioso que ambos tenham mencionado laudatoriamente um mesmo exemplo europeu: uma epopeia finlandesa compilada no século XIX por Elias Lönnrot chamada *Kalevala* (THIONG’O, op. cit. p. 22; MULOKOZI, 1992).

Kalevala foi uma obra publicada em 1835 como resultado da compilação de cantigas folclóricas finlandesas até então transmitidas oralmente. Esse trabalho é citado no livro de Thiong’o como exemplo do preceito de que “todas as grandes literaturas enraizaram-se na cultura e na língua do campesinato”, tal como “o texto fundacional das modernas literatura e língua finlandesas, [que] estava ancorado no folclore dos camponeses” (op. cit. p. 22)¹⁵⁶. Mulokozi vai além e dedica um artigo inteiro ao exame da significância de *Kalevala* para o

¹⁵⁴ “After all, even the communicative aspect of a language cannot be divorced from its cultural emblems – Thames for the English language, the Eiffel Tower for the French, the Leaning Tower of Pisa for the Italian, the Great Wall of China for the Chinese, Mecca for the Arabic, Mombasa for the Kiswahili”.

¹⁵⁵ “They are all valid in as far as they are languages and in as far as they do not seek to oppress other nations, nationalities, and languages”.

¹⁵⁶ “All great national literatures have rooted themselves in the culture and language of the peasantry [...] the founding text of modern Finnish literature and language, was rooted in the folklore of the peasantry”.

continente africano (1992). Um paralelo é explicitamente traçado entre a Finlândia moderna, então politicamente esmagada entre as ambições de dois impérios expansionistas (Russo e Sueco) e culturalmente oprimida pela atuação do cristianismo católico e protestante, com a África pós-colonial. Segundo Mulokozi, haveria equivalências na forma como muitos dos antigos finlandeses instruídos sequer falavam o finlandês e a situação linguística da qual muitos países africanos padecem atualmente. A conclusão subjaz a busca pela significância linguística e cultural que o exemplo de *Kalevala* deveria fazer entrever à África:

Estados africanos de hoje, mesmo os monolíngues, ainda se apegam às línguas coloniais sobre vários pretextos, o mais comum dos quais a alegada necessidade de se combater o ‘tribalismo’. Essa situação é extremamente perigosa para a cultura e identidade africana. Isso significa que nesses assuntos estamos atrás do intelectual finlandês do começo do século XIX. Assim como Kalevala foi instrumental na padronização do finlandês e em promover sua introdução no sistema educacional, precisamos criar uma literatura indígena que faça o mesmo pelas suas próprias línguas (MULOKOZI, 1992, p. 77)¹⁵⁷.

A conclusão articulada por Mulokozi a partir de sua interpretação do contexto e finalidade da referida obra oitocentista é crucial: a literatura africana deve ser escrita em línguas africanas para promover a “cultura e identidade africana” tal como Lönnrot havia feito para seus compatriotas finlandeses. A consequência de não fazê-lo, ou no caso africano, de perpetuar as línguas dos colonizadores tanto por vias estatais como pela literatura, corresponderia à perpetuação da subjugação cultural iniciada com o advento do colonialismo.

Thiong’o, por sua vez, é mais enfático na crítica à *exoglossia*. Em sua ótica, desventurados são os literatos africanos que embarcaram na vã tarefa de escrever na língua dos antigos colonizadores, por ele descritos como pertencentes à “tradição eurófona” [*Europhone tradition*] que, apesar de tentarem subverter perspectivas eurocêntricas num mundo “definido por línguas europeias”,

continuaram e mesmo auxiliaram aquele eurocentrismo pela sua própria escolha de línguas. Em outras palavras, não importa realmente o quanto Caliban¹⁵⁸ é capaz de praguejar em línguas europeias. [...] ele aceita as assunções racistas de Próspero sobre o universo e contribui ao universo linguístico de Próspero. Ele aceita que somente

¹⁵⁷ “African states today, even monolingual ones, still cling to colonial languages under various pretexts, the most common being that of the alleged need to combat “tribalism”. This situation is extremely dangerous for African culture and identity. It means that in this matter we are behind the Finnish intellectual of the early 19th century. Just as the Kalevala was instrumental in the standardization of Finnish and in fostering its introduction into the educational system, we need to create an indigenous literature that would do the same for our own languages”.

¹⁵⁸ A referência de Thiong’o a Caliban e Próspero é oriunda da obra de William Shakespeare *The Tempest* (A Tempestade) na qual Próspero, um duque milanês, escraviza um nativo arredio de uma ilha remota e o civilizou ao ensinar-lhe sua língua e costumes. Mais especificamente, Thiong’o menciona a alteração entre essas duas personagens, na qual Próspero acusa Caliban de ingratidão por haver abandonado seus “balbucios” [*gabble*] por uma língua superior e obtém por resposta impropérios na língua que Próspero o havia ensinado.

adotando a língua europeia ele pode expressar sua humanidade adequadamente. [...] o camponês e trabalhador africano nessa literatura reaparece no palco da história mundial falando não seus balbucios mas perfeito inglês, francês ou português, num notável caso de cirurgia e transplante literários já que, na realidade, as massas do povo africano continuam a falar e criar em línguas africanas. [...] Não devolve nada, absolutamente nada, às suas línguas. Essa é ultimamente a tragédia da tradição eurófona que acabou por vestir a máscara da literatura africana. Agora se trata de um caso de peles negras em máscaras brancas usando máscaras negras (THIONG’O, 1993, pp. 19 – 20)¹⁵⁹.

É forçoso lembrar que não é remotamente intenção deste trabalho solucionar e nem ponderar conclusivamente acerca desses debates literários e linguísticos, mas remeter à sua existência e pertinência para a compreensão da incandescência da questão linguística. O que é importante reiterar dessa longa citação é que, para Thiong’o, não poderia haver uma genuína literatura africana em línguas que não sejam africanas. Essa “tradição eurófona” deveria, a seu turno, ocupar seu lugar “como um apêndice na literatura europeia ou uma nota de rodapé na literatura africana” (ibid. p. 23)¹⁶⁰.

Antes de passarmos às críticas proferidas por outros autores africanos contra esse tipo de associação determinista entre língua/cultura, convém referirmos à elaboração de Mulokozi sobre o tema da apropriação de línguas europeias por africanos. Pautado em pressupostos semelhantes aos que orientaram Thiong’o, o linguista tanzaniano menciona a existência de uma palavra em suaíli utilizada para designar o tipo de comportamento atribuído à “burguesia anglófila” favorável à manutenção do primado da língua inglesa em seu país: *kasumba* (s/d, p. 5).

A palavra *kasumba* é usada por Mulokozi para descrever a “mentalidade macaqueante e servil” [*slavish, aping mentality*] da juventude e da elite tanzanianas que havia sido combatida na década de 1960, mas que alegadamente ressurgiu em razão das atuais circunstâncias políticas e sociais vivenciadas pela Tanzânia após a derrocada do projeto de *Ujamaa*¹⁶¹ e da conseguinte liberalização econômica empreendida desde a década de 1980

¹⁵⁹ “But in another sense it continued and even aided in that Eurocentrism by its very choice of languages. In other words it does not really matter how much Caliban is able to curse in European languages. [...] he is accepting Prospero’s racist assumptions about the universe and contributing to Prospero’s linguistic universe. He accepts that only by adopting the European tongue can he manage to express his humanity adequately. He has colluded in Prospero’s uprooting of the African tongue à la Coetzee; the African peasant and worker in this literature reappears on the stage of world history speaking not his gabble but perfect English, French or Portuguese, a remarkable case of literary surgery and transplant since in reality the masses of African people do continue speaking and using and creating in African languages [...] He gives nothing, absolutely nothing, back to his languages. This ultimately is the tragedy of the Europhone tradition which has come to wear the mask of African literature. It is now a case of black skins in white masks wearing black masks”.

¹⁶⁰ No original: “as an appendage of European literature or as a footnote in African literature”.

¹⁶¹ *Ujamaa*, como expomos adiante, é uma palavra em suaíli originalmente usada para designar laços comunitários familiares. O conceito de relações socialistas africanas pautadas na horizontalidade das relações familiares foi alçado por Julius Nyerere ao nível de política de estado após a célebre Declaração de Arusha [*Azimio la Arusha*] em 1967. No dicionário suaíli-inglês publicado pelo Instituto de Pesquisa de Kiswahili

(*ibidem*). Outro linguista tanzaniano, Deogratias Ngonyani, também comenta ter sido costumeiro no alvorecer da vida política no Tanganyika independente a prática de ridicularizar pessoas que falassem inglês em público ao designar-lhes o epíteto depreciativo de *kasumba* (NGONYANI, 1995, p. 89).

Na última versão do dicionário suaíli-inglês publicado pela Universidade de Dar es Salaam *kasumba* aparece enquanto vocábulo usado para designar ópio, lavagem cerebral ou ressaca. No sentido referido por Mulokozi e Ngonyani a expressão significa literalmente “ressaca colonial”, ou *kasumba ya kikoloni* (TAASISI YA TAALUMA ZA KISWAHILI, 2014, p. 209). Nesse sentido, Mulokozi argumenta que a valorização de línguas africanas é constantemente impedida ou dificultada pela atuação das próprias elites africanas falantes de línguas europeias incapazes de abandonar sua “eurofilia” [*Europhilia*]. Segundo Mulokozi, para que as mudanças desejáveis ocorram “[u]ma nova geração com menos *kasumba* terá que assumir o controle” (s/d. p. 10)¹⁶², e o desejo de se manter incólume ou reforçar o estatuto da língua inglesa na Tanzânia é visto como um sintoma cultural de uma mesma “síndrome de dependência” que também afeta a economia do país (NGONYANI, op. cit. p. 91).

Para concluir a exposição acerca desse conjunto argumentativo passamos às críticas tecidas pelos Mazrui à perspectiva enunciada acima, que vê na promoção das línguas africanas a salvação cultural e nacional dos países africanos. Como já apontamos, Ali e Alamin Mazrui estão de acordo com a premissa de que a diversidade linguística é tão desejável como necessária para o florescimento de comunidades humanas, mas vão de encontro ao “determinismo linguístico” [*linguistic determinism*] inadvertidamente desposado por autores como Thiong’o e Mulokozi. A primeira crítica é desferida ao referido idílio expresso por Thiong’o segundo o qual todas as línguas são moralmente iguais e que cada uma possui o direito a uma presença não reprimida no “banquete linguístico global” (MAZRUI & MAZRUI, op. cit. p. 52). No entanto, “no mundo real as línguas não são iguais. Enquanto algumas são privilegiadas como línguas de poder e controle político-econômico, outras são marginalizadas, e outras ainda empurradas à beira do esquecimento” (*ibidem*)¹⁶³.

O problema, portanto, está na abordagem duplamente idílica e determinista que confere indevidamente um poder de repressão absoluto às línguas europeias e, por consequência, atribui um papel de libertação inquebrantável às línguas africanas. Os Mazrui

(TUKI) da Universidade de Dar es Salaam, *Ujamaa* passou, desde então, a significar literalmente “socialism” (TAASISI YA TAALUMA ZA KISWAHILI, op. cit. p. 502).

¹⁶² No original: “A new generation with less *kasumba* will have to take over first”.

¹⁶³ No original: “In the real world, however, languages are not equal. While some are privileged as the languages of politico-economic power and control, others are marginalized, and others still are pushed to the verge of oblivion”.

comparam essa perspectiva à malfadada hipótese linguística de Sapir-Whorf, segundo a qual a ontologia básica de cada indivíduo seria determinantemente estruturada por uma língua que, por sua vez, estaria codificada com um modo particular de pensamento e uma “metafísica cultural” que afetaria a cognição de todas suas experiências de vida (op. cit. p. 55). Essa hipótese determinista já cientificamente desacreditada parece ter tido, segundo os Mazrui, uma sobrevida na voz de “neonacionalistas”¹⁶⁴ africanos:

a posição dos neonacionalistas linguísticos – que veem uma relação de causa e efeito entre línguas africanas e colonização mental – encontra pouco apoio na história colonial e pós-colonial de uso linguístico e políticas de língua na África [...]. O que os neonacionalistas fizeram de fato foi criar um fetiche de língua, empossando-o do poder de colonização ou libertação de uma maneira que é ahistórica, estática e não-dialética (MAZRUI & MAZRUI, 1998, p. 55)¹⁶⁵.

À luz da exposição apresentada até aqui não é possível não reconhecer a validade do argumento apresentado pelos Mazrui. Da mesma forma que determinadas línguas africanas foram ativamente manuseadas pelos colonizadores para servir aos seus propósitos, como pudemos perceber mediante o estudo de Johannes Fabian acerca do suaíli no Katanga belga, algumas políticas coloniais foram planejadas para dificultar sempre que possível a aquisição da língua do colonizador pelos colonizados, como é evidente no caso da colonização alemã do Tanganyika e a consequente promoção do suaíli enquanto língua franca colonial.

Isso não significa que esses dois autores tenham se subscrito sem reservas à *exoglossia* oficial na África, mas que criticaram as bases deterministas do pensamento segundo o qual as línguas são reservatórios inexoráveis e condicionantes de culturas nacionais. Da mesma forma, Ali e Alamin Mazrui não negam nem subestimam a existência histórica de processos de alienação econômica, linguística e cultural postos em movimento com a invasão colonial, mas buscam desmontar os pressupostos eurocêntricos sobre os quais paradoxalmente se baseiam Thiong’o e Mulokozi. Reduzir os complexos processos de alijamento e submissão econômica, social e cultural proporcionados pela colonização à questão linguística, em vez de percebê-la como aspecto imbricado nestes outros, acaba por incorrer num equívoco

¹⁶⁴ A definição do termo “neonacionalista” empregada por estes autores é a seguinte: “it refers to a group of Africans with a wide range of ideological leanings but united by the belief that the next phase of the African struggle is liberation from neocolonialism. In the area of language, specifically, the neonationalist thrust has assumed the form of a quest to subvert the authority of the dominant European languages inherited from colonial tradition, either by ‘Africanizing’ them [...] or by replacing them with ‘indigenous’ African languages altogether [e.g. Ngugi wa Thiong’o]” (MAZRUI & MAZRUI, op. cit. p. 65).

¹⁶⁵ No original: “the position of the linguistic neonationalists – who see a cause and effect relationship between African languages and mental decolonization – can find little support in the colonial and post-colonial history of language use and language policies in Africa (Mazrui, 1992). What the neonationalists have done in fact is make a fetish of language, endowing it with the power of colonization or liberation in a manner that is ahistorical, static and undialectical”.

eurocêntrico. Nas palavras dos Mazrui, a busca pela libertação cultural apenas em línguas africanas

é uma forma de alienação precisamente porque está encapsulada em termos de referência eurocêntricos. Eles buscam contrapor as línguas europeias com línguas africanas na premissa de que a língua é a chave para alta cultura e civilização – em vez de, digamos, um instrumento de comunicação e pensamento racional (MAZRUI & MAZRUI, op. cit. p. 61)¹⁶⁶.

Novamente a crítica desses autores corresponde à exposição confeccionada por esta pesquisa. A correlação determinantemente equacionada entre línguas e culturas remonta de fato às elucubrações filosóficas modernas de pensadores como Herder e não é criticamente reconhecida pela abordagem anterior. Para superar essa armadilha teórica, Ali e Alamin Mazrui defendem uma perspectiva informada por um “instrumentalismo linguístico”, isto é, que as línguas podem ser ferramentas manejáveis por aqueles que a controlam para atingir fins e objetivos específicos especialmente em vista de negociações interpessoais e lutas por poder (ibid. p. 62). Nesse sentido, em vez de serem necessariamente grilhões culturais alienantes, o domínio de línguas europeias opressoras por africanos “podem ser transmutadas para carregar novos significados e servir como arma de luta de libertação” (ibidem)¹⁶⁷.

No entanto, é feita uma ressalva fundamental: essa perspectiva instrumentalista deve reconhecer as relações de iniquidade entre as línguas sem incorrer na naturalização da escolha de línguas europeias. Em vez disso, qualquer estudo sobre o processo histórico que levou à formação de determinadas políticas de língua deve considerar que houve circunstâncias econômicas, políticas e forças históricas de urbanização e industrialização no continente africano que interagiram (e interagem) em favor da difusão de determinadas línguas à custa de outras (ibid. p. 139). Assim, é possível evitar o determinismo contrastante “ahistórico e artificial” entre línguas europeias e não-europeias ao passo que rejeita-se a simplificação de processos históricos que culminaram na escolha das línguas europeias em detrimento das africanas.

De maneira a direcionar nossa abordagem sobre a conformação histórica da questão linguística para o contexto da formação do nacionalismo moçambicano na Tanzânia, procedemos na sequência por elencar as leituras de três linguistas moçambicanos acerca da questão linguística em seu país. A seguinte apresentação de suas perspectivas é voltada a trazer dados que possam responder a um conjunto básico de perguntas: aproximadamente

¹⁶⁶ No original, “it is a form of alienation precisely because it is encapsulated in Eurocentric terms of reference. They seek to counterpoise European languages with African languages on the Eurocentric premise that language is a key to high culture and civilization – rather than, say, an instrument of communication and rational thought”.

¹⁶⁷ No original, “can be transmuted to carry new meanings and serve as a weapon of struggle for liberation”.

quantas línguas são faladas atualmente em Moçambique? É possível falar em política de língua para o caso moçambicano? Qual papel possui a língua portuguesa atualmente? E mais importante, como estes autores situam diacronicamente a situação linguística de Moçambique? Esta exposição visa lançar as bases da abordagem feita no segundo capítulo a respeito da *situação linguística* sobre a qual ocorreu a formação da FRELIMO, e da análise realizada no terceiro capítulo acerca da *política de língua* da principal instituição educacional do movimento, o Instituto Moçambicano.

Para iniciar essa exposição é necessário ter em mente que Moçambique é visto como um estado *exoglóssico* tal como muitos outros países africanos (LOPES, 1998). Essa definição decorre do estabelecimento da língua portuguesa enquanto única língua oficial em face da existência das múltiplas línguas faladas no país. Enquanto há sólidas evidências de que a língua portuguesa está em processo de endogenização [*endogenization*] desde a independência, tal como afirma Gregório Firmino (1995), não há consenso quanto ao número total de línguas faladas no país e há rejeição à definição de Moçambique enquanto país dito “lusófono”¹⁶⁸. Além disso, o processo histórico pelo qual a língua portuguesa acedeu ao posto de língua oficial é controverso (NGUNGA, 2011) e, como buscamos demonstrar, problematicamente interpretado como um processo linear no qual a política de língua atual é decorrência “natural” da colonização portuguesa (LOPES, 2010, p. 475).

Nas estimativas apresentadas por Armando Jorge Lopes para o ano de 2013, Moçambique possui 22 línguas bantas faladas por seus aproximadamente 23 milhões de habitantes. Dessa população, aproximadamente 5% têm a língua portuguesa como língua materna enquanto 40% da população total falam o português enquanto segunda língua (LOPES, 2013). Ngunga, por sua vez, situa o número na cifra de 20 línguas para além de fazer a devida ressalva acerca da fugacidade das definições entre línguas, conglomerados linguísticos [*language clusters*], dialetos e idiomas, o que levou diversos observadores do cenário linguístico em Moçambique a reconhecerem de 8 a 41 línguas bantas distintas (NGUNGA, 2011, p. 180). Não é objetivo deste trabalho decifrar o “campo minado político” – na feliz expressão de Peter Fry (2003, p. 309) – que circunda a delimitação de “línguas” em oposição a “dialetos”, mas também não é possível ignorar as vicissitudes políticas que perpassam essas definições.

¹⁶⁸ Armando Jorge Lopes vê como um “exagero” considerar Moçambique um país lusófono por dois motivos. O primeiro decorre da imprecisão do termo, semanticamente vago e etimologicamente inadequado para sua aplicação a países e realidades muito distintos entre si; e o segundo se trata de considerar Moçambique um país “bantófono” em razão de línguas bantas compreenderem a maioria das línguas maternas de seus cidadãos. Vide: <http://www.apolitecnica.ac.mz/images/IDEIAS.pdf>. Acesso em 25/02/2017.

De qualquer forma, é forçoso reconhecer que todos estes autores objetivam a pluralidade linguística enquanto uma realidade não somente constitutiva, mas também como uma característica positiva da nação moçambicana. A ideia de que a unidade nacional só pode ser almejada por meio de uma política linguística unilíngue é vista ou como mito (LOPES, 2012, p. 122) ou como uma “injustiça” insensível à diversidade linguística e cultural do país (NGUNGA, 2011). Adicionalmente, a promoção das línguas africanas faladas em Moçambique foi também defendida como antídoto à “devastação psicológica e cultural criada pelo domínio e hegemonia das antigas línguas coloniais no seio das elites das classes média e média-alta africanas no pós-colonialismo” (LOPES, 2013, p. 10) em alusão nominal à leitura preconizada por Ngũgĩ wa Thiong’o (ibidem).

A primeira vez que assuntos linguísticos são mencionados oficial e explicitamente na constituição de Moçambique foi em sua segunda lei maior promulgada no mandato presidencial de Joaquim Chissano em 1990. No artigo quinto a língua portuguesa foi declarada língua oficial ao passo que o “Estado valoriza as línguas nacionais e promove o seu desenvolvimento” na educação e uso como “línguas veiculares”¹⁶⁹. Atualmente, as disposições referentes às línguas de Moçambique em sua constituição vigente, aprovada em novembro de 2004, encontram-se nos artigos nono e décimo. As “línguas nacionais” estão mencionadas enquanto “línguas veiculares da nossa identidade” [Art. 9º] e a língua portuguesa manteve-se enquanto única língua oficial da República de Moçambique [Art. 10º]¹⁷⁰.

Três considerações devem ser imediatamente apontadas. A primeira visa responder à indagação legítima acerca da existência de fato de uma “política de língua” nas circunstâncias anteriores à oficialização da língua portuguesa. Se não houve uma política que estabelecesse de forma desambígua a língua portuguesa como língua oficial da FRELIMO, é possível falar em “política de língua”? A resposta dada pelos linguistas moçambicanos a esta pergunta é afirmativa. Processos políticos direcionados à promoção de determinada(s) língua(s) não necessitam de elaboração explícita para serem considerados “política de língua”. Na definição de Armando Jorge Lopes, é perfeitamente possível existir políticas de língua “conduzidas por uma cultura do silêncio, em que nada acontece, nem pronunciamento nem implementação” (2015, p. 216). Em verdade, na maioria dos países africanos os objetivos, parâmetros e

¹⁶⁹ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. In: *Revista de informação legislativa*, Vol. 29, N.116, pp. 369 – 412, 1992. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/176043>. Acesso em 26/12/2017.

¹⁷⁰ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Disponível em: http://publicofficialsfinancialdisclosure.worldbank.org/sites/fdl/files/assets/law-library-files/Mozambique_Constitution_1990_%28as%20amended%29_pt.pdf. Acesso em 26/12/2017.

métodos de implementação de suas políticas de língua pós-coloniais “nunca foram formulados claramente” (FORDE & WHITELEY, 1968, p. 21) nos anos que se seguiram às suas independências, conforme declararam dois pesquisadores atuantes no referido projeto financiado pela Fundação Ford para o levantamento do uso de línguas na África oriental. Portanto, negar a existência de projetos políticos direcionados à resolução dos problemas de acomodar populações linguisticamente heterogêneas abaixo de um único enquadramento estatal – mesmo que esses projetos impliquem numa aparente continuidade em relação às medidas tomadas no período colonial – simplesmente porque não o foram explicitamente enunciados consiste num erro teórico.

A segunda é que a mera designação de línguas nacionais enquanto “património cultural e educacional” sem que lhes seja atribuído um reconhecimento enquanto línguas oficiais não lhes confere nenhum estatuto legal prático (LOPES, 1998, p. 447). Por outro lado, nesse momento a língua portuguesa adquiriu *de jure* o estatuto que já lhe fora conferido *de facto*. Desta constatação parte a terceira consideração: sendo o estatuto legal da língua portuguesa conferido só quinze anos após a independência, um quarto de século após o início da luta armada contra Portugal e durante processos de reorientação política e implementação de ajustes econômicos estruturais que não podem ser adequadamente analisados neste texto, torna-se imperativo indagar como ela constituiu-se historicamente enquanto língua oficial *de facto*. Esta tarefa é realizada por cada um dos linguistas moçambicanos apresentados aqui.

Antes de abordar as perspectivas pelas quais a *exoglossia* é por eles interpretada na formação do Estado e da nação moçambicana consideramos relevante ponderar mais detalhadamente a respeito do silêncio anuído à questão linguística por parte da historiografia moçambicana e da historiografia sobre Moçambique. A existência de diversas línguas e suas presenças no complexo processo histórico que conduziu à formação de frentes nacionalistas voltadas (ou não¹⁷¹) à libertação de Moçambique no decorrer das décadas de 1950 e 1960 têm sido pouco abordadas por historiadores, com as notórias exceções de publicações pontuais como um artigo de Colin Darch e David Hedges (2013), outro artigo de autoria de Joel das

¹⁷¹ Essa ressalva faz jus aos apontamentos feitos pelos historiadores Adam Kuper e Donald Denoon à historiografia nacionalista promovida por historiadores e acadêmicos da University of Dar es Salaam durante as décadas de 1960 e 1970. Não obstante a abordagem empiricista defendida por estes autores, sua crítica permanece válida: o “nacionalismo” em eventos históricos ocorridos durante o período colonial, tal como a formação de organizações associativistas, sindicais ou eventos de revolta ao domínio estrangeiro, é um fenômeno mais afirmado que demonstrado e a possibilidade de que fenômenos anticoloniais possam não ter sido necessariamente nacionalistas é desconsiderada (DENOON & KUPER, 1970, pp. 338 – 345). Consideramos essa crítica pertinente diante da escassez de informações a respeito da formação e atuação das organizações de refugiados moçambicanos nos países vizinhos a Moçambique, dentre eles o Tanganyika, que nos permitam afirmar categoricamente quais movimentos eram nacionalistas e quais eram voltados à libertação de Moçambique.

Neves Tembe (2013), um terceiro preparado por Tembe e Gerhard Liesegang (2005) e as menções à política linguística homogeneizante da FRELIMO feitas por Michel Cahen (1990), abordadas em maior detalhe no próximo capítulo. As poucas abordagens históricas acerca do perfil sociolinguístico da língua portuguesa e das línguas africanas em Moçambique – isto é, quem a(s) falava, como era(m) falada(s), em quais ocasiões, com quais objetivos e em quais contextos históricos – vêm sendo realizadas quase exclusivamente fora do campo acadêmico da História. Este silêncio historiográfico pode ser visto como sintoma da ignorância da “questão linguística” como uma perspectiva histórica relevante para o estudo de períodos marcadamente heterogêneos social e linguisticamente como a formação da FRELIMO no Tanganyika.

Como buscamos demonstrar ao longo desta dissertação, a indiferença historiográfica à diversidade linguística pode conduzir a problemas interpretativos de determinados fenômenos históricos tal como o estabelecimento das primeiras iniciativas educacionais da FRELIMO em Dar es Salaam. Em outras palavras, ignorar que a língua portuguesa foi escolhida em meio a uma notável diversidade linguística e em contextos históricos marcadamente desiguais pode conduzir a simplificações indevidas. Portanto, se a predominância da língua portuguesa no decorrer da luta de libertação de Moçambique é vista com naturalidade, isto é, como um “não-problema” [*non-issue*] – em alusão à definição proposta por Blommaert e Verschueren (op. cit. p. 357) – histórico pela historiografia moçambicana é necessário exceder os limites disciplinares da história para buscar análises que forneçam apontamentos pertinentes aos objetivos analíticos aqui propostos.

Retomando o debate sobre a *exoglossia* oficial de Moçambique temos que o fenômeno nada trivial do primado da língua portuguesa sobre as demais línguas faladas naquele país é situado por Armando Jorge Lopes como iniciado nas campanhas educacionais da luta de libertação (p. 449) e consolidado desde a independência em 1975 (1998, p. 458). Esse fenômeno histórico é, por consequência, interpretado como um prosseguimento linear que remonta à colonização de Moçambique por Portugal:

Na verdade, a ausência de pronunciamentos constitucionais nos primeiros quinze anos da Independência simplesmente significou a continuação da política oficial herdada do regime colonial. Mas também significou a continuação da prática perseguida pela Frelimo [...] durante os dez anos de luta de libertação pela independência (LOPES, 1998, p. 459)¹⁷².

¹⁷² No original: “As a matter of fact, the absence of constitutional statements in the first 15 years of Independence simply meant the continuation of the official policy inherited from the colonial regime. But it also

A par da linearidade da sucessão de políticas de língua, Lopes interpretou a escolha pela língua portuguesa por parte do movimento de libertação como um fenômeno histórico, ainda que genericamente concebido como tal:

Em Moçambique não há nenhuma língua que possa ser vista como compartilhada por todos os moçambicanos, mas em virtude de um conjunto de *acidentes históricos da história* o português conseguiu despontar como fator indispensável na criação e desenvolvimento da nova nação. Quer queira quer não, o português é a língua de mobilidade econômica e social e a chave para oportunidades de emprego e promoção profissional. *É um fato da vida* (LOPES, 1998, p. 474, grifos acrescentados)¹⁷³.

Anteriormente neste capítulo tivemos a oportunidade de demonstrar como o tipo de colocação generalizante feita por Lopes é potencialmente problemática. Tratar os privilégios proporcionados pelo domínio da língua portuguesa como um “fato da vida” – em curiosa consonância ao referido comentário de M. Halewyck, em 1910, acerca da prevalência da língua francesa no Congo belga ser nada mais que um *fait accompli* – significa incorrer no risco de banalizar relações de poder inerentes ao complexo emaranhado de relações sociais e linguísticas típicas de situações coloniais. Além disso, a constatação de que o português detém a chave do sucesso profissional e econômico em Moçambique não é capaz de fornecer, por si só, uma resposta adequada à pergunta de como essa língua foi promovida no contexto de uma frente de libertação eivada de dissensão interna como a FRELIMO na década de 1960. Talvez por esse motivo tenha sido empregada a explicação particularmente lacônica de que “acidentes históricos da história” teriam sido responsáveis pela permanência da língua portuguesa após a independência.

Uma abordagem mais detalhada da promoção da língua portuguesa em Moçambique pode ser encontrada na tese de doutorado de Gregório Firmino. Dentre seus principais objetivos de análise, Firmino se dedicou à investigação da situação linguística em Moçambique e, por meio de um trabalho de campo realizado na cidade de Maputo, demonstrou como a língua portuguesa está em processo de endogenização nas cidades do país. Firmino partiu de duas assunções claramente postas em seu texto: primeiro, que a coexistência de línguas “indígenas” [*indigenes*] e a língua ex-colonial não implica necessariamente em oposição ou incompatibilidade, mesmo que elas preencham papéis diferentes na sociedade (FIRMINO, 1995, p. 10); segundo, como mencionamos acima, que a

meant a continuation of the practice pursued by Frelimo [...] during the 10-year liberation struggle for Independence”.

¹⁷³ Livre tradução do original: “In Mozambique there is no language that one can say it is shared by all Mozambicans, but by virtue of a set of historical accidents of history Portuguese has managed to stand out as an indispensable factor in the creation and development of the new nation. Like it or not, Portuguese is the language of social and economic mobility and the key for job opportunities and professional promotion. It’s a fact of life”.

diversidade linguística por si só não é necessariamente um empecilho para o processo de formação do Estado-nação, em notável contraste às teorias inicialmente formuladas sobre trindade “um povo/uma língua/uma nação”.

Um ponto importante de ser ressaltado aqui é que Firmino busca rejeitar a própria oposição entre políticas de língua *exoglóssicas* e *endoglóssicas*, isto é, a promoção de línguas de ascendência colonial como necessária versus a defesa de línguas bantas (maternas ou não) como instrumentos pedagógicos ou de libertação cultural (THIONG’O, *op. cit.*). Muitos dos argumentos veiculados nos debates que opõem essas duas vertentes não se sustentam diante de estudos recentes e, afirma Firmino, simplificam demasiadamente as complexidades “inerentes na diversidade linguística que caracteriza a maioria dos países africanos” (*op. cit.* p. 10.).

Nesse sentido, Firmino classifica atualmente a “questão linguística” como o “dilema que surge da coexistência assimétrica e competitiva de línguas ex-coloniais ao lado de línguas indígenas” (*ibid.* p. 265)¹⁷⁴ e que permanece na pauta de debates na sociolinguística em razão da prevalência de políticas de língua *exoglóssicas* na maioria dos países africanos (*ibidem*). Porém, é criticada a comparação entre *exoglossia* e *endoglossia* em termos de “legitimidade, endogenização e utilidade ao desenvolvimento nacional”¹⁷⁵ por não darem conta de abarcar a complexidade dos recursos linguísticos de comunidades africanas e suas relações com as “tendências sociais” [*societal trends*] dessas comunidades (*ibid.* p. 266). Firmino está mais inclinado a uma abordagem por ele intitulada de “realista” [*realistic approach*] com o objetivo de escapar das perspectivas que veem a promoção de línguas africanas como uma panaceia (*ibidem*).

A partir da leitura de seu trabalho é possível extrair o entendimento que “as complexidades do mercado linguístico são entrecortadas por uma variedade de facetas políticas, econômicas e sociais, que podem afetá-lo de maneiras distintas” (*ibid.* p. 272)¹⁷⁶. É nesse âmbito que determinada situação linguística é percebida enquanto dimensão sincrônica resultante de processos históricos. Não obstante seu discernimento crítico e o reconhecimento de que a diversidade de línguas está imersa em relações sociais perpassadas por iniquidades, a abordagem histórica tecida por Firmino acabou por ignorar completamente o período – tido por essa pesquisa como crucial – da formação do nacionalismo moçambicano no exílio. Sua

¹⁷⁴ No original, “the dilemma arising from the asymmetrical and competitive coexistence of ex-colonial languages alongside indigenous languages”.

¹⁷⁵ No original, “legitimacy, endogenization, and usefulness to national development”.

¹⁷⁶ Livre tradução de: “The complexities of a linguistic market are undercut by a variety of political, economic, and social facets, which can affect it in distinct ways”.

leitura dá a devida ênfase à colonização portuguesa e ao fenômeno jurídico do assimilacionismo como responsável pela difusão da língua portuguesa por todo o território colonial, mas seu recorte cronológico salta diretamente de 1962, ocasião da formação da FRELIMO em Dar es Salaam, à obtenção da independência em 1975. Sem questionar-se a respeito das circunstâncias da formação da FRELIMO naquele contexto e ignorando sumariamente o processo da luta de libertação, não deve parecer surpreendente que Firmino classifique a escolha da língua portuguesa como “resultado natural” [*natural outcome*] (ibid. p. 273).

Em vista da pesquisa apresentada neste trabalho nos capítulos que se seguem não é possível subscrever à conclusão de Firmino pelo motivo de que ela foi extraída por meio de uma análise significativamente lacunar da história de Moçambique. O período colonial português e a política de assimilação foram devidamente considerados em seu trabalho e retomaremos sua argumentação a respeito desse tema no próximo capítulo. No entanto, ao proceder por ignorar o período formativo do nacionalismo moçambicano no exílio, desconsiderando assim as situações linguísticas desses contextos, Firmino acabou por produzir uma simplificação do gênero que ele próprio havia repudiado nos debates entre *exoglossia* e *endoglossia*. A multifacetada complexidade referente à mobilização política de refugiados moçambicanos no Tanganyika no decorrer da década de 1960 é fundamentalmente distinta do contexto urbano pós-independência da capital de Moçambique estudado em sua tese.

Seu objeto de estudos é a apropriação dessa língua no período pós-colonial, mais particularmente no contexto citadino de Maputo, e foram coletadas evidências sólidas que documentam um processo de genuína endogenização pós-colonial do português. Porém, mesmo que sua conclusão aponte para o caráter situacional e estratégico da escolha da língua portuguesa, e mais importante, de ter conduzido à promoção de políticas de língua não oficialmente declaradas até o pós-independência, a análise histórica construída em seu texto redundou numa abordagem reducionista que, no limite, tomou simplisticamente a escolha pela língua portuguesa na qualidade de natural.

Em vias de conclusão deste capítulo, passamos à exposição de uma terceira perspectiva que difere das duas anteriores em aspectos importantes. Armino Ngunga propôs uma leitura crítica, mas não menos problemática, do processo que culminou na oficialização da língua portuguesa em Moçambique pós-colonial. Para Ngunga, ao encontro de perspectivas como a de Thiong’o e Mulokozi e de encontro ao que afirma Lopes, a política de língua adotada pela FRELIMO vem sendo inadequada às necessidades do povo moçambicano por

conferir o monopólio da educação à instrução em língua portuguesa, em desfavor e desrespeito às diversas outras línguas faladas em território moçambicano (1999, p. 155).

Num primeiro momento, Ngunga questionou como ocorreu a derrocada dos projetos de alfabetização em massa promovidos pela FRELIMO após a independência do país na sequência de um período de notável sucesso entre 1975 e 1980. Supondo que o ritmo inicial de queda nas taxas de analfabetismo fosse mantido nas taxas anuais de 4,7% observadas para esse período, Ngunga estimou que o analfabetismo teria sido erradicado do país até o início do século XXI. Como isso não ocorreu, são elencadas as circunstâncias que resultaram no fracasso do ímpeto de alfabetização no decorrer das décadas de 1980 a 1990.

Tal como os outros linguistas moçambicanos que abordaram esse problema, a instauração de conflitos armados que devastaram o país no decorrer da década de 1980 é reconhecida enquanto fator agravante na falha da escolarização em massa de Moçambique, mas não o único responsável. Ngunga afirma, por sua vez, que a inobservância do princípio pedagógico-sociolinguístico de que a escolarização é necessariamente melhor conduzida em língua materna foi uma das principais causas do fracasso. Ao dificultar ou mesmo impossibilitar a comunicação em sala de aula – um aspecto fundamental nas relações de ensino e aprendizagem – definir a língua portuguesa enquanto único meio de instrução teve como consequência quedas drásticas no número de participantes nas campanhas de alfabetização. Da mesma forma, para Ngunga esse meio de instrução ensejou problemas metodológicos na própria condução das atividades educacionais ao confundir o ensino de uma segunda língua com alfabetização, circunstância agravada pela formação inadequada de professores e pelo autoritarismo com que foram conduzidas as políticas de escolarização em massa (1999, pp. 152 – 154).

Em suas palavras, o principal problema decorreu da assunção “injusta” e “errada” de que “o ensino compulsório dessa língua permitiria que mais pessoas se tornassem parte da nova nação, possibilitando sua participação nos assuntos cotidianos do país” (NGUNGA, 1999, p. 150)¹⁷⁷. Seu veredicto conclusivo foi posto enfaticamente: “as campanhas de alfabetização falharam porque foram planejadas para perpetuar a hegemonia da elite falante de português à custa da maioria do povo” (ibid. pp. 150 – 151)¹⁷⁸. Portanto, sua posição é de que a educação em massa é incompatível com a promoção de uma língua desconhecida da maioria dos educandos e, por conclusão, deve ser remediada por meio da escolarização em

¹⁷⁷ “Unfairly and wrongly, it was thought that compulsory learning of this language would allow more people to become part of the new nation, making it possible for them to participate in the everyday affairs of the country”.

¹⁷⁸ “Literacy campaigns failed because they were intended to perpetuate the hegemony of the Portuguese-speaking elite at the expense of the majority of the people”.

língua materna e pela conferição de estatuto oficial a todas as línguas africanas faladas em Moçambique. O cumprimento destes dois objetivos, prossegue Ngunga, também teria a função positiva de “incutir no povo o sentido do valor cultural que as línguas representam” (ibid. p. 154).

Em um artigo seguinte publicado em 2011 Ngunga estende sua leitura sobre a equação multilinguismo/monolinguismo numa abordagem pautada nas inter-relações entre línguas e culturas, interessado em explicitar como tais inter-relações estiveram presentes na conformação das políticas de língua que incidiram sobre os sistemas educacionais vigentes em território moçambicano. Ao discutir brevemente a situação linguística pré-colonial, a referida equação língua nacional/cultura nacional é explicitamente formulada:

Mas do que podemos ter certeza é que as diferentes *nações* espalhadas pelos territórios de Moçambique pré-colonial eram *nações monolíngues* nas quais as pessoas falavam a mesma língua e usavam-na para transmitir mensagens por meio dos estilos culturais e estilos de vida que passavam de geração a geração (NGUNGA, 2011, p. 182, grifos adicionados)¹⁷⁹.

Essa afirmação apresenta-se problemática por dois motivos principais. Em primeiro lugar, em que pese à extensa bibliografia produzida no âmbito das humanidades acerca da história dita “pré-colonial” da África austral e de Moçambique, Ngunga não traz em seu parágrafo nenhuma referência que possa embasar a assertiva de que o território africano que atualmente corresponde às fronteiras do Estado moçambicano era de fato povoada por “nações monolíngues” antes da chegada dos europeus¹⁸⁰. Assim, no texto de Ngunga a ligação umbilical e mutuamente determinante entre línguas e culturas é alegada em vez de efetivamente demonstrada. Em segundo lugar, tem-se o uso sugestivo do termo “nação” desacompanhado de qualquer definição específica para além da inexistência de uma discussão acerca de sua (in)aplicabilidade teórica às complexas circunstâncias históricas de Moçambique “pré-colonial”. Da forma como o texto se encontra redigido e diante das considerações que decorrem deste raciocínio é inevitável ausentarmo-nos de fazer referência aos paradigmas clássicos da linguística moderna que pudemos apresentar no decorrer deste capítulo. O que Ngunga trata por “nações monolíngues” e a maneira como elas supostamente veicularam seus valores culturais “de geração a geração” pode ser interpretado como uma asserção implícita fundada em pressupostos que têm eles próprios uma história que não deve

¹⁷⁹ “But one thing we can be sure of is that the different nations scattered in the territories of the pre-colonial Mozambique were monolingual nations where people spoke the same language throughout and used it to convey messages through the culture and living styles which passed on from one generation to the other”.

¹⁸⁰ Já nos referimos acima [nota de rodapé 81] acerca da existência de potentados africanos existentes no período pré-colonial cujos súditos eram marcadamente multilíngues, como o caso do reino de Msiri na África Central (1856 – 1891). Diante de casos como este, não encontramos motivos para crer, a priori, na assertiva de Ngunga.

ser tomada irrefletidamente. Diferentemente de seu trabalho anterior, no qual há referência a pesquisas conduzidas em outros países africanos para demonstrar como processos de alfabetização são mais bem sucedidos se conduzidos em línguas maternas, no caso desta assertiva não há referências que embasem sua leitura.

É fundamental repetir aqui que procedimentos como esse tomam por óbvios pressupostos que são produtos históricos, e não truísmos autoexplicativos. Tais pressupostos inadvertidamente aplicados à análise da situação linguística em Moçambique, bem como à abordagem diacrônica das políticas de língua planejadas e aplicadas neste território, produzem interpretações históricas questionáveis.

Na sequência, com o advento da colonização portuguesa, instaurou-se um período sombrio [*dark period*] em que os invasores submetem essas “nações” sob seu domínio primariamente por meio do exercício da coerção física. Como parte do processo de subjugação os portugueses teriam empreendido, segundo Ngunga, “um sistema educacional baseado na visão de que os africanos não tinham cultura e que os europeus tinham a missão de civilizá-los em português” (ibid. p. 183)¹⁸¹. Compreendendo a questão linguística como indissociável de questões culturais, Ngunga compreende a política colonial portuguesa de criar dois ordenamentos jurídicos distintos – um “consuetudinário” para “indígenas” e outro “civil” para “não-indígenas”, como tratamos em detalhe no próximo capítulo – conectados entre si pelo fenômeno da “assimilação” enquanto um problema de ordem eminentemente cultural. Assim, tornar-se assimilado significava aos africanos “abandonar sua cultura e suas línguas se quisessem ser bem-sucedidos em suas vidas” (ibidem)¹⁸², tornando-se assim “pessoas culturalmente esvaziadas”¹⁸³ (ibid. p. 178).

Antes de ponderar acerca de outras imprecisões históricas no texto de Ngunga – que afirmou de forma simplista que os africanos eram “obrigados por lei” [*forced by law*] a se tornarem assimilados, o que mascara realidades muito mais complexas e situações ambíguas vividas por inúmeros indivíduos no decorrer do período colonial – é necessário aludir ao desdobramento de sua argumentação. A política colonial portuguesa de escolarizar moçambicanos na língua do colonizador e de acordo com referências culturais pertencentes à metrópole teria produzido, segundo Ngunga, genuínas aberrações na forma de uma pequena elite subalterna de africanos assimilados desenraizados de suas origens culturais e aliados de suas línguas maternas africanas.

¹⁸¹ Livre tradução de: “The Portuguese introduced an education system based on the view that the Africans had no culture and that the Europeans had the mission to civilize them in Portuguese”

¹⁸² No original: “give up their culture and their languages if they wanted to be successful in their lives”.

¹⁸³ No original: “culturally emptied people”.

Assim, o efeito da política de língua colonial em Moçambique foi tão sério e tão profundamente enraizado que condicionou o sistema educacional e a forma de pensamento de alguns moçambicanos que passaram por uma completa *lavagem cerebral*. Essa política foi tão séria que quando a decisão de lutar contra o colonialismo foi tomada, a questão das línguas não fez parte da pauta da parte integral do processo de libertação (NGUNGA, 2011, p. 183, grifo adicionado)¹⁸⁴.

Diante dessa exposição, é pouco surpreendente que o processo de libertação de Moçambique tenha se desdobrado “agressivamente” após a independência no que “poderíamos chamar de ‘aportuguesamento’ do país” (ibid. p. 178)¹⁸⁵. Contudo, Ngunga é o único dos linguistas moçambicanos consultados no curso desta pesquisa que tratou do período e contexto da formação da FRELIMO na Tanzânia. Ao fazê-lo, seu trabalho difere paradoxalmente da análise de Gregório Firmino e das interpretações de Armando Jorge Lopes: o período formativo na Tanzânia e o empreendimento da luta armada contra Portugal foram tidos por Ngunga como um ponto fora da curva de “aportuguesamento” linguístico representada pela ascensão da FRELIMO, e não como um prosseguimento linear da herança linguística portuguesa. Sua concordância com Lopes e Firmino está circunscrita ao reconhecimento de que a escolha pelo português enquanto língua de unidade nacional foi uma decisão “lógica”, mas em contraste a ambos, Ngunga apreende criticamente que tal decisão só foi óbvia na perspectiva da liderança assimilada do movimento nacionalista, ao invés de uma decisão universalmente natural.

Assim, a consolidação da língua portuguesa na história de Moçambique, que fora descrita por Lopes como um “resultado natural” (2010, p. 475), foi então vista por Ngunga como uma decisão lógica somente na visão das elites no comando da FRELIMO, que teriam escolhido sua própria língua e feito “de tudo para convencer todo o mundo que o português deveria ser a língua a ser usada no processo de libertação” (2011, p. 184)¹⁸⁶. Contudo, por meio de seus pressupostos problematicamente articulados, a leitura de Ngunga descamba numa oposição entre “verdadeiros libertadores” [*real freedom fighters*] sintonizados ao povo moçambicano [*Mozambican people*] e a dita elite de assimilados que padecia dos males da “lavagem cerebral” proporcionada pelas políticas educacionais do colonialismo português. A explicação dada por Ngunga é ancorada sobre a diminuta parcela daqueles que tinham domínio sobre a língua portuguesa dentre o conjunto de moçambicanos envolvidos no

¹⁸⁴No original: “Thus, the effect of colonial language policy in Mozambique was so serious and profoundly rooted that it conditioned the education system and the way of thinking of some Mozambicans who were completely brainwashed. That policy was so serious that when the decision to fight colonialism was taken, the issue of languages was not part of the agenda of the integral part of the liberation process, as we will see next”.

¹⁸⁵No original, “aggressively promoted what one would call ‘Portuguesation’ of the country”.

¹⁸⁶No original: “The elite members chose their language and did everything to convince everybody that Portuguese was the language to be used in the liberation process”.

contexto da luta de libertação a partir da Tanzânia. Em suas palavras, essas elites não teriam sido bem-sucedidas em implantar a língua portuguesa como língua de unidade nacional:

[...] provavelmente porque não era justo. O povo moçambicano não precisava daquela língua para se libertar. A maioria dos *verdadeiros libertadores* só podia falar suaíli ou outra língua africana em sua comunicação diária com outros camaradas. [...] O leitor é livre para se perguntar ‘como é que a elite se comunicou com outros que tinham diferentes backgrounds em virtude de originarem-se de diferentes regiões do país e não falavam português? A resposta é que o movimento de libertação estava baseado na Tanzânia. Todo o treinamento militar na Tanzânia e as atividades cotidianas da vida dos guerreiros ocorria em suaíli, a língua nacional da Tanzânia. [...] Portanto, o que realmente funcionou como língua supra-étnica usada entre os libertadores de diferentes regiões moçambicanas foi o suaíli, que tinha a vantagem de ser uma língua banta como todas as outras línguas africanas de Moçambique. Além do suaíli, as línguas moçambicanas eram aprendidas por todos dependendo da zona onde ele(a) estivesse lutando. Essa foi a razão pela qual os veteranos de guerra eram todos multilíngues. Todos os *verdadeiros libertadores, que tinham rifles e lutavam nas selvas de Moçambique contra o colonialismo*, eram fluentes em não menos que quatro línguas, incluindo alguns rudimentos de português. Então essas são as *verdadeiras línguas* que lutaram contra o *colonialismo em português* e as *verdadeiras línguas de unidade nacional* durante a guerra (NGUNGA, 2011, p. 184, grifos acrescidos)¹⁸⁷.

Esse polêmico parágrafo também é afetado pelas mesmas fragilidades analíticas apontadas acima e por aquelas referidas na crítica de Ali e Alamin Mazrui. Desprovidas de fontes, tal como sua explicação sobre a situação linguística de Moçambique pré-colonial, suas alegações acerca da “verdadeira língua de libertação” do país carecem de credibilidade. Por outro lado, isso não significa que toda a questão possa ser prontamente desconsiderada. Pelo contrário: uma leitura pormenorizada da argumentação proposta por Ngunga sobre o tema do papel das línguas na luta de libertação de Moçambique revela dois aspectos de fundamental importância para esta pesquisa. O primeiro se refere à própria incandescência política do tema da descolonização de Moçambique, que permanece envolto há mais de meio século em controvérsias que afetaram a maneira pela qual (e o contexto no qual) Ngunga produziu seu

¹⁸⁷ No original: “The only problem was that they never succeeded probably because it was not fair. The Mozambican people did not need that language to free themselves. The majority of the true freedom fighters could only speak Kiswahili or other African language in their daily communication with the other comrades. [...] The reader is free to ask a question like ‘how did the elite communicate with the others who had different language backgrounds by virtue of being originated from different regions of the country and did not speak Portuguese?’ The answer is that the liberation movement was based in Tanzania. All military drills in Tanzania and day-to-day living activities of the fighters were taking place in Swahili, the national language of the Tanzania. [...] Therefore, what actually functioned as the supra-ethnic language used among the liberation fighters from the different Mozambican regions was Kiswahili which had the advantage of being a Bantu language as all of the other African language of Mozambique. Apart from Kiswahili, the Mozambican languages were learnt by them all depending on the zone where s/he was fighting. This was the reason why the Mozambican war veterans were all multilingual. All those real freedom fighters, who had rifles and fought in the bushes of Mozambique against the colonialism, are fluent in no less than four languages, including some rudiments of Portuguese. So these languages are the real languages which fought colonialism in Portuguese and were the real languages of national unity during the war”.

texto. O segundo é a ênfase deste autor sobre o período formativo da FRELIMO na Tanzânia para o estudo histórico da questão linguística em Moçambique.

No que se refere ao primeiro ponto, não é possível ignorar que as entrelinhas do parágrafo citado contêm uma mensagem política deliberadamente oposta à liderança da FRELIMO na década de 1960, cabendo ao leitor incauto realizar o estabelecimento do vínculo direto entre aquele período e as vicissitudes políticas da contemporaneidade moçambicana. Só assim é inteligível a oposição ambígua apontada por Ngunga entre “verdadeiros libertadores” e a “elite assimilada”, que aparece abruptamente em seu texto e sem explicações desambíguas acerca do que caracterizaria um *true freedom fighter*. Ngunga apresenta um quadro em que “verdadeiros libertadores” estariam não apenas armados de rifles para lutar o combate empedernido contra os portugueses, mas também munidos das “verdadeiras línguas” que os permitiriam forjar a “verdadeira unidade” e conquistar a libertação.

Ademais, a própria escolha desses termos e palavras não deve ser interpretada como gratuita. O argumento implícito na oposição entre os libertadores *que tinham rifles e que lutavam na selva* frente à “elite” não é de forma alguma inédito. Como expomos no terceiro capítulo, dentre as principais críticas desferidas à liderança da FRELIMO em Dar es Salaam estava sua aparente distância física das frentes de combate no norte de Moçambique e as alegações de que era composta desproporcionalmente por moçambicanos assimilados, mulatos e pessoas de ascendência asiática, todos vistos como demasiado apegados às facilidades materiais que a vida em Dar es Salaam proporcionava em contraste com os moçambicanos de origens camponesas que carregavam o fardo de combater os portugueses numa ingrata vida de privações e combates perigosos. Por fim, é particularmente ambígua a colocação de Ngunga acerca da luta contra o *colonialismo em português* [*colonialism in Portuguese*]. Nesta frase, a função sintática da preposição “em” indica que Ngunga se refere a um colonialismo expresso em língua portuguesa e exercido em oposição à liberdade dos povos moçambicanos e suas línguas africanas. Por silogismo, infere-se nesta perspectiva que a língua portuguesa não poderia ser conducente à libertação de Moçambique.

Ainda que não seja o momento de explorar detidamente esses argumentos no contexto em que foram produzidos na década de 1960, a abordagem de Ngunga permanece intrigante. Também não é o objetivo deste trabalho se imiscuir na mobilização contemporânea de argumentos políticos direcionados a criticar a consolidação histórica do poder da FRELIMO. A leitura das entrelinhas empreendida aqui tem o propósito de salientar a animosidade que

pode ser encontrada em temas tangenciais à diversidade linguística e como os termos presentes nos debates podem (e devem) ser historicamente problematizados.

Resta por analisar um segundo ponto importante levantado por Ngunga a respeito da política de língua da FRELIMO. Sua abordagem é enfática em situar a língua suaíli enquanto “verdadeira” língua de unidade nacional durante a luta de libertação. Novamente sem citar fonte alguma, afirma que a língua suaíli foi o meio de comunicação dominante durante todo o período da luta de libertação de Moçambique e mesmo nas zonas libertadas (NGUNGA, 2011, p. 184). Também declara que apesar dos esforços empreendidos para que se “moçambicanizasse” a língua portuguesa, “o povo moçambicano nunca teve em mente que o português fosse sua língua” (ibid. p. 185)¹⁸⁸. Em marcante oposição, contudo,

Mesmo hoje, entre os veteranos da guerra de libertação, suaíli é a língua da ‘camaradagem’, a língua da irmandade/sororidade, língua da nostalgia de tempos há muito idos da guerra de libertação no mato (nem mesmo na Tanzânia). Assim, o suaíli se tornou não somente a língua daqueles moçambicanos que foram à Tanzânia ou às zonas libertadas, mas também *o símbolo da libertação de Moçambique* (NGUNGA, 2011, p. 185, grifos no original)¹⁸⁹.

É impressionante que uma alegação de tamanha significância para a história política da formação de Moçambique como essa tenha sido escrita (e mais impressionantemente ainda publicada) na absoluta ausência de evidências ou qualquer discussão indiciária. Não há nenhum comentário acerca da procedência dessa constatação, que é apresentada como fato supostamente autoevidente do papel libertador como característica inalienável da língua suaíli. É plausível supor que este argumento tenha sido formulado por Ngunga a partir de conversas com veteranos de guerra, mas sem apresentar qualquer comprovação ou discussão a respeito de suas fontes ou informantes, nos encontramos impedidos de ir além da avaliação de que se trata de um julgamento valorativo pessoal do autor.

Por fim, após sua tentativa de destronar a língua portuguesa do papel a ela atribuído de língua de unidade nacional, Ngunga não defende que ela deva ser inteiramente erradicada de Moçambique. Sua conclusão é muito semelhante à de Armando Jorge Lopes no que se refere à necessidade de declarar as línguas africanas de Moçambique enquanto línguas oficiais,

¹⁸⁸ No original: “in spite of the efforts to ‘Mozambicanize’ Portuguese at the expense of the Mozambican languages, whose use was forbidden in FRELIMO schools, the Mozambican people had never had in mind that Portuguese was their language”.

¹⁸⁹ Livre tradução de: “Even today, among the veterans of the liberation war, Kiswahili is the language of ‘comradeness’, language of brotherhood/sisterhood, language of the nostalgia of the long gone times of liberation war in the bushes (not even in Tanzania). Thus, Kiswahili became not only the language of those Mozambicans who had been to Tanzania or in the liberation war zones, but also the symbol of liberation of Mozambique”.

colocando-as a par do estatuto jurídico que é atualmente usufruído apenas pela língua portuguesa (ibid. p. 194).

Em resumo, no caso de Moçambique a maior parte dos trabalhos que tratam da língua portuguesa por perspectivas diacrônicas ignoram ou tratam laconicamente do período de formação da FRELIMO na Tanzânia. O único trabalho consultado que se debruçou sobre essa questão – ainda que de maneira questionável – foi este referido artigo de Ngunga. A análise das políticas de língua promovidas durante e após a luta de libertação do país são concentradas no período pós-colonial e, embora compartilhem alguns pressupostos e apontem por vezes a soluções comuns, divergem sensivelmente.

A narrativa composta neste primeiro capítulo teve por objetivo compreender os meandros históricos e teóricos pertinentes à conformação de entidades políticas sobre populações multilíngues. Desde as primeiras concepções modernas acerca da indissociabilidade entre línguas e culturas – ora apreendidas no papel fundamental da língua no trinômio língua/cultura/povo que confere autenticidade ao nacionalismo moderno explicitado por Johann Herder, ora na perspectiva pós-colonial do papel de libertação cultural das línguas africanas defendido Thiong'o e Mulokozi – a principal contribuição dos debates trazidos aqui são relacionados ao reconhecimento crítico da diversidade linguística e os problemas ensejados pelas tentativas de governá-la no decorrer de processos históricos. Situamos o âmbito teórico sob o qual se alicerçaram diferentes visões sobre como deve ser conduzido o governo de populações multilíngues para demonstrar como a questão linguística deve ser considerada enquanto um fator e produto relevante em diversos fenômenos históricos.

No capítulo seguinte buscamos situar a formação de uma *situação linguística* no Tanganyika na qual estiveram presentes os refugiados moçambicanos que intentaram produzir uma frente nacionalista unificada para combater o colonialismo português em Moçambique. Como buscamos demonstrar, a notável heterogeneidade entre os diversos agentes históricos presentes no contexto da formação da FRELIMO correspondeu também à diversidade de línguas faladas no interior do movimento. Para proceder à exposição sobre o campo histórico e linguístico sobre o qual ocorreu a frágil união dos diferentes movimentos nacionalistas na Frente de Libertação de Moçambique em Dar es Salaam, o capítulo é separado em três partes distintas.

Na primeira parte, o enfoque é dado à constituição da língua suaíli enquanto língua franca na África oriental e sua posterior promulgação enquanto língua nacional do Tanganyika/Tanzânia independente. Nossa abordagem tem por intuito uma apreciação

histórica de como uma língua, ou melhor, como diversas variantes¹⁹⁰ linguísticas relativamente intercomunicáveis e espalhadas por regiões costeiras do Oceano Índico foram adaptadas para servir ao comércio caravaneiro no decorrer do século XIX (WHITELEY, 1969), passando pela manipulação do suaíli por parte das autoridades coloniais alemãs e britânicas (HEINE, 1970) para, por fim, examinar sua apoteose enquanto língua nacional [*lughá ya taifa*] da Tanzânia durante o período de *Ujamaa* preconizado por Julius Nyerere (BLOMMAERT, 2014; ROY, 2013).

A segunda parte dá lugar ao levantamento dos principais fenômenos históricos pertinentes à colonização de Moçambique por Portugal. Antes de abordar a situação linguística favorecida pela política colonial de assimilacionismo, a partir da qual a língua portuguesa emergiu como elemento fundamental da missão civilizadora portuguesa de alçar os “indígenas” sob seu domínio à condição de “civilizados”, tratamos por linhas gerais do processo que levou à conformação de uma “situação colonial” (BALANDIER, 1993 [1955]) profundamente hierarquizada e altamente dependente da extração violenta de mão-de-obra forçada ou barata africana (CABAÇO, 2007). Na sequência, intentamos tratar dos debates ocorridos em círculos administrativos metropolitanos desde a virada do século XIX ao XX que culminaram na formação de um estado colonial bifurcado (MAMDANI, 1998) em dois sistemas jurídicos distintos: um ordenamento “consuetudinário” pautado na descentralização administrativa, mas despótica, do governo das populações africanas “indígenas” por meio da manipulação de seus “usos e costumes” que não atentassem contra a ordem colonial; e um ordenamento “civil” talhado para atender aos interesses da população “civilizada” que habitava em números cada vez maiores os territórios portugueses “ultramarinos” de Moçambique (MACAGNO, 1996; FRY, 2003; CABAÇO, op. cit.). Imbricado nesse âmbito encontra-se a figura do africano assimilado, uma categoria social cuja existência jurídica era dependente de seu domínio da língua e cultura portuguesas. Argumentamos, à luz da bibliografia pertinente, que apesar de sua minúscula proporção demográfica no conjunto da população não-europeia de Moçambique os assimilados constituíram um grupo de fundamental importância histórica para que se compreenda o processo de “invenção de Moçambique” contemporâneo (THOMAZ, 2002b, p. 40).

¹⁹⁰ É importante adiantar nesse momento que o emprego do termo “variante” não tem a intenção aqui de designar formas linguísticas *desviantes* de uma língua suaíli “padrão”. Pelo contrário: a padronização, gramaticalização e latinização do suaíli ocorreram por intermédio do colonialismo alemão e britânico na África oriental que, como expomos a seguir, escolheram deliberadamente uma forma de suaíli falada em Unguja, a ilha principal do arquipélago de Zanzibar (*Kiunguja*, literalmente “língua de Unguja”).

A terceira parte busca introduzir uma das principais contribuições deste trabalho à historiografia sobre a formação de movimentos nacionalistas moçambicanos no exílio: a diversidade de línguas faladas pelos membros dos grupos que formaram a FRELIMO no Tanganyika. Por meio da leitura e análise de fontes históricas pertencentes aos escritórios da Mozambique African National Union (MANU) no sul do Tanganyika, buscamos demonstrar como a língua suaíli foi efetivamente usada como língua de comunicação entre os comitês de base da FRELIMO, sediados em localidades com grandes números de refugiados moçambicanos afiliados ao movimento como Lindi e Mtwara, e o comitê central em Dar es Salaam. Esse conjunto documental acessado no Arquivo Histórico de Moçambique em Maputo aponta para a necessidade de ampliarmos as narrativas tradicionalmente veiculadas acerca da criação de uma frente anticolonial moçambicana que se propôs unificada.

O objetivo principal dessa exposição tripartite é situar historicamente a diversidade linguística dos contextos históricos que gestaram a formação da FRELIMO, nomeadamente as elites assimiladas falantes da língua portuguesa; o suaíli, língua tornada veicular nos movimentos associativistas e sindicalistas africanos no Tanganyika (HEINE, op. cit. p. 96) que também serviu, por sua vez, de língua comum ao heterogêneo grupo de refugiados moçambicanos no Tanganyika (ALPERS, 1984; PANZER, 2013; TEMBE, 2013).

II. A “SITUAÇÃO LINGUÍSTICA” DOS NACIONALISMOS MOÇAMBICANOS NO EXÍLIO

Menções circunstanciadas sobre o uso de diferentes línguas no processo da luta de libertação de Moçambique não são comuns na historiografia e não abundam trabalhos que tratem detidamente sobre a diversidade linguística na formação dos movimentos nacionalistas no exílio. Elencamos a seguir algumas exceções pontuais acerca da situação linguística na ocasião da luta armada para introduzir alguns elementos presentes nossa abordagem da seguinte pergunta: como podemos situar historicamente a diversidade linguística entre os membros da FRELIMO?

Uma primeira referência pode ser encontrada no seguinte parágrafo escrito por Joseph Hanlon em sua análise dos problemas enfrentados pela FRELIMO na ocasião da luta armada:

Os três grupos que formaram a FRELIMO representavam três diferentes regiões com diferentes línguas e procedências culturais. Desde o início, os grupos foram integrados e passavam por treinamento em conjunto. *Eventualmente o português foi escolhido* como língua unificadora e era esperado que todos os guerrilheiros a aprendessem e utilizassem. (Na prática alguns dos líderes exilados mais velhos continuaram a usar o inglês, enquanto os guerrilheiros usavam uma mistura de português e kiswahili, refletindo o uso da Tanzânia como retaguarda) (HANLON, 1984, p. 29, grifo adicionado)¹⁹¹.

O extenso trabalho da pesquisadora japonesa Sayaka Funada-Classen recentemente traduzido e publicado em inglês nos permite aprofundar a explicação de Hanlon acerca das diferentes línguas faladas nas zonas libertadas. O estudo de Funada-Classen foi conduzido de 1999 a 2011 predominantemente por meio da coleta de depoimentos orais de mulheres de etnia macua na circunscrição de Maúá, província do Niassa, e teve por objetivo principal apreender historicamente as clivagens que se manifestaram à primeira vista em torno de identidades políticas que opunham a FRELIMO e a RENAMO durante e após a guerra de 1977 a 1992.

A análise desta autora sobre os relatos da chegada da guerra de libertação a Maúá em março de 1966 levantou o fato de que a língua usada para a comunicação entre comandantes militares da FRELIMO e régulos locais favoráveis à guerrilha era a suaíli e que os soldados da FRELIMO “tinham procedências diferentes e falavam suas próprias línguas” (FUNADA-

¹⁹¹ No original, “The three groups that formed Frelimo represented three different regions with different languages and cultural backgrounds. From the beginning, groups were integrated and underwent training together. Eventually Portuguese was selected as a unifying language and all fighters were expected to learn and use it. (In practice some of the older exiled leaders continued to use English, while the fighters used a mix of Portuguese and Kiswahili, reflecting the use of Tanzania as a rearbase)”.

CLASSEN, 2013, p. 304)¹⁹², sem que a língua portuguesa fosse mencionada pela maioria dos entrevistados senão para se referirem à “Tropa”, isto é, aos militares portugueses aquartelados na região. Contudo, nas zonas libertadas eram organizadas escolas para o ensino da língua portuguesa, conforme indica o depoimento de Teresa Raica, uma guerrilheira da FRELIMO nascida em Maúá:

Então eu cheguei a certa idade quando recebi treinamento na base Msawissi¹⁹³. Eu estava com muitas outras mulheres. Nós estávamos todas juntas independentemente de nossas procedências étnicas. Cada uma falava na sua própria língua. Nós também falávamos português porque havia uma escola para aprender a língua (RAICA *apud*. FUNADA-CLASSEN, 2013, p. 319)¹⁹⁴.

É possível argumentar que a diversidade linguística – e o uso da língua suaíli como língua franca – que fazia parte da vivência dos homens e mulheres que ingressaram na FRELIMO no decorrer da década de 1960 é mais referida em entrevistas e obras de caráter biográfico que pela historiografia. Comentários de caráter anedótico sobre as dificuldades de comunicação entre os diferentes membros do movimento aparecem citadas, por exemplo, nas memórias publicadas de Helder Martins¹⁹⁵ e Joaquim Chissano.

Martins recorda seu primeiro dia de atuação clínica em seu consultório como médico da FRELIMO em Dar es Salaam: “[q]uase ninguém falava português, mas praticamente todos falavam suaíli e a consulta foi quase todo o tempo feita com a ajuda de um intérprete para suaíli” (2001, p. 210). Mesmo que a maioria de seus pacientes fossem refugiados moçambicanos de etnia maconde, Martins empenhou-se para aprender o suaíli em vez do *kimakonde* porque essa língua lhe “resolvia todos os problemas” (ibid. p. 222). Chissano, em seu extenso livro autobiográfico que lamentavelmente se encerra no momento de sua chegada em Dar es Salaam, mencionou o seguinte episódio que ocorreu no seu primeiro dia no Tanganyika em setembro de 1963 quando foi convidado por Eduardo Mondlane para comparecer a uma reunião com o *Baraza la Wazee*, o “Conselho dos Anciãos”¹⁹⁶:

¹⁹² No original, “had their own backgrounds and they spoke their own languages”.

¹⁹³ A base Msawissi (ou M’sawise) parece ter sido reabilitada após a independência do país para servir de campo de reeducação da FRELIMO segundo Amélia Neves de Souto (2017, p. 152).

¹⁹⁴ Tradução livre de: “Then I reached a certain age when I received training at the Msawissi base. I was with many other women. We were all together regardless of our ethnic backgrounds. Each spoke in her own language. We also spoke Portuguese as there was a school to learn the language”.

¹⁹⁵ Helder Martins nasceu em Moçambique de ascendentes portugueses, formou-se médico em Portugal e desertou da Marinha para tomar parte nas atividades da FRELIMO no Tanganyika. Atuou como médico, instrutor do programa de treinamento de enfermeiros no Instituto Moçambicano, supervisor do programa de saúde da FRELIMO no Hospital Américo Boavida fundado em Mtwara e no atendimento clínico prestado a refugiados moçambicanos e membros do movimento em Dar es Salaam.

¹⁹⁶ Muito pouco se sabe de fato a respeito do que eram, como se constituíram e quais eram as funções e atribuições do dito “Conselho dos Anciãos”, também conhecido pela sua designação em língua suaíli *Baraza la Wazee* ou inglesa *Elders Council*. Esses conselhos parecem ter congregado “líderes tradicionais”

A reunião era sobre a necessidade de admitir como funcionária da Sede Provisória da FRELIMO uma jovem maconde para que também houvesse gente do Norte do país a trabalhar no escritório. Tinha de se acabar com o *Ubaguzi*, discriminação. O Manuel Guihole, ex-enfermeiro, natural de Inhambane que tinha chegado havia bastante tempo ao Tanganyika, é quem fazia a interpretação do Kiswahili para o português. Mondlane tinha pedido que os interessados, neste caso *wazee*, do Norte (Cabo Delgado e Niassa) apresentassem candidatos com capacidade para trabalhar no escritório. Bastava que soubessem falar algum inglês, ou algum português e soubessem ler e escrever, sobretudo escrever à máquina. Apresentaram uma jovenzita de 14 anos ou menos. [...] Estava claro para nós que ela não sabia escrever. Mas era preciso confirmar. Não conseguiu escrever nada à mão, nem em *Kiswahili*, nem em *Kimakonde*. Nada disto era óbvio para o *Mzee Mchekecha*¹⁹⁷ e outros *Wazee*. Foi preciso explicar repetidamente. Concluiu-se mesmo assim que a moça devia ser admitida e posta a aprender na prática (CHISSANO, 2010, pp. 705 – 706, grifos no original).

Por mais tentador que seja analisar imediatamente alguns elementos importantes trazidos nesse depoimento, como a prevalência do analfabetismo entre membros de influência política presumivelmente importante nas comunidades de refugiados moçambicanos no Tanganyika com os quais os dirigentes da FRELIMO tinham de lidar, restringimos, por ora, nossa exposição ao conteúdo geral do relato acerca da heterogeneidade linguística do contexto ao qual se Chissano se referiu: havia dificuldades significativas de comunicação entre os diversos setores e membros do movimento de libertação no Tanganyika e parece ter predominado, ao menos inicialmente, a língua suaíli como veículo de comunicação geral entre indivíduos de diferentes procedências linguísticas.

Por fim, não obstante as referidas dificuldades enfrentadas, há relatos em que a diversidade linguística entre os moçambicanos em Dar es Salaam é reputada como banal diante da grandiosidade da empreitada anticolonial em curso. O assimilado José Moiane, Ndaú nascido em Gaza, no sul de Moçambique, contou da seguinte maneira sua chegada a Dar es Salaam:

Aquilo foi uma bênção para mim. Eu já fui sabendo da existência da FRELIMO e sabia de que se tratava. As diferentes etnias, o Moçambique real, que encontro na Tanzânia não me deixou assustado nem complexado. A minha ida a África do Sul ajudou-me muito. Aqui [sic.] relacionei-me com uma multiplicidade de tribos. A situação de Dar-es-Salam não constituiu novidade nenhuma. Falávamos a mesma

predominantemente macondes de Moçambique e estiveram articulados junto às comunidades de moçambicanos refugiados pelo Tanganyika. Sérgio Vieira, cujas memórias são analisadas no terceiro capítulo, o define “como uma cúpula, mais ou menos informal” (2010, p. 272) composta pelos “dirigentes tradicionais políticos e comunitários” (p. 274) ao qual pertencia Lázaro Nkavandame. Aurélio Valente Langa, membro da FRELIMO capturado pelos portugueses em Lourenço Marques, atesta a existência dessa organização dentro e fora do presídio onde eram encarcerados os detidos pela PIDE na capital colonial e disse ter sido informado de que “estes conselhos existiam na Tanzania para aconselhar os guerrilheiros” (LANGA, 2011, p. 205). Esta última informação é pouco crível, do ponto de vista da causalidade histórica, por sabermos que os conselhos dos anciãos antecederam o início da luta armada.

¹⁹⁷ O *Mzee Mchekecha* também foi mencionado no livro autobiográfico de Lopes Tembe Ndelana (na grafia de “Mutchequeche”) como um senhor moçambicano residente em Dar es Salaam originário de Mueda, sede administrativa colonial do Planalto dos Macondes (NDELANA, 2012, p. 48).

linguagem e éramos unidos e éramos unidos por um objetivo comum (MOIANE, 2016, p.52).

É significativo que Moiane tenha empregado o termo *linguagem* e não *língua*. É necessário atentar à diferença semântica entre os dois, resumida concisamente por Margarida Taddoni Petter, professora de linguística da Universidade de São Paulo e ex-diretora do Centro de Estudos Africanos da USP da seguinte forma: língua “é um conjunto organizado de elementos (sons e gestos) que possibilitam a comunicação”, enquanto que linguagem se refere ao domínio mais amplo da capacidade humana de “produzir, desenvolver e compreender a língua e outras manifestações, como a pintura, a música e a dança”¹⁹⁸. Nesse sentido, é válido compreender o depoimento de Moiane como referente à existência de ideias de expressão comum apesar de quaisquer diferenças linguísticas. Todavia, não é inteiramente descabido supor que Moiane possa ter confundido o uso desses termos.

Trazer esses recortes díspares de diferentes origens e produzidos em diferentes momentos tem por objetivo aludir às questões fundamentais tratadas neste capítulo: qual era a situação linguística dos movimentos nacionalistas moçambicanos no exílio na década de 1960? Porque a língua suaflí era utilizada como língua veicular entre diversos membros da FRELIMO e demais refugiados moçambicanos no Tanganyika? Como se inseriu a língua portuguesa nesse contexto? Para buscar respostas adequadas a essas perguntas, procedemos pela exposição anunciada acima.

2.1 A formação do *kiswahili* como língua franca na África oriental

Por volta de uma centena de línguas são faladas atualmente na República Unida da Tanzânia, divididas entre seis famílias linguísticas distintas – bantas, nilóticas, cuxíticas, *Khoisan*, indo-europeias e semíticas (BLOMMAERT, 2013, p. 48). Tal como em Moçambique, vicissitudes políticas e diferentes aplicações teórico-metodológicas levaram à classificação de números que variaram de 89 a 127 línguas faladas na porção continental e nos arquipélagos que compõem seu território (LAITIN, 1992, p. 140; TOPAN, 2008, p. 252). No entanto, no processo histórico de construção nacional tanzaniano realizado por meio da unificação simbólica desses diferentes povos um papel central é unanimemente atribuído pela bibliografia consultada ao sucesso da política de promoção de uma língua específica, o *Kiswahili*, como língua nacional. De fato, há significativo consenso acadêmico de que a Tanzânia figura dentre os casos mais bem-sucedidos de unificação nacional na África

¹⁹⁸ Vide: <https://novaescola.org.br/conteudo/257/qual-a-diferenca-entre-lingua-e-linguagem>. Acesso em 22/09/2017.

subsaariana (IBHAWOH & DIBUA, 2003, p. 71), tendo sido poupada do tipo de conflito regionalista e de carácter étnico¹⁹⁹ que afetou em diversas ocasiões – algumas com proporções desastrosas – a vida política de seus vizinhos Quênia, Uganda, Ruanda e Burundi.

Se a consagração da língua suaíli é elencada como um fator fundamental nessa história de relativo sucesso na construção nacional [*kujenga taifa*] pós-independência, já interpretada como a mais significativa em toda a África (LAITIN, op. cit. p. 139), é imprescindível situar o processo histórico pelo qual essa língua se constituiu como língua franca²⁰⁰. Fazemos jus à necessidade de a situarmos numa perspectiva diacrônica para que possamos compreender como isso ocorreu a partir de uma língua que é materna apenas para uma reduzida porção demográfica dentre seus falantes, ainda que esta proporção esteja crescendo rapidamente desde as últimas décadas do século XX (MULOKOZI, s/d, p. 5). Em outras palavras, como uma língua que atualmente é estimada em cerca de 2,4 milhões de falantes maternos (ROY, op. cit. p. 66), concentrados numa estreita faixa territorial costeira da África oriental e arquipélagos Índicos, foi alçada à condição de língua franca para mais 80 milhões de pessoas²⁰¹ (ibid. p. 46) entre o norte de Moçambique e o sul da Somália, e de Zanzibar à zona interlacustre de Ruanda, Uganda, Burundi e República Democrática do Congo, além de ser alegadamente compreendida por aproximadamente 99% da população tanzaniana no século XXI? (SA, s/d. p. 2).

Esse questionamento inicial vai ao encontro da perspectiva que orientou um dos principais trabalhos de análise histórica referente à língua suaíli, publicada em 1969 pelo antropólogo britânico Wilfred Howel Whiteley (1924 – 1972). Enviado com uma bolsa de pesquisa para o Tanganyika em 1949, Whiteley acabou por ser nomeado pelo governo colonial ao cargo de “Antropólogo do Governo” [*Government Anthropologist*] e atuou

¹⁹⁹ Por “conflitos étnicos” referimo-nos em uníssono à abordagem de Mahmood Mamdani (2002) sobre a transformação histórica de identidades culturais em identidades políticas por intermédio do Estado que, embora remontem ao período colonial, mobilizam rivalidades que não se resumem à ingerência europeia sobre países africanos.

²⁰⁰ Convém aludir à ressalva teórica proposta por Bernd Heine na ocasião de seu estudo sobre línguas francas africanas. Segundo Heine, não há uma definição única aplicável às várias línguas que cumprem a função de estabelecer a comunicação entre pessoas de diferentes procedências linguísticas na África. Não é possível, portanto, prescindir da avaliação das circunstâncias e contingências históricas que levaram à formação de línguas com grandes números de falantes como Hauçá, Bambara e Ioruba na África ocidental; Suaíli e Amárico na África oriental, e Tswana, Nyanja e Afrikaans na África meridional (HEINE, 1970, pp. 15 – 45) a cumprirem funções de línguas francas em determinados contextos.

²⁰¹ Não há dados precisos sobre a quantidade de pessoas que falam suaíli no mundo, menos ainda para quais finalidades e em quais graus de fluência elas utilizam-no cotidianamente. Mesmo nos países com grande número de falantes de suaíli como língua segunda ou terceira, como a Tanzânia e o Quênia, o “falar suaíli” ocorre com notáveis variações de domínio gramatical do *kiswahili sanifu*, ou suaíli-padrão. A estimativa de 80 milhões de falantes foi proposta por Mathieu Roy com a importante ressalva de que não se pode estimar atualmente com qualquer precisão quantos falantes seriam adicionados a esse número se incluíssemos nos cálculos a República Democrática do Congo (ROY, 2013, p. 46).

durante a década de 1950 em diversas pesquisas sancionadas pela administração colonial naquele território (GUTHRIE, 1973, p. 120). Na década de 1960, Whiteley lecionou no então recém-fundado Departamento de Línguas Africanas e Linguística da atual Universidade de Dar es Salaam e esteve em “profundo envolvimento” [*deep involvement*] com a Fundação Ford na ocasião da já referida *Survey of Language Use and Language Planning in Eastern Africa* (ibid. p. 121).

Ao fim de sua carreira, a pesquisa que conduziu à publicação de seu livro “Swahili: The Rise of a National Language” esteve centrada no estudo de “uma escolha linguística” (WHITELEY, 1969, p. vii). Mais precisamente, o questionamento principal que motivou seu estudo sobre a língua suaíli foi indagar “quais os fatores que, em diferentes períodos históricos, levaram pessoas a usarem uma língua em vez de outra, ou dentro de um dado período, usar uma determinada língua em um conjunto de circunstâncias e outra num conjunto diferente?” (ibidem)²⁰².

O fio condutor da seguinte narrativa é embasado nos principais delineamentos historiográficos propostos por Whiteley e somados a trabalhos mais atuais para que possamos abordar a historicidade do suaíli enquanto língua franca. Desde um elusivo conjunto de dialetos/línguas africanas costeiras relativamente intercomunicantes na virada do primeiro ao segundo milênio da era cristã até ser atribuído de um caráter apoteótico e metafórico da própria independência, liberdade e desenvolvimento africano do Tanganyika na década de 1960 (ibid. p. 69), buscamos demonstrar como veio a existir a prevalência do suaíli no âmbito da situação linguística com a qual se depararam as lideranças da FRELIMO em Dar es Salaam.

Esta exposição se encerra ao trazer algumas reflexões do já referido linguista belga Jan Blommaert (2013) sobre o papel das ideologias linguísticas acerca do suaíli na conformação do Estado e nacionalismo tanzanianos pós-independência. Sua contribuição principal ao tema, como mostramos adiante, foi analisar os componentes ideológicos que dominaram diversas publicações científicas no âmbito da sociolinguística e discursos políticos na Tanzânia entre as décadas de 1960 e 1970, que correspondem ao recorte cronológico desta pesquisa.

Há poucas evidências que indiquem com precisão a origem cronológica das línguas faladas que conduziram ao primeiro material escrito em suaíli em alfabeto árabe de que se tem notícia: um poema datado de meados do século VIII d.C. e possivelmente originário no norte

²⁰² No original: “[...] to the study of language choice. What are the factors which at different historical periods have led people to use one language rather than another, or, within a given period, to use a particular language in one set of circumstances and another one in a different set”.

da costa queniana (WHITELEY, op. cit. p. 7). Parece consensual que dialetos²⁰³ assemelhados ao suaíli originaram-se por volta do século VIII ao IX d.C. (HEINE, op. cit. p. 82) e eram faladas na zona costeira que se estende de Mombaça a Mogadíscio, e evidências inequívocas do uso de suaíli para fins comerciais datam do início do século XVIII, como atestam cartas escritas entre 1711 e 1728 encontradas em Goa, na Índia, escritas em *Ki-Mvita*, o dialeto suaíli falado em Mombaça (WHITELEY, op. cit. p. 38).

Duas considerações importantes devem ser explicitadas de antemão. Primeiro, que a língua suaíli era na verdade composta por diversos dialetos relativamente intercomunicáveis espalhados por zonas litorâneas da África oriental antes do processo de padronização e latinização ocorrer por intermédio de missionários e administradores coloniais na segunda metade do século XIX até a década de 1930. Segundo, que a designação da língua decorre por meio de um vocábulo árabe que pode ser transliterado em alfabeto latino para *sahill/sahel*, no plural *swahil*, que significa “costa” (HEINE, op. cit. p. 80), ou na transliteração francesa dos relatos do século XIV escritos em árabe pelo viajante marroquino Muhammad Ibn Battuta, “Saouâhil” (WHITELEY, op. cit. p. 35). Nesse sentido, convém considerar que a designação que levou o termo *Kiswahili* à existência originalmente aplicava-se às “línguas costeiras” faladas na África oriental, embora correspondesse de fato a vários dialetos distinguíveis.

Para além de incertezas quanto à origem cronológica, as definições filológicas e linguísticas sobre o suaíli estiveram envoltas em controvérsias que se estenderam até o período pós-colonial (BLOMMAERT, 2013, p. 56). Em finais da década de 1960, Whiteley referiu-se a algumas definições que categorizavam o suaíli pejorativamente enquanto língua “mista”, suposto resultado de um abastardamento de línguas bantas e arábicas que se promiscuíram historicamente na costa oriental africana e formaram dialetos destituídos de gramática ou literatura genuínas (WHITELEY, op. cit. p. 8).

A concepção da língua suaíli enquanto produto histórico de contatos culturais com populações árabes e asiáticas teve repercussões na maneira como seus falantes foram encarados por colonialistas europeus desde o século XIX. A perceptível influência lexical da língua árabe sobre o vocabulário suaíli foi saudada por alguns observadores europeus como suposta prova da redenção cultural de uma língua africana, alçada ao desenvolvimento de faculdades mentais mais civilizadas por meio dos contatos com falantes de línguas

²⁰³ A literatura consultada parece unânime quanto à designação de “dialetos” para as línguas que antecederam o suaíli moderno. Dentre eles, podemos destacar o *Chi-Miini*, falado em Barawa, atual Somália; *Ki-Amu*, na região de Lamu, atual Quênia; *Ki-Mvita* em Mombaça; *Ki-Vumba* e *Ki-Mtang’ata* falados no litoral norte do Tanganyika; *Ki-Unguja* e *Ki-Hadimu* no arquipélago de Zanzibar e *Ki-Mwani* na costa norte de Moçambique (WHITELEY, 1969).

putativamente mais civilizadas. Um exemplo dessa dinâmica – informada pelo racismo e eurocentrismo em voga na virada do século XIX ao XX – pode ser encontrada nos relatos de viagem do cônsul britânico Reginald C. F. Maugham pelos territórios moçambicanos de Manica e Sofala publicados em 1906. Maugham dedicou um capítulo inteiro de seu livro à apreciação do que chamou de “caráter nativo – línguas” [*native character – languages*] (MAUGHAM, 1906, pp. 292 – 316).

À luz da discussão empreendida no capítulo anterior, não deve parecer surpreendente que as línguas faladas pelos nativos tenham sido vistas pelo viajante britânico em estreita correlação com a “capacidade mental” [*mental capacity*] de seus falantes, tradutoras de sua suposta tibieza de caráter e primitivismo moral. Não à toa, Maugham destila preconceitos neste capítulo que buscam referir à “necessidade de tratamento firme” [*necessity of firm treatment*] para com os nativos africanos (ibid. p. 299). É nesse âmbito específico de presumida superioridade moral e cultural que acompanharia o domínio de determinadas línguas que Maugham situa a língua suaíli em contraste aos dialetos “primitivos” falados em Moçambique:

É pouco admirável, portanto, que seu nativo bruto seja, como dizemos, tão desinteligente, tão perturbado em sua percepção; ainda não chegou o dia de seu despertar intelectual, ainda que este esteja certamente a caminho. Se nós formos a Zanzibar e discutirmos questões de interesse ordinário com a bela e inteligente raça suaíli que habita aquela ilha e os litorais vizinhos, seremos imediatamente atingidos pela clareza de seu raciocínio, pela prontidão e o desembaraço de suas respostas. Foi, você se pergunta, sempre assim? A linda e flexível língua que ela fala, o musical suaíli, aquela inestimável língua franca da África oriental e central, imediatamente fornece sua pergunta com sua resposta (MAUGHAM, 1906, pp. 293 – 294)²⁰⁴.

Para Maugham, a origem dessas virtudes não poderia ser africana. A conclusão extraída pelo cônsul britânico, portanto, jaz na evidente influência árabe e maometana sobre a língua da “raça suaíli”:

Swahil ou Sauael [...] (mesmo que eu prefira minha própria maneira de escrevê-la) é uma palavra árabe que significa ‘terras costeiras’ e que, com seus prefixos, foi dada à bela raça que hoje a fala, e que imediatamente provê a pista da origem de sua emancipação. *Essa foi, sem dúvida, dos árabes.* No contato mais íntimo que eles tiveram com os seguidores do Profeta por centenas de anos; adotando seus hábitos, costumes, língua (porque no Ki-swahili abundam palavras árabes), e religião, os suaíli de hoje são, eu aventuro-me a dizer, tão avançados em relação aos nativos do interior,

²⁰⁴ Livre tradução do original: “Small wonder let there be, therefore, that your raw native is, as we say, so unintelligent, so clouded of perception; his day of intellectual awakening is not yet, but it is assuredly coming. If we go to Zanzibar and discuss questions of ordinary interest with the fine intelligent Swahili race who inhabit that island and the neighbouring coast-line, we shall be immediately struck by the clearness of his reasonings, by the promptness and readiness of his replies. Was it, you ask yourself, always thus? The beautiful flexible language he speaks, the musical Ki-swahili, that invaluable *lingua franca* of East and Central Africa, immediately furnishes your question with its reply”.

incluindo os deste território e de todas as partes da África meridional, quanto um europeu educado é avançado em relação a eles (MAUGHAM, 1906, p. 294, grifos acrescidos)²⁰⁵.

Os juízos de valor proferidos a respeito das origens árabes da língua suaíli, e em intrínseca relação com qualidades culturais supostamente facultadas por essa influência, estavam de acordo com os esquemas de evolucionismo sociocultural típicos da época de Maugham e não podem ser tomados acriticamente. O relato de Maugham apenas parte da constatação de influências lexicais e culturais exercidas por meio dos contatos históricos estabelecidos entre populações suaílis e árabes para reafirmar sua perspectiva eurocêntrica e racista, sintonizada ao pensamento de seus pares colonialistas alocados em outros territórios colonizados ou metropolitanos, que dispunha os diferentes povos não-europeus em degraus de civilização e desenvolvimento cultural segundo critérios pretensamente universais. A pergunta, no entanto, persiste: é possível definir a língua suaíli como língua mista?

Por volta do mesmo período da publicação da obra de Wilfred Whiteley, o linguista alemão Bernd Heine identificou mais precisamente três vertentes explicativas acerca da origem do suaíli formuladas e propagadas por observadores europeus desde o início do século XX. Para Heine, duas delas sustentam o referido caráter “misto” do suaíli e diferem entre si apenas sobre quais línguas teriam fornecido o principal substrato para sua formação: se árabes, bantas ou indo-iranianas (HEINE, op. cit. p. 82).

Contudo, estudos linguísticos inicialmente conduzidos por linguistas alemães no decorrer das décadas de 1920 e 1930 em diversos dialetos do suaíli levaram à formulação de uma terceira hipótese, segundo a qual imigrantes da Península Arábica meridional e do Golfo Pérsico, interessados no comércio entre vilas portuárias através do Índico, estabeleceram-se na costa leste-africana e adotaram a língua das populações autóctones e agregaram a ela diversas palavras. Nesse panorama, não teria havido nenhuma hibridização linguística que caracterizasse a formação de uma língua crioula ou um pidgin, mas teria ocorrido, na verdade, apenas uma influência linguística exercida ao longo do tempo sobre uma língua banta. Estudos comparativos posteriores conduzidos sobre as características mórficas e fonéticas das várias vertentes de suaíli provaram acertada esta terceira explicação de que se trata de uma

²⁰⁵ Livre tradução de: “Swahil or Sauahel [...] (though I prefer my own mode of spelling), is an Arabic word signifying ‘the coast-lands’, and that, with its prefixes, has been given to the fine race which now speaks it, and at once furnishes you with a clue to the source of their emancipation. This was without question the Arabs. In touch as they have been in the most intimate way with the followers of the Prophet for hundreds of years; adopting their habits, customs, language (for Ki-swahili teems with Arabic words), and religion, the Swahili of to-day are, I venture to say, as far in advance of the natives of the interior, including those of this territory and of all other parts of South Africa, as an educated European is in advance of them”.

língua “inequivocamente banta” (HEINE, op. cit. p. 82). Whiteley, apesar de não citar os estudos alemães comentados por Heine, chegou à mesma conclusão:

Deve ser claramente declarado que suaíli é uma língua banta, uma das várias centenas de seu tipo faladas através da metade meridional da África. Por séculos seu habitat costeiro a colocou em contato com comerciantes árabes, portugueses, indianos, britânicos e alemães de forma que seu léxico, tal como o inglês, foi enriquecido por muitas centenas de empréstimos linguísticos (WHITELEY, 1969, p. 8)²⁰⁶.

No decorrer do século XVIII surgiram importantes tradições literárias e gêneros poéticos escritos em dialetos suaíli setentrionais, como *Ki-Amu* e *Ki-Mvita*, estudadas pelo africanista francês Mathieu Roy (2013). O que é importante ressaltar aqui jaz nas relações intrínsecas entre essas tradições literárias, descritas por Roy como produtoras de uma “poesia de expressão suaíli” [*poésie d’expression swahilie*], a quadros de referência religiosa e cultural próprias ao islã (ibid. p. 87).

No entanto, até o início do século XIX a língua suaíli permanecia enclausurada à estreita faixa costeira pontilhada por entrepostos comerciais como Lindi, Bagamoyo e Mombaça, conectados pelo tráfego de mercadorias e escravos para ilhas índicas, como Pemba, Comores, Zanzibar e demais destinações no Oriente Médio e no sul asiático (WHITELEY, op. cit. p. 42). Se a existência de laços comerciais antecede em vários séculos a expansão continental do suaíli África-adentro ocorrida no século XIX, Whiteley explica que a ausência de comunidades falantes de suaíli fora das regiões costeiras decorre da natureza das expedições comerciais que então partiam principalmente do interior do continente em direção à costa, diferentemente do processo contrário estimulado com o surgimento do empório comercial do sultanato omani em Zanzibar (WHITELEY, op. cit. p. 39). Para Whiteley, teria havido poucos motivos históricos que estimulassem a aquisição do suaíli por grandes contingentes populacionais no interior africano antes da expansão vigorosa – e violenta, uma vez que dependeu significativamente do tráfico de escravos apresados no interior para atender, dentre outros, às necessidades da indústria índica de especiarias (ALPERS, op. cit.) – do ímpeto mercantil zanzibari, que passou a ser fortemente estimulado por pressões comerciais crescentemente exercidas ao longo da primeira metade do século XIX por negociantes e emissários políticos europeus.

Portanto, é importante assinalar a cidade de Zanzibar – situada na ilha de Unguja a poucas dezenas de quilômetros da costa do Tanganyika – como um polo comercial que

²⁰⁶ No original: “It must be clearly stated that Swahili is a Bantu language, one of several hundreds of such spoken across the southern half of Africa. Over centuries its coastal habitat has brought it into contact with Arab, Portuguese, Indian, British, and German traders and colonizers, so that its lexicon, like that of English, has been enriched by many hundreds of loan-words”.

negociava mercadorias cobiçadas por americanos, europeus, omanis e negociantes do golfo pérsico e do subcontinente indiano nos oitocentos. Nesse sentido, Whiteley trouxe o relato de Edmund Roberts, comerciante americano que passou pela ilha em 1828, que informou acerca da existência de duzentos e cinquenta *dhow*s para transporte de soldados e toda sorte de bens para Suez, Moca, Jidá, portos do golfo pérsico e da costa da África que se estendem “tão ao sul até Moçambique, e eu vi apenas uma pequena parte do seu comércio” (ROBERTS apud WHITELEY, p. 44)²⁰⁷. A circulação de relatos de comerciantes e viajantes como Roberts favoreceu o estabelecimento de relações comerciais por meio de contratos formais entre o sultanato zanzibari e vários países europeus no início da década de 1840 (ibid. p. 46), mas a demanda europeia por marfim e escravos na região é averiguável já na década de 1820 (MOYD, 2005, p. 1518).

Para atender às crescentes demandas do mercado que se desenvolvia nos portos sobre seu controle o sultanato omani, na figura de Seyyid Said, transferiu sua sede de Mascate para Zanzibar em 1840 (ROCKEL, 2005, p. 1532) e empreendeu esforços para penetrar o interior do continente africano em grandes expedições comerciais em busca da aquisição e transporte de marfim e escravos em direção à costa para comercialização. Essa expansão parece ter ocorrido por meio de três rotas caravaneiras principais. Uma delas utilizava as zonas portuárias de vilas como Kilwa e Lindi, atual sul da Tanzânia, para adentrar nos territórios adjacentes ao lago Niassa por Songea; outra seguia por Bagamoyo rumo ao alto Congo e conduziu ao estabelecimento de populações suaíli e árabes nos entrepostos comerciais de Tabora, no centro da Tanzânia, e Ujiji, no lago Tanganyika, em meados do século XIX. A terceira partia de Pangani, também situada na atual costa tanzaniana, para percorrer a cadeia montanhosa de Usambara e o maciço de Kilimanjaro até atingir a margem oriental do Lago Vitória. Esta última era a mais esporadicamente trilhada das três rotas e, ao que indica a historiografia, tal foi decorrência direta da ação de povos hostis ao trânsito de caravanas escravistas e comerciais de suaílis e omanis pelo interior, como os Masai, que impediram a criação de assentamentos de longo prazo ou vilas comerciais nessa zona (HEINE, op. cit. p. 85).

A criação de um vultoso empório em Zanzibar e o estabelecimento de suas redes de comércio que adentravam vastas regiões da África oriental e central favoreceu a expansão da língua suaíli pelo interior do continente. Esse processo é menos conhecido que as ações empreendidas por missionários e então por administradores coloniais nas últimas décadas do

²⁰⁷ No original: “as far south as Mozambique, and I saw but a small part of their commerce”.

século XIX, mas argumenta-se que a comunicação em suaíli abria oportunidades significativas para grupos que lucravam com o apresamento de escravos e o transporte de marfim a serviço dos caravaneiros, como os Yao e os Nyamwezi, facultando prestígio social e possibilidade de acesso a riquezas por meio do domínio da língua empregada no comércio com as caravanas (MOYD, op. cit.).

É importante, contudo, atentar aos perigos da espacialização desse processo de expansão da língua suaíli de acordo com os cuidados teóricos propostos por Johannes Fabian. A expansão linguística que acompanhou a demanda por escravos e marfim na costa não significou que a língua suaíli fosse compreendida homoganeamente por contingentes demograficamente significativos de pessoas em toda a extensão territorial que abrange as rotas citadas acima. Ao contrário: Heine afirma que é mais adequado tratar de “enclaves falantes de suaíli” [*Swahili-speaking enclaves*] até o advento do domínio colonial (ibid. p. 86). Portanto, não deixa de ser problemático atribuir a expansão da suaíli à atuação de traficantes de escravos e comerciantes suaílis como Tippu Tip²⁰⁸ sem reconhecer o papel sociopolítico e econômico da língua veicular utilizada nesse comércio (FABIAN, op. cit. pp. 7 – 8). De qualquer forma, é certo que nesse período a expansão do suaíli “deve assim ser vista como um fenômeno quase inteiramente independente de escolas ou outras estruturas de treinamento e educação” de matriz ocidental (MAZRUI & MAZRUI, op. cit. p. 173)²⁰⁹.

Paralelamente à penetração do interior pelas caravanas suaílis e à pressão britânica sobre Zanzibar para que se contivesse ou cessasse o comércio de escravos ocorreu a chegada de missionários europeus à África oriental. A expansão da atividade missionária no interior do Tanganyika teve lugar com a formação da sociedade missionária britânica *Universities Mission to Central Africa* (U.M.C.A.) na década de 1850 e após a instalação de seu primeiro centro catequético em Zanzibar em 1864. A partir desse momento, clérigos vinculados à U.M.C.A. estabeleceram várias missões no interior do Tanganyika, incluindo a região fronteira com Moçambique em Masasi – próxima de Nachingwea e Newala – no ano de 1876, e alegam ter descoberto o potencial da língua suaíli para difundir suas leituras do evangelho cristão pela África oriental (WHITELEY, op. cit. p. 55).

Se de um lado é compreensível que a língua suaíli fosse atraente para muitos missionários, é importante reiterar que não houve, em nenhum momento, unanimidade

²⁰⁸ Muhammed bin Hamed, conhecido como Tippu Tip (1840 – 1905), foi um dos comerciantes suaílis mais proeminentes durante a segunda metade do século XIX até entrar em conflito com as pretensões políticas e territoriais dos interesses coloniais europeus na região.

²⁰⁹ No original, “must therefore be seen as a phenomenon almost entirely independent of schools and other structures of training and education”.

absoluta sobre sua escolha como a língua a ser promovida para servir de meio de comunicação entre os diversos povos africanos e os europeus. Para alguns missionários a língua suaíli era indissociável do islamismo proferido pelas comunidades costeiras e expandi-la significava invariavelmente abrir espaços para um avançamento indesejável da fé maometana pelo interior (HEINE, op. cit. p. 91). Na ocasião de um congresso colonial ocorrido em Berlim em 1905, época em que os administradores alemães do Tanganyika já davam passos claros no sentido do uso do suaíli como língua veicular, um missionário chamado Julius Richter ponderou que era necessário impedir o avanço do suaíli e proibir seu uso nas esferas do governo se se quisesse conter “o Islã” (ibid. p. 92). Além disso, é importante assinalar que o uso da língua suaíli era visto com suspeição – ou abertamente resistido – em maior ou menor grau por povos africanos demograficamente numerosos no decorrer de todo o período colonial alemão e britânico, como os Luo, Masai e Kikuyu no Quênia, os Baganda no Uganda e os Haya, Sukuma, Gogo e Chaga no Tanganyika (ibidem; WHITELEY, op. cit. p. 114).

No âmbito do colonialismo alemão, os detratores da língua suaíli – que buscaram associá-la intrinsecamente a uma “cultura islâmica” que devia ser combatida – se tornaram paulatinamente palavra vencida. Após décadas de esforços missionários pela latinização e gramaticalização do suaíli, visíveis na atuação do alemão Johann Ludwig Krapf ao publicar o livro da Gênese em *Ki-Mvita*, dialeto suaíli de Mombaça em 1847 (ROY, op. cit. p. 109), e o primeiro dicionário sistemático dessa língua em 1850 (WHITELEY, op. cit. p. 49), a administração colonial alemã tornou inválidos, em 1907, quaisquer documentos públicos redigidos em suaíli no alfabeto árabe (HEINE, op. cit. p. 90). Assim, é possível afirmar que a latinização do suaíli serviu uma dupla finalidade administrativa e religiosa ao ponto de funcionários coloniais serem treinados nessa língua diretamente em seminários em Berlim antes de serem alocados no Tanganyika (BLOMMAERT, op. cit. p. 49).

Após a ocupação do Tanganyika por tropas britânicas com o advento do final da primeira guerra mundial, os novos ocupantes europeus encontraram uma situação linguística favorável deixada por seus antecessores alemães. Whiteley cita um relatório preparado em 1921, na ocasião do estabelecimento do domínio colonial e da divisão do território do Tanganyika em circunscrições administrativas: “o antigo sistema alemão tornou possível a comunicação por escrito com todos os Akida e todos os chefes de aldeia e receber deles relatórios escritos em suaíli” (WHITELEY, op. cit. pp. 60 – 61)²¹⁰.

²¹⁰ No original, “the late German system had made it possible to communicate in writing with every Akida and village headman, and in turn to receive from him reports written in Swahili”.

Contudo, até a tomada do Tanganyika pela Grã-Bretanha ainda não havia sido estabelecida uma gramática suaíli padrão a todas as formas empregadas pela administração colonial e pelas missões cristãs. Para o efeito de concentrar os esforços de padronização foi organizada uma conferência em Mombaça no ano de 1928 na qual participaram delegados do Quênia, do protetorado britânico de Buganda e representantes do governo do Tanganyika e de Zanzibar, com a assessoria presencial de linguistas e africanistas alemães previamente engajados na mesma causa (HEINE, op. cit. p. 95). Essa conferência teve por produto fundamental a escolha do dialeto predominante em Zanzibar, o *Ki-Unguja*, para nortear a padronização de uma língua que interessava ser promovida pela administração desses territórios. A cooperação entre esses governantes sob a égide do colonialismo britânico na África oriental culminou na criação de um Comitê Inter-Territorial de Língua [*Inter-Territorial Language Committee*] em 1930, com o objetivo de incentivar a cooperação na produção unificada de dicionários e livros de suaíli para instrução de agentes em serviço no Quênia, Tanganyika e Buganda (HEINE, op. cit. p. 95) e promover a expansão do suaíli de maneira geral (WHITELEY, op. cit. p. 82).

Dois aspectos fundamentais do processo de padronização do suaíli precisam ser sublinhados. O primeiro é que o intervencionismo da política de língua colonial não passou isento de críticas por parte dos setores letrados da população não-europeia desses territórios, particularmente nas cidades costeiras do Quênia e Tanganyika que utilizavam suas próprias formas comunicação verbal e escrita de suaíli havia séculos. A gramática do suaíli padronizado, produzida por meio de debates conduzidos entre administradores, linguistas e missionários brancos, evocava artificialidade entre muitas pessoas que utilizavam o suaíli para fins cotidianos e na imprensa africana que já havia sido efetivamente estabelecida nesses territórios desde finais do século XIX (STURMER, 1998). Portanto, não é possível afirmar que essa manipulação linguística foi aceita passivamente pela população colonial. O suaíli padrão era por vezes chamado de *kiserikali*, “língua do governo”, ou ainda de *kizungu*, “língua dos brancos” (WHITELEY, op. cit. p. 87).

No que se refere ao segundo aspecto, apesar dessas iniciativas britânicas em prol da unificação linguística de seus domínios por meio da difusão do suaíli enquanto língua franca (ainda que subjugada à língua inglesa em matérias oficiais), é preciso assinalar que sua adequabilidade para servir como solução magna aos propósitos da colonização em cada um dos referidos territórios foi rapidamente questionada e cada região acabou por seguir políticas linguísticas distintas para atender às especificidades locais. Nesse sentido, é necessário

considerar rapidamente certas diferenças políticas e contextuais entre Buganda, Quênia e Tanganyika.

Buganda, tal como Zanzibar, foi subsumida na ordem imperial britânica enquanto um protetorado, forma administrativa pautada em relações de suserania mais autônomas, mas não necessariamente menos hierárquicas, em relação à Grã-Bretanha. Adicionalmente, o estabelecimento de colonos brancos [*settlers*] nesses territórios era reduzido em relação ao Quênia, que por sua vez foi alçado em 1920 à condição de colônia da coroa [*Crown colony*] britânica, com exceção formal de uma estreita faixa territorial que se estendia da costa a dezesseis quilômetros interior adentro que permanecera como protetorado. Essa medida visou favorecer e atender aos interesses da colonização massiva dos férteis planaltos do interior do Quênia por colonos brancos.

O Tanganyika, por outro lado, foi legado ao *Colonial Office* britânico enquanto um território sob um mandato da Liga das Nações, isto é, um *Trusteeship Territory*. Na teoria, o sistema de mandato colocava o Tanganyika sob a “tutela” do Reino Unido, que se encarregava de disponibilizar benfeitorias e zelar pelo avanço civilizacional dos “nativos” desse território, mas na prática, os territórios enquadrados nesse regime eram governados como colônias dos poderes mandatários (DUMBUYA, 2005, p. 935).

Nesse sentido, convém sublinhar que a língua suaíli não foi aplicada como uma panaceia às diversas manifestações da questão linguística em cada um desses contextos. Em Buganda, as políticas de língua acabaram por ser direcionadas em favorecimento de línguas locais (como o Luganda) para fins catequéticos e na escolarização rudimentar em prol do emprego da língua inglesa como língua franca inter-étnica e no serviço público. No Quênia, em que pese à história pregressa das funções artísticas e comerciais de matriz islâmica do suaíli em Lamu e Mombaça, a língua suaíli “nunca foi aceite no interior do país” (WHITELEY, op. cit. p. 65) como acabou por sê-lo no Tanganyika. O desenvolvimento de uma economia movimentada por intermédio de um grande número de agricultores brancos, servidos de mão de obra africana coercitivamente arregimentada, pendeu a balança sociolinguística em direção do inglês ao passo que as atividades missionárias, tal como em Buganda, permaneceram interessadas em conter as tradições islâmicas de expressão suaíli da costa queniana (ibid. pp. 65 – 67).

Elencamos essas ressalvas com o intuito de reiterar a importância de se apreender histórica e contextualmente os processos pelos quais determinadas línguas são alçadas a posições de prestígio em detrimento de outras. Falar em “difusão da língua suaíli” sem atentar às nuances que a condicionaram é correr o risco de “especializar” fenômenos

sociolinguísticos e históricos cujas relações com fronteiras e espaços geográficos são contingentes de relações de poder (FABIAN, op. cit.).

Diante desse panorama podemos situar com maior acuidade o processo pelo qual, na década de 1940, a língua suaíli passou a adquirir “a carga simbólica do nacionalismo e foi apresentada e percebida como um meio de comunicação não-tribal, igualitário e democrático” (BLOMMAERT, op. cit. p. 49)²¹¹. No decorrer do século XX a situação linguística no Tanganyika havia sido dominada pelo suaíli e este passou a ter um papel significativo na comunicação entre trabalhadores de diversas origens em decorrência dos processos de urbanização, por um lado, e por outro, do trabalho migratório que se desenvolvia em regiões rurais. Assim, o suaíli “se tornou a língua da força de trabalho, do sindicato, e do mercado” (MAZRUI & MAZRUI, op. cit. p. 133)²¹² a tal ponto que, na ocasião da inauguração do precursor político do *Tanganyika African National Union* – o partido responsável por alçar Julius Nyerere à presidência do país – em 1947, o encarregado de conduzir a cerimônia de abertura foi imediatamente repreendido por discursar em inglês e lhe foi exigido que seu discurso fosse simultaneamente traduzido ao suaíli (BLOMMAERT, op. cit. p. 49).

A apropriação da língua suaíli – que havia sido introduzida, como vimos, por meio de processos perpassados por relações de poder – para servir aos desígnios dos proponentes do nacionalismo de modo a promover a unidade e a independência do Tanganyika foi resumida por Mathieu Roy da seguinte forma:

As administrações coloniais, interessadas em dispor de um meio de controle homogêneo da opinião africana, escolheram a grande língua veicular da região. Elas cortaram de fato o acesso direto dos tanganhicanos às informações – em particular técnicas e políticas – vindas da Europa e puderam operar um condicionamento e uma seleção das informações transmitidas. Mas o preço a pagar era a facilitação da difusão da ideologia nacionalista entre leitores suaílófonos unificados pelo kiswahili sanifu (padrão) pela própria ação da administração. O suaíli, primeiro uma língua franca da África central e oriental no século XIX, se tornaria um objeto de opressão paradoxal que iria beneficiar os africanos colonizados com uma espécie de efeito rebote. Língua africana, ela forneceria essa força temível que é a união. [...] A inteligência estratégica dos novos dirigentes da elite do território do Tanganyika independente [...] foi a recuperação nacional e nacionalista dessa dinâmica de integração das diferentes regiões do território do Tanganyika pelo suaíli (ROY, 2013, p. 142)²¹³

²¹¹ No original: “symbolic load of nationalism, and was presented and perceived as a non-tribal, egalitarian and democratic medium”.

²¹² No original “it became the language of the labour force, the trade union, and the market place”.

²¹³ No original, “Les administrations coloniales, parce qu’elles étaient désireuses de disposer d’un moyen de contrôle homogène de l’opinion africaine ont choisi la grande langue véhiculaire de la région. Elles coupaient de facto les Tanganyikais de l’accès direct aux informations – en particulier techniques et politiques - venues d’Europe et pouvaient opérer un conditionnement et une sélection dans l’information transmise. Mais le prix à payer était la facilitation de la diffusion de l’idéologie nationaliste dans un lectorat swahilophone unifié par le kiswahili sanifu (standard) par la propre action de l’administration. Le kiswahili d’abord lingua franca de l’Afrique centrale et orientale au XIXème siècle allait devenir un objet d’oppression paradoxal qui allait profiter

O processo descrito por Roy como paradoxal jaz na apropriação de uma língua outrora enclausurada em comunidades afro-islâmicas costeiras – e que havia sido deliberadamente manipulada pela administração colonial alemã e britânica para facilitar a comunicação entre os contingentes populacionais sob seus comandos – para subverter a própria ordem colonial e promover a união nacionalista de movimentos políticos de massa (ILIFFE, 1968) no Tanganyika.

Porém, esse processo foi além de uma apropriação instrumental da língua suaáli, isto é, de utilizá-la como mero instrumento comunicativo entre os vários grupos étnicos para orientá-los à finalidade comum de desatar as relações coloniais e construir um novo governo independente. Os estudos recentes de Mathieu Roy e Jan Blommaert demonstram criticamente como a língua suaáli foi não apenas apreendida enquanto instrumento de libertação nacional, mas também elencada como elemento basilar na formação da identidade nacional e cultural do Tanganyika independente por meio da literatura (ROY, op. cit) e políticas de língua (BLOMMAERT, op. cit).

Esse argumento é fundamental: a apropriação da língua suaáli não permaneceu restrita ao domínio instrumental de um meio de comunicação etnicamente neutro, desprendido de quaisquer valores culturais linguisticamente embutidos, que seria préstimo às necessidades de promover a unidade nacional num território afetado pela diversidade linguística de seus constituintes. A independência do Tanganyika conduziu a um processo de formação de ideologias de língua (BLOMMAERT, op. cit. p. 74) que atribuíram ao suaáli o próprio caráter nacional tanzaniano e, mais importante, afirmaram-no como veículo de expressão “da negritude do povo tanzaniano” (MAZRUI & MAZRUI, op. cit. p. 185)²¹⁴. Em vias de conclusão desta seção, passamos na sequência à exposição de algumas consequências do processo pelo qual a identidade nacional tanzaniana chancelada pelo estado independente foi interpretada como adquirível por meio do domínio da língua suaáli, língua depositária de determinadas virtudes culturais africanas e, após a Declaração de Arusha de 1967, socialistas.

Menos de dois meses após a independência do Tanganyika, ocorrida a 9 de dezembro de 1961, foi criado um Conselho de Desenvolvimento do Suaáli [*Halmashauri ya Kuendeleza Kiswahili*]. O discurso inaugural do Conselho foi legado à Kaluta Amri Abedi, reconhecido poeta e primeiro prefeito africano da cidade de Dar es Salaam, que pronunciou as seguintes

aux colonisés africains en une sorte d’effet de retour. Langue africaine, il leur fournirait cette puissance redoutable qu’est l’union. [...] L’intelligence stratégique des nouveaux dirigeants et de l’élite du territoire du Tanganyika indépendant [...] était la récupération nationale et nationaliste de cette dynamique d’intégration des différents régions du territoire du Tanganyika par le kiswahili”.

²¹⁴ No original: “Tanzania has utilized Kiswahili not only as an expression of the blackness of the Tanzanian people but also as an expression of their being Tanzanian”.

palavras: “No nosso País o suaíli é a única língua que pode ser a língua da Nação e do Governo. [...] Essa é a língua que fundou a Nação dos Tanganhicanos” (ABEDI apud. ROY, p. 137)²¹⁵.

Esse discurso e a organização que foi por ele inaugurada são expoentes de um fenômeno mais amplo ocorrido após a independência do Tanganyika: a criação de órgãos financiados pelo governo para desenvolver a língua suaíli a partir das bases que lhe foram legadas pelo período colonial. Nesse sentido, o referido Comitê Inter-Territorial de Língua que havia sido formado pelos britânicos em 1930 foi renomeado em 1964 para Instituto de Pesquisa de Suaíli [*Taasisi ya Uchunguzi wa Kiswahili* – TUKI] e incorporado à Universidade de Dar es Salaam²¹⁶ em 1970 (BLOMMAERT, op. cit. p. 46). A tarefa do novo órgão era desenvolver pesquisas científicas enquadradas no objetivo de expandir o acesso e o léxico da língua suaíli pelo país. A implementação das políticas e mudanças recomendadas pelo TUKI eram prerrogativa do Conselho Nacional de Suaíli [*Baraza la Kiswahili la Taifa* – BAKITA], um bureau político vinculado ao governo e ao partido nacional, o *Tanganyika African National Union* (TANU). Se para Blommaert a língua suaíli havia se tornado nesse momento um assunto de Estado (ibidem), talvez seja mais apropriado afirmar que ela *permaneceu* tratada como um assunto de Estado.

A questão que nos interessa ressaltar é que o processo de institucionalização da difusão do suaíli foi reforçado após a deflagração da empreitada desenvolvimentista de *Ujamaa* pelo partido de Julius Nyerere. Não é possível discutirmos em detalhe aqui a formação dos alicerces que levaram à criação de um conjunto de políticas voltadas ao desenvolvimento de inspiração socialista na Tanzânia pós-colonial. Nosso foco está em referir às implicações que as disposições ideológicas da política de *Ujamaa* conferiram à língua suaíli, ou na definição cunhada por Blommaert, a “linguística *Ujamaa*” [*Ujamaa linguistics*] (ibid. pp. 46 – 72).

Resumidamente, a *Ujamaa* era uma filosofia política desenvolvimentista que defendia a construção de uma nação tanzaniana politicamente independente e economicamente autossuficiente num modelo de inspiração socialista avesso à terminologia marxista de luta de classes (IBHAWOH & DIBUA, op. cit. pp. 60 – 63). Promulgada como política de Estado por Julius Nyerere num célebre pronunciamento feito em 1967 na cidade tanzaniana de Arusha, nas cercanias do monte Kilimanjaro, suas duas premissas fundamentais estavam calcadas na

²¹⁵ No original: “Katika Nchi zetu hizi Kiswahili ndiyo lugha peke yake inayoweza kuwa ya Taifa na lugha ya Serikali. [...] Lugha hii ndiyo imeunda Taifa la Watanganyika”.

²¹⁶ O TUKI passou por novas reformulações e chama-se atualmente *Taasisi ya Taaluma za Kiswahili*, TATAKI (Instituto de Estudos de Suaíli), permanecendo adjunto à Universidade de Dar es Salaam.

ideia de “autoconfiança” [*kujitegemea*] e *Ujamaa*, noção que remontava a certos “valores africanos tradicionais” pautados nas harmônicas relações comunitárias baseadas em laços de caráter familiar expandidos, isto é, não restritos à consanguinidade. Esses valores de relações comunitárias tradicionais, *Ujamaa*, deveriam servir de modelo para a construção de uma sociedade africana moderna a ser econômica e culturalmente pautada pelo princípio de *kujitegemea*. O capitalismo era equacionado ao imperialismo praticado pelas potências ocidentais e, por isso, as relações de dependência econômica deveriam ser superadas por meio da nacionalização da economia e pela modernização da produção agrícola em direção à autossuficiência. O programa da política de *Ujamaa* ensejava a criação de aldeias comunitárias funcionais em relações de produção modernizadas – as *Ujamaa Vijijini* – que em razão de uma série de fatores internos e externos falharam ao ponto de serem informalmente descontinuadas já por volta de 1975 (ibid. p. 67).

O desdobramento educacional da *Ujamaa* convencionou o princípio da *Elimu ya Kujitegemea*, “educação para a autoconfiança”, que promulgava o ensino primário gratuito e obrigatório a nível nacional e instituía a língua suaíli como meio de instrução universal no ensino primário e na alfabetização de jovens e adultos. Estipulou-se um plano de transição para que a língua inglesa, que desde o período colonial britânico fora estabelecida como língua de instrução a partir do ensino secundário, fosse gradualmente substituída pela suaíli nos níveis educacionais superiores a partir de 1971 (BLOMMAERT, op. cit. p. 51). No entanto, essa substituição nunca se materializou e foi informalmente abandonada na década de 1980, a despeito de várias reivindicações acadêmicas e populares que permanecem em vigor (MULOKOZI, op. cit.).

É importante tomar o cuidado de não descrever as políticas de *Ujamaa* como iniciativas unicamente estatais. No decorrer das décadas de 1960 e 1970 o desenvolvimento de ideias relacionadas aos princípios organizativos da vida política, cultural e social da Tanzânia pós-independência não foram exclusividade do Estado pós-colonial, da TANU ou da cúpula do governo de Julius Nyerere. Estiveram envolvidos amplos setores da sociedade por meio de jornais em suaíli de grande circulação, como os diários *Mwafrika* e *Ngurumo* (STURMER, op. cit.) e círculos intelectuais e universitários que efetivamente se engajaram em diálogos multifacetados sobre os caminhos do país (BLOMMAERT, op. cit. p. 44).

De qualquer forma, a análise de Blommaert sobre centenas de pronunciamentos, discursos, artigos jornalísticos e artigos acadêmicos a respeito da língua suaíli nesse período lhe permitiu identificar um processo de idealização do suaíli que é fundamental para o tema desta pesquisa. Para Blommaert, durante a vigência da filosofia de *Ujamaa* veiculou-se um

entendimento da língua suaíli como portadora do conjunto específico de valores culturais que traduziriam o espírito nacional tanzaniano. Em suas palavras,

o suaíli era o portador de valores africanos e tanzanianos como orgulho racial, liberdade, Ujamaa e anticolonialismo. Portanto, ele seria um instrumento central na construção da nação como um veículo para expressar os valores não-étnicos, igualitários e africanos da Ujamaa. Essa visão romântica funcionava enquanto um dogma e nunca foi questionado, certamente não pelos linguistas [...]. A promoção do suaíli para o status de língua nacional era percebido como uma descolonização linguística, e isso era uma conquista demasiado grande para ser tratada criticamente. A imagem Herderiana do suaíli como uma língua-com-um-espírito era em larga medida sustentada pelo entusiasmo da descolonização e da reforma social por meio da Ujamaa. Se a Cultura Nacional tinha algum tipo de realidade, então suaíli era certamente um de seus elementos característicos (BLOMMAERT, op. cit. pp. 37 – 38)²¹⁷.

Portanto, mais do que servir de mero instrumento à comunicação dos cidadãos nacionais de diferentes procedências étnicas [*makabila*], a língua suaíli foi amplamente interpretada como um repositório de valores culturais que se traduziam no ideal de nacionalidade tanzaniano. O procedimento de dotar línguas com a expressão cultural e o espírito nacional de seus falantes, contudo, é uma prática ideológica que remonta à origem do pensamento moderno ocidental sobre a língua. Para entender como esses pressupostos assemelhados aos propostos séculos antes por filósofos como Herder encontraram-se articulados na Tanzânia no período de *Ujamaa* é necessário remeter ao olhar diacrônico próprio à história das concepções modernas acerca da diversidade linguística tal como buscamos empreender no primeiro capítulo deste trabalho.

Em outras palavras, um olhar mais atento à história da linguística – especialmente aos olhares de sujeitos envolvidos na empreitada colonial com interesse em estudar e decodificar línguas africanas “nativas”, como missionários, administradores, exploradores e vários outros – revela procedimentos embebidos em relações de poder que, ao estabelecerem e hierarquizarem distintas formas de comunicação de acordo com critérios arbitrários, não devem ser tomados irrefletidamente.

Por outro lado, análise de Blommaert sustenta que é possível identificar diversas manifestações que atestam vínculos de continuidade entre a linguística colonial e a ideologia linguística desenvolvida ao redor (e em favor) da língua suaíli no período pós-colonial. Não à

²¹⁷ “Swahili was the carrier of African and Tanzanian values such as racial pride, freedom, Ujamaa and anticolonialism. Therefore, it would become a central instrument for nation building, as the vehicle for expressing the non-ethnic, egalitarian, African values of Ujamaa. This romantic view functioned as a doxa, and it was never challenged, certainly not by linguists [...]. The promotion of Swahili to the status of national language was perceived as linguistic decolonization, and this was too big an achievement to be treated critically. The image of Swahili as a Herderian Language-with-a-spirit was to a large extent sustained by the enthusiasm of decolonization and of social reform through Ujamaa. If National Culture had any sort of reality, then Swahili was certainly one of its characteristic features”.

toa, afirma Blommaert, as instituições criadas nos anos que se seguiram à independência do país investiram significativamente em projetos que compartilhavam a percepção de que a língua suaíli deveria ser modernizada e desenvolvida por meio da preparação de gramáticas e dicionários, bem como por incentivos à literatura e poesia (ROY op. cit.). É nesse âmbito de continuidade que se torna possível situar a permanência de paradigmas modernizantes nas vozes daqueles que estiveram empenhados em desenvolver a língua suaíli como língua nacional tanzaniana. Para Blommaert,

O paradoxo é claro: em sua tentativa de re-apropriar o suaíli, linguistas tanzanianos adotaram algumas das assunções científicas que lhes tinham sido fontes de opressão anteriormente. Eles adotaram uma estrutura de pensamento sobre línguas e níveis de eficiência, níveis de civilização e funcionalidade que já haviam sido usados antes na linguística colonial. Essa estrutura de pensamento que tinha definido o suaíli, como outras línguas bantas, como uma língua inferior, não tão moderna nem desenvolvida como, por exemplo, inglês ou francês. Ao adotar essa estrutura básica – a ideologia de língua colonial – eles quase necessariamente a reproduziram [...]. Mas essa estrutura, na qual a língua tinha de ser modernizada e desenvolvida, era estranhamente coerente e apoiante da filosofia desenvolvimentista geral da Ujamaa, porque seu objeto – o suaíli – era um elemento africano que poderia agora ser elevado a um status igual ao status do inglês. Como uma ideologia humanista do desenvolvimento, a Ujamaa podia ser facilmente espelhada no esforço de um desenvolvimento humanista: o desenvolvimento da língua do povo (BLOMMAERT, 2013, p. 66)²¹⁸.

Diante da vigência dos princípios de perspectivas modernas de se conceber as línguas humanas, cuja historicidade foi apontada no capítulo anterior, é significativo que a língua suaíli tenha sido equacionada como elemento característico e distinguível da identidade nacional moderna tanzaniana e, no período de *Ujamaa*, foi elevada como veículo propagador dos princípios de igualdade, autoconfiança e anticolonialismo. É importante reiterar que essas conotações denotadas ao suaíli contrastam com o próprio processo histórico que culminou na sua difusão pelo interior do território que compôs a Tanzânia. Para Blommaert,

Os ideólogos da TANU minimizaram o fato que a expansão do suaíli era basicamente um acidente histórico (assim como o suaíli não era a língua materna da maioria dos seus compatriotas), e atribuíram à língua valores fundamentalmente constitutivo-identitários. No entanto, suaíli não é a marca de uma identidade tradicional, mas de

²¹⁸ “The paradox is clear: in their attempt to re-appropriate Swahili, Tanzanian linguists adopted some of the basic scientific assumptions that had been a source of oppression to them before. They adopted a frame of thinking about language and levels of efficiency, levels of civilization and functionality that had been used before, in colonial linguistics. This frame of thinking had defined Swahili, like other Bantu languages, as an inferior language, not as modern and not as developed as, for instance, English or French. By adopting this basic frame – a colonial language ideology – they almost necessarily reproduced it [...]. But this frame, in which the language had to be modernized and developed, was strangely coherent with and supportive of the general development philosophy of Ujamaa, because its object – Swahili – was an African element that could now be lifted to a status equal to that of English. As a humanistic development ideology, Ujamaa could be easily mirrored in a humanistic development endeavour: the development of the people’s language”.

uma nova identidade: aquela da Cultura Nacional dos tanzanianos (BLOMMAERT, 2013, p. 68)²¹⁹.

Portanto, se está claro que a língua suaíli foi enaltecida e orientada para servir aos propósitos da criação e unificação da nação tanzaniana sob a égide organizativa de *Ujamaa*, convém apontar à longevidade do princípio que vincula a identidade nacional tanzaniana ao domínio do suaíli. Num estudo recente sobre a diversidade linguística em uma universidade tanzaniana na cidade de Mwanza, um estudante universitário, quando indagado sobre sua procedência étnica, respondeu que não falava línguas vernáculas porque nunca tinha convivido com seus avós e continuou: “porque eu sou tanzaniano, eu só falo suaíli” (KALMANLEHTO, 2014, p. 51)²²⁰. Nesse sentido, duas conclusões foram extraídas pela pesquisadora finlandesa que conduziu esse estudo: primeiro, que há vínculos traçados constantemente por seus entrevistados entre a etnicidade e o conhecimento de determinadas línguas, e segundo, que o suaíli permanece um importante símbolo nacional na sociedade tanzaniana (ibid. p. 52).

Por fim, o caráter metonímico do suaíli enquanto “extensão emblemática do novo Estado independente da Tanzânia” (BLOMMAERT, op. cit. p. 71)²²¹, produzido durante o período de *Ujamaa* acabou por resultar na despolitização da própria língua. Isto é, ao retirar o suaíli da história e das relações de poder pelas quais ele foi introduzido pelo país de modo a apresentá-lo como um produto etnicamente neutro e passível de modernização, a “linguística de *Ujamaa*” acabou por mascarar a dimensão sociopolítica e histórica de uma língua que fora hierarquicamente integrada na vida da Tanzânia pós-colonial (ibid. p. 73).

Aludimos à ressalva conclusiva de Blommaert de que, apesar dos esforços institucionais pela difusão e modernização da língua suaíli como veículo da identidade nacional tanzaniana, o Estado pós-colonial perdeu o controle sobre o processo linguístico – da mesma maneira que seu antecessor colonial – após tê-lo posto em movimento. Como apontamos, para que as políticas de língua pós-coloniais fossem consideradas um sucesso no contexto de *Ujamaa*, não bastava que a língua suaíli fosse dominada instrumentalmente por cada vez mais tanzanianos. Era necessário que sua utilização veiculasse o teor qualitativo dos valores culturais e políticos preconizados pela própria *Ujamaa*. Nesse objetivo específico, afirma Blommaert, os linguistas, estadistas e intelectuais envolvidos em instituições como

²¹⁹ Livre tradução do original: “The TANU ideologues minimized the fact that the spread of Swahili was basically a historical accident (as well as that it was not the mother tongue for the majority of his countrymen), and attributed fundamental identity-constitutive values to the language. However, Swahili is not the marker of a traditional identity, but of a new identity: that of the National Culture of the Tanzanian”.

²²⁰ Livre tradução do original: “Because I’m a Tanzanian, I just speak Kiswahili”.

²²¹ No original: “emblematic extension of the newly independent state of Tanzania”.

TUKI, BAKITA e o Conselho Nacional de Suaíli falharam: os milhões de falantes tanzanianos da língua suaíli não passaram a utilizá-la necessariamente para as finalidades políticas que lhe foram designadas. Portanto, a política de língua pós-colonial, ao ser baseada em ideologias que lhe foram legadas pelo cabedal teórico da linguística colonial, preconizou que a difusão da língua suaíli transformaria automaticamente seus falantes na figura ideal do cidadão tanzaniano sintonizado às virtudes de *Ujamaa*.

Após a derrocada do projeto desenvolvimentista do socialismo de tipo *Ujamaa* na década de 1980 e a sucessiva implantação de políticas de liberalização radical da economia do país após a saída de Julius Nyerere do poder a língua inglesa voltou a ser “mais do que nunca” (BLOMMAERT, 2013, p. 52) uma língua de prestígio social, um requisito virtualmente obrigatório para o acesso a empregos bem-remunerados na atual sociedade tanzaniana. Por outro lado, a língua suaíli é utilizada como língua nacional pela quase totalidade dos cidadãos, ainda que para finalidades muito mais mundanas de comunicação entre pessoas de diferentes origens étnicas no país.

O que importa reiterar da narrativa exposta até aqui é que não é possível assumir uma perspectiva que apresente discursivamente a língua suaíli como um recurso puramente funcional, nem é adequado tomar acriticamente os argumentos pós-coloniais que a equacionou às qualidades culturais que deveriam ser desposadas pelos cidadãos tanzanianos. A perspectiva diacrônica tomada pelos trabalhos que embasaram esta pesquisa nos permite decodificar processos históricos que conduziram a situações linguísticas cuja complexidade é irreduzível a considerações sobre critérios de eficiência ou neutralidade das línguas envolvidas. A situação hegemônica da língua suaíli enquanto veículo de comunicação do proletariado urbano, dos trabalhadores rurais sindicalizados e dos movimentos políticos de massa que surgiram na década de 1940 no Tanganyika não foi um evento “natural”. Ao contrário, a situação linguística do Tanganyika/Tanzânia na década de 1960 responde às contingências históricas abordadas nesta seção. Dissociar o suaíli de sua história pregressa e apresentá-lo como “verdadeira língua de libertação”, como fez Ngunga (op. cit.), ou como repositório de valores culturais genuína e exclusivamente africanos, tal como apontou Mulokozi (op. cit), conduz a generalizações problemáticas.

É por esse motivo que a discussão empreendida nesse capítulo é necessária para evitar incorrer em explicações reducionistas acerca das escolhas tomadas no plano linguístico no período de confrontação ao domínio colonial. Buscamos assinalar até aqui a situação linguística em que esteve imersa a vida política do Tanganyika na década de 1960, marcada pela hegemonia historicamente constituída e carregada de significados políticos de uma língua

franca banta. Na sequência, abordaremos o processo pelo qual a colonização portuguesa de Moçambique logrou a produção de uma situação linguística bastante distinta na figura dos *assimilados*. Por fim, colocaremos em perspectiva a mobilização política de moçambicanos no Tanganyika que permaneceram à margem das políticas educacionais portuguesas para apontar à existência de campos de interação histórica entre a Tanzânia e Moçambique na ocasião da formação do nacionalismo moçambicano no exílio.

2.2 A língua portuguesa e o assimilacionismo em Moçambique

Em finais da década de 1950 o escrito sueco Per Wästberg, motivado a impulsionar as vozes militantes em favor da autodeterminação de povos africanos, percorreu Moçambique e descreveu em livro algumas de suas constatações sobre o colonialismo português. Dentre suas observações esteve uma crítica à política de assimilacionismo, um dos principais elementos da retórica imperial laudatória à presença portuguesa na África. Esse método introduzido em Moçambique em 1917²²² permitia que indivíduos africanos obtivessem a cidadania portuguesa por meio da aquisição da língua e costumes portugueses. Na altura da sua visita havia aproximadamente 5000 cidadãos africanos assimilados, cifra que correspondia a menos de 0,1 por cento da população da colônia. “Nesse ritmo”, comentou Wästberg, “levará pelo menos 50.000 anos para Portugal alcançar sua ‘missão civilizadora’” (EHNMARK & WÄSTBERG, 1963, p. 146)²²³.

Elencamos essa observação de Wästberg de maneira a introduzir uma abordagem que busque responder quais contingências históricas estiveram por trás desses números. O que significava e em que implicava se tornar um assimilado? Como podemos interpretar esse patente fracasso demográfico da política de assimilação portuguesa? E qual era o papel da língua portuguesa no processo de assimilação? Para buscar respostas a essas perguntas é imprescindível aludir primeiro aos contextos pertinentes à colonização de Moçambique por Portugal desde a virada do século XIX ao XX.

A seguinte exposição parte de várias contribuições historiográficas consolidadas referentes a Moçambique para atender a dois objetivos principais. O primeiro está orientado à consideração histórica dos processos que criaram uma “situação colonial” – no sentido da expressão cunhada pelo sociólogo francês Georges Balandier (1993 [1955]) – em

²²² Segundo José Luís de Oliveira Cabaço, a Portaria Provincial nº 317 proposta pela Secretaria de Negócios Indígenas e promulgada em 9 de janeiro de 1917 estabeleceu juridicamente as divisões entre “indígenas” e “indivíduos de raça negra” elegíveis para solicitar à administração colonial um “alvará de assimilação” que lhes qualificariam enquanto cidadãos portugueses (CABAÇO, 2007, p. 173).

²²³ “At this rate it will take at least 50,000 years for Portugal to achieve her ‘civilizing task’”.

Moçambique. O atendimento desse primeiro objetivo é pré-requisito para qualquer apreciação da situação linguística que foi produzida no interior da sociedade colonial moçambicana, procedimento que constitui o segundo objetivo desta seção. Como pudemos expor no capítulo anterior, apresentar um quadro sincrônico acerca da diversidade linguística de determinada sociedade sem atentar às circunstâncias históricas que produziram relações de poder que a constituíram é analiticamente problemático e, como evidenciamos por meio da obra de Ostrower acerca das políticas de língua no continente africano, é conducente a graves erros interpretativos.

Em primeiro lugar, partimos da constatação de que a soberania portuguesa não foi exercida contínua nem homoganeamente sobre a totalidade do território geográfico moçambicano desde o século XV, ao contrário do que foi alardeado por entusiastas do colonialismo lusitano. O primeiro contato entre portugueses e populações dessa região ocorreu de fato em 1498, mas desse evento não resultou uma subjugação político-militar duradoura nem conduziu imediatamente ao enquadramento jurídico de contingentes demograficamente representativos dos habitantes locais à ordem colonial portuguesa. Estes dois fenômenos só tiveram lugar no final do século XIX, e em algumas regiões de Moçambique, apenas ao final da década de 1910.

Portanto, incidimos nosso enfoque analítico sobre o período que é conhecido como Terceiro Império português, ocasião na qual ocorreram as iniciativas de colonização e ocupação efetiva de Moçambique. A ideia de “império” português, como demonstrou Thomaz (2002a), foi produto e produtora de um conjunto de representações culturais que permitem a identificação de uma “mentalidade colonial” historicamente constituída e cujos desdobramentos sociopolíticos (CABAÇO, op. cit.), econômicos (PENVENNE, 1995), jurídicos (MACAGNO, 1996) e educacionais (MADEIRA, 2007) são fundamentais para que se situe a política de assimilação e a língua portuguesa em seu contexto colonial.

A consolidação da ocupação efetiva de Moçambique por contingentes populacionais militares e civis de Portugal – requisito necessário estipulado pela Conferência de Berlim de 1884-1885 para que se assegurasse o reconhecimento da soberania portuguesa perante as outras potências coloniais europeias – conduziu à formação de uma sociedade dualizada segundo critérios raciais, étnicos e jurisdicionais, para além de resultar em desigualdades socioeconômicas que chocavam alguns observadores como Wästberg (op. cit. p. 133). Em outras palavras, a chegada de colonos brancos invariavelmente precedeu ou foi precedida pela ocupação militar dos territórios africanos e instaurou uma ordem colonial que deu forma a uma sociedade polarizada entre habitantes “indígenas” e ocupantes “não-indígenas”. Para

Cabaço, “a ordem implantada no continente vai ser a da existência, em paralelo, de duas sociedades diferenciadas, a dominadora e a dominada, a cuja relação político-econômica se sobrepõe a distinção ‘racial’” (CABAÇO, op. cit. p. 37).

Essa dualidade constitutiva do mundo colonial é unanimemente reconhecida pelos críticos do colonialismo (ibid. p. 45) e está na raiz da exploração econômica que tornou rentável, e portanto possível, a inclusão de Moçambique sob a esfera imperial de Portugal. É fundamental reconhecer que essa dualidade, ao contrário da política de assimilacionismo que abordamos adiante (MACAGNO, op. cit. p. 67), não é nenhuma idiosincrasia do colonialismo português. “O mundo colonial”, como afirmou Frantz Fanon em seu renomado ensaio “Os Condenados da Terra”, “é um mundo maniqueísta” (FANON, 2002 [1961], p. 44)²²⁴. Mais especificamente:

Esse mundo compartimentado, esse mundo cortado em dois é habitado por espécies diferentes. A originalidade do contexto colonial é que as realidades econômicas, as desigualdades, a enorme diferença nos modos de vida nunca chegam a mascarar as realidades humanas. Quando se apercebe o contexto colonial em seu imediatismo, é patente que o que divide o mundo se trata do pertencimento a tal espécie, a tal raça. Nas colônias, a infraestrutura econômica é também uma superestrutura. A causa é a consequência: é-se rico por ser branco, é-se branco por ser rico (FANON, 2002, p. 43)²²⁵.

O argumento colocado por Fanon é fundamental para apreendermos as bases dicotômicas do sistema colonial. Já foi demonstrado que a distinção racialmente delimitada e militarmente consolidada entre nativos e não-nativos conduziu à formação de modos de produção complementares – um, “nativo”, que propiciava o sustento da mão-de-obra arregimentada dentre os próprios “nativos”, desonerando o colonizador dos custos de reprodução da força de trabalho que serviria a ele próprio no modo de produção colonial – em benefício da exploração de mão de obra e acumulação de capital (MEILLASSOUX, 1995; CAHEN, 2015). A história de Moçambique colonial é funestamente pródiga em exemplos de como formas de trabalho forçado, ou *chibalo* (PENVENNE, op. cit.), e a introdução de culturas agrícolas compulsórias (ISAACMAN & ISAACMAN, 1980) cujas obrigações produtivas recaíam sobre os “indígenas” foram realizadas em proveito dos “não-indígenas”.

²²⁴ “Le monde colonial est un monde manichéiste”.

²²⁵ “Ce monde compartimenté, ce monde coupé en deux est habité par des espèces différentes. L'originalité du contexte colonial, c'est que les réalités économiques, les inégalités, l'énorme différence des modes de vie ne parviennent jamais à masquer les réalités humaines. Quand on aperçoit dans son immédiateté le contexte colonial, il est patent que ce qui morcelle le monde c'est d'abord le fait d'appartenir ou non à telle espèce, à telle race. Aux colonies, l'infrastructure économique est également une superstructure. La cause est conséquence: on est riche parce que blanc, on est blanc parce que riche”.

Mesmo assim, é importante não tomar por absolutas e inelutáveis as fronteiras traçadas entre colonos e colonizados. Ainda que essas fronteiras tenham sido demarcadas, como aponta Fanon, por “quartéis e delegacias de polícia” (op. cit. p. 41)²²⁶ que produziam e eram produzidas por arranjos de poder particularmente desfavoráveis aos “indígenas”, em alguns contextos sobretudo citadinos era possível encontrar zonas cinzentas nas quais as delimitações opositivas entre “rural” e “urbano”, “indígena” e “não-indígena” podiam se confundir e davam lugares a espaços de convivência entre os dois polos (PEREIRA, 2016). Nesse sentido, também convém ter em mente que ambos os polos eram internamente heterogêneos. Não existia consenso absoluto dentre os colonizadores quanto às formulações e aplicações de políticas coloniais, nem interpretações e reações unívocas por parte dos povos colonizados às arbitrariedades a que eram submetidos (THOMAZ, op. cit. p. 19).

A pergunta-chave, ou nas palavras do cientista político ugandense Mahmood Mamdani, “o dilema central e avassalador” que mobilizou colonialistas, militares e administradores metropolitanos durante décadas foi resumido sob a alcunha de “questão indígena” (MAMDANI, 1998, p. 19). A “questão indígena”, de maneira análoga à referida “questão linguística”, condensava as preocupações oriundas do estabelecimento e manutenção do domínio de um grande contingente de pessoas “indígenas” por uma diminuta minoria de invasores europeus. Para Mamdani, as respostas encontradas para esse dilema na experiência das várias potências europeias na África resultaram em Estados coloniais bifurcados: Estados formulados para proteger os direitos e liberdades civis da população “não-indígena”, fornecendo-lhes as condições e garantias para prosperarem por meio da manutenção das fronteiras que permitiam a extração rentável da mão de obra africana, ou mais comumente no léxico colonial, “indígena”; e simultaneamente Estados equipados para manter as populações nativas sob controle por meio da cooptação coercitiva de colaboradores dentre os nativos, pela coordenação e manipulação arbitrária de seu direito consuetudinário e pela supressão violenta das frequentes sublevações anticoloniais.

Nesse sentido, o salto interpretativo fundamental propiciado pela perspectiva de Mamdani jaz em identificar como o Estado colonial – quer britânico, belga, francês ou português – se constituiu historicamente de maneira a executar funções diferentes nas zonas rurais e urbanas. Nestas o poder era exercido “na língua da sociedade civil e dos direitos civis” (ibid. p. 22), enquanto naquela o exercício do poder era atribuído ao direito consuetudinário, preservador das “tradições” culturais nativas que aparentassem inofensivas

²²⁶ No original: “par les casernes et les postes de police”.

ao domínio colonial. A atuação do Estado nas comunidades rurais ocorria por meio de um “despotismo descentralizado”: a autoridade nativa responsável por administrar o direito consuetudinário correspondente a sua comunidade étnica o fazia com a chancela – e sob a constante ameaça – do poderio armado do Estado colonial (ibid. p. 122). Demarcados os sertões africanos segundo critérios “étnicos” das populações que os habitavam, estipulou-se nas cidades o funcionamento do direito civil de acordo com critérios raciais: o pertencimento à sociedade civil e o conseqüente acesso aos direitos facultados pelo ordenamento civil era dificultado – senão inteiramente impedido nos casos de colônias como a África do Sul – de acordo com as características fenotípicas de cada indivíduo.

Ainda que os domínios portugueses na África continental – nomeadamente Angola, Moçambique e Guiné-Bissau – respondessem a algumas especificidades próprias da retórica imperial portuguesa que se desenvolveu ao longo do final do século XIX e que atingiu seu zênite durante o Estado Novo salazarista, como apontamos a seguir, é necessário reconhecer que o colonialismo português também promoveu a formação de um Estado ultramarino bifurcado. Nesse período, conforme destaca Lorenzo Macagno, “os arautos do colonialismo português na África – conhecidos na historiografia como a ‘Geração de 95’ – defenderão, com crescente aceitação metropolitana, a necessidade de criação de ‘dois estatutos civis e políticos: um para ‘civilizados’ e outro para ‘indígenas’” (MACAGNO, op. cit. p. 39). Ainda que a ideologia assimilacionista desposada por muitos ideólogos metropolitanos fosse vista com certo ceticismo pelos principais expoentes da dita Geração de 95, como o Comissário Régio de Portugal em Moçambique, António Enes (1848 – 1901), e o militar responsável pela conquista do Império de Gaza²²⁷ em 1895, Joaquim Augusto Mouzinho de Albuquerque (1855 – 1902), no longo prazo prevaleceriam ideias dotadas de pretensões assimilacionistas, intencionadas a transformar gradualmente os “indígenas” das possessões ultramarinas de Portugal em cidadãos portugueses.

Como exemplo elucidativo dos anseios de militares e colonialistas portugueses em pressionar a metrópole em favor da criação de ordenamentos jurídicos diferentes que facilitassem a manutenção do controle exercido sobre as populações indígenas é possível elencar as palavras do Governador-geral de Angola, Eduardo Ferreira da Costa, pronunciadas em 1901:

²²⁷ O Império de Gaza era uma organização política de povos angunes (ngunis) fundada no período do *Mfecane*, na primeira metade do século XIX, que ameaçava os interesses portugueses pela hegemonia na região sul de Moçambique. Em dezembro de 1895 tropas lideradas por Mouzinho de Albuquerque derrotaram os exércitos de Ngugunhane, último representante dinástico do Império de Gaza, e puseram fim à supremacia militar angune na região, abrindo caminho para o avanço da colonização portuguesa na porção meridional de Moçambique.

Por enquanto, é preciso, nas nossas possessões, a existência de, pelo menos, dois estatutos civis e políticos: um europeu e outro indígena. Não quer isto dizer que seja interdito a todos os indígenas o estatuto europeu, mais isso *depende da sua instrução e dos seus hábitos* (COSTA apud MENESES, 2010, p. 79, grifos acrescidos).

A ressalva feita por Costa é fundamental: a formação de dois sistemas jurídicos articulados pela mesma autoridade estatal e vinculados à soberania que emanava de Lisboa não significou que estes dois sistemas fossem necessariamente intransponíveis. De acordo com o grau de “instrução” e o requinte dos “hábitos”, admitia-se que certos indivíduos acessem ao “estatuto europeu”. Aí jaz o princípio assimilacionista da política colonial portuguesa: a possibilidade, ainda que remota, de “indígenas” africanos se tornarem cidadãos portugueses mediante o cumprimento de algumas condições ambigualmente estabelecidas. A assimilação dos nativos enquanto preceito da missão civilizadora portuguesa, diferentemente das colônias britânicas vizinhas a Moçambique, foi raramente questionado (FRY, op. cit.) e pareceu “dominar todos os que se preocupavam com os rumos da presença portuguesa em África e com a melhor forma de lidar com os nativos” (THOMAZ, 2002b, p. 28).

Diante desse panorama é possível situar as especificidades produzidas no âmbito do colonialismo português. Apesar de delegar certas funções administrativas aos “chefes tribais”, ou no léxico institucional empregado em Moçambique, aos *régulos*, é necessário reconhecer que o sistema colonial português esteve predominantemente pautado na “centralização governativa na metrópole e na política cultural de assimilação” (CABAÇO, op. cit. p. 50). Nesse sentido, a “questão indígena” moçambicana buscava ser solucionada por meio da incorporação gradual dos nativos à civilização portuguesa numa tendência que expressava, na retórica imperial, o caráter messiânico do projeto colonial português (THOMAZ, op. cit.).

A historiografia é consensual quanto à indissociabilidade entre o trabalho braçal a ser executado pelos nativos e o ideal de assimilação (THOMAZ, 2002b): os “indígenas” sob a tutela de Portugal deveriam ser postos a marchar em direção a sua assimilação integral pela nação portuguesa num trajeto redentor e civilizacional que seria percorrido por duas vias intrinsecamente relacionadas: o trabalho “moralizante” e a educação missionária. Dessa forma, a transição entre os dois estatutos – de “indígena” para “assimilado” – ocorreria mediante o abaulamento dos “indígenas” no trabalho árduo atribuído de virtudes moralizantes em funções criadas por meio da própria colonização, e pelo intermédio da educação cristã conduzida em língua portuguesa. Esses aspectos são partes essenciais do conjunto ideológico, jurídico e administrativo que conformou a sociedade colonizadora e colonizada em Moçambique.

Por sua vez, o estabelecimento do Estado colonial nas possessões africanas portuguesas foi recrudescido com a ascensão do governo nacionalista chefiado por António de Oliveira Salazar, estadista que havia atuado como Ministro das Finanças no breve período de ditadura militar que antecedeu a criação do Estado Novo português em 1933. Nesse período de transição autoritária na metrópole foram promulgados alguns diplomas legislativos que introduziram mudanças significativas na administração colonial. Dentre esses diplomas se destacam o Decreto nº 12.533 de 23 de outubro de 1926, que instituiu o “Estatuto político, civil e criminal dos indígenas e Angola e Moçambique”, e o “Acto Colonial”, decretado no diário do governo português em 8 de julho de 1930 e tornado matéria constitucional três anos mais tarde (CABAÇO, op. cit. p. 151). Ambos esses diplomas foram responsáveis por consagrar a existência de um sistema administrativo colonial baseado em dois ordenamentos distintos: um aplicável aos “indígenas”, isto é, uma categoria criada no interior do direito português para atender “consuetudinariamente” ao seu putativo estado de evolução primitivo, baseado em generalizações que reduziam comunidades extremamente heterogêneas de povos africanos a um único estatuto comum, o *indigenato*; e o outro aplicável aos “não-indígenas”, categoria também heterogênea composta pelos brancos metropolitanos, “filhos da terra”, imigrantes asiáticos e a diminuta parcela de assimilados (ZAMPARONI, 2000).

Solucionar a referida “questão indígena” – ou as inquietações próprias aos europeus cobiçosos de ver imperar sua vontade em territórios africanos – esteve na razão de existência de ambos os decretos. O primeiro foi responsável por outorgar às autoridades coloniais as ferramentas institucionais para instituir “autoridades gentílicas” para atuarem no foro dos “indígenas” de maneira “independente da organização judiciária portuguesa”, isto é, alheios às disposições civis do direito português, mas efetivamente incluídos sob o poder do Estado colonial por meio de um órgão específico chamado de “Direcção dos Serviços e Negócios Indígenas”. O segundo dotou as instituições estatais portuguesas do enquadramento ideológico que norteava a empreitada colonial salazarista, tornando-se “essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que nêles se compreendem”²²⁸. A partir desse momento, abrir mão de quaisquer possessões coloniais era equivalente a pôr em cheque a própria existência de Portugal (THOMAZ, 2002a).

Esses diplomas resultaram na institucionalização do referido Estado bifurcado nas colônias continentais de Angola e Moçambique. No preâmbulo da matéria legislativa contida

²²⁸ Artigo 2º, “Acto Colonial”, Decreto nº 18.570, 8 de julho de 1930. In: *Diário do Govêrno*, Série I, nº 156, p. 1309. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/a/224098>. Acesso em 05/01/2018.

no referido estatuto de 1926 foram descritas as intenções do governo português em criar um regime de “indigenato” consoante às necessidades administrativas desses territórios:

Viu-se cada vez mais que o fim geral de civilização e de nacionalização que se pretendia atingir, com sujeição aos princípios de comunidade da natureza humana, apenas seria conseguido por uma organização que atendesse às próprias condições de existência do indigenato. Agora o Governo, indo mais além na compreensão positiva dessa necessidade reconhecida essencialmente pelas Nações, deseja estabelecer o estatuto político, civil e penal dos indígenas de Angola e Moçambique, as duas grandes colónias onde o problema tem maior amplitude e exige mais cuidados²²⁹.

Para atender aos “problemas” de se comandar vastos contingentes de indígenas, o diploma foi concebido para conter duas soluções principais:

Uma delas é assegurar não só os direitos naturais e incondicionais dos indígenas, cuja tutela nos está confiada, e que são iguais aos dos europeus, como está fixado na legislação colonial portuguesa, mas também o cumprimento progressivo dos seus *deveres morais e legais de trabalho, de educação e aperfeiçoamento*, com todas as garantias da justiça e liberdade. O outro, ainda por força da mesma doutrina basilar, é o de os levar a todos os adiantamentos desejáveis dentro dos próprios quadros da sua civilização rudimentar, de forma que se faça *gradualmente e com suavidade a transformação dos seus usos e costumes*, a valorização da sua actividade e a sua integração no organismo e na vida da colónia, prolongamento da mãe Pátria²³⁰.

Não se tratava apenas de evitar atribuir aos indígenas as provisões legais contidas no direito português, o que careceria “de significado prático”, mas principalmente de submetê-los a uma ordem jurídica “própria do estado das suas faculdades, da sua mentalidade de primitivos”²³¹ a partir da qual fosse possível a gradual transformação de seus usos e costumes “tribais” para a qualidade de portugueses. Aqui se apreende um aspecto crucial, ou nos termos do decreto, uma “doutrina basilar” do colonialismo lusitano: o ideal de assimilação dos indígenas na nação portuguesa.

Mais especificamente, é importante assinalar o carácter protelado da política de assimilação (MACAGNO, op. cit.; FRY, op. cit.): a atribuição desigual de direitos entre “não-indígenas” e “indígenas”, tornando estes legalmente vulneráveis ao trabalho forçado ou parcamente remunerado a ser prestado para aqueles, era uma condição *sine qua non* para a existência da acumulação capitalista que tornava o colonialismo viável (CABAÇO, op. cit. pp. 161 – 164). Para que o surgimento de africanos assimilados supostamente detentores dos mesmos direitos dos cidadãos portugueses brancos não ameaçasse esse equilíbrio de forças, mas sem abrir mão de fornecer a justificativa ideológica à empreitada colonial como um todo

²²⁹ Preâmbulo, “Estatuto político, civil e criminal dos indígenas de Angola e Moçambique”, Decreto nº 12.533, 23 de outubro de 1926. In: *Diário do Governo*, Série I, nº 237, p. 1668. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/a/161616>. Acesso em 05/01/2018.

²³⁰ Ibidem. Grifos acrescentados.

²³¹ Ibidem.

àqueles que “precisavam dela” (CAHEN, op. cit. p. 155), o processo de assimilação deveria ser feito a conta-gotas.

Nesse sentido, não é possível dissociar o trabalho e a educação dos nativos do ideal assimilacionista português. No artigo quinto do estatuto de 1926 lê-se num parágrafo único: “O trabalho compelido só é permitido quando absolutamente indispensável, em serviços de interesse público, de urgência inadiável. Êste trabalho será remunerado *conforme as circunstâncias*”²³². Foi precisamente esse tipo de ambiguidade jurídica que tornou todos os “indígenas” – excluindo, para esse efeito, os assimilados – legalmente vulneráveis ao prestamento de trabalhos forçados, prática nefária que permaneceu em voga até o alvorecer da guerra de libertação na década de 1960 (CAHEN, op. cit.).

Se o indigenato “assegurava que a grande maioria dos moçambicanos fosse legalmente transformada numa raça, classe, e posição cultural subordinada” (SAÚTE, 2005, p. 157), como atestou a historiadora moçambicana Alda Romão Saúte, fazia-se necessário estabelecer as características que definiriam o pertencimento às categorias de “indígenas” e “não-indígenas”. Se dentre os “não-indígenas” estavam os brancos, mulatos e africanos “assimilados” supostamente beneficiários da plena cidadania portuguesa, é importante atentar, como o faz José de Oliveira Cabaço, que “os *não indígenas*, por outro lado, ainda que juridicamente equiparados entre si, surgiam radicalmente estratificados e hierarquizados salvaguardando os colonos dos perigos da competição laboral e da promiscuidade social” (CABAÇO, op. cit. p. 166, grifos no original). Por outro lado, o artigo terceiro do estatuto de 1926 considera “indígenas os indivíduos de raça negra ou dela descendentes que, pela sua ilustração e costumes, se não distingam do comum daquela raça”²³³. Para Michel Cahen, essa definição lacônica e racista se tornou mais precisa em diplomas posteriores de maneira que estariam sujeitos às obrigações do indigenato todos que não cumprissem três condições: a “ruptura com os usos tradicionais da raça negra, falar português, [e] exercer uma profissão” (CAHEN, op. cit. p. 145).

Portanto, não é possível prescindir da compreensão de como ocorreu o fenômeno mais amplo da formação histórica do Estado colonial e da “questão indígena” para entender o desenvolvimento de suas políticas educacionais voltadas à assimilação dos “indígenas” e a retórica imperial que apresentava a presença portuguesa na África como um destino supostamente manifesto em nome do bem-comum da nação portuguesa. Os desdobramentos do regime de indigenato – somados às prerrogativas nacionalizantes e civilizatórias atribuídas

²³² Artigo 5º, “Estatuto político [...]” op. cit. Grifos acrescidos.

²³³ Artigo 3º, “Estatuto político [...]” op. cit.

ao colonialismo português pelo Ato Colonial – incidiram diretamente sobre a constituição de políticas educacionais em Moçambique. Nesse contexto histórico, a educação no ultramar passava a servir ao propósito declarado de assimilar “indígenas” à “civilização” portuguesa mediante sua integração na comunidade nacional lusitana. Se o conceito por trás da assimilação foi raras vezes elaborado pormenorizadamente para além da afirmação de uma genérica e ambígua missão de transformar indígenas em cidadãos portugueses (CABAÇO, op. cit. p. 146), ela constituiu-se de fato “como a pedra de toque da acção missionária católica em Moçambique” (THOMAZ, 2002a, p. 46) responsável pelos esforços de escolarização dos nativos moçambicanos.

Enfim, é nesse conglomerado ideológico e jurídico colonial português que podemos situar o papel fundamental conferido à língua portuguesa no processo de assimilação de almas e mentes africanas. Como definiu Macagno,

nenhum método de colonização baseado na assimilação espiritual poderia ser instrumentalizado sem um meio imprescindível: a língua portuguesa. O progresso da civilização [...] requer que todos os habitantes possam entender-se entre si por meio de uma língua geral (MACAGNO, 1996, p. 71).

Em vista do enquadramento ideológico hegemônico durante o Terceiro Império Português, esta língua geral não poderia ser qualquer outra senão a portuguesa. Em contraste com políticas aplicadas por outras potências coloniais em outros territórios africanos, como a belga no Katanga e a África oriental alemã e britânica que já tivemos a oportunidade de discutir, em Moçambique a língua portuguesa assumiu um caráter central e inalienável na missão civilizadora de Portugal. Em outras palavras, a língua portuguesa foi tida por elemento indispensável na tarefa de inculcar a cultura portuguesa na assimilação dos “indígenas”. Esse aspecto fundamental do assimilacionismo colonial português – a centralidade da língua portuguesa – pode ser observado em diversos contextos e em vários tipos de documentos, como analisamos a seguir.

No bojo de acordos diplomáticos estabelecidos entre o governo salazarista e a Santa Sé católica em 1940, foi transferida a responsabilidade pelo então chamado “ensino rudimentar” prestado aos “indígenas” para as missões católicas atuantes nas colônias. A cooperação entre a Igreja católica e o Estado Novo foram seladas no Decreto-lei nº 31.207, de 5 de abril de 1941, que promulgou o Estatuto Missionário destinado a arregimentar a atuação das dioceses e circunscrições missionárias católicas na educação e evangelização dos “indígenas”.

Desse diploma convém destacar dois pontos. Primeiro, o Estatuto Missionário estipulou que todos os bispos, vigários apostólicos e clérigos superiores a quem os missionários católicos estavam submetidos deviam ser de nacionalidade portuguesa e que todos os quadros missionários empregados no treinamento de professores também deviam ser portugueses (CROSS, 1987, p. 562). Essa condição corresponde ao ufanismo próprio do regime de Salazar, para o qual não bastava que os indígenas fossem cristianizados e encaminhados à civilização por meio do trabalho “moralizante”. Os planos e programas educacionais empregados, como descreveu o artigo 68º do Estatuto, deveriam ter

em vista a perfeita nacionalização e moralização dos indígenas e a aquisição dos hábitos e aptidões do trabalho [...] compreendendo na moralização o abandono da ociosidade e a preparação de futuros trabalhadores rurais e artífices [...]. O ensino indígena será, assim, *essencialmente nacionalista*²³⁴.

O segundo ponto consiste em assinalar que o cariz nacionalista da educação missionária passava pelo ensino da língua portuguesa, como estipulou o artigo seguinte do Estatuto: “Nas escolas é obrigatório o ensino e o uso da língua portuguesa. Fora das escolas os missionários e auxiliares usarão também a língua portuguesa”²³⁵.

A noção de que o ensino dos “indígenas” era uma empreitada nacionalista demasiado importante para ser delegada a estrangeiros era central no arcabouço ideológico que orientava a política educacional e política de língua em Moçambique colonial. Para elucidar esse aspecto podemos elencar um discurso proferido por Manuel Maria Sarmiento Rodrigues, governador-geral de Moçambique entre 1961 e 1964. No dia 15 de agosto de 1962, na cidade de Nampula, o dirigente do poder executivo da colônia pronunciou às autoridades eclesiásticas presentes algumas disposições sobre “o que a Nação espera das missões” (RODRIGUES, 1964, p. 180). Rodrigues saudou a carreira do então bispo de Nampula, Dom Manuel Medeiros Guerreiro, presente na cerimônia:

Aqui [Guerreiro] veio a encontrar, a par do culto das glórias e tradições, uma obra activa em marcha, traduzida num ansiedade colectiva de promover o engrandecimento da Nação pelo desbravamento, pela valorização intensa das terras e dos espíritos. Não se tratava de, ministrando a Fé, sustentar apenas uma recordação portuguesa, porque a tarefa *consistia em formar e multiplicar as próprias almas dos Portugueses*. Era a velha Pátria que se pretendia dilatar, renovada e engrandecida, nas terras africanas portuguesas. Desta sorte, veio Vossa Excelência Reverendíssima integrar-se completamente e participar numa obra intrinsecamente nacional (RODRIGUES, 1964, p. 184, grifos acrescidos).

²³⁴ Artigo 68º, “Estatuto Missionário”, Decreto-lei nº 31.207, 5 de abril de 1941. In: *Diário do Govêrno*, Série I, nº 79, p. 324, grifos acrescidos. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/a/416772>. Acesso em 05/01/2018.

²³⁵ *Ibidem*.

Assim, a missão de cristianizar os nativos consistia principalmente em integrá-los à própria nação portuguesa. Daí decorre o primado da língua portuguesa sobre as instituições educacionais voltadas aos “indígenas” da colônia. Se nessa tarefa civilizacional “todos podem colaborar”, disse Rodrigues, lhe parecia “fora de dúvidas que nessa obra de missionários as missões católicas portuguesas devem ter sempre um lugar e responsabilidades especiais” (ibid. p. 185).

A ressalva de Rodrigues diz respeito à atuação de missionários religiosos de outras nacionalidades e outros credos cristãos atuantes em Moçambique que eram constantemente acusados de semear a cizânia entre as mentes nativas e sua pátria portuguesa (MACAGNO, op. cit. p. 88). A educação bilíngue promovida por missões estrangeiras, ao supostamente “desnacionalizar” o ensino dos nativos e ensinarem-lhes línguas que não a portuguesa, era compreendida por muitos como uma ameaça à ordem nacional.

É possível evidenciar a hostilidade perfilhada por colonialistas portugueses a missionários estrangeiros em depoimentos como os de Delfim Costa, sujeito que exercia “funções administrativas” na cidade de João Belo, atual Xai-Xai, capital da província de Gaza (COSTA, 1942, p. 87) antes de retornar a Portugal para editar um livro laudatório às (putativas) benfeitorias coloniais em Moçambique. Em sua narração sobre “As Missões e os Indígenas”, Costa apresentou diversos delineamentos ideológicos veiculados no contexto que lhe era contemporâneo enquanto funcionário colonial envolvido no trato com “indígenas”.

No que se refere à Concordata pactuada entre o governo de Salazar e a Santa Sé e ao subsequente Estatuto Missionário, Costa ponderou que as missões estrangeiras, por mais que pudessem ser pressionadas e coagidas de diversas maneiras pelo Estado colonial, não poderiam ser prontamente despejadas do território moçambicano. Portugal era signatário do “Acto Geral de Berlim” – diploma oriundo da célebre conferência ocorrida em Berlim na virada de 1884 para 1885 – e da Declaração de Bruxelas de 1890 que possuíam disposições protetivas às “instituições e as empresas religiosas, científicas ou de caridade, criadas e organizadas pelos súbditos das outras potências signatárias e dos Estados membros” e intencionadas “a guiar os indígenas na senda do progresso e da civilização” (COSTA, op. cit. p. 84). Essas disposições, ao terem sido ratificadas no direito português, impunham restrições à ação de funcionários públicos e administradores que, como Delfim Costa, pudessem estar interessados em ver encerradas as atividades missionárias estrangeiras em Moçambique.

Sob a proteção dessas disposições ocorreu o estabelecimento de dezenas de missões americanas, suíças, suecas, britânicas e outras que, espalhadas em 96 filiais por Moçambique na década de 1940 ameaçavam, a seu ver, os interesses orgânicos da nação portuguesa.

Indignado com o que lhe parecia ser uma interferência malquista e malfazeja na condução das atividades missionárias que deveriam competir apenas à fé católica de expressão portuguesa, e afirmando que Portugal tinha a “decência” de não mandar “seus” próprios missionários para intrometerem-se na vida das “colônias estrangeiras”, Costa questionou:

Não poderiam essas sociedades [europeias] dar-nos igual tratamento? Não é o caso dos mal agradecidos, de que está o inferno cheio, mas é que a nosso ver e até pelo que a prática nos ensinou, essas missões de língua e hábitos diferentes dos nossos são sempre motivo de equívocos por vezes penosos (COSTA, 1942, p. 86).

Apesar das obrigações impostas pelo direito internacional a que Portugal formalmente se subscreveu, foram aplicadas normativas às missões estrangeiras para regulamentar sua atuação em territórios sob jurisdição portuguesa. É significativo para nossa análise que Costa tenha, na sequência imediata do parágrafo anterior, mencionado uma “inteligente disposição tomada pelo Governo de Moçambique” numa legislação promulgada em agosto de 1929:

[...] os missionários estrangeiros, para ministrarem o ensino aos nossos indígenas, são obrigados a previamente aprenderem a falar português, língua em que o seu ensino deve ser ministrado. Até à data em que se tomou a citada medida ensinava-se apenas a ler e a escrever a língua indígena! (COSTA, 1942, p. 86).

Esse admonitório contrário à permanência de missionários estrangeiros em Moçambique carrega consigo duas críticas principais. A primeira foi baseada na alegação de que esses missionários tinham, em geral, um domínio insuficiente da língua portuguesa que não poderia “de modo algum habilitá-los a ensinar” (ibidem). A segunda afirma que mesmo que essa exigência linguística fosse integralmente cumprida, isto é, que clérigos estrangeiros falassem e escrevessem corretamente a língua portuguesa, ainda haveria problemas inerentes a sua estadia em Moçambique, pois “não é apenas a ler e escrever que o indígena precisa de ser ensinado. É necessário que se lhe ensine a amar a sua Pátria, a defender a sua Bandeira, a ser Português! E isso dificilmente pode ser-lhe incutido por estrangeiros, súbditos de grandes potências” (ibidem). O ensino dos nativos em língua portuguesa deveria caminhar a par e passo com a promoção dos valores nacionais portugueses cujo acesso seria promovido pelo domínio da língua portuguesa, princípio em consonância com as ideologias de língua explicitadas no capítulo anterior.

Por fim, é importante reiterar novamente a ligação íntima entre a assimilação espiritual e nacional dos “indígenas” com seu abaulamento corporal nas indústrias, lavouras e empresas gerenciadas por brancos no funcionamento da economia colonial. Para Costa, a educação dos “indígenas” deveria necessariamente lhes preparar exercer ofícios vistos como produtivos:

É no ensino profissional que deve basear-se a educação dos indígenas. Não pomos dúvida, em que o indivíduo de côr preta, assimilado ao europeu, que siga a carreira das letras ou das ciências, não tenha capacidade igual aos das outras raças, porque a côr não marca o grau de inteligência e isso está mais que demonstrado. Quanto ao indígena boçal o caso é diferente. Diz-nos a prática que ele precisa de saber lêr e escrever, e aprender depois a trabalhar. Se lhe dão exames e o fazem letrado, não só nunca mais trabalha, como se toma um pesado encargo para os seus irmãos, que explora por tôdas as formas. Ser funcionário, mafundiça [professor indígena] ou coisa semelhante é o seu ideal (COSTA, 1942, p. 88).

Para indivíduos como Costa, africanos assimilados eram iguais a seus congêneres brancos e poderiam se dedicar às “letras e ciências”, mas o processo educacional que tornaria “indígenas” em assimilados devia ser fundamentalmente pautado no disciplinamento de corpos para o trabalho. Se é necessário circunscrever a perspectiva de Costa às funções requeridas pelo seu cargo de administrador colonial, é igualmente importante inseri-la no conjunto ideológico mais amplo e próprio das maquinações de mentes e instituições engajadas em criar e tornar próspero o Terceiro Império português.

Nesse sentido, convém reafirmar que a unidade orgânica da Nação portuguesa se manifestava não apenas pelo “destino traçado pela providência” (CABAÇO, op. cit. p. 141) divina de evangelizar e assimilar os “indígenas” à identidade nacional lusitana. O dogma imperialista da indivisibilidade do Portugal continental de seus territórios coloniais se sustentava no axioma “Moçambique só é Moçambique porque é Portugal” (RODRIGUES, op. cit. p. 213). Num discurso proferido no Clube de Lourenço Marques em 25 de agosto de 1962 para uma plateia composta por estudantes universitários na metrópole, Sarmiento Rodrigues se debruçou sobre essa perspectiva que via a “tão exuberante e farta diversidade” dos povos que viviam em territórios portugueses em “uma unidade soberana” (ibid. pp. 214 – 215):

A unidade que sob o ponto de vista humano tem Moçambique – este é o aspecto fundamental – provêm-lhe, acima de tudo, única e simplesmente, do seu carácter português; e muito especialmente do sentimento, da consciência que cada um tem de ser português (RODRIGUES, 1964, p. 214, grifos no original).

No entanto, se essa unidade característica da empreitada colonial portuguesa apresentava-se diante de Sarmiento Rodrigues como um fato consumado, tal não significa que ela pudesse ser deixada ao relento. Ao contrário, a alma nacional portuguesa que abrangia todas as partes constitutivas do império-nação precisava ser “continuamente alimentada e fortalecida” (ibid. p. 215). Nesse âmbito, prossegue Rodrigues,

A língua será um dos mais válidos elementos a empregar a fundo. Ela pode facilitar e permitir um perfeito entendimento – pelo qual, de resto, todos anseiam – entre povos distantes e diferentes da Província. Nada melhor do que a língua portuguesa para

contribuir eficazmente para a evolução social e o desenvolvimento da cultura, que convém se façam de maneira harmónica e de forma a aproximar cada vez mais os homens de Moçambique. Através dela, do conhecimento recíproco, se pode chegar [...] ao aperfeiçoamento e adopção de formas de beleza espiritual e de conduta moral que muito podem enriquecer o conjunto nacional (RODRIGUES, 1964, pp. 215 – 216).

Assim, a língua portuguesa era vista como um elemento fundamental da “estrutural consciência de ser português” (ibid. p. 217) e deveria ser promovida com devoção similar às demais atividades econômicas, religiosas e administrativas tidas como conducentes ao engrandecimento de Moçambique e Portugal. Para o governador-geral de Moçambique, a “mais perfeita unidade da Nação portuguesa” (RODRIGUES, 1965, p. 288) era o elemento central que orientava a “evolução” dos territórios subjugados por Lisboa.

Essa presumida união entre os portugueses espalhados pelos quatro cantos do império se encontraria cristalizada nos laços comunitários culturais facultados pelo domínio da língua e, por consequência, dos costumes portugueses, como declamou Rodrigues numa sessão solene de abertura de novos conselhos legislativos em Lourenço Marques, no dia 9 de abril de 1964:

O que todos nós sempre desejámos [sic.] e hoje desejamos é o fortalecimento da união de todos os portugueses, sejam da Europa ou de Além-mar, das ilhas e dos continentes, na mais perfeita unidade da Nação Portuguesa. Para alcançar esse objectivo tem-se procurado revigorar e generalizar alguns elementos característicos de real valor, tornando-os assim comuns a todos os portugueses. *A língua portuguesa foi sem dúvida o maior de todos*, aquele que não sofre uma excepção, ao que se não deve opor a menor reserva para a sua plena expansão. A língua portuguesa nada de útil contraria e é essencial, no caso dos territórios portugueses, à ascensão social das populações. Não só regionalmente como no conjunto nacional, será o elemento mais sólido duma unidade. Já existe no mundo o exemplo bem claro que nos oferece uma das maiores nações, o Brasil, caldeada pela unidade portuguesa, na qual a língua é o agente principal (RODRIGUES, 1965, p. 288, grifos acrescidos).

É fundamental assinalar que o robustecimento da coesão que supostamente mantinha unida a nação portuguesa territorialmente dispersa passava pelo domínio da língua portuguesa como característica nacional dos cidadãos portugueses de todas as cores que, por sua vez, conduzia a um cerne cultural comum a ser compartilhado por todos, “ideais colectivos baseados em similitude de organização familiar” e “tradições comuns” dentre as quais “se destaca a religião cristã” (ibidem). À pátria una e indivisível portuguesa deveria corresponder uma única língua, em concordância tácita com o princípio delineado por ideólogos da modernidade europeia que interpretavam as línguas humanas como extensão indissociável das culturas nacionais por elas expressas.

E não é trivial que Sarmiento Rodrigues tenha elencado o Brasil como exemplo concreto de nação cuja unidade e grandeza percebidas teriam sido facultadas pela cultura e

língua portuguesa. Ainda que não possamos nos estender sobre este ponto em específico aqui, convém atentar que a inclusão do Brasil num arcabouço ideológico mais amplo, que forneceria a sustentação ideológica e justificação histórica da existência do colonialismo português, é própria do ideário “luso-tropicalista” apropriado pelo regime de Salazar a partir de teorias propostas por Gilberto Freyre (CASTELO, 1999).

Após abordar a formação histórica do Estado colonial português, explicitar em linhas gerais seus alicerces ideológicos, situar neles a política de assimilação e destacar nesta o papel delegado à língua portuguesa, passamos a tratar das implicações sociais do assimilacionismo em Moçambique. Em primeiro lugar, é imperativo afirmar dois pontos principais: primeiro, que a promulgação das normas que instituíam os alvarás de assimilação, bem como todos os aspectos pertinentes à colonização europeia em sentido lato, não ocorreu isenta de resistências, críticas e apropriações por parte daqueles a quem o Estado colonial tentou enquadrar. Em segundo lugar, o processo de assimilação não produziu, em nenhum momento, identidades sociais homogêneas. Nas palavras de Cabaço, o estatuto de assimilado produziu identidades “contraditórias, ambíguas, muitas vezes esquizoides, dissociadas na ação e no pensamento” (CABAÇO, op. cit. p. 164).

No que se refere ao primeiro ponto é importante aludir às organizações associativas erigidas por africanos e “filhos da terra”, orientadas para fazer frente às arbitrariedades do colonialismo português e granjear vozes capazes de solidificar seu posicionamento socioeconômico na situação colonial que se desenhava desde o início do século XX. Nesse âmbito é possível inserir a formação da imprensa local, como os jornais *O Africano* e *o Brado Africano* (ZAMPARONI, op. cit.; PEREIRA, op. cit) e organizações como o Grêmio Africano de Lourenço Marques (CABAÇO, p. 170) e, mais tarde, o Núcleo de Estudantes Secundários Africanos de Moçambique (CASIMIRO, 2012).

Por meio da imprensa e dessas associações – que passariam, por sua vez, a serem crescentemente pressionadas de diversas formas pelo Estado colonial e reprimidas por órgãos como a PIDE²³⁶ após a instauração do regime de Salazar – expoentes das comunidades africana e mestiça de Moçambique exclamaram suas próprias reivindicações diante da sociedade colonial. Desde a Portaria Provincial promulgada em 9 de janeiro de 1917, responsável pela primeira imposição do estatuto de assimilado em Moçambique, depois

²³⁶ A PIDE, sigla para Polícia Internacional de Defesa do Estado, era a polícia política do estado autoritário de Salazar. Tendo sua jurisdição oficialmente estendida às colônias no final da década de 1950, seus agentes em Moçambique parecem ter sido os principais responsáveis pela montagem da encomenda armadilhada que matou Eduardo Mondlane em fevereiro de 1969, e também lhe é atribuída a prática de semear a discórdia e implantar espíões e sabotadores dentre as fileiras da FRELIMO e outros movimentos nacionalistas africanos.

seguida pelas sofisticações jurídico-administrativas que abordamos acima, aos sujeitos juridicamente “indígenas” requereu-se que apresentassem provas de seu sustento financeiro auferido por trabalho remunerado e demonstrassem domínio da língua portuguesa se quisessem garantir o pertencimento, ainda que subalternizado, à sociedade civil colonial.

Como apontaram Cabaço e Zamparoni, cada qual a sua maneira, isso significou um solapamento dos poderes econômicos e políticos que haviam sido conquistados por africanos e mestiços uma vez que muitos deles “não tinham como obter o alvará, quer porque não contassem [sic.] com padrinhos que os recomendassem, quer porque não eram empregados, quer ainda porque, embora civilizados, não estavam empregados devido à escassez de empregos adequados à sua civilização” (ZAMPARONI, op. cit. p. 217). Adicionalmente, a exigência do alvará foi largamente percebida como uma humilhação “porque seu estatuto social passava a ser substituído por sua condição racial” (CABAÇO, op. cit. p. 174).

O procedimento que instituiu a referida Portaria expôs a raiz do fenômeno identificado e descrito por Mamdani: se a administração colonial “tribalizava” as zonas rurais por intermédio da instauração de “autoridades gentílicas”, nas cidades se “racializava” a atribuição de direitos civis. Todos os indivíduos de pele negra passaram a ser “indígenas” até que provassem o contrário. Por consequência, eram passíveis de serem arrematados para prestação de trabalhos forçados e lhes era negada a participação em diversos círculos sociais da vida na colônia. Por exemplo, o acesso de africanos a determinados espaços da vida pública das cidades de Moçambique como cinemas, restaurantes e cafés passou a depender apresentação do documento que provasse seu estatuto de assimilado (NDELANA, 2012, p. 31), que, mesmo apresentado, não garantia necessariamente a entrada e nem protegia seu titular de sofrer constrangimentos e discriminações (CHISSANO, 2010).

Assim, “mesmo quando os seus requerimentos eram deferidos e o ‘alvará’ concedido, eles se descobriam ‘cidadãos diferentes’” (CABAÇO, op. cit. p. 174). A “dicotomia estrutural” que fundamentava a situação colonial agia, na prática, como se africanos assimilados fossem cidadãos de segunda categoria, confinados à antessala dos direitos preconizados aos cidadãos portugueses brancos. Per Wästberg apercebeu-se que, na ocasião de sua estadia em Moçambique no final da década de 1950, a suposta igualdade civil atribuída aos assimilados dificilmente passava de um engodo ideológico:

Uma razão comum para [explicar] os impedimentos contra assimilados é que o africano se torna assim habilitado a receber um salário seis vezes maior do que ele recebia anteriormente. Se ele for um enfermeiro hospitalar, por exemplo, pode bem acontecer que ele tenha colegas brancos que protestarão contra seu recebimento de um certificado de ‘civilização’. Tais protestos comandam respeito; e conseqüentemente

ele poderá discorrer sobre todo o almanaque de santos e poetas nacionais portugueses em vão (EHNMARK & WÄSTBERG, 1963, p. 147)²³⁷.

Se a política de assimilação não foi capaz para romper com a desigualdade socioeconômica – tornada racial (FANON, op. cit. p. 43) – característica do colonialismo, uma vez que, como expusemos, jamais havia sido concretamente concebida para tal, não é possível negar a existência de relações de poder exercidas em favor dos subalternos por meio da aquisição de capitais simbólicos e culturais hegemônicos na situação colonial. Retomando a análise realizada por Gregório Firmino acerca da situação linguística em Moçambique,

a política de assimilação estabeleceu um precedente: a emergência de uma ideologia social que conectou mobilidade social entre a população africana com o conhecimento da língua portuguesa. O português se tornou um dos capitais sociais intimamente vinculados aos sistemas econômicos, ideológicos e simbólicos que controlavam a mobilidade social e a atribuição de habilidades pessoais e status social na colônia (FIRMINO, op. cit. pp. 218 – 219)²³⁸.

Aprender e dominar a língua do colonizador trouxe para muitos africanos que viviam ou circulavam principalmente em ambientes citadinos, mas também rurais, um instrumento para exercer poderes em seu favor numa miríade de situações concretas. Por exemplo, Lopes Tembe Ndelana, moçambicano nascido nas proximidades da atual Maputo que se tornou um dos fundadores da UDENAMO na Rodésia do Sul, contou um episódio ocorrido durante sua estadia em Lourenço Marques: detido pela polícia em decorrência de uma rasura feita em sua “caderneta indígena” por um escrivão colonial e levado à delegacia para averiguações, Ndelana foi espancado e chicoteado durante o interrogatório porque, por não entender o português, limitou-se a responder “sim senhor, sim senhor” às inquirições dos policiais até que um sipaio²³⁹ estivesse disponível para fazer a interpretação do ronga para o português (NDELANA, op. cit. p. 34). É muito pouco provável que o domínio fluente da língua portuguesa teria impedido por si só que Ndelana fosse encaminhado à delegacia, pois isso ocorria mesmo com quem falava adequadamente o português e portava documentos que lhes

²³⁷ No original: “A common reason for the bar against assimilados is that the African thus becomes entitled to a salary six times what he has been earning before. If he is a hospital nurse, for instance, it may well happen that he has white colleagues who will protest against his being given a certificate of ‘civilization’. Such protests command respect; and thereafter he can spout the entire almanac of saints and Portuguese national poets in vain”.

²³⁸ Livre tradução do original: “the assimilation policy set a precedent: the emergence of a social ideology that connected social mobility among the African population with knowledge of Portuguese. The Portuguese language became one of the social capitals closely attached to the economic, ideological, and symbolic systems that controlled social mobility and the assignment of personal abilities and social status in the colony”.

²³⁹ “Sipaio” ou “cipaio” foi um termo empregado nas colônias africanas de Portugal para se referir aos policiais ou militares de baixa patente recrutados dentre os “indígenas”.

autorizassem a circular em determinados locais e em horários da noite (CABAÇO, op. cit. pp. 187 – 188), mas é plausível supor que, no mínimo, poderia poupar-lhe o castigo físico sofrido.

O exemplo mencionado por Cabaço acerca da história de Rafael Arcanjo, moçambicano nascido em Chongoene, a aproximadamente 200 quilômetros de Lourenço Marques, nos permite acessar esse aspecto importante acerca da apropriação da língua e costumes dos colonos brancos como estratégia de sobrevivência. Arcanjo, nome que lhe havia sido imposto na pia batismal, teve poucos anos de escolaridade numa missão católica e foi mandado pelo seu pai para buscar trabalho na capital colonial aos quinze anos de idade. Após muitas dificuldades em se integrar no ambiente citadino, acompanhadas por não poucas surras e insultos desferidos por seu patrão por não compreender de imediato suas ordens (ibid. pp. 188 – 189), Arcanjo contou a Cabaço que aprendeu aos poucos “a apropriar-se dos comportamentos, a dominar os gestos, a usar as palavras que lhe serviam para atenuar conflitos” (ibid. p. 190).

Indivíduos como Ndelana e Arcanjo são exemplos de um fenômeno que se tornava cada vez mais comum nos ambientes urbanos de Moçambique: o surgimento de contingentes significativos de populações “peri-urbanas” (ibid. pp. 193 – 208) nos espaços urbanos da colônia. O desenvolvimento de um êxodo rural conduziu a um aumento “explosivo” de africanos na cidade de Lourenço Marques, como atestou o investigador António Rita-Ferreira (1967/1968, p. 223), cuja população dobrou de 57.775 indivíduos para 122.446 entre 1950 e 1960. Esse grupo amorfo de pessoas de diversas origens nas periferias das cidades, que não se situava entre os “indígenas” nas circunscrições rurais e nem dentre os “não-indígenas” citadinos, foi classificado por colonialistas portugueses como “indígenas destribalizados” (CABAÇO, op. cit. p. 202).

Como já apontamos, esses “destribalizados” ou ainda “semiassimilados” (CAHEN, op. cit. p. 149) não poderiam ser prontamente assimilados pela administração colonial, pois fazê-lo seria inaceitável “para os sindicatos corporativistas de trabalhadores brancos que temiam a concorrência” (ibidem). Se para fins remuneratórios os “semiassimilados” eram basicamente “indígenas” e permaneciam submetidos às proibições que eram aplicadas a estes a existência desse grupo apresenta evidências de que “a par da política de assimilação decorria um processo espontâneo de mudança cultural, no qual subsídios de ‘modernidade’ da sociedade colonizadora eram menos imitados e mais apropriados” (CABAÇO, op. cit. pp. 196 – 197).

Diante desse panorama, é necessário sublinhar as conclusões extraídas pela historiografia sobre o processo de assimilação em Moçambique. Tal como observara Wästberg, não é possível negar que o assimilacionismo tenha produzido poucos resultados

demográficos: Cabaço aponta, segundo dados extraídos de relatórios coloniais, que entre 1955 e 1960 apenas 442 africanos haviam obtido o estatuto de assimilado, proporção minúscula sobre a população total de mais de seis milhões de pessoas. Além disso, os poucos assimilados de fato estiveram predominantemente concentrados nas duas maiores cidades da colônia, Lourenço Marques e Beira, onde geralmente eram encontrados entre os profissionais qualificados.

Os estudos conduzidos por António Rita-Ferreira no final da década de 1960 ocorreram num período em que o regime de indigenato e o estatuto dos assimilados já haviam sido formalmente abolidos²⁴⁰, mas se tomarmos suas estimativas acerca da quantidade de “profissionais qualificados” dentre a população africana como índice relativo acerca do número de pessoas que haviam sido assimiladas ou que poderiam solicitar sê-lo²⁴¹ à administração colonial, tal como o faz Gregório Firmino em sua análise, tem-se que aproximadamente 4% da população africana de Lourenço Marques (RITA-FERREIRA, op. cit. p. 245) teria possuído ou estaria apta para requerer o estatuto de assimilado caso este estivesse em vigor.

A questão a ressaltar aqui é que esse fracasso estatístico não corresponde a um fracasso ideológico, como interpretou Peter Fry (op. cit. p. 290). O assimilacionismo produziu nos poucos centros urbanos existentes em Moçambique uma situação linguística na qual a língua portuguesa era geralmente associada a uma língua de prestígio que propiciava a ascensão social daqueles que a dominassem. De fato, o grau de instrução e o domínio da língua portuguesa foram fatores essenciais para o relativo sucesso econômico que poderia ser alcançado por africanos assimilados ou qualificados. Para Rita-Ferreira, “[o]s analfabetos e os que desconhecem a língua dominante encontram-se relegados aos empregos menos remunerados e que exigem mero esforço físico” (RITA-FERREIRA, op. cit. p. 410 – 411) e encontravam-se, portanto, impedidos de trabalhar em funções menos mal pagas como motoristas, enfermeiros, funcionários públicos e exercer o sacerdócio. Portanto, à época do final do colonialismo português em Moçambique a língua portuguesa era parte de um repertório linguístico de uma minoria de moçambicanos predominantemente urbanos e para os

²⁴⁰ A abolição do indigenato e a conseqüente revogação do estatuto de assimilado em 1961 fazem parte de um conjunto mais amplo de mudanças reformistas empreendidas por Portugal com o intuito de dissipar as pressões que lhe eram infligidas interna e internacionalmente pela descolonização de seus territórios. Subscrevemo-nos ao entendimento desposado pela historiografia consultada de que essas mudanças foram largamente cosméticas e que não alteraram as relações sociais típicas da situação colonial (CABAÇO, op. cit. p. 333; MACAGNO, op. cit. p. 72).

²⁴¹ É importante ter em mente que havia indivíduos que, por uma série de razões, optavam deliberadamente por não iniciar os trâmites para tornarem-se assimilados mesmo que reunissem todas as condições para fazê-lo (MACAGNO, op. cit. p. 113).

quais ela era percebida como língua de prestígio social (FIRMINO, op. cit. p. 224). Além disso,

a associação do português ao prestígio social e mobilidade ascendente não desapareceu com a independência. Em vez disso, esse prestígio foi reforçado ao se embrulhar a língua portuguesa num novo enquadramento ideológico, que a adotou e promoveu como um símbolo principal da unidade e língua oficial de Moçambique (FIRMINO, 1995, p. 224)²⁴².

Portanto, não é possível desconsiderar a centralidade do assimilacionismo para a história de Moçambique em razão de seus módicos impactos demográficos. Há significativo consenso na historiografia que demonstra ter sido decisiva a atuação de assimilados na formação da FRELIMO. Para Omar Thomaz, esse grupo, ao estar alijado “das suas alianças tradicionais, assumindo a língua portuguesa como, senão o principal, o legítimo veículo de comunicação e único capaz de criar um mínimo de solidariedade entre povos tão diferentes” (THOMAZ, 2002b, p. 39), foi fundamental no “processo de invenção de Moçambique” (ibid. p. 40).

Em paralelo à argumentação de Firmino, autores como Thomaz, Fry e Cahen indicam que o poder simbólico da língua portuguesa durante o período colonial não somente sobreviveu, mas foi fortalecido após a independência de Moçambique (FRY, op. cit. p. 291; THOMAZ, 2002b, p. 58). A análise feita por Colin Darch e David Hedges sobre o período posterior de transição ao governo independente vivido durante a liderança de Samora Machel também interpreta por vias similares o papel da língua portuguesa como substanciado à existência histórica da categoria social dos assimilados:

O domínio do ‘bom português [isto é, europeu]’ era um meio de conferir autoridade a grupos como os assimilados, que também tinham que ter empregos e ser monógamos. Qualquer mudança substancial na política de língua [pós-independência] era então vista como uma verdadeira ameaça ao seu status social e autoridade vigentes (DARCH & HEDGES, 2013, p. 51)²⁴³.

Porém, alguns autores vão adiante e afirmam que a política institucional e o enquadramento ideológico hegemônico propagado pela FRELIMO pós-independência resultaram numa continuidade de políticas de matriz assimilacionista, quiçá “mais

²⁴² No original: “the association of Portuguese with social prestige and upward mobility did not disappear with independence. Rather, this prestige was reinforced by wrapping Portuguese in a new ideological framework, which promoted and embraced it as a major symbol of national unity and official language of Mozambique”.

²⁴³ No original: “it can plausibly be argued that FRELIMO’s act of appropriating Portuguese as Mozambique’s vehicular language – ‘use the enemy’s language to defeat the enemy’ – was itself ‘an act of major significance, full of subversive potential’. The mastery of ‘good [i.e. European] Portuguese’ was a means of bestowing authority on groups such as the assimilados, who also had to have jobs and be monogamous. Any substantive change in linguistic policy was thus seen as a real threat to their social standing and authority”.

assimilacionista do que os portugueses se atreveram a imaginar” (FRY, op. cit. p. 292), nas quais a difusão da língua portuguesa era “evidentemente” um elemento-chave na “empreitada de uniformização projetada” pelo partido FRELIMO após a independência (CAHEN, 1990, p. 327). No entanto, essa interpretação é disputada. Para Cabaço, o projeto da FRELIMO “não tem uma gênese assimilacionista” (op. cit. p. 425) e os problemas evidenciados pelos autores supracitados se devem a “equivocos” formulados e instaurados após a independência, não antes do (e nem durante o) processo de luta de libertação (ibidem).

Atingimos, portanto, um tema fundamental: o período da formação da FRELIMO e da luta armada de libertação de Moçambique. Se a história da colonização portuguesa resultou numa situação linguística especialmente favorável à hegemonia da língua portuguesa sobre muitas regiões da colônia, sobretudo nos polos urbanizados, como se manifestou a diversidade linguística no seio do movimento de libertação conduzido pela FRELIMO em seu momento formativo no exílio? Como apontamos anteriormente, a análise de Firmino e de outros linguistas moçambicanos não permite que esse fenômeno seja respondido adequadamente ora porque despolitiza a língua portuguesa como um mero “fato da vida” (LOPES, op. cit. 474), ora porque desconsidera por completo a criação e contexto da FRELIMO no Tanganyika (FIRMINO, op. cit.).

Como foram enquadrados, no decorrer da formação da FRELIMO, moçambicanos de diferentes origens sociais que, por inúmeros motivos, não tiveram acesso à rede educacional edificada na colônia para proceder à assimilação dos “indígenas”? Pôde a língua portuguesa assumir imediatamente, dentre os moçambicanos refugiados no Tanganyika que procuraram (ou não) se integrar ao movimento de libertação em cidades como Dar es Salaam, Lindi e Mtwara, o papel de prestígio que lhe era atribuída nas cidades coloniais do sul de Moçambique? Para abordar essas perguntas procedemos na sequência com a análise da formação da FRELIMO em Dar es Salaam e de seus projetos para mobilizar e unificar a heterogênea comunidade de moçambicanos desejosos de ver expulso o colonialismo português de Moçambique. Fundamental para essa análise é a leitura de fontes pertinentes aos comitês de base da MANU no sul do Tanganyika, região historicamente influenciada pela migração de populações oriundas de Moçambique no decorrer do século XIX e XX, e a reduzida historiografia que tratou diretamente sobre a questão linguística no seio da FRELIMO.

A exposição da seção seguinte encontra-se planejada de maneira a expor questões historiográficas que permanecem irresolutas a respeito da MANU e pela discussão de algumas das dificuldades que esta pesquisa teve de lidar para proporcionar uma leitura exploratória

acerca dos moçambicanos mobilizados pela MANU no Tanganyika. Após apontar delineamentos principais que podem ser extraídos da documentação consultada sobre esses moçambicanos, passamos à abordagem da formação da FRELIMO em Dar es Salaam e das medidas que foram tomadas para estabelecer a união entre seus heterogêneos membros. A questão central jaz em apreender a diversidade linguística característica do contexto sobre o qual esses movimentos foram formados e as medidas estipuladas para acomodar o maior número possível de moçambicanos e moçambicanas engajados numa única frente de libertação.

2.3 “Mungu ibariki Mozambique!”: campos de interação histórica entre Tanzânia e Moçambique

A frase que intitula esta seção pode ser traduzida por “Deus abençoe Moçambique” e foi pronunciada como mote em uma série de reuniões organizadas pela recém-formada FRELIMO e ocorridas em várias localidades nos arredores das cidades de Lindi, Mtwara e Newala, no Tanganyika, entre os dias 15 a 31 de julho de 1962. O objetivo dessas reuniões, como consta no pedido de permissão de assembleia submetido e aprovado pela polícia tanzaniana para a primeira reunião, era “introduzir o Novo Partido aos nossos membros”²⁴⁴.

Os documentos que atestam a existência desse encontro estão atualmente preservados na seção restrita do Arquivo Histórico de Moçambique em Maputo em duas caixas²⁴⁵ dedicadas a conter documentos pertencentes à Mozambique African National Union (MANU), um dos três movimentos políticos que formaram a FRELIMO em junho de 1962. Esta documentação é composta por diversos manuscritos e correspondências datilografadas em língua suaíli, com poucas exceções escritas em inglês e serve de corpus indiciário para apontar que a língua portuguesa não era o meio de comunicação entre o Comitê Central da FRELIMO e seus comitês de base no sul do Tanganyika e nem era a língua usada para mobilizar os membros desses comitês durante os primeiros anos de sua existência.

A caixa consultada contém aproximadamente 40 laudas em documentos datados de dezembro de 1960 a outubro de 1963 e todos, à exceção de um, são compostos por folhas únicas ou frente-verso. Seu conteúdo pode ser cronologicamente dividido em duas partes. A

²⁴⁴ No original: “Introducing the New Party to our Members”. In: AHM, MANU, Cx. 01. “PERMIT TO CONVENE AN ASSEMBLY”.

²⁴⁵ O acesso à documentação da MANU se deu após uma solicitação de consulta ao material ter sido gentilmente aquiescida, em caráter excepcional, pelo diretor do Arquivo Histórico de Moçambique Joel das Neves Tembe. Apenas uma caixa foi disponibilizada para consulta (Cx. 1). O catálogo manuscrito dos documentos encontrado no interior desta caixa, intitulado “Caixa 02”, não correspondia ao seu conteúdo, o que indica que há mais que uma caixa com documentos da MANU sob a guarda do AHM.

primeira consiste em correspondências trocadas entre dirigentes da MANU, como seu presidente Matthew Michinji Mmole²⁴⁶ sediado no sul do Tanganyika; seu vice-presidente, Lawrence Malinga Millinga; um secretário da sede de Dar es Salaam chamado Thomas G. Nyayaula e diversas pessoas envolvidas ou interessadas em envolverem-se em seu movimento. A partir do ano de 1962, todos os documentos datados estão relacionados diretamente à FRELIMO e não há mais menções aos nomes de Nyayaula e Mmole.

Há numerosos problemas que dificultam a análise aprofundada dessas fontes. Em primeiro lugar, temas pertinentes à formação da MANU, ao itinerário político de seus principais membros, às rivalidades internas que se desenvolveram ao longo de sua existência e durante sua incorporação na FRELIMO têm recebido pouca atenção historiográfica (CAHEN, 1999; LIESEGANG & TEMBE, 2005; TEMBE, 2013). A falta de informações básicas a respeito do movimento da MANU, como apontamos a seguir, complica o procedimento de situar as fontes em um contexto histórico mais amplo e, portanto, reduz significativamente seu potencial analítico. Em segundo lugar, não foi possível acessar todo o conjunto documental no qual se inserem as fontes consultadas, impossibilitando uma compreensão pormenorizada sobre o funcionamento dos comitês de base da MANU e sua relação com outras sedes do movimento pelo Tanganyika. E por fim, muitas das fontes manuscritas em suaíli foram de difícil leitura por possuírem erros ortográficos que atravancam o processo de tradução inequívoca de seu conteúdo, feita mediante a aplicação de conhecimento instrumental do suaíli e com o auxílio de dicionários.

No que se refere ao primeiro ponto, ainda não se estabeleceu de maneira clara a data nem o local de formação da MANU. Por mais que seja amplamente conhecido que suas raízes provieram da mobilização política de populações macondes emigradas pela África oriental britânica e Zanzibar, mesmo esse aspecto é geralmente interpretado de maneira problemática pela historiografia. Para Joel das Neves Tembe, muitos analistas reproduziram acriticamente o discurso colonial das autoridades portuguesas, segundo o qual a MANU se tratava de um movimento “tribalista” de macondes, discurso também perpetuado pela história oficial da FRELIMO (TEMBE, *op. cit.* p. 261).

Logo nos primeiros anos de existência da FRELIMO alguns de seus membros situaram, em diferentes momentos, a origem da MANU em locais e datas significativamente distintos ou de maneira (deliberadamente?) vaga. A título de exemplo, é possível elencar o

²⁴⁶ Em outros documentos e na historiografia seu nome aparece também grafado como “Mathew” ou “Mateus Mole”. Na documentação consultada Mmole assina suas missivas como “Mr. Mmole”, “M. M. Mmole” ou simplesmente “Mmole”.

primeiro exemplar de um boletim informativo preparado pelo escritório da FRELIMO na Argélia em janeiro de 1964. Nele afirmou-se que a MANU havia sido fundada em 1960 no Tanganyika “pelos emigrantes e refugiados políticos moçambicanos naquele País, filiados anteriormente numa associação regionalista denominada ‘Mozambique Makonde Union’”²⁴⁷. Eduardo Mondlane deu uma explicação diferente numa conferência ocorrida também em 1964. Sem citar datas, para Mondlane a MANU teria se formado em Mombaça, no Quênia, com a ajuda de membros proeminentes do Kenya African National Union e teria posteriormente se unido a outros movimentos organizados no Tanganyika até estabelecer sua sede em Dar es Salaam²⁴⁸. E após a independência de Moçambique, o volume “História da FRELIMO” editado pelo Departamento de Trabalho Ideológico do partido limitou-se a informar que a MANU teria sido formada em 1961 “a partir de vários outros pequenos grupos de trabalhadores moçambicanos no Tanganyika (hoje Tanzânia) e no Kenya” (FRELIMO, 1977, p. 5).

Essa inconsistência contribuiu para uma confusão historiográfica que permanece por ser solucionada acerca das origens sociais e históricas da MANU. José Luís Cabaço a situou como formada em 1959 a partir de refugiados moçambicanos no Tanganyika, Zanzibar e Quênia que haviam estado previamente articulados ao redor de outras associações de caráter etno-linguístico espalhadas por esses territórios (CABAÇO, op. cit. pp. 388 – 392). João Cabrita atribuiu sua criação à coordenação entre filiais de outra organização chamada Makonde African Association (MAA), cujos escritórios nestes três países teriam se unido sob a presidência de Matthew Mmole e vice-presidência de Lawrence Malinga Millinga para criar a MANU no ano de 1961 em Dar es Salaam (CABRITA, 2000, p. 8). A interpretação de Michel Cahen partiu de fontes produzidas pela contrainsurgência portuguesa para afirmar que existiam desde 1957 vários “clubes macondes” que organizavam a vida de emigrados moçambicanos em lugares como Morogoro, Tanga, Dar es Salaam, Mombaça e as ilhas de Pemba e Zanzibar. Essas associações vagamente conhecidas teriam dado origem a organizações como a Tanganyika Mozambique Makonde Union (TMMU) e o referido MAA que, por sua vez, teriam originado a MANU no Tanganyika em 13 de março de 1960 (CAHEN, op. cit.). Outros argumentaram que ela foi formada em Mombaça no dia 21 de fevereiro de 1961 (IGLESIAS apud TEMBE, op. cit. p. 261), com apoio declarado de

²⁴⁷ BULLETIN D’INFORMATION du Bureau Permanent du Front de Libération de Mozambique à Alger. N° 1, Janeiro de 1964, p. 1. Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/9603/rec/2>. Acesso em 10/01/2018.

²⁴⁸ THE MOZAMBIQUE LIBERATION FRONT: The Crystalization of a Struggle for Freedom. Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/6701/rec/2>. Acesso em 10/01/2018.

importantes figuras políticas quenianas da KANU, ao encontro do que afirmou Mondlane. Há também quem afirme que a MANU foi formada em 1959 e esteve “principalmente orientada para resolver os problemas das pessoas de Cabo Delgado” (MANGHEZI, 1999, p. 218). E por fim, há trabalhos recentes sobre a história da FRELIMO que ignoram essas questões (ROBINSON, 2006; PANZER, 2013; POPPER, 2009;).

Não é intenção deste trabalho meramente acusar a historiografia precedente de ter sido negligente sobre a MANU. É necessário reconhecer que diversos motivos podem ser levantados como parcialmente responsáveis pela atual escassez de estudos, e deve ocupar um lugar central dentre eles as dificuldades concretas de se pesquisar uma organização política elusiva, politicamente instável e espalhada por diversas regiões da África oriental britânica. Tampouco é possível despolitizar as relações de poder que perpassam a definição de temas de pesquisa e a própria atuação de historiadores e historiadoras. Nesse sentido, é plenamente compreensível que poucos esforços tenham sido feitos por parte de membros da FRELIMO para delimitar com precisão as origens de uma das organizações que a precedeu, especialmente porque a MANU foi reconstituída por dissidentes em Mombaça por volta de 1963 e rivalizou com a FRELIMO em diversas ocasiões e por um período significativo²⁴⁹. Além disso, outros objetos de pesquisa comandaram maior atenção de investigadores – por uma diversidade de razões que é insondável nestas páginas – desde a independência do país. O que buscamos delinear aqui é que a presente insuficiência de estudos dificulta o estabelecimento de análises conclusivas sobre boa parte da documentação apresentada nesta seção.

Não procede, no entanto, que as discrepâncias interpretativas mencionadas tenham passado despercebidas. Gerhard Liesegang, historiador alemão radicado no Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane em Maputo, e o atual diretor do Arquivo Histórico de Moçambique Joel das Neves Tembe escreveram que a principal causa dessas imprecisões generalizadas é a escassez de pesquisas sobre o tema:

²⁴⁹ Sabemos por meio de reportagens publicadas no jornal tanzaniano *Mwafrika* que em junho de 1963 havia uma organização chamada Mozambique African Association e apresentada como MANU atuante em Mombaça e dirigida por um homem chamado Lucas Fernandes. Outra reportagem de fevereiro de 1964 situa a mesma pessoa – grafada como *Bw. Farenandis*, literalmente Sr. Farenandis – como presidente [*Rais*] de uma organização também reconhecida como MANU e chamada “Mozambique National Union”. Em 9 de março de 1964 o jornal também cedeu espaço para uma reportagem sobre a MANU em Mombaça e crítica da liderança de Eduardo Mondlane. Este tema não foi investigado por este trabalho, mas estes vestígios demonstram que a MANU, ou mais provavelmente sua vertente queniana, foi reconstituída em algum momento após a formação da FRELIMO e rivalizou ativamente com esta durante anos, granjeando espaço midiático em jornais de grande circulação da capital do Tanganyika. Vide: MWAFFRIKA: Dar es Salaam, 09/03/1964. “Juhudi za Dr. Mondlane zatiwa dosari na Manu”; MWAFFRIKA: Dar es Salaam, 06/06/1963. “Mreno hawi rafiki tukiwa huru – Manu”; e MWAFFRIKA: Dar es Salaam, 06/02/1964. “Mreno toa uhuru au masta Plan itumike – Manu”.

Os diversos autores datam a sua fundação como tendo sido feita em ‘1958’ ‘1959’, ‘1960’, ‘1960 ou 1961’ ou Fevereiro de 1961, em Mombasa. De facto parece provável que a sigla MANU tinha sido utilizado antes de 1961. As discrepâncias nas datas devem-se à falta de investigações da história da MANU, partido esse caracterizada por membros da UDENAMO como sendo em meados e fins de 1961 uma organização [sic.] tutelada por quenianos ou tanganhicanos, talvez inicialmente no contexto do PAFMECA e depois pela TANU, porque funcionava num gabinete no edifício deste partido em Dar-es-Salaam. Pessoas considerados representantes da TANU vetavam em finais de 1961 decisões dos seus dirigentes, possivelmente na altura em que Tanganyika ficou formalmente independente (9 de Dezembro de 1961). O presidente da MANU era em 1961-62 Mateus Mmole, um moçambicano nascido e educado na Tanganyika, que vivia em Lindi. A MANU teria sido tutelado e apoiado pelo funcionário Timothy Chokwe e por Lawrence Joe Malinga Milinga que talvez tinha trabalhado em sindicatos em Mombasa. Existiram secções importantes em Mombasa (Quénia) e Zanzibar e uma Liga da Juventude, tal como na TANU (LIESEGANG & TEMBE, 2005, p. 4).

De qualquer forma, há alguns aspectos relativamente claros – para além do fato de que seus membros eram predominantemente macondes – que nos permitem interpretar a formação da MANU como produto da atuação de refugiados moçambicanos nos países da África oriental; sob fortes influências de partidos nacionalistas locais como a TANU e o KANU; realizada por meio da união de diferentes movimentos organizativos criados entre Mombaça, Tanga e Dar es Salaam e cuja natureza (se mutualista, sindicalista ou mesmo recreativa) permanece pouco conhecida. Adicionalmente, há consenso dentre historiadores que a MANU foi instrumental na organização da manifestação que foi brutalmente reprimida pelos portugueses em Mueda, em junho de 1960 (CAHEN, op. cit; ADAM, 1993; CABAÇO, op. cit.).

Também é sabido que a MANU não se originou exclusivamente em território tanganhicano. Aurélio Jaime Bucuane, veterano de guerra da FRELIMO que esteve presente na formação da UDENAMO em 18 de outubro de 1960 na Rodésia do Sul e que participou dos primeiros contatos entre a UDENAMO e a MANU em Dar es Salaam, interpretou a formação desta de maneira similar à exposta por Mondlane em 1964. Para Bucuane, foi indispensável a influência de políticos tanganhicanos e quenianos na criação do movimento porque “os moçambicanos que estavam na MANU mal sabiam escrever o próprio nome” (BUCUANE, 2000, p. 44). Não é explicitada nenhuma data específica, mas menciona-se que tal teria ocorrido no período do “governo de paridade com a Inglaterra” (ibidem), o que nos indica os anos de 1960 e 1961 para o caso do Tanganyika – momento em que foi instaurado o governo de transição [*Serikali ya Mseto*] montado pelo Reino Unido e a TANU em direção à independência.

Ainda de acordo com Bucuane e em concordância com o exposto por Liesegang, um ministro queniano chamado Timothy Chokwe teria sido nomeado “por consenso” para

“orientar” a MANU coadjuvado pelo já referido Lawrence Joe Malinga Millinga, um queniano de ascendência moçambicana. Matthew Mmole, um “maconde residente em Linde, próximo a fronteira com Moçambique, era presidente nominal da MANU”, mas quem exercia de fato o cargo teria sido Millinga, “fazendo as vezes do Ministro Chokwe, impedido pela função pública no executivo do Kenya” (ibidem).

O ministro queniano a quem Bucuane se referiu é Timothy Muinga Chitasi Thomas Chokwe, um dos primeiros senadores africanos do parlamento queniano na década de 1960, que esteve afiliado à KANU e próximo de seu alto-escalão liderado por Jomo Kenyatta e Tom Mboya (HORNSBY, 2012, p. 72). É elucidativo que Chokwe tenha constado no diário oficial da colônia britânica do Quênia enquanto um “Constituency Member of the Legislative Council” eleito no dia primeiro de março de 1961 para representar a “Mombasa West Constituency”²⁵⁰, o que indica que ele foi de fato um político influente naquela região costeira do Quênia. Adicionalmente, proclames de dissolução de parceria empresarial que constam no diário oficial daquele país para o ano de 1966 também indicam que Chokwe era um comerciante bem-sucedido em Mombaça, sócio majoritário (senão o único) de uma empresa intitulada “Transafrica Traders Company”²⁵¹. Investido nessas posições prestigiosas, é muito plausível que Chokwe tenha de fato podido exercer sua influência para estimular a formação da MANU, embora não saibamos quais tenham sido seus motivos concretos para fazê-lo; desconhecamos a ocasião em que conheceu Millinga e ignoremos por completo as complexidades das relações entre estes dois e o restante dos moçambicanos mobilizados no sul do Tanganyika, quase um milhar de quilômetros ao sul de Mombaça.

Somando esses dados a outro depoimento de Mondlane sobre as origens dos movimentos que se unificaram na FRELIMO temos que essa vertente queniana do movimento da MANU, dirigida por Lawrence Malinga Millinga e políticos quenianos como Chokwe, provavelmente surgiu por meio da experiência de Millinga no sindicalismo de vários países da África oriental. Como afirmou Mondlane, Millinga havia trabalhado como sindicalista entre estivadores moçambicanos no porto de Mombaça e algodoeiros em Uganda²⁵² antes de envolver-se na MANU.

²⁵⁰ THE REGISTRATION OF TITLES ACT (Cap. 281, section 71). Issue of a Provisional Certificate. In: *THE KENYA GAZETTE*. Gazette Notice No. 1036, 6th February, 1962. Disponível em <https://books.google.com.br/books?id=CeTWryIKSFgC&printsec=frontcover&hl=pt-BR>. Acesso em 13/12/2017.

²⁵¹ DISSOLUTION OF PARTNERSHIP. In: *THE KENYA GAZETTE*. Gazette Notice No. 3544, 30th August, 1966. Disponível em <https://books.google.com.br/books?id=bJOU6jImYskC&printsec=frontcover&hl=pt-BR>. Acesso em 13/12/2017.

²⁵² The Struggle for the Independence of Mozambique by Eduardo Mondlane, April 1963, p. 6. Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/6798/rec/2>. Acesso em 15/01/2018.

Por outro lado, a referida tendência historiográfica de situar a formação da MANU no Tanganyika e registros preservados nos Arquivos Nacionais da Tanzânia [TNA]²⁵³ apontam para a necessidade de delinear outro processo que ocorria paralelamente à atuação de Chokwe e Malinga Millinga no Quênia. De acordo com documentos consultados em Dar es Salaam, desde 1958 existia uma organização chamada “The Wamakonde Association of Tanganyika” formada em Tanga, no norte do Tanganyika. Essa associação era dirigida por Kibiriti Diwane²⁵⁴ e Faustino Vanomba, os dois indivíduos responsáveis pela manifestação que resultou no referido massacre de Mueda em 1960.

A maneira pela qual esse movimento atuava junto de moçambicanos empregados em plantações de sisal na região e como ele parece ter sido subsumido à MANU presidida por Matthew Mmole em algum momento entre 1960 e 1962 carecem de futuras investigações. Por ora, é possível afirmar que há muitos indícios de que a formação da MANU ocorreu após a união de diversos movimentos surgidos paralelamente através da África oriental britânica que congregavam principalmente – mas não somente – moçambicanos de origem maconde. São necessárias mais pesquisas para afirmar inequivocamente quais eram os movimentos que surgiram, em quais locais, com quais finalidades e como se deu o processo de sua integração num único partido chamado “Mozambique African National Union”.

Explicitadas as vicissitudes históricas e historiográficas que incidem sobre o tema da existência política da MANU, a seguinte análise sobre o reduzido conjunto documental desta organização a que tivemos acesso foi circunscrita a dois pontos principais. O primeiro pode ser resumido na afirmação feita por Bucuane de que os membros da MANU “sequer sabiam escrever o próprio nome”, ou na designação menos pejorativa feita por Eduardo Mondlane numa entrevista a um jornal tanganhicano em 1963, que “muitos membros da MANU não compreendiam o português”²⁵⁵. O segundo, de caráter contextual, está em aludir ao processo histórico que levou à formação de núcleos de refugiados, trabalhadores temporários e assentados moçambicanos no sul do Tanganyika, cuja mobilização política foi instrumental

²⁵³ Adota-se neste texto o acrônimo TNA para referirmo-nos ao *Idara ya Kumbukumbu na Nyaraka za Taifa*, o já referido “Departamento de Administração de Arquivos e Registros” da Tanzânia sedia os arquivos nacionais do país e que é informalmente conhecido como “Tanzania National Archives”.

²⁵⁴ A grafia do nome de Kibiriti Diwani varia significativamente na historiografia, na qual ocorre como Kibirite Diwane (CAHEN, 1999), Sibilite (ADAM, s/d) ou Divane (ADAM, 1993). Nas fontes consultadas no TNA, seu nome é datilografado “Kibiriti” e sua assinatura é “Kibiliti”. E na memória oficial preconizada pela FRELIMO, como evidencia a lápide memorial em mármore que hoje se encontra na vila de Mueda, na qual seu nome é escrito “Matias Shibiliti” e descrito como o “Chefe da revolta contra o regime colonial que originou o massacre de Mueda”. Ao seu lado jaz a lápide e os restos mortais de Faustino Vanomba, descrito como “chefe adjunto” do mesmo evento.

²⁵⁵ FRELIMO YASIMAMA. In: MWAFFRIKA, Dar es Salaam, 23/04/1963. No original: “wengi wanachama wa Manu hawafahamu Kireno”. Disponível em: http://www.mozambiquehistory.net/politics/frelimo/62-63/19630423_frelimo_yasimama.pdf. Acesso em 15/01/2018.

para o esforço de guerra da FRELIMO a partir de 1964. Esse processo pouco contemplado por pesquisas históricas conduziu ao ingresso de populações de background linguístico e social marcadamente distintos da liderança que se perfilhava no Comitê Central da FRELIMO a partir de 1963, conforme se dava a chegada de membros como Sérgio Vieira, Joaquim Chissano, Armando Guebuza, Jorge Rebelo e posteriormente Jacinto Veloso, Hélder Martins e Fernando Ganhão.

Para a finalidade da nossa exposição convém partir do segundo ponto para o primeiro de maneira a situar, em linhas gerais, como se deu a migração de povos oriundos do norte de Moçambique orientados para “buscar uma vida melhor” (ALPERS, op. cit.) no Tanganyika antes de circunscrever nesse contexto a mobilização política de setores desses moçambicanos radicados nos arredores de cidades como Lindi, Mtwara e Newala, que levou à existência da documentação consultada no AHM explorada na sequência. Por fim, após a apresentação dos temas principais presentes nesses documentos, procede-se por narrar resumidamente a formação da FRELIMO em Dar es Salaam de maneira a apreciar a situação linguística em seu interior.

A história da migração de povos da região norte de Moçambique em direção ao Tanganyika, seja de caráter temporário ou definitivo, antecede a colonização desses dois territórios. Num primeiro momento, os principais motivos elencados pela historiografia para explicar os movimentos migratórios trans-Rovuma se deveram à turbulência política decorrente das guerras do *Mfecane* e a instabilidade social generalizada causada pelo recrudescimento do tráfico de escravos na região (JAMAL, 2015, pp. 35 – 40; WEST, 1998, p. 144 – 146), fenômenos interpretados por Alpers como pertencentes ao “tumultuoso século XIX” vivenciado pelas pessoas que habitavam a região norte de Moçambique e sul do Tanganyika (ALPERS, op. cit. p. 371). Além desses eventos, Juma Mabasa Kanuwa menciona outros que afetaram a migração de populações macondes como períodos de fome, ou *Lumaja*, e os *Mapende*, nome dado aos conflitos recorrentes travados entre macondes e povos ajauas (KANUWA, 2003, p. 27).

Em vista das animosidades provocadas pelos desdobramentos das migrações angunes e pelo apresamento de escravos, muitos macondes em Moçambique buscaram refúgio em fortificações construídas em planaltos com escassas fontes de água potável. Essa região, chamada pelos portugueses de Planalto dos Macondes, foi subjugada durante a Primeira Guerra Mundial em resposta direta à beligerância entre Portugal e a Alemanha. Sob a ameaça de ter seus parcamente explorados territórios do extremo-norte da colônia invadidos por tropas do Tanganyika alemão, Portugal buscou conquistar o Planalto para permitir o

estabelecimento de linhas de comunicação e abastecimento entre suas posições estratégicas ao longo da margem sul do rio Rovuma e a vila costeira de Porto Amélia. Assim, entre maio e julho de 1917 uma expedição militar portuguesa procedeu pela destruição de mais de 150 assentamentos macondes e eliminou o último bolsão de resistência armada ao colonialismo português em Moçambique (WEST, op. cit. p. 147).

O estabelecimento efetivo do domínio português na região foi seguido pelas habituais práticas de extração de rendimentos por meio da cobrança de impostos, da instituição de regimes de cultura forçada do algodão e pela onipresente utilização de trabalho forçado para a construção de obras de infraestrutura que permitissem o escoamento de produtos e que atendessem ao assentamento de populações brancas na Província de Cabo Delgado (MEDEIROS, op. cit.; JAMAL, op. cit.). Diante dessas situações desfavoráveis, dezenas de milhares de moçambicanos emigraram para o Tanganyika. Essa decisão, de acordo com Alpers, foi facilitada pela relativa contiguidade étnica entre os povos geograficamente separados pelo caudaloso rio Rovuma (ALPERS, op. cit. p. 371).

Além disso, parece ter sido relativamente generalizada a percepção de que os padrões britânicos recorriam menos a castigos físicos que seus congêneres portugueses (JAMAL, op. cit. p. 37; THOMAZ, 2002b, p. 45). Como confidenciou Saidi Nammohe, maconde radicado no Tanganyika entrevistado por Badru Jamal em 2009, “as pessoas nunca conseguiam viver em paz, não se sabia o que ia acontecer no dia seguinte. Pessoas eram corporalmente punidas, forçadas a trabalhar em fazendas e mulheres eram estupradas. A vida não era fácil no país português” (JAMAL, op. cit. p. 43)²⁵⁶.

O estabelecimento do domínio britânico no Tanganyika foi seguido, por sua vez, por medidas tomadas para fortalecer sistemas de recrutamento de mão de obra migratória através das várias regiões da colônia de maneira a atender as demandas dos principais centros produtores de culturas de rendimento [*cash crops*]. O subsequente desenvolvimento de extensas plantações de sisal, castanheiras de caju e amendoim para exportação a partir da década de 1940 significou a abertura de milhares de postos de trabalho que poderiam ser efetivamente ocupados por imigrantes moçambicanos (ALPERS, op. cit.).

Sem precisar datas específicas, A. J. Mangao afirmou que moçambicanos chegaram a compor 65% do total da mão de obra migrante no interior do Tanganyika (op. cit. p. 18), concentrados predominantemente nas imediações do interior próximo de Lindi até o rio

²⁵⁶ Livre tradução de: “People never used to leave [sic.] in peace, with every passing day one was not sure of the coming day since they did not know what would happen. People were corporally punished, forced to work in farms and women were raped. Life was not easy in the Portuguese country”.

Rovuma. No ano de 1942, quase metade da mão de obra empregada na cultura do sisal da *Southern Province* – território administrativo colonial que compreendia as regiões de Mtwara, Lindi, Newala, Nachingwea e Masasi – era composta por moçambicanos (ALPERS, op. cit. p. 374). Estatísticas levantadas por Badru Jamal apontam que o cultivo do sisal representava a maior parte da demanda do mercado de trabalho para a década de 1940: dos 32.824 postos de trabalho contabilizados pela administração colonial britânica na região sul do Tanganyika na década de 1940, 12.476 eram ocupados por plantações de sisal, seguidos por 8.173 no cultivo de amendoim (ibid. p. 89).

Mesmo assim, a emigração de moçambicanos para o sul do Tanganyika não era exclusivamente pautada pela busca por melhores oportunidades de emprego remunerado na colônia britânica. Muitos dos entrevistados por Jamal em diversos municípios povoados por macondes de ascendência moçambicana nas proximidades de Newala e Mtwara apontam que os salários pagos geralmente não eram suficientes para garantir o sustento próprio e o pagamento de impostos (ibid. p. 77), e muitos imigrantes moçambicanos (principalmente chefes de família mais velhos) iam ao Tanganyika em procura de terras aráveis para trabalhar no cultivo de arroz, sorgo, amendoim, mandioca, batata, milho e feijão para subsistência (ibidem). Por outro lado, nunca deixou de haver um refluxo de migrantes de volta a Moçambique e o desenvolvimento da exportação de gêneros agricultáveis, como castanhas de caju, favoreceu o surgimento de um grupo de macondes bem-estabelecidos donos ou arrendatários de fazendas de castanheiras com mais de 200 acres de terra em meados da década de 1960 (ALPERS, op. cit. p. 379).

Diante desse panorama, deve parecer pouco surpreendente que as primeiras greves em plantações de sisal no sul do Tanganyika por reivindicações salariais tenham sido reportadas por volta de 1943 (JAMAL, op. cit. p. 70). É precisamente nesse âmbito que podemos situar a mobilização política de macondes de ascendência ou proveniência moçambicana. Para Jamal, associações de ajuda mútua, cooperativas agrícolas e sindicatos registrados de trabalhadores rurais surgiram em meados da década de 1950 e suas funções eram eminentemente voltadas à prestação de auxílio a recém-chegados de Moçambique e cuidados para membros em momentos de doença ou vulnerabilidade financeira (ibid. p. 95).

Para além dessas organizações, cujas relações com a política institucional do Tanganyika são quase desconhecidas pela historiografia, um estudo conduzido na década de 1960 por Anverali Dhalla, à época acadêmico de ciência política na Universidade de Dar es Salaam, indica que a TANU se estabeleceu no distrito fronteiriço de Newala – a poucos quilômetros de Mocímboa do Rovuma no lado moçambicano – em novembro de 1955. Antes

desse momento é muito pouco provável que a palavra *uhuru* – “liberdade”, palavra de ordem entoada pelos manifestantes na ocasião do massacre de Mueda (CAHEN, op. cit. p. 7) – tenha sido entoada enquanto reivindicação política pela independência do Tanganyika ou de Moçambique, uma vez que a mobilização política de agricultores, trabalhadores sazonais e refugiados moçambicanos teria sido dificilmente realizada sem o apoio logístico e político propiciado pela atuação de movimentos associativos como a TANU, sindicatos ou cooperativas agrícolas (DHALLA, 1967, pp. 24 – 26).

Por fim, às vésperas das datas atribuídas pela historiografia à criação da MANU, estimativas coletadas para o ano de 1957 estimaram que havia 333.897 macondes no Tanganyika, a maior parte dos quais estavam concentrados em Lindi (49.064), Mtwara (82.390), e Newala (165.631). Em termos proporcionais, macondes constituíam respectivamente 30%, 86% e 90% do contingente populacional dessas zonas (JAMAL, op. cit. p. 33). Ainda que não seja possível discernir nessas estatísticas qual proporção desses macondes eram imigrantes ou recentemente emigrados de Moçambique – Cabrita especulou, para o efeito, um número de 250.000 moçambicanos no Tanganyika (CABRITA, op. cit. p. 8) – elas podem nos fornecer um quadro demográfico indicativo da quantidade de pessoas que podem ter se engajado em atividades associativas, cooperativas ou partidos políticos no decorrer das décadas de 1950 e 1960.

E tal como expusemos anteriormente, foi por meio da mobilização de grupos de macondes radicados no Tanganyika que surgiram movimentos como a MANU. Passamos à leitura de alguns documentos contidos na caixa acessada no AHM para abordar, em caráter exploratório, alguns aspectos importantes para os objetivos analíticos desta pesquisa. A seguinte exposição busca delinear três aspectos. O primeiro é fornecer subsídios à historiografia por meio da apresentação de alguns dados que podem auxiliar no desenvolvimento de futuras pesquisas. Nesse aspecto, informações básicas acerca da militância seus líderes como Thomas G. Nyayaula e Matthew Mmole podem contribuir para nosso entendimento acerca de iniciativas anticoloniais dentre macondes emigrados. O segundo busca apontar algumas inquietações próprias aos membros e líderes desse movimento naquele contexto, como desabafos por parte de Mmole acerca das dificuldades de amear fundos para participar de conferências internacionais e reivindicações diversas de pessoas participantes ou intentadas de participar na MANU. O terceiro aspecto, por fim, é circunscrito à questão da diversidade linguística daquele contexto. Buscamos demonstrar como a FRELIMO teve, por força das circunstâncias históricas e das situações linguísticas às quais nos referimos no decorrer deste capítulo, de se comunicar oficialmente em suaíli com os

seus comitês no sul do Tanganyika após a fusão da MANU, UDENAMO e UNAMI em junho de 1962.

No que se refere ao primeiro aspecto, fazemos coro aqui à abordagem de Joel das Neves Tembe para reiterar que não é possível nem analiticamente desejável descrever a MANU enquanto um movimento “tribalista”. Fazê-lo é incorrer ou na argumentação desposada pela contrainsurgência colonial, cuja interpretação sobre as informações que dispunha sobre a movimentação política de moçambicanos no exílio derivou de suas próprias funções repressivas, ou na versão funcional da história dos nacionalismos moçambicanos promovida pela FRELIMO e por historiógrafos incautos que descreveram como desarticulados ou “tribalistas” os movimentos que a antecederam (TEMBE, op. cit.).

Nesse sentido, são emblemáticas duas comunicações enviadas pelo secretário da MANU em sua sede em Dar es Salaam, Thomas G. Nyayaula, para um jornal não-identificado da capital do Tanganyika. Essas declarações, a primeira enviada no dia 08 de outubro de 1960 e a segunda dois meses depois, no dia 08 de dezembro, indicam que a MANU estava interessada em afiliar “todos os que vêm de Moçambique”²⁵⁷ e não em congregar apenas macondes. Como afirmou Nyayaula enquanto agradecia pelo espaço que lhe fora cedido pelo jornal, este era o motivo por trás da própria transformação do movimento, que havia deixado de se chamar “Tanganyika Mozambique Makonde Union” para se tornar “The Mozambique African National Union”²⁵⁸.

Moçambique estava a partir de então representado no PAFMECA²⁵⁹ por meio da atuação da MANU, o que permitiria, segundo Nyayaula, que os abusos perpetrados pelos portugueses fossem divulgados ao mundo: o “governo português não se importa com os africanos, [só] usam-nos como enxada na colheita de suas fazendas”²⁶⁰, escreveu no primeiro documento enviado à redação do jornal. A primeira participação da MANU numa reunião

²⁵⁷ “MOZAMBIQUE NI MWANACHAMA WA PAFMEKA” [*Moçambique é partidário da PAFMECA*], 08/12/1960. AHM, Cx. 01. No original: “Chama za M.A.N.U. twawaomba wote watokao Mozambique wajiunge na M.A.N.U.”.

²⁵⁸ Ibidem. No original, “ya chama chama kilikuwa kikijulikana kwa njina la The Tanganyika Mozambique makonde Union. Kwa sasa chama hiso kimebadiliswa kinaitwa The Mozambique African National Union”.

²⁵⁹ PAFMECA foi a sigla utilizada para se referir ao *Pan-African Freedom Movement of East and Central Africa*, um comitê internacional formado numa conferência sediada na cidade de Mwanza, no Tanganyika, entre 16 a 18 de setembro de 1958 (KANUWA, 2003, p. 72). O PAFMECA tinha por objetivos a coordenação de esforços pela libertação dos países da África central e oriental como o Tanganyika, Quênia, Uganda, a então Federação Centro-Africana composta pela Niassalândia (atual Malauí), Rodésia do Norte (Zâmbia) e Rodésia do Sul (Zimbábue), bem como promover a comunhão entre movimentos políticos desses territórios.

²⁶⁰ Ibidem. Livre tradução do original “selikali ya Kireno aiwajali waafrika kwa ali yeyote inawatumia waafrika kama jembe la kulimia machamba jao. Chama za M.A.N.U. twawaomba wote watokao Mozambique wajiunge na M.A.N.U.”.

desse comitê parece ter ocorrido a 24 de outubro de 1960 em Uganda²⁶¹. Aliás, num despacho posterior feito por Matthew Mmole tem-se a indicação de que a MANU estava sediada no próprio edifício da PAFMECA em Dar es Salaam²⁶².

Na segunda oportunidade que lhe foi dada para expor ideias num jornal em Dar es Salaam, Nyayaula agradeceu novamente pela ocasião de poder explicitar suas reclamações [*malalamiko yangu*] sobre o colonialismo português. Para Nyayaula, não só a economia colonial era inteiramente voltada à “nação dos portugueses” [*taifa la kireno*], sem que nenhum esforço fosse executado para promover o desenvolvimento e erradicar a pobreza dentre as populações africanas²⁶³, como também a própria educação destinada aos africanos era eminentemente “traíçoeira” [*udanganyifu*]:

quando uma criança vai à escola não lhe é permitido aprender até seu apogeu [*kikomo*], ela é ensinada [somente] até a Quarta classe complementar [*quarta class complementary*], na qual ela poderá aprender informações sobre missionários ou trabalhar em outras tarefas pequenas. [...] Essa educação da Quarta classe complementar não é suficiente para equalizar o desenvolvimento das pessoas do país. Ela nos mostra que a educação de Moçambique é supervisionada até seu limite [*kikomo*], palavra esta que eu vejo como uma crueldade para a vida humana²⁶⁴.

A crítica de Nyayaula menciona um aspecto fundamental da colonização portuguesa nos territórios do norte de Moçambique: a escassez de possibilidades de ascensão social por meio da educação. Para a maioria dos “indígenas” residentes nas províncias de Cabo Delgado e Niassa estavam disponíveis apenas escolas de missões católicas portuguesas cujo ensino se encerrava na dita “quarta classe complementar”. Esse nível educacional, por ser voltado exclusivamente para o ensino da língua e costumes portugueses para além de matérias como “educação moral”, educação física e higiene (GOLIAS, s/d. p. 47), proporcionava aos alunos poucas oportunidades para que ocupassem posições menos mal remuneradas na economia colonial. Diferentemente das imediações dos centros urbanos ao sul da colônia, como Beira e Lourenço Marques, cujo desenvolvimento econômico vivenciado no decorrer das décadas de 1950 e 1960 propiciava mais chances de amealhar recursos financeiros que lhes permitissem

²⁶¹ “MOZAMBIQUE NI [...]” op. cit. No original: “Chama isho juzi juzi kimepeleka Mjumbe weke UGANDA Kwenda kuhushulia mkutano wa PAFMEKA uliyo fanyika Mnamo tarehe 24/10/60”.

²⁶² Despacho de Matthew Mmole para “The Branch Secretaries: Dar es Salaam, Zanzibar, Mikindani, Morogoro, Kimamba, Kinondoni”, 26/09/1961. AHM, MANU, Cx. 01. No original: “sasa Head Office iko katika jumba kuu la PAFMECA”.

²⁶³ “MOZAMBIQUE HIKO WAPI” [*Onde está Moçambique?*], 08/12/1960. AHM, MANU, Cx. 01. No original: “selikali ya kireno haipendelei maendelo ya kuenesha hali ya wananchi kwa uwaondolea umaskini na kuwaweka katika hali ya usalama. Uchume wote ni kwa ajili ya taifa la kireno tu”.

²⁶⁴ *Ibidem*. No original: “kwa kua mtoto akienda shuleni hakubaliwi kusoma mpaka kikomo chake, anafundishwa mpaka quarta class complementary ambapo atakubaliwa kusomea habali zinazohusu missionary au kazi zingine ndogo ndogo. [...] Elimu hii ya Quarta classe complementary haitoshi hata kindogo kwa ajili ya maendeleo nchi watu. Yaonyesha kwamba elimu ya Mozambique inasimamiwa mpaka kikomo hicho hili ni neno ambalo naona kama ukatili katika maisha ya kibinadamu”.

continuar os estudos ou encaminharem-se em busca do estatuto de assimilado, para muitas pessoas em Cabo Delgado e Niassa não havia muitas saídas para fugir ao cultivo de culturas forçadas ou ao trabalho migratório (CABAÇO, 2002).

É fundamental assinalar também a polissemia da palavra *kikomo*, que pode significar em português tanto “limite” como “apogeu” (TAASISI YA TAALUMA ZA KISWAHILI, 2014, p. 224). Assim, é significativo que Nyayaula tenha reclamado de que o desenvolvimento econômico da colônia fosse inacessível à esmagadora maioria do povo moçambicano [*watu wa Mozambique*], uma vez que eram impostos limites ao desenvolvimento educacional dos estudantes e dificultado ao máximo que eles almejassem atingir o ápice de suas faculdades mentais e profissionais para proveito próprio.

Convém mencionar, por outro lado, que uma conclusão semelhante acerca da educação colonial foi extraída pelo já referido escritor sueco aquando de sua passagem por Moçambique. Para Per Wästberg, “três anos de escola primária, numa assim-chamada escola rudimentar missionária, é geralmente com o que a criança africana privilegiada pode contar. [...] Que números astronômicos de oportunidades negligenciadas, vitalidade desperdiçada, vidas humanas jogadas à pilha de lixo” (WÄSTBERG, op. cit. pp. 141 – 142)²⁶⁵.

Diante de uma situação colonial particularmente avessa ao compartilhamento dos frutos do desenvolvimento econômico, Nyayaula e seus partidários reiteravam que era necessário lutar para que o maior número possível de moçambicanos se unisse à MANU. E como afirmou Nyayaula numa correspondência a um moçambicano chamado Adriano Sikwemba em 23 de dezembro de 1960, “os moçambicanos não são apenas macondes”²⁶⁶. Diferenças étnicas deveriam ser superadas para que fossem combatidas as *Mozambique Taabu*, ou “dificuldades de Moçambique”. Essa correspondência enviada por Nyayaula é expoente das críticas enunciadas por Tembe à historiografia que persiste em designar a MANU enquanto um movimento unicamente “tribalista”. Para Nyayaula, não se tratava de congregar apenas os macondes exilados: “Unidade é Força, Separação é Fraqueza”²⁶⁷.

A interpretação historiográfica de que a liderança da MANU não propunha que a liberdade de Moçambique fosse arrematada por vias armadas encontra correspondência na documentação consultada (CAHEN, op. cit). Numa carta enviada ao “The Secretary of MANU” em Dar es Salaam (provavelmente Nyayaula) o presidente do partido, Matthew

²⁶⁵ “Three years of primary school, in a so-called rudimentary mission school, is what a privileged African child can count on at most [...] What astronomical numbers of neglected opportunities, wasted vitality, human lives thrown on the rubbish heap”.

²⁶⁶ Carta de T. G. Nyayaula para Mheshimiwa Bwana Adriano Sikwemba, 23/12/1960. AHM, MANU, Cx. 01. No original: “watu wote watokao Mozambique sio wamakonde tu”.

²⁶⁷ Ibidem. No original: “Umoja ni nguvu Utengano ni Udhaifu”.

Mmole, descreveu que sua militância estava orientada para “retornar sem atrasos a Moçambique nesse ano de 1961”²⁶⁸. Mmole afirmou não ter dúvidas que Portugal cederia a independência a Moçambique. Em suas palavras: “Eu, Mmole, digo que não há razão para temer reivindicar o que é meu”²⁶⁹.

Esta carta parece ter sido uma resposta de Mmole às reclamações [*malalamiko*] enunciadas por parte de membros de seu partido que requisitavam seu retorno a Dar es Salaam para melhor “servir” [*kuhudumia*] à MANU. Em sua resposta, Mmole apresentou um breve histórico sobre sua atuação: afirmou ter assumido um cargo no “Newala Local Council” no ano de 1957 e nunca pediu demissão do emprego mesmo enquanto atuava como presidente de um partido político voltado à libertação de Moçambique. Alegando ser necessário atender às necessidades de sua família em Newala, vila tanganhicana banhada pelo rio Rovuma, Mmole afirmou que não seria possível abandonar seu trabalho para se deslocar à sede em Dar es Salaam.

É curioso que Mmole tenha insistido em defender um curso não belicoso para solicitar a independência a Portugal mesmo após o massacre de Mueda. Em nenhum dos documentos de sua autoria ou a ele endereçados há menções sobre esse episódio, mas consta na caixa consultada uma carta enviada ao vice-presidente do partido, Malinga Millinga, informando que muitas pessoas no Tanganyika passaram a temer retornar a Moçambique porque sabiam que muitos prisioneiros dos portugueses estavam sendo enviados para colônias penais em São Tomé [*Santarmea*]²⁷⁰. Na sequência da carta, afirmou-se explicitamente que os governantes portugueses em Mueda [*Boma la Mweda*] haviam assassinado 36 pessoas e que desde então não fora mais possível contatar Faustino Vanomba [*Pauslino Wanomba*], Sibiriti Diwani, Tiago Mula [*Tiyagu Mula*] e outros envolvidos no episódio descrito como “o dia que rebentou a guerra no governo de Mueda”²⁷¹. A reivindicação feita ao final da carta, e que parece ter motivado seu envio à direção da MANU, foi clara: “queremos essas pessoas de volta”²⁷².

Ao que indica a documentação, essas questões parecem não ter importunado Mmole. Por outro lado, é possível destacar pelo menos dois assuntos que lhe provocaram certa

²⁶⁸ Carta de Matthew Mmole para “The Secretary of MANU, P.O. Box 20197, Dar es Salaam, 28/03/1961. No original: “kurudi Mozambique mwaka huu wa 1961 bila kuchelewa”.

²⁶⁹ Ibidem. No original: “Mimi Mmole nasema, maana sioni sababu yo yote ya kuogopa kudai kilicho changu”.

²⁷⁰ Carta de Simon Kumkenga para Malinga Millinga, s/d. AHM, MANU, Cx. 01. No original: “Watu waliokuwa Tanganyika wasirudi nchi ya Mreno wakionekana wananyanganywa nguo zao Wenyewe wanafungwa wanapelekwa Santarmea”.

²⁷¹ Ibidem. Livre tradução de: “Mimi Nchi siwezi kutaa akawakamoto Pauslino Wanomba na Sibiriti Diwani na Simon Msusa na Tiyagu Mula na Nambani Sitimba na Nkulungwa Ndiyankali. Hao ndio watu waliofungwa kwa siku ile iliyotokea vita kwa Boma la Mweda”.

²⁷² Ibidem. No original: “Tunapendelea watu hao warudishwe”.

indignação: a existência de moçambicanos desmobilizados, “escondidos pelos cantos de Dar es Salaam”²⁷³ e “pessoas que não se lembram de Moçambique e pensam que o Tanganyika é o seu país”²⁷⁴; e a falta de fundos que permitissem seu deslocamento para comparecer a uma reunião “para investigar e descobrir por quais meios podemos remover Portugal e seu brutal colonialismo” de Moçambique²⁷⁵.

É muito significativo que a reunião [*mkutano*] a que Mmole foi convidado para participar por meio de uma carta que lhe fora enviada de Londres fosse ocorrer em abril de 1961, no Marrocos, e que pessoas de “todos os países controlados por Portugal” se encontrariam nela²⁷⁶. É possível afirmar que esse encontro tratava-se do evento ocorrido em Casablanca que foi responsável pela fundação da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portugueses, o CONCP²⁷⁷, na qual participaram delegados filiados à UDENAMO (FARIS, 2007, p. 162; PACHINUAPA, 2011, p. 51) como seu presidente Adelino Gwambe (LIESEGANG & TEMBE, op. cit. p. 3).

A CONCP revelou-se no decorrer da década de 1960 uma fonte fundamental de apoio diplomático e político compartilhado entre os partidos envolvidos na luta contra o colonialismo português na África (PANZER, 2013, p. 84). Mais importante, a coordenação diplomática estabelecida entre os partidos que participaram de sua fundação – nomeadamente o MPLA, PAIGC, UDENAMO e a FLING, partido este que se uniria ao PAIGC pouco depois da primeira conferência – auxiliou sobremaneira no provimento de legitimidade aos partidos que disputavam a liderança do movimento independentista de seus respectivos países, como o MPLA, e posteriormente a própria FRELIMO (VIEIRA, 2010, pp. 325 – 327). Sérgio Vieira afirmou que o curso das atividades desempenhadas no seio da CONCP foram instrumentais para estabelecer a língua portuguesa como língua oficial na Organização da União Africana [*Organization of African Unity*, atual União Africana] e depois na Organização das Nações Unidas. Após as independências desses países terem sido alcançadas na década de 1970 a

²⁷³ “KUMEKUCHA, AMKENI MSILALE” [*Ao amanhecer, levante-se e não durma*], s/d. AHM, MANU, Cx. 01. No original: “kujificha kwenye majona mjini Dar es Salaam”.

²⁷⁴ “WAZEE NA WANACHAMA WOTE WA MANU” [*Aos anciãos e membros da MANU*], 27/01/1961. AHM, MANU, Cx. 01. No original: “watu ambao hawakumbuki Mozambique wakifikiri kwa Tanganyika ni nchi yao”.

²⁷⁵ Carta de Matthew Mmole a “Bwana T. G. Mnyayaula” [sic.], 31/03/1961. AHM, MANU, Cx. 01. No original: “Mkutano huo ni kwa ajili ya kuchungua na kutafuta njia gani ambazo tunaweza kumwondoa Mreno na ukoloni wake wa kikatili”.

²⁷⁶ Ibidem. No original: “Nchi zote ambazo zinatawaliwa na Mreno katika Afrika zitakutana huko”.

²⁷⁷ Há algumas divergências na historiografia acerca da data e local de fundação do CONCP. Sérgio Vieira, por exemplo, afirma que ela havia sido fundada em 1960 na cidade de Rabat, no Marrocos (VIEIRA, op. cit. p. 325), em oposição aos dados apresentados por Robert Neil Faris em seu doutoramento (FARIS, op. cit. p. 162) e da narrativa composta por João M. Cabrita (op. cit. p. 6) sobre a fundação ter se dado em 1961, em Casablanca. Em resumo, prepondera na historiografia esta segunda vertente (TEMBE, s/d, p. 37) à qual nos subscrevemos aqui.

CONCP deu lugar à formação de uma associação internacional de Estados intitulada *Países Oficiais de Língua Oficial Portuguesa* (PALOP) (ibid. p. 334).

Portanto, é particularmente intrigante que Mmole, um tanganhicano de ascendência moçambicana e que não falava português, tenha sido de fato convidado para participar enquanto delegado da MANU na cimeira fundacional da CONCP. Como explicitamos acima, as limitações que cercam a presente análise da documentação da MANU nos impedem de avançar significativamente nessa questão, mencionada numa única correspondência entre dois membros proeminentes desse partido. O que interessa prenunciar aqui é que esse indício nos aponta para a existência de uma vontade política de unidade mais ampla entre os movimentos engajados na causa anticolonial e que, por consequência, barreiras linguísticas não apresentavam um impedimento à busca da unidade em vista da luta anticolonial. Isto é, se os líderes envolvidos na organização da cimeira estivessem interessados em congregar apenas os partidos independentistas cuja liderança se expressava em português, não teria havido motivos para convidar Matthew Mmole para comparecer à conferência no Marrocos.

De qualquer forma, é possível concluir que esses indícios apontam para o fato de que a MANU não esteve representada na CONCP primeiramente porque parece não ter havido recursos suficientes por parte do caixa da MANU que permitissem a participação de seu presidente na conferência. Como afirmou Mmole ao secretário em Dar es Salaam, “é por isso que eu sempre digo que nós próprios atrasamos Moçambique. Disponibilize o dinheiro, coloque-o no banco. Saiba que Marrocos é bem perto de Lisboa, Portugal, mas é doloroso atrasar a conferência”²⁷⁸. Sabemos que Mmole não participou da conferência, então é possível inferir que não havia fundos disponíveis ou estes não ficaram prontos a tempo para permitir que Mmole se deslocasse até o Marrocos.

Retornaremos à discussão acerca da versatilidade linguística nos movimentos nacionalistas mais adiante. Por ora, convém retomar a exposição acerca do segundo aspecto destacável da documentação da MANU sobre algumas inquietações externadas por seus membros ou pessoas interessadas em tornarem-se membros do movimento.

Nesse sentido, podemos elencar uma carta enviada por um indivíduo chamado Amingu Namau aos escritórios da MANU no ano de 1962. Namau, provavelmente um jovem moçambicano maconde que se encontrava no Tanganyika, escreveu um pedido para ingressar no movimento da “união africana de Moçambique” [*afrikani mosabiki unioni*]:

²⁷⁸ Carta de Matthew Mmole a “Bwana T. G. Mnyayaula”, op. cit. No original: “Hii ndiyo sababu kila mara nasema kuwa tunachelewesha Mozambique sisi wenyewe. Himiza chango wa fedha, muweka katika benki. Fahamu kuwa Morocco ni karibu sana Lisboa Potugal, lakini ni uchungu mtupu kuchelewa katika Mkutano huo”.

Eu sou Amingu Namau. Eu digo a verdade, não vou à escola, mas leio em língua maconde. Não sei português, mas leio notícias em suaíli. Eu não vou à escola mas eu quero trabalhar para ajudar nossa unidade [da] união africana de Moçambique [...] por favor me ajude a arranjar um trabalho de verdade. Eu não sei escrever em inglês mas sei me virar bem em suaíli. [...] NOSSO LEMA LIBERDADE PARA MOÇAMBIQUE²⁷⁹.

A mensagem de Namau encontra-se desprovida de pontuações. Assim, a tradução acima é uma aproximação ao conteúdo de seu recado. Além disso, sua alegada falta de escolaridade se encontra refletida na mensagem: diversas palavras estão escritas com erros ortográficos, como *sule*, *kileno*, *kigelesa*, *tafasali*, *siyui* e *visudi*, em vez de *shule* [escola], *kireno* [língua portuguesa], *kiingereza* [língua inglesa], *tafadhali* [por favor], *sijui* [literalmente “não sei”] e *vizuri* [muito bem]. Não temos presentemente como afirmar se o pedido de Namau foi atendido, mas é relevante apontar para a maneira como ele elencou o domínio, ou melhor, a falta de domínio de determinadas línguas como atributos que não deveriam impedir sua candidatura em prol da unidade do povo moçambicano. Por motivos intrigantes, Namau escreveu como que num *post-scriptum* em sua mensagem endereçada à MANU a seguinte frase: “I like to learn English”²⁸⁰.

Convêm também assinalarmos as quatro línguas mencionadas em seu recado: inglês, português, suaíli e *kimakonde*. A partir da constatação de que a explicação acerca de seu passado escolar ocupa a maior parte do espaço de uma mensagem escrita numa única lauda, é possível afirmar que particular ênfase foi dada por Namau às línguas faladas no contexto do movimento, duas das quais (*kimakonde* e suaíli) ele poderia utilizar com certa eficácia caso fosse aceito como membro da MANU.

A questão da diversidade linguística no seio desses moçambicanos refugiados no Tanganyika aparece novamente em outro documento, mais precisamente numa carta enviada por um indivíduo chamado Mateus Pumdo Alipone ao escritório da MANU em Dar es Salaam. Nessa carta datada de 31 de maio de 1961 e intitulada “Meus Pedidos” [*Mocumbi Yangu*], Alipone escreveu:

Eu gostaria de solicitar que uma escola fosse aberta aqui em nosso escritório para aprender a ler e escrever em português. Todos os moçambicanos precisam trabalhar juntos, se nós construirmos um bom conhecimento nós seremos bem sucedidos em Moçambique. Nós gostaríamos de abrir a primeira escola na sede do partido [em Dar

²⁷⁹ Carta de Amingu Namau para “Mozambique African Ational Union” [sic.], 13/8/1962. AHM, MANU, Cx. 01. No original: “Mimi Amingu Namau mimi nasema kweli mimi sikwenda sule yumbani kweli nimesoma kimakonde kileno siyui ila uku nimesoma sauli ya vitamba vya kiswaili sikwenda sule lakini mimi nataka kazi munisaindie kwa umoya wetu afrikani mosambiki unioni [...] tafasali sana munisaindie kazi yameni mimi kigelesa siyui kwandika ila kiswaili nayuwa tasama mkono wangu visudi [...] OUR MOTTO UHURU KWA MOZAMBIQUE”.

²⁸⁰ Ibidem.

es Salaam]. Gostaríamos que a segunda escola fosse construída em Magomene, a terceira em Keto, a quarta em Kinondoni e a quinta em Nsasani. Cada aluno pagaria dois xelins no início e então dois xelins por mês. O professor seria pago em um xelim. Pelo menos vinte e um membros do partido irão à escola. Moçambicanos que vivem em Tanga, Dar es Salaam, Mombaça, Zanzibar e outras áreas precisam ficar unidos. [...] Nós faremos nosso trabalho de ler e escrever tudo para os velhos e crianças que estão aguardando. Aguardo uma resposta²⁸¹.

A leitura desse documento em conjunto ao amplo processo histórico que buscamos delinear ao longo desse capítulo nos direciona a uma questão-chave: a língua portuguesa enquanto instrumento que poderia auxiliar na unidade dos moçambicanos espalhados pelas cidades da África oriental mencionadas na carta de Mateus Alipone. Esta interpretação é feita por Joel das Neves Tembe em seu artigo sobre as fontes da MANU: a partir da percepção de que o português poderia servir à unificação desses moçambicanos, estipulou-se desejável abrir escolas “nas quais as aulas fossem conduzidas em português” (TEMBE, op. cit. p. 275)²⁸². No entanto, à primeira vista parece que a requisição de Mateus Alipone estava orientada ao sucesso – *ufanikiwa*, ou *tutafanikiwa* na conjugação empregada por Alipone, que significa “nós seremos bem sucedidos” – desses moçambicanos na ocasião de seu retorno a Moçambique, para além do objetivo de unir os moçambicanos que vivem nas cidades por ele elencadas.

Porém, não sabemos se os planos de construção dessas escolas foram concretizados e tampouco sabemos se seriam escolas destinadas apenas ao aprendizado escrito e falado da língua portuguesa ou se incluiriam em seu currículo matérias mais abrangentes. É razoavelmente seguro supor que as escolas não foram abertas, ou se foram, que elas não perduraram até a vinda definitiva de Eduardo Mondlane a Dar es Salaam em março de 1963 (MANGHEZI, op. cit. p. 225). Se tivessem durado até esse momento, seria provável que Eduardo tomasse conhecimento de sua existência e buscaria meios para integrar seu corpo docente e alunos nos projetos educacionais que estavam sendo planejados por ele e Janet Mondlane desde a segunda metade de 1962, analisados no capítulo seguinte. Se tal for verdade, é igualmente plausível supor que as escolas não puderam ser abertas em razão da falta de fundos da MANU, uma vez que apenas dois meses antes da carta de Alipone ser

²⁸¹ Carta de Mateus Pundo Alipone para “MANU Offici”, 31/05/1961. AHM, MANU, Cx. 01. No original: “mimi naomba hivi tutaweka school hapa officii yetu wa MANU tujifunze kusema nakwandika portuguese nyinyi waafrica wote wamozambique tufanye kazi yetu wenyewe tukifanya namaarifa amzuri tutafanikiwa Mozambique school yakwanza tutaweka hapa officii yetu, sisi school yapili itakuwa magomeni 3 keko 4 itakuwa kinondoni 5 Msasani basi kiuungilio sh 2/50 fee yake sh 2/= fedha tutakaolipa kila mwezi sh 2 Ningufu ya chama tutagawa kwa mwalimu Shs 1/= kwenge chama sh 21 kila kaali itakuweko school. Tanga Daresalam Mombasa Zanzibar nyinyi ndugu zangu tafadhali sana tuungane sisi wenyewe kwanza hivi ninaombi yangu wazee pamoja na watoto wenzangu wote. [...] Tutafanya kazi yakusoma nakuandika kila kitu basi wazee watoto akiwamama mimi nangoja majibu”.

²⁸² No original: “build schools where the classes would be conducted in Portuguese”.

enviada ao escritório da MANU em Dar es Salaam Mmole – o próprio presidente do movimento – havia expressado sua frustração em não poder participar da conferência no Marrocos por dificuldades financeiras. De qualquer forma, não é possível traçar afirmações conclusivas em vista da referida escassez de estudos acerca de temas correlatos à atuação da MANU no Tanganyika e arredores.

Por fim, a partir de julho de 1962 todos os documentos da caixa da MANU estão endereçados, despachados ou preparados em cabeçalhos da FRELIMO. Chegamos ao momento de versar acerca do terceiro aspecto desse conjunto documental: a comunicação entre o comitê central em Dar es Salaam e os escritórios que anteriormente pertenceram à MANU no sul do Tanganyika. Após essa abordagem, passamos a uma breve consideração acerca da formação histórica da FRELIMO para apreciar as manifestações da diversidade linguística em seu seio.

O primeiro documento que trata da FRELIMO é referente às supracitadas reuniões que ocorreram em várias localidades do sul do Tanganyika em julho de 1962, como Lindi, Newala e Mtwara, para apresentar o novo partido surgido da união da MANU e da UDENAMO (não há menções à UNAMI), “bem como das competências do Presidente”²⁸³ eleito no mês anterior: Eduardo Mondlane. O encarregado de apresentar as políticas da FRELIMO e discorrer acerca de seu presidente nessas reuniões foi John Sakupwanya, que havia sido membro da UDENAMO²⁸⁴. Foram convidados a participar nas reuniões “todos aqueles que apoiam a independência da África e de Moçambique”, e dentre as palavras de ordem, pronunciou-se “Deus abençoe a África: Deus abençoe Moçambique, Liberdade e Unidade”, e “Deus dê vida longa a Mondlane”²⁸⁵.

Segundo a análise de Tembe, a FRELIMO tinha interesse em cultivar boas relações com os comitês da MANU no sul do Tanganyika em razão da penetração de sua militância no interior de Moçambique, fato que lhe permitiria acesso facilitado às populações de Cabo Delgado e Niassa (TEMBE, op. cit. p. 265). De fato, os escritórios da MANU parecem ter sido imediatamente incorporados à FRELIMO como aponta o estudo de Juma Kanuwa: em junho de 1962 a FRELIMO foi registrada no Ministério de Assuntos Internos [*Ministry of*

²⁸³ “MOZAMBIQUE LIBERATION FRONT (FRELIMO) FRENTE DA LIBERTACAO DE MOCAMBIQUE”. s/d. AHM, MANU, Cx. 01. No original: “na jinsi M.A.N.U. na U.D.N.A.M.O ilivyo ungana na pia uwezo wa Raisi”.

²⁸⁴ Ibidem. No original: “JOHN SAKUPWANYA. ataeleza juu ya siasa ya FRELIMO nakumtambulisha Dr. EDURDO C. MONDLANE, kwamba ni Raisi wa FRELIMO, kwa wanachama wa UDENAMO na MANU”.

²⁸⁵ Ibidem. Traduções livres do original: “Watu wote wenye kuunga mkono juu ya UHURU wa Afrika zaidi wa Afrika wa MOZAMBIQUE [...] MUNGU IBARIKI AFRIKA: MUNGU IBARIKI MOZAMBIQUE: UHURU NA UMOJA [...] MUNGU AMPE MAISHA MAREFU MONDLANE”.

Home Affairs] do Tanganyika, e no mesmo mês foi registrada sua filial em Newala [*Newala Branch*] (KANUWA, op. cit. p. 82).

Então a partir daquele momento todos os comitês locais da MANU passaram a estar formalmente vinculados à autoridade central do comitê da FRELIMO situado em Dar es Salaam. Como descreveu uma circular enviada a vários *branches* da FRELIMO, “o partido está unido e converteu-se para Mocambique Liberation Front, que abreviado é Frelimo”. Todos os cartões [de associado] da Frelimo vêm de Dar es Salaam”²⁸⁶. Ao que indica a documentação consultada, toda a correspondência entre esses órgãos parece ter ocorrido em suaíli, salvo exceções pontuais: Paul José Gumane, anteriormente membro da UDENAMO, despachou um lembrete em inglês a todos os *branches* da FRELIMO em 02 de setembro de 1962 lembrando-os de enviarem delegados para participar no Primeiro Congresso do partido em Dar es Salaam²⁸⁷.

Em termos cronológicos o último documento da pasta encontra-se datado de 07 de outubro de 1963. Trata-se de outro despacho enviado a partir do “Frelimo HQ Office” de Dar es Salaam para todos os secretários dos *branches* do partido nos escritórios do Tanganyika informando-os a respeito de datas estipuladas para a “visita dos secretários” [*ziara ya waandishi*]. Mais precisamente, o despacho continha “informações para os branches que os secretários envolvidos na tarefa de explicar o partido e unir os moçambicanos visitarão os branches” na ordem de locais e datas estipulados entre 09 e 21 de outubro daquele ano²⁸⁸.

Se diante dessa documentação se torna patente que a língua suaíli foi utilizada enquanto meio de comunicação escrita entre os vários escritórios da FRELIMO no Tanganyika até finais de 1963, é necessário elencar algumas questões menos óbvias que podem ser desdobradas a partir dessa observação. Em primeiro lugar, não há informações suficientes que nos permitam apreender em detalhes o cotidiano dos contatos entre esses escritórios e entre as pessoas envolvidas, muito menos averiguar ou examinar possíveis conflitos decorrentes da relação hierarquizada entre o comitê central em Dar es Salaam e suas representações [*branches*] no interior.

Em segundo lugar, não dispomos de evidências suficientes que nos permitam discorrer sobre a extensão do uso *oral* da língua suaíli – bem como outras línguas africanas como o

²⁸⁶ Nota circular “The Mocambique L. Front (Frelimo) Regional Office, P.O. Box 22, Lindi, 23/08/1962. AHM, MANU, Cx. 01. No original: “Nazami unafamu huwo vyama vimeungana na kubadilijiao kuwa Mocambique Liberation Front kwa kifupi ni (Frelimo). Basi kadi za Frelimo zimeletwa kutoka Dar-es-Salaam”.

²⁸⁷ “REF: MLF/BR/DNS/COS/6”, 02/09/1962. AHM, MANU, Cx. 01.

²⁸⁸ Despacho de “Frelimo HQ Office” para “All Branch Secretary Frelimo”. AHM, MANU, Cx. 01. No original: “Taarifa kwa Branch zote kwamba Waandishi wanaohusika kueleza chama na kuunganisha wana-Msumbiji watafika kunako Branch”.

maconde e ajaua – nas atividades de mobilização da FRELIMO e, após 1964, em seu esforço de guerra. A análise realizada aqui está direcionada (e restrita) ao emprego *escrito* do suaíli como meio de comunicação entre os órgãos da FRELIMO e seus militantes na primeira metade de 1960.

Em terceiro lugar, a escassez generalizada de estudos e informações sobre esse contexto limita o escopo de análise acerca da diversidade linguística no interior dos movimentos políticos voltados à libertação de Moçambique. Se o fato de Matthew Mmole não falar português e alegadamente não ter nascido em Moçambique (FARIS, op. cit. p. 162; LIESEGANG & TEMBE, op. cit. p. 4; TEMBE, op. cit. p. 264; BUCUANE, op. cit. p. 44) não ter sido visto como um impedimento ao seu convite para participar na cimeira fundacional do CONCP, também não deve parecer surpreendente que o comitê central da FRELIMO tenha buscado maneiras de contemporizar com a diversidade linguística inerente a seu séquito radicado no Tanganyika ao comunicar-se com seus representantes em suaíli.

Por outro lado, se nossa abordagem exploratória da documentação da MANU aponta efetivamente nesse sentido, não podemos deixar de esboçar uma terceira observação sobre a diversidade linguística no período e contexto formativos da FRELIMO: a possibilidade de ascendência por meio do domínio da língua portuguesa. Em outras palavras, se a sede da FRELIMO em Dar es Salaam procurou se relacionar com os refugiados moçambicanos vinculados (ou não) aos movimentos que lhe originaram, isso não necessariamente significa que não tenham existido maneiras de favorecer membros que falassem a língua portuguesa.

Um exemplo potencialmente elucidativo dessa dinâmica se encontra numa misteriosa anotação contida num papel encontrado na caixa da MANU no AHM. Trata-se de um bilhete de topo rasgado, encabeçado com a frase manuscrita à caneta “total de pessoas” [*jumla ya watu wote*], abaixo da qual se pode ler a pergunta “quantas pessoas?” [*wangapi?*] disposta ao lado de nomes das regiões do norte de Moçambique – Cabo Delgado, Nampula e Niassa [*Nyasa*] – e, por fim, seguida pela frase: “anciãos que sabem falar português e que já fizeram serviço militar”²⁸⁹. Há vários números esboçados e rabiscos, com o número “65” escrito e circulado duas vezes. O verso dessa anotação contém os nomes de Marcelino dos Santos e “Leo Alidri”, descritos como “Líderes da (Frelimo)” [*viongozi wa (Frelimo)*].

De maneira análoga à leitura dos documentos anteriores, essa única peça nos levanta mais perguntas que elucidações. Em qual (ou quais) data ocorreu a visita de Marcelino dos Santos e Leo Milas ao sul do Tanganyika? Quais locais eles percorreram? Com quem se

²⁸⁹ “Jumla ya watu wote” [*total de pessoas*]. AHM, MANU, Cx. 01. No original: “Wazee wanaojuwa kusema kireno na wauowahi kufanya kazi ya kijeshi”.

encontraram? Por que buscavam “anciãos” [*wazee*] que falassem o português e qual a finalidade do segundo critério da busca ter sido experiência em “serviço militar” [*kazi ya kijeshi*]?

É possível inferir de acordo com a disposição dos documentos na caixa que esse bilhete tenha sido produzido entre finais de 1962 e o primeiro semestre de 1963, ocasião em que a FRELIMO se preparava para enviar seus primeiros contingentes militares para realizar treinamentos na Argélia de Ben Bella (POPPE, op. cit. p. 104). Também é plausível supor que Marcelino dos Santos e Leo Milas estivessem à procura de líderes prestigiosos dentre as comunidades do norte de Moçambique [*wazee*] que, por falarem português, pudessem se integrar mais facilmente nas primeiras levadas de militantes enviados para treinamento militar, dentre os quais participaram Samora Machel e Alberto Joaquim Chipande (FUNADA-CLASSEN, op. cit. p. 232).

Sabemos que o primeiro grupo enviado à Argélia foi dirigido por Filipe Samuel Magaia (TEMBE, s/d. p. 61) e que, segundo Vieira, era “maioritariamente composto por moçambicanos implantados na Tanzânia e que rapidamente abandonam as fileiras” (VIEIRA, op. cit. p. 201). A partir da informação dada por Vieira, é muito cedo para afirmar que tenha havido qualquer relação entre a alegada alta taxa de deserções do primeiro destacamento e o recrutamento possivelmente empreendido por Marcelino dos Santos e Leo Milas. Sequer podemos afirmar que estes eventos – assumindo que as deserções tenham de fato ocorrido tal como relatou Vieira – tenham tido qualquernexo causal entre si. Mais pesquisas são necessárias para investigar a fundo este e vários outros aspectos pertencentes à mobilização das populações moçambicanas no Tanganyika e o esforço de guerra da FRELIMO.

O caráter críptico do bilhete permite a formulação ainda de uma segunda hipótese. Uma vez que não há qualquer indicação sobre o objetivo do recrutamento de “anciãos” experientes ou habilitados para coordenar atividades militares, não é descabido conjecturar que Leo Milas e Marcelino dos Santos pudessem estar à procura de pessoas que pudessem ser mobilizadas para retornar imediatamente ou num futuro próximo a Moçambique enquanto agentes da FRELIMO. Seu prestígio enquanto *wazee* aliado ao domínio da língua portuguesa poderiam facilitar seu trânsito no interior do país e possibilitar a divulgação da causa por vastas áreas do norte do país, caso fosse essa a primeira missão a lhes ser confiada.

De qualquer forma, não podemos avançar aqui com explicações sobre nenhuma dessas hipóteses. O que cabe reiterar aqui é que membros proeminentes da sede da FRELIMO em Dar es Salaam estiveram em determinado momento explicitamente à procura de militantes que falassem português. Ainda que não saibamos os motivos concretos por trás da procura, é

difícil conceber uma resposta que não passe pelo aspecto sociopolítico que acompanha as diferentes línguas humanas em sua existência histórica concreta. Se falar a língua portuguesa foi considerado um atributo necessário na seleção de militantes aptos a determinadas tarefas mais prestigiosas, como indica esse vestígio documental, desconsiderar a possibilidade de existência de contatos verticais entre os militantes do recém-fundado movimento da FRELIMO no plano linguístico é simplificar a complexidade histórica própria de sua formação.

Por meio da perspectiva processual adotada aqui é possível situar a existência de diferentes grupos sociais que entraram em contato por força das circunstâncias históricas que levaram à formação da FRELIMO no Tanganyika. Podemos aludir especificamente aos contatos entre Marcelino dos Santos, um moçambicano cosmopolita que teve a oportunidade de ingressar em estudos universitários em Portugal e que assumiu postos de liderança na CONCP e na FRELIMO (PACHINUAPA, op. cit. pp. 51 – 52), e os militantes da MANU no sul do Tanganyika, predominantemente macondes com baixa ou nenhuma escolaridade e que ingressaram na política por meio de sindicatos e movimentos associativos por meio da língua franca da região, o *kiswahili*.

Articulando o referencial teórico discutido no capítulo anterior para situar a questão linguística que se desdobrava diante da FRELIMO, um movimento formado a partir de componentes significativamente heterogêneos entre si, é analiticamente proveitoso retomar o conceito de Johannes Fabian acerca de “esferas” ou “campos de interação histórica” (FABIAN, op. cit. p. 9). Para interpretarmos os diferentes fenômenos históricos que foram postos em contato na ocasião da formação da FRELIMO em 1962 de maneira atenciosa à heterogeneidade linguística própria daquele período é necessário compreendê-los à luz do próprio contexto no qual ocorreu esse contato. Para dizê-lo de outra forma: se nossa exposição acerca da formação de dois fenômenos sociolinguísticos histórica e geograficamente distinguíveis – a predominância da língua suaíli na África oriental, de um lado, e de outro o primado da língua portuguesa no Moçambique português – logrou demonstrar que devem ser descartadas interpretações históricas que narrem a criação da FRELIMO e sua decisão por promover a língua portuguesa como “natural”, é necessário dar enfoque ao próprio campo de interação no qual estes dois fenômenos sociolinguísticos confluíram de fato: a mobilização de membros outrora pertencentes à MANU no interior da FRELIMO.

Ao que indica a correspondência trocada entre esses membros antes da formação da FRELIMO é possível afirmar que a língua oficial da MANU foi de fato a suaíli (TEMBE, op. cit. p. 266). O uso do suaíli para as funções administrativas do partido e comunicativas entre

seus quadros está, em primeiro lugar, diretamente relacionado ao próprio processo histórico responsável por instaurar essa língua como língua franca no Tanganyika. Inicialmente difundida pelo interior do continente por meio do funesto comércio caravaneiro suaíli, padronizada e instituída por colonizadores europeus e depois apropriada por sindicalistas e políticos africanos, a língua suaíli era um elemento fundamental no contexto em que foram criadas as experiências políticas de indivíduos como Lawrence Malinga Millinga e Matthew Mmole.

Adicionalmente, como desabafou Thomas G. Nyayaula, o colonialismo português era particularmente estéril para os habitantes das regiões ao norte de Moçambique. Para muitos moçambicanos a partir de primórdios do século XX as perspectivas de vida em terras coloniais portuguesas eram desoladoras e dentre as estratégias possíveis de resistência ao estabelecimento da ordem colonial estava a fuga para territórios vizinhos como o Tanganyika. Chegado o momento oportuno de organizar frentes de luta pela liberdade dos territórios que habitavam, como a TANU em meados da década de 1950 e a MANU na virada dessa década à seguinte, foram traçados diferentes cursos voltados ao arremate da independência de Moçambique. Alguns buscaram enfrentar diretamente o governo português como na malfadada manifestação em Mueda em junho de 1960; outros buscaram se aliar a forças políticas presentes no campo para consolidar seu poder por meio da unidade, tal como as lideranças da MANU buscaram inicialmente a integração de seu movimento junto de outros para dar nascimento à FRELIMO.

É nesse momento que confluíram vertentes históricas distintas que estavam – pelo menos a priori – até certa medida dispostas a tentar ignorar divergências étnicas e linguísticas em prol de um objetivo politicamente incendiário, ainda que essencialmente amorfo: a libertação das colônias portuguesas da África. Essa é uma maneira de interpretar o convite feito a Mmole para que participasse na cimeira fundacional do CONCP como delegado da MANU, bem como é uma forma de compreender o pragmatismo da FRELIMO em manter mobilizados os quadros anteriormente pertencentes à MANU por meio do uso da língua suaíli.

Por outro lado, a perspectiva aberta pelo enfoque teórico adotado nesta pesquisa nos permite atentar ao papel sociopolítico das diferentes línguas imbricadas nesse complexo campo de interação em que confluíram indivíduos tão diferentes entre si como Mateus Alipone e Marcelino dos Santos. Constatar a diversidade linguística disseminada pelo Tanganyika e por Moçambique não é suficiente para compreender os diferentes papéis jogados pelas línguas vinculadas a poderes simbólicos naquele contexto. Como demonstra a

súplica de Mateus Alipone por escolas que ensinassem os refugiados moçambicanos a aprenderem a ler e escrever a língua portuguesa, o prestígio que acompanhou a língua do colonizador não poderia ser prontamente dispensado diante das vantagens que seu conhecimento poderia facultar àqueles que a falassem. Inversamente, se o Comitê Central da FRELIMO reconheceu tácita e imediatamente que era indispensável seguir com a prática de realizar comícios e emitir despachos aos escritórios do sul do Tanganyika em língua suaíli, fazê-lo não significou que deixassem de lado a possibilidade de recrutar dentre os moçambicanos dessa zona aqueles que tivessem conhecimento de português para galgarem postos no movimento da FRELIMO.

Esse procedimento historiográfico vai, por suas próprias vias, ao encontro das proposições expostas há décadas por analistas da FRELIMO como Aquino de Bragança e Jacques Depelchin no sentido de que é imperativo compreender os processos contraditórios de conformação de poder no seio de seu movimento de libertação (BRAGANÇA & DEPELCHIN, *op. cit.* pp. 98 – 99). Esta pesquisa reforça a afirmação de que a história dos nacionalismos moçambicanos – no plural – não são redutíveis à história da FRELIMO. Por sua vez, a contribuição mais circunspecta deste trabalho à historiografia é demonstrar que a diversidade linguística própria do contexto histórico sobre a qual a FRELIMO foi formada não é redutível à língua portuguesa e que, tal como analisou Fabian, os esforços pela promoção de determinadas línguas têm, “eles próprios, uma história” social (FABIAN, *op. cit.* p. 9).

Antes de passar ao terceiro capítulo para salientar os aspectos dessa história no interior do movimento da FRELIMO em Dar es Salaam – e não nas ainda virtualmente desconhecidas mobilizações políticas no sul do Tanganyika – é necessário aludir a alguns delineamentos principais sobre sua formação em meados de 1962 sem, contudo, abrir mão da crítica à perspectiva triunfalista que foi diversas vezes invocada para interpretar a ascensão da FRELIMO enquanto apoteose revolucionária da história de Moçambique. Não se trata de forma alguma de apedrejar retrospectivamente determinadas figuras e eventos políticos fundamentais para o processo de independência desse país, mas de colocar o conhecimento historiográfico à disposição de leituras críticas que reflitam sobre a pluralidade do passado sem soterrarem-na por meio de discursos homogeneizantes e unívocos. Em outras palavras, não é intenção deste trabalho subestimar o ideal propagado pela FRELIMO – bem como por outros movimentos que lhe antecederam – acerca da unidade entre seus membros. A ênfase analítica recai sobre a tarefa de vasculhar o passado em busca dos processos que tornaram determinadas escolhas linguísticas exequíveis ou necessárias para questionar as interpretações

que atribuem à língua portuguesa o caráter inalienável, portanto putativamente óbvio, de instrumento de unidade.

Antes de tudo (e diante do exposto) é necessário atentar a uma ressalva fundamental: “a constituição da FRELIMO não foi um processo linear” (MANGHEZI, op. cit. p. 219). A sequência de eventos históricos que levaram à criação de uma frente unida entre a UDENAMO e a MANU primeiramente selada com as bênçãos de Kwame Nkrumah em Winneba, no Gana, e depois consolidada em Dar es Salaam sob os auspícios de Julius Nyerere (LIESEGANG & TEMBE, op. cit. p. 5) é demasiado complexa para ser adequadamente resumida nessas páginas. Em primeiro lugar, ressaltamos a leitura de Gerhard Liesegang e Joel das Neves Tembe de que as interpretações sobre a formação da FRELIMO enquanto uma fusão integral de movimentos anteriores sob a direção de Eduardo Mondlane “é apenas uma leitura parcial dos acontecimentos” (ibid. p. 18). Em segundo lugar, essa afirmação implica no reconhecimento das notáveis dissenções, intrigas e rivalidades que se desenvolveram antes mesmo da realização do Primeiro Congresso em setembro de 1962. Como interpretou Geert Poppe, havia sinais de conflitos internos à própria tessitura política da FRELIMO antes mesmo “da tinta do documento de 1962 secar” (POPPE, op. cit. p. 96)²⁹⁰. Adicionalmente, na definição dada por Michael Panzer, “dada a miríade de explicações e escassez de evidências disponíveis para corroborar objetivamente ‘quem fez o quê para quem’, é suficiente afirmar que a discordância interna na FRELIMO era endêmica” (PANZER, op. cit. p. 36)²⁹¹.

Dessa forma, não é possível esmiuçar aqui as entrincheiradas posições políticas nas quais se engalinharam diversos membros do movimento no decorrer da turbulenta década de 1960. Essas posições, por sua vez, não são prontamente dissociáveis de uma série de outros fatores presentes naquele contexto, como as contradições internas à política institucional tanganhicana cindida entre setores que deram guarida às iniciativas da FRELIMO e outros que criticavam a liderança multirracial do movimento; do teatro de influências típico da Guerra Fria e das expectativas próprias de muitos moçambicanos que, apesar de radicados no Tanganyika e nos países adjacentes, demonstraram descontentamento com as políticas da FRELIMO (ROBERTS, 2016).

No entanto, também não é possível abster-nos de referir à constatação feita por autores como Liesegang e Tembe acerca da predominância granjeada por membros da FRELIMO que tinham concluído o ensino secundário ou ingressaram em universidades antes de se unirem ao

²⁹⁰ “Almost before the ink was dry on the document signed in 1962 which created FRELIMO, there was signs of internal conflicts”.

²⁹¹ “Given the myriad explanations and scant evidence available to definitively corroborate an exact, objective claim for ‘who did what to whom’, suffice it to say that FRELIMO’s internal discord was endemic”.

movimento (LIESEGANG & TEMBE, op. cit. p. 13). Para esses autores, as funções centrais do partido foram paulatinamente ocupadas por membros fluentes em língua portuguesa e com altos níveis de escolaridade em comparação com a maioria dos membros de patentes inferiores. Ainda que muitas pesquisas sejam ainda necessárias para que afirmemos com precisão as indisposições que rapidamente deterioraram a primeira composição do comitê central da FRELIMO em 1962, é plausível supor que algumas desavenças políticas podem ter sido agravadas por divergências linguísticas. Por exemplo, como citam os dois autores, “Mmole, que só fala Swahili, Maconde e Inglês encontra-se totalmente isolado no Comité Central” (ibid. p. 6) após a formação da FRELIMO, cujas discussões eram conduzidas em português, e ao que indica a historiografia, Mmole acabou por ser expulso do partido em maio de 1963 (POPPER, op. cit. p. 97). Por fim, nos parece fora de dúvidas que a predileção por parte do Comitê Central da FRELIMO por membros mais escolarizados “marginalizou moçambicanos nascidos e crescidos no exterior como Mmole e camponeses e trabalhadores que não dominaram o português” (LIESEGANG & TEMBE, op. cit. p. 13).

Diante disso, nosso breve apanhado sobre a formação da FRELIMO tem a intenção de preannunciar as questões abordadas no capítulo seguinte, dedicado à análise de algumas medidas empreendidas pelos seus dirigentes em busca de promover a língua portuguesa como língua de unidade nacional no movimento. Para tanto, o seguinte enfoque está circunscrito às menções ou o silêncio sobre a diversidade linguística em alguns documentos produzidos durante e após o Primeiro Congresso da FRELIMO.

Inexistem menções explícitas à política de língua ou quaisquer assuntos diretamente tangentes à multiplicidade de línguas faladas pelos membros da FRELIMO em seus primeiros documentos oficiais, tais como as atas²⁹² produzidas pelo Primeiro Congresso em Dar es Salaam ou na primeira constituição do movimento²⁹³. Os únicos critérios estipulados para o pertencimento de membros na frente eram o pagamento regular de taxas e o apoio às políticas designadas pelo movimento²⁹⁴. O Primeiro Congresso produziu simultaneamente documentos em inglês e português sem que fosse explicitada qualquer política que definisse uma língua oficial. Como mencionamos no capítulo anterior, tal só ocorreu após anos da independência do país (LOPES, op cit.).

²⁹² FRENTE DE LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE (FRELIMO). Iº Congresso, Dar es Salaam, Documentos Comité Central. Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/9258/rec/14>. Acesso em 18/01/2018.

²⁹³ FRELIMO CONSTITUTION, 1962. Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/6022/rec/2>. Acesso em 18/01/2018.

²⁹⁴ Ibidem. No original: “All Moçambicans who agree with the programme of FRELIMO, and pledge themselves to support its policies, may become members of FRELIMO. Each member must pay his dues regularly”.

A tônica presente nesses documentos e em vários produzidos no decorrer da década de 1960 jaz na ideia de unidade do movimento de libertação. Na primeira edição do boletim de informação da FRELIMO, publicado em português no mês de agosto de 1963 pelo seu departamento de informação e propaganda, é possível apreender a elaboração deste princípio organizativo da luta:

Nós não devemos aceitar tal divisão que só favorece o inimigo. A nossa resposta deve ser só uma: – U N I D A D E. Mas não se trata só de cantar unidade, mas sim de em cada acto nosso, mostrarmos que somos e queremos continuar a ser um só bloco indivisível e indestrutível. O congresso da FRELIMO insistiu muito neste ponto. Na FRELIMO há lugar para todo o moçambicano que queira lutar pela libertação do seu país²⁹⁵.

O preceito de defender e rogar pela unidade do povo moçambicano de maneira irrestrita por quaisquer divisões étnicas, linguísticas ou correlatas apareceu novamente na primeira edição do boletim de informação preparado pela célula da FRELIMO na Argélia, em janeiro de 1964, ainda em língua portuguesa. No número inaugural do “Bulletin d’Information” apontou-se que as divergências que cindiam os movimentos nacionalistas que antecederam a FRELIMO deveriam ser por ela superadas no curso dos esforços pela libertação de Moçambique:

Anteriormente, antes da Independência de Tanganyika, as organizações nacionalistas moçambicanas, acima mencionadas, não tinham ligações entre si por vários motivos. Ao princípio porque não se conheciam, e depois, talvez porque as suas concepções políticas não coincidiram nos problemas fundamentais de luta *divergências de ordem étnica e linguística*, dificuldades de transporte entre os Países vizinhos onde os moçambicanos se concentravam e actuavam, a insegurança [...]. É uma das preocupações predominantes da FRELIMO mobilizar e unir todos moçambicanos, de todas camadas sociais residentes em Moçambique, nos Países vizinhos e no estrangeiro, para a luta em comum contra o colonialismo português em todas suas formas e manifestações²⁹⁶.

Esse gênero de publicação nos permite examinar que, ao nível da retórica política subjacente ao movimento, quaisquer divergências que pudessem atentar contra o princípio de unidade deveriam ser obliteradas em prol da luta contra o colonialismo português. No entanto, são notoriamente escassas menções explícitas às diferentes línguas faladas pelos membros que compunham o movimento e ao emprego de determinadas línguas com a finalidade política de divulgar a militância da FRELIMO ao maior número possível de pessoas. Este era, afinal, o

²⁹⁵ Boletim de Informação, Frente de Libertação de Moçambique. Nº 1, Dar es Salaam, Agosto de 1963, p. 2. Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/9312/rec/2>. Acesso em 18/01/2018.

²⁹⁶ BULLETIN D’INFORMATION du Bureau Permanent du Front de Libération du Mozambique à Alger. Janeiro de 1964, pp. 1 – 2. Grifos adicionados. Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/9603/rec/2>. Acesso em 18/01/2018.

objetivo principal da preparação de publicações informativas como esses boletins: alcançar audiências e cultivar relações com leitores francófonos, anglófonos ou lusófonos simpáticos à causa.

Uma notória exceção ao silêncio generalizado encontrado nesse conjunto documental acerca das diferenças linguísticas pode ser encontrada na primeira edição em inglês dos referidos boletins informativos da FRELIMO. Em consonância com a tendência exposta acima, a primeira edição publicada “em língua estrangeira”, em dezembro de 1963, propôs uma breve retrospectiva sobre as ações empreendidas pela FRELIMO no sentido de expandir o alcance de sua militância:

Precedendo essa nova edição inglesa há publicações em português e quatro línguas africanas nacionais. Todos os esforços têm sido concentrados na disseminação de notícias e na organização do povo. Até agora foi impossível financiar uma edição em língua estrangeira, mas com a crescente força da Frente de Libertação de Moçambique e as aumentadas demandas por notícias sobre a revolução, nós agora sentimos que não há alternativa senão trazer uma edição em inglês²⁹⁷.

Essa rara declaração sobre o uso de línguas africanas na mobilização da FRELIMO parece condizer com a postura pragmática adotada no Tanganyika: se muitos moçambicanos engajados naquele território não falavam a língua portuguesa, seriam adotadas línguas africanas para divulgar dentre esses grupos as intenções políticas do movimento. Em outras palavras, o uso da língua portuguesa no âmbito do Comitê Central parece não ter impedido, na ocasião do período formativo da FRELIMO, que outras línguas fossem utilizadas para angariar apoiadores e militantes de diversas procedências.

É cabível assinalar aqui que não há presentemente pesquisas suficientes para que abordemos essas publicações em línguas africanas. Não sabemos quais eram de fato as línguas empregadas nesses meios – embora seja plausível argumentar que dentre elas estavam o *kiswahili* e o *kimakonde* – nem tampouco sua periodicidade. Também não podemos ir além de traçar suposições sobre a (des)continuidade dessas publicações após a instauração de esforços de escolarização em língua portuguesa em meio às populações arregimentadas nas Zonas Libertadas durante a guerra de libertação. De qualquer forma, diante do atual desconhecimento historiográfico do tema, é possível afirmar que a FRELIMO buscou de fato

²⁹⁷ MOZAMBIKAN REVOLUTION, Nº 1, Dar es Salaam, December 1963, p. 2. Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/6136/rec/2>. Acesso em 18/01/2017. No original: “Preceding [sic.] this new English edition are publications in Portuguese and four African National languages., All efforts have been concentrated on news dissemination [sic.] and the organisation of the people. Until now it has been impossible to finance an edition in a foreign language, but with the growing strength of the Moçambique Liberation Front and the increased demands for news of the revolution, we now feel that we have no alternative but bring out an English edition”.

atender às diferentes línguas faladas em seu interior. Contudo, sem que novos estudos sejam produzidos neste âmbito, não é possível examinar conclusivamente muitos aspectos dessa versatilidade linguística.

Por fim, é possível elencar uma intervenção de Eduardo Mondlane acerca do “problema de divisões étnicas baseadas nas expressões linguísticas” no seio da FRELIMO no ano de 1967. A seguinte fala atribuída a Mondlane consta num compêndio documental comemorativo publicado após a independência do país, e não há informações acerca de seu contexto ou meio de publicação. O objetivo principal parece ter sido discorrer acerca do significado das “tribos ou grupos étnicos moçambicanos” na luta de libertação da FRELIMO. Para Mondlane, a definição de tribo se pautava na existência de “um agrupamento populacional cujos membros partilham da mesma expressão linguística” (REIS & MUIUANE, 1975, pp. 73 – 74). Problemas acerca da integração dos diferentes conglomerados “étnicos ou tribais”²⁹⁸ moçambicanos abaixo de uma única frente de libertação não seriam exclusividade da FRELIMO:

O problema de divisões étnicas baseadas nas expressões linguísticas não é exclusivamente moçambicano; é comum a todo o continente africano e ao resto do Mundo. Na África ao sul do deserto de Sara há um só país independente cuja população fala a mesma língua, é a Somália. Na Tanzânia conta-se mais de cem grupos étnicos ou tribais, sendo o elemento principal de distinção entre eles a sua expressão linguística tradicional. Daí a facilidade com que aceitaram o Swahili como língua oficial do país (REIS & MUIUANE, 1975, p. 74).

Nas entrelinhas desse documento é possível apreender a operação do referido dogma do homogenismo em sua vertente linguística (BLOMMAERT & VESCHUEREN, op. cit. p. 362): o uso da língua suaíli como língua franca e língua oficial num país como a Tanzânia, com sua centena de grupos “étnicos ou tribais” que a constituem, é visto por Mondlane como manifestação de uma conveniência política. No entanto, essa interpretação é questionável diante de um exame histórico mais rigoroso sobre a “difusão” da língua suaíli como buscamos empreender neste capítulo. Não é possível reduzir o processo de seleção deliberada do dialeto de Zanzibar (*Ki-Unguja*) como base para a padronização do suaíli no período colonial – ora percebido como *kiserikali* ou *kizungu* por populações insatisfeitas com a interveniência linguística dos governos alemão e britânico (WHITELEY, op. cit. p. 87) – e a posterior promoção entusiástica do suaíli como língua nacional da Tanzânia de *Ujamaa* sob a alcunha de “facilidade” ou “conveniência”. Fazê-lo é desconsiderar as relações de poder e os esforços

²⁹⁸ Nessa obra em questão e de acordo com esses critérios linguísticos Mondlane identificou sete grupos “étnicos ou tribais” diferentes: os Nyanja, Macua, Yau (ajaua), Maconde, Sena, Ndaui-Nyai-Shona e Tsonga-Vatsua-Ronga (REIS & MUIUANE, op. cit. p. 74).

concretamente promovidos pela escolha dessa língua ao longo da história do Tanganyika/Tanzânia.

De qualquer maneira, é interessante apontar que essas divisões “étnico-tribais” deveriam ser superadas no processo da luta de libertação para dar lugar à unidade. Mondlane retoma, desta forma, esse elemento fundamental da retórica revolucionária da FRELIMO:

A luta de Libertação Nacional é em si própria um processo de criação de uma nova realidade. Enquanto o nosso passado era caracterizado pelas divisões linguísticas, culturais e históricas, o nosso futuro está sendo estabelecido numa base de unidade. A nossa organização política é uma; uma é a nossa força militar; única é também a nossa estrutura administrativa, na base da qual se estão estabelecendo os alicerces da nossa economia e ordem social. Os elementos positivos da nossa vida cultural, tais como as nossas formas de expressão linguística, as nossas músicas e danças típicas, as peculiaridades regionais de nascer, crescer, amar e morrer, continuarão depois da independência para florir e embelezar a vida da nossa Nação. Não há antagonismo entre as realidades da existência de vários grupos étnicos e a Unidade Nacional (REIS & MUTUANE, 1975, p. 79).

É curioso notar como a “Nação moçambicana” unitária não seria criada, segundo este documento atribuído a Mondlane, por meio da obliteração da diversidade linguística e cultural dos diferentes povos que habitavam o território moçambicano. Essas diversidades são, ao contrário, dispostas num raciocínio temporal: antes, por intermédio do colonialismo, foram instrumentalizadas para servir à prática de *divide et impera*; no futuro, serão características positivas da nacionalidade moçambicana independente.

Mas a questão fundamental dessa temporalidade se situa em seu momento presente, isto é, no próprio curso da luta de libertação: como proceder pela unificação dos moçambicanos sob a liderança de uma frente politicamente engajada? Um artigo preparado por Eduardo Mondlane aproximadamente um ano antes de seu assassinato para um projeto acadêmico desenvolvido pela University of California nos dá uma pista acerca da primazia dada à língua portuguesa na frente educacional da FRELIMO:

Uma vez que os portugueses deixaram praticamente nada para trás em matéria de serviços sociais, os serviços iniciados pelas lutas de libertação não foram capazes de herdar nenhuma característica portuguesa para além do uso universal da língua portuguesa. Mesmo isso está ficando menos importante. A língua portuguesa permanece a língua franca das áreas libertadas, mas está tomando um novo significado cultural; cresceu o vocabulário da revolução e padeceu a fraseologia do fascismo²⁹⁹.

²⁹⁹ Nationalism and Development in Mozambique by Eduardo Mondlane, Feb. 1968, p. 10. Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/7807/rec/2>. Acesso em 18/01/2018. No original: “Because the Portuguese left practically nothing behind them in the way of social services, those started by the liberation forces have not been able to inherit any Portuguese characteristics beyond the universal use of the Portuguese language. Even this is becoming less important. Portuguese remains the lingua franca of the liberated areas but it is taking on a new cultural significance, it has grown the vocabulary of revolution and shed the phraseology of fascism”.

Esse depoimento é revelador do processo de apropriação da língua portuguesa durante a luta armada da FRELIMO e seu emprego na educação e mobilização nas zonas libertadas. A ênfase de Mondlane está em afirmar que a perpetuação da língua colonial não significa perpetuar o legado colonial: estava em curso ao final da década de 1960 uma série de projetos educacionais que, sob os auspícios do movimento de independência, preconizaram rupturas com o passado educacional português e buscaram instituir novas referências que permitissem o aflorar coletivo que havia sido negado durante o colonialismo:

O objetivo da [nossa] educação não é divorciar a criança de seu meio como os portugueses intentaram fazer mas ajudá-la a desenvolver-se dentro do contexto de seu meio, e através dela desenvolver o próprio ambiente. [...] No Instituto Moçambicano um novo programa de estudos foi preparado e novos livros didáticos escritos. A equipe do Instituto Moçambicano está constantemente trabalhando nos problemas de desenvolver um novo sistema de educação que irá servir às necessidades de um Moçambique independente no futuro. Tanto a educação primária como a secundária levaram pouco da tradição portuguesa. Elas levaram algo da tradição africana e seguiram teorias educacionais modernas. Eu disse que mesmo que a língua portuguesa ainda seja usada, ela própria está sendo transformada. E isso está acontecendo tanto na administração como nas escolas³⁰⁰.

Em alusão à referida carta enviada por Mateus Alipone, que requereu que a MANU desenvolvesse uma rede educacional que permitisse o ensino da língua portuguesa para manter os moçambicanos refugiados unidos e aprimorar suas chances de “sucesso” [*ufanikiwa*], o sucesso almejado pelo sistema educacional descrito por Mondlane estava imbricado no processo de expulsão do colonialismo português de Moçambique. E nesse processo a língua portuguesa, anteriormente um pré-requisito compelido àqueles que aspirassem a uma vida menos desafortunada e aceder à condição de “cidadãos” na sociedade colonial, passava a servir ao propósito da educação subversiva à totalidade da situação colonial em Moçambique.

Mesmo assim, é necessário situar esse artigo de Mondlane como uma exceção à regra de silêncio que regeu a maior parte das publicações da FRELIMO (e de seus membros) sobre o papel das diferentes línguas em sua militância. Por mais que a unidade seja elencada como atributo indispensável à luta de libertação nacional em todos os documentos da FRELIMO elencados até aqui, alusões a uma língua específica que serviria ao propósito de criar essa

³⁰⁰ Ibid. p. 11. No original: “The aim of the education is not to divorce the child from his background as the Portuguese sought to do but to help him develop within the context of his background, and thus through him to develop the environment itself. [...] In the Mozambique Institute also a new syllabus has been drawn up and new textbooks written. The staff of the Mozambique Institute are constantly working on the problems of evolving a new system of education which will fit the needs of a future independent Mozambique. Both primary and secondary education have taken little from the Portuguese tradition. They have taken something from African tradition and have followed modern educational theory. I have said that although the Portuguese language is still used, it is itself being transformed. This is happening in the administration and in the schools”.

unidade nacional estão – em paráfrase à análise de Blommaert sobre a presença da terminologia marxista-leninista no corpus ideológico da *Ujamaa* tanzaniana – “essencialmente ausentes” (BLOMMAERT, op. cit. p. 31)³⁰¹ na maioria dos documentos centrais da FRELIMO.

Por outro lado, constatar que a maioria desses documentos foram preparados em língua portuguesa e que o próprio movimento político apresentava suas credenciais pelo seu nome em português não é, como buscamos evidenciar no primeiro capítulo, uma explicação satisfatória para compreender o processo pelo qual a língua portuguesa foi escolhida na luta de libertação. Portanto, para cumprirmos com o objetivo estipulado de contextualizar historicamente a diversidade linguística no seio do movimento de libertação no Tanganyika é necessário aprimorar o escopo de análise para domínios mais específicos: suas políticas educacionais.

Se nas publicações preparadas pela FRELIMO para anunciar suas façanhas e angariar apoio político-diplomático são virtualmente inexistentes quaisquer delineamentos sobre sua política de língua, seguimos a pista de Eduardo Mondlane e partimos em busca de documentos sobre a formação da primeira instituição educacional do movimento em Dar es Salaam: o Instituto Moçambicano. Munidos do pressuposto de que a criação de uma escola preparada para atender às necessidades de setores da comunidade de refugiados moçambicanos no Tanganyika, e orientados pela premissa de que se tratava de um contexto histórico linguisticamente heterogêneo, definimos que nossa investigação sobre o “longo processo de definição de uma política de língua da FRELIMO” (DARCH & HEDGES, op. cit. p. 34)³⁰² deveria conduzir à análise de vestígios históricos produzidos ao longo da existência do Instituto Moçambicano para examinar como se deu o processo de escolha pela língua portuguesa.

³⁰¹ No original, “as good as absent”.

³⁰² No original: “lengthy process of defining FRELIMO’s language policy”.

III. A LÍNGUA DE UNIDADE NACIONAL

No ano de 1977 uma pesquisadora da Universidade de Dar es Salaam, Zubeida Ntongase Tumbo, publicou uma dissertação de mestrado que analisava comparativamente o papel da língua nas lutas de libertação da Tanzânia e de Moçambique. Alguns delineamentos teóricos de seu estudo, como a historicidade de determinadas situações linguísticas, já foram incorporados nesta pesquisa e suas conclusões não destoam significativamente do exposto por linguistas moçambicanos como Armando Jorge Lopes e Gregório Firmino, de um lado, e historiadores como David Hedges e Colin Darch, de outro: no limite, a escolha pela língua portuguesa era uma decisão necessária de ser tomada mais cedo ou mais tarde pela FRELIMO. Para Tumbo, simplesmente “não havia escolha senão tomar a língua portuguesa

como língua da administração e da educação e como língua oficial, especialmente em níveis mais altos da administração” (TUMBO, 1977, p. 80)³⁰³.

No entanto, duas considerações pertinentes a este estudo foram propostas em sua dissertação. Primeiro, que o uso da língua portuguesa ocorria em níveis específicos do movimento, como na administração e educação, ao passo que “as línguas étnicas eram largamente utilizadas na mobilização das pessoas” (ibidem)³⁰⁴ não apenas durante a luta conduzida a partir da Tanzânia, mas continuavam a sê-lo nos anos imediatamente posteriores à independência. À língua portuguesa era destacado o papel de propagar a ideologia do movimento “tanto dentro como fora de Moçambique”, ideologia esta que “se desenvolveu em íntima cooperação com as ideologias de outros movimentos de libertação das ‘províncias africanas’ de Portugal” (ibid. pp. 119 – 120)³⁰⁵. Sua segunda consideração, extraída com o auxílio de informações coletadas pela autora em entrevistas não divulgadas com oficiais [*officials*] da FRELIMO em Dar es Salaam, propôs que o processo de escolha pela língua nacional não estava concluído em Moçambique à época de sua pesquisa. A língua portuguesa só havia sido escolhida como meio de expressão em âmbitos oficiais “por falta de escolha melhor” (ibid. p. 105)³⁰⁶ e ainda teria um longo processo pela frente até se enraizar enquanto língua nacional no país independente.

Diante dessas duas considerações, e em referência à exposição dos capítulos anteriores, é possível afirmar que durante o período formativo da FRELIMO na Tanzânia e no decorrer da luta armada em território moçambicano não havia uma política de língua declarada. Contudo, como já prenunciamos na ocasião da análise da procura de Marcelino dos Santos e Leo Milas por militantes falantes de português, isso não implica em descartar a existência de elaborações realizadas no plano linguístico por parte de seus líderes. A utilização concreta de diferentes línguas para os propósitos da luta de libertação, como atesta Tumbo e a supracitada edição inglesa do boletim de informações da FRELIMO de dezembro de 1963, aponta na direção da conclusão extraída numa tese recente de autoria do historiador americano Michael Panzer.

A tese de Panzer buscou demonstrar como é possível identificar no processo de formação da FRELIMO uma tendência que se traduziu na substituição paulatina de um

³⁰³ No original: “there was no choice for Mozambique but to take Portuguese as a language of administration and education i.e. and official language, especially at higher levels of administration”.

³⁰⁴ No original: “ethnic languages are greatly used in the mobilisation of the people”.

³⁰⁵ “Portuguese is also used to propagate this ideology both within and out of Mozambique. Mozambican ideology has developed in close co-operation with ideologies of other liberation movements from ‘African provinces’ of Portugal”.

³⁰⁶ No original: “due to the lack of better choice”.

“pragmatismo revolucionário” [*revolutionary pragmatism*] por um “autoritarismo crescente” [*burgeoning authoritarianism*] (PANZER, 2013, p. 24). Para Panzer, muitas das medidas iniciais da FRELIMO no início da década de 1960 foram executadas com finalidades pragmáticas de angariar fundos e militantes para a causa enquanto simultaneamente buscavam demonstrar a legitimidade de sua reivindicação como entidade libertadora e representativa do povo moçambicano, tanto no contexto internacional e diplomático como no âmbito dos moçambicanos refugiados no Tanganyika/Tanzânia. Diante de uma série de contingências específicas e averiguáveis, como o recrudescimento de tensões internas à FRELIMO e pressões por parte de setores do governo tanzaniano insatisfeitos com determinadas políticas de seu Comitê Central, o pragmatismo inicial de suas políticas cedeu progressivamente a um autoritarismo tomado como antídoto às disputas internas de poder que assumiram proporções catastróficas entre meados de 1968 e 1969, culminando no assassinato de Eduardo Mondlane (ibid. p. 36).

Em correspondência à análise de Panzer é possível argumentar que o uso versátil de línguas africanas no decurso da mobilização política conduzida no estrangeiro fazia parte de um conjunto mais amplo de estratégias de legitimação e enfrentamento das dificuldades de se manter uma frente unida. A falta de evidências que atestem a existência inequívoca de um dogmatismo monolíngue por parte das lideranças da FRELIMO durante a década de 1960 e a análise empreendida ao longo deste trabalho aponta a necessidade de se reiterar “a adaptabilidade inicial da FRELIMO às contingências” da luta na Tanzânia (ibid. p. 26)³⁰⁷. A propósito, o enfoque cronológico e contextual da pesquisa de Panzer é salutar por reconhecer a importância do contexto tanzaniano sob o qual a FRELIMO foi fundada, cujas implicações no interior do movimento permanecem longe de serem suficientemente compreendidas pela historiografia.

De fato, as primeiras formulações explícitas – ainda que não desambíguas – sobre o papel a ser dado à língua portuguesa parecem surgir apenas durante a década de 1970, em particular durante o 1º Seminário Nacional sobre o Ensino da Língua Portuguesa ocorrido na cidade de Maputo entre os dias 8 e 13 de outubro de 1979. Nele reuniram-se delegados de todas as províncias do país que haviam sido previamente encarregados pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação da tarefa de coletar dados sobre o estado da arte dos meios de comunicação oficiais e educacionais de Moçambique independente expressados em língua

³⁰⁷ “FRELIMO’s early adaptability to contingencies”.

portuguesa. Compareceram ao seminário delegações de Angola, Cabo Verde e Portugal para comunicar em plenária suas próprias experiências na promoção de sua língua oficial.

As atas do seminário foram publicadas pelo Ministério de Educação e Cultura no mesmo mês e podem atualmente ser consultadas na Biblioteca do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane (CEA-UEM). O documento completo possui por volta de duas centenas de páginas e pode ser lido como uma elaboração oficial de membros do Estado moçambicano em diagnosticar desafios e traçar planos de ação para atingir ao objetivo de estabelecer uma língua oficial e comum a todos os moçambicanos e moçambicanas. Na sequência, apresentamos alguns dos argumentos principais elencados à época sobre o papel atribuído à língua portuguesa no processo de independência de Moçambique como introito à análise sobre a política de língua executada – mas não declarada – nos projetos educacionais da FRELIMO na década de 1960.

Nos documentos compilados pelas comissões atuantes no seminário em 1979 é possível destacar dois exemplos então elencados como indicativos do posicionamento da FRELIMO acerca da questão linguística em seu movimento e no país independente. O primeiro exemplo levantado se tratou de um seminário promovido pela UNESCO em 1971, em Dar es Salaam, intitulado a “Influência do Colonialismo no Artista, no seu Meio e no seu Público nos Países em Desenvolvimento”. A delegação da FRELIMO participante nas atividades do seminário teria declarado que:

Não existe língua de maioria no nosso país. Escolher uma das línguas moçambicanas como língua nacional seria uma opção arbitrária que poderia ter sérias consequências. Mais ainda: as facilidades técnicas e de pessoal de que dispomos não nos permitem levar por diante a espécie de trabalho de pesquisa necessário para tornar operacional a linguagem, especialmente no campo da ciência. Fomos por isso forçados a utilizar o português como a nossa língua de ensino e para comunicação entre nós³⁰⁸.

É possível tomarmos esse depoimento como uma das primeiras declarações explícitas em favor do uso da língua portuguesa como meio de instrução e língua de unificação no movimento da FRELIMO. A diversidade linguística foi interpretada como potencialmente danosa à unidade do movimento e não haveria línguas “nacionais” – isto é, africanas – elegíveis para cumprir a função esperada de uma língua de *unidade* nacional.

Essa perspectiva parece ter se tornado hegemônica no interior da FRELIMO na década de 1970. O segundo exemplo indicativo das disposições da FRELIMO sobre matérias de foro linguístico pode ser apreciado num discurso pronunciado pelo presidente Samora Machel em

³⁰⁸ 1º SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE A LÍNGUA PORTUGUESA, TEMA I, O Papel da Língua Portuguesa em Moçambique – Formação e Informação, p. 6. República Popular de Moçambique, Ministério da Educação e Cultura. Maputo: Outubro de 1979. Biblioteca do CEA-UEM, nº 967.9, H10, Caixa H10-28.

Maputo no dia 3 de julho de 1978 na ocasião da abertura da primeira Campanha Nacional de Alfabetização do país:

A generalização da língua portuguesa é um meio importante entre todos os moçambicanos, veículo importante da troca de experiência a nível nacional, factor da consolidação nacional e da perspectiva do futuro comum. Alguns perguntaram durante a guerra: ‘Para quê continuarmos com a língua portuguesa?’ Alguns vão dizer que a Campanha Nacional de Alfabetização é para valorização da língua portuguesa. Em que língua é que vocês gostariam que nós desencadeássemos a Campanha de Alfabetização? Em Macua ou em Maconde, Nyanja, em Changana, Ronga, Bitonga, Ndau, em Chuabo?³⁰⁹

Diante dessa abordagem retrospectiva, os participantes do seminário em Maputo debateram os principais aspectos que deveriam nortear a promoção da língua portuguesa enquanto língua de unidade nacional no Moçambique independente. De maneira significativa, a língua foi interpretada como elemento fundamental na secular tríade povo/cultura/nação:

No nosso país, a par da exploração económica desenfreada, o colonialismo português dominou o nosso povo através da opressão cultural, tentando, em vão, destruir aquilo que constitui a essência da personalidade de um Povo, que o une e o mantém coeso, a sua cultura e a sua História. E a cultura e a história são veiculadas às gerações seguintes através da língua³¹⁰.

A língua portuguesa, contudo, teria sido apropriada pelo movimento de libertação para servir aos propósitos de unir seus militantes e projetar, por meio dessa língua de unidade, a nascente consciência nacional. Nas palavras do redator deste trecho das atas do seminário: “a razão dialéctica da história e os imperativos da construção duma Nação exigem que assim seja”³¹¹. Se se reconheceu em 1979 que a “grande maioria dos homens que constituíam os três movimentos que fundindo-se criaram a Frelimo não dominavam nem utilizaram a língua portuguesa como meio de comunicação”³¹², afirmou-se que as línguas utilizadas pelos membros desses movimentos – como a inglesa, suaíli e *kimakonde* – surgiram “com frequência decrescente na comunicação interna da Frelimo” uma vez que “todos os militantes encentaram [sic.] imediatamente um esforço no sentido de falar e exprimir-se em português”³¹³.

Mesmo que essa leitura retrospectiva sobre a ascensão da língua portuguesa tivesse sido descrita como “uma decisão táctica, com uma perspectiva que o futuro plenamente

³⁰⁹ Ibidem.

³¹⁰ 1º SEMINÁRIO [...] op cit. O Papel da Língua Portuguesa em Moçambique, p. 1. República Popular de Moçambique, Ministério da Educação e Cultura. Maputo: Outubro de 1979. Biblioteca do CEA-UEM, nº 967.9, H10, Caixa H10-28.

³¹¹ Ibid. p. 2.

³¹² Ibid. pp. 2 – 3.

³¹³ Ibid. p. 3.

confirmou como sendo a única correcta”³¹⁴, os participantes do seminário debateram problemas decorrentes da promoção exclusiva da língua portuguesa como única língua oficial da República Popular de Moçambique: “actualmente ainda se nota bastante resistência, por parte de sectores da população, à utilização da Língua Portuguesa”, relataram os membros numa reunião para sintetizar suas ponderações. Sobre as causas dessa resistência diagnosticou-se que a maioria da população moçambicana não sentia necessidade concreta de se comunicar em português na vida cotidiana, “para além do fato de que “[a] utilização das línguas nacionais foi uma forma de resistência ao colonialismo, nas várias formas de expressão [...]. Ainda a Língua Portuguesa é por muitos vista como a língua do colonizador, dos brancos”³¹⁵.

Essa rejeição à língua portuguesa mesmo decorridos quase cinco anos da independência de Moçambique era vista como um problema iminente em razão da percepção de que o multilinguismo era necessariamente nocivo ao funcionamento do Estado e causava efeitos destrutivos na consciência nacional moçambicana. Mesmo que não foi pautada como solução a proibição das línguas “nacionais”, arguiu-se no seminário que “devemos é consciencializar as populações de como a situação de plurilinguismo que caracteriza o nosso país dificulta a consolidação da unidade nacional”³¹⁶. Diante da premissa – cuja historicidade já delineamos – de que o multilinguismo atenta contra a consolidação de um estado-nação funcional, é relevante referir à intervenção sumária feita pelo Ministro da Educação e Cultura de Moçambique no seminário no dia 09 de outubro de 1979:

A língua deve contribuir para a nossa unidade, para a formação da nossa Nação. Estamos convictos que é necessária uma língua que una todos os moçambicanos. Esse é o objectivo de fundo. [...] Do Rovuma ao Maputo terá que se ter uma só língua de ensino que obedecerá a uma base comum. É um instrumento do ensino³¹⁷.

Não é objetivo deste trabalho esmiuçar as práticas discursivas e simbolismos atribuídos à língua portuguesa após a independência de Moçambique. Nosso interesse em trazer essas passagens é remeter à interpretação de que esses discursos abertamente apologéticos da língua portuguesa como elemento fundamental para a constituição da língua moçambicana são posteriores à fase crítica da formação da FRELIMO no Tanganyika. Para compreender como a língua portuguesa veio a ser enaltecida como língua de unidade nacional

³¹⁴ Ibidem.

³¹⁵ SÍNTESE DOS GRUIPOS 1, 3, 5, e 9 SOBRE O TEMA I “O PAPEL DA LÍNGUA PORTUGUESA EM MOÇAMBIQUE”, p. 1. In: República Popular de Moçambique, Ministério da Educação e Cultura. Maputo: Outubro de 1979. Biblioteca do CEA-UEM, nº 967.9, H10, Cx. H10-28.

³¹⁶ Ibid. p. 2.

³¹⁷ SÍNTESE DO PLENÁRIO SOBRE O TEMA I: “O PAPEL DA LÍNGUA PORTUGUESA EM MOÇAMBIQUE”, pp. 4 – 6. In: República Popular [...] op. cit.

no pós-independência é imprescindível questionar as maneiras pelas quais se buscou implementá-la em setores específicos do movimento de libertação. É a esta tarefa que dedicamos este último capítulo.

As contribuições de autores como Aquino de Bragança, Jacques Depelchin, Gerhard Liesegang, Joel das Neves Tembe, Zubeida Tumbo, Michel Panzer e vários outros nos aludem à necessidade de se reconsiderar periodizações estanques da FRELIMO enquanto um movimento monolítico que permaneceu imutável ao longo de sua existência. Na análise que se segue buscamos compreender as maneiras pelas quais o casal Mondlane concebeu e aplicou planos para erigir uma instituição educacional que servisse simultaneamente os interesses de jovens moçambicanos em Dar es Salaam e preparassem-nos para ingressar no movimento da FRELIMO.

O principal objeto de investigação está nos meios de instrução buscados para cumprir as atividades educacionais dos projetos que culminaram no Instituto Moçambicano. Para abordar toda sua extensão cronológica (1963 – 1968) foi necessário executar duas tarefas analíticas distinguíveis. A primeira foi realizada por meio do levantamento de fontes históricas sobre a outorga financeira [*Grant*] da Fundação Ford que tornou possível a realização de um genericamente concebido *Mozambique Education Project* em Dar es Salaam. Uma vez que as relações entre a Fundação Ford e o casal Mondlane eram inerentemente instáveis por conta do contexto geopolítico que os envolvia, como expomos a seguir, esse conjunto documental não dá conta de abarcar o período do Instituto Moçambicano após 1965. Portanto, procedemos por uma abordagem a partir de um conjunto heterogêneo de documentos, relatos e memórias articulados para reconstituir os episódios que culminaram no ocaso do Instituto em 1968 em meio a uma crise de legitimidade da FRELIMO. Dentre as multifacetadas manifestações e recordações sobre o motim estudantil que levaram ao fechamento do Instituto rejeitou-se a escolarização em língua portuguesa. Diante desse fenômeno, argumenta-se que essa instituição é um lócus privilegiado para se analisar a política de língua da FRELIMO durante seu exílio no Tanganyika.

3.1 O Instituto Moçambicano e a promoção da língua portuguesa

A consolidação das primeiras iniciativas da FRELIMO no plano educacional levou à formação do Instituto Moçambicano, fundado em agosto de 1963 em Dar es Salaam sob a direção de Janet Rae Mondlane, esposa americana e branca do primeiro presidente-eleito da FRELIMO, Eduardo Chivambo Mondlane. Já é fato conhecido por parte da historiografia que

Eduardo Mondlane havia sido outorgado³¹⁸ pela Fundação Ford na década de 1960 com um auxílio pecuniário que lhe permitira construir instalações e moradias escolares em Dar es Salaam para refugiados moçambicanos, aos quais cabia, por sua vez, ingressar na luta revolucionária sob o comando da FRELIMO (SCHNEIDMAN, 1987, p. 112).

No entanto, como não se conhecia em detalhes os termos, condições e o desenvolvimento desta outorga, julgou-se que a busca por informações a seu respeito seria potencialmente elucidativa do alvorecer das políticas educacionais do movimento, como também poderia propiciar perspectivas mais circunstanciadas da presidência do casal Mondlane sobre uma recém-fundada frente de libertação acometida por notáveis dissensões internas. A concretização deste objetivo de pesquisa se deu por meio do acesso à documentação da Fundação Ford sob a guarda do Rockefeller Archive Center em Nova Iorque.

Os materiais deste repositório mais diretamente relacionados a Moçambique e ao contexto do nacionalismo moçambicano no Tanganyika estavam num único rolo de microfilme³¹⁹ contido na coleção “Grant Files” da Fundação Ford. O rolo contém todos os documentos que foram mantidos pela Fundação numa pasta intitulada “Grant File PA no. 63-425”, etiquetada como um projeto dedicado ao suporte de um programa educacional para refugiados moçambicanos. Das mais de 300 páginas de documentos microfilmados, 223 são correspondências trocadas entre indivíduos que se envolveram no caso que culminou tanto na fundação do Instituto Moçambicano, como também missivas decorrentes de um escândalo jornalístico e diplomático que envolveu a Fundação Ford e o regime de Salazar quando os vínculos entre a Fundação e o casal Mondlane vieram ao conhecimento da imprensa portuguesa.

A exposição sobre o Instituto Moçambicano a seguir está estruturada em duas partes. Na primeira é feita uma descrição sobre como os documentos guardados pela Fundação Ford podem ser lidos para aprimorar nosso entendimento acerca da formação da primeira instituição educacional da FRELIMO com o intuito de situar os meios pelos quais o pessoal do Instituto Moçambicano buscou aplicar seu programa escolar em língua portuguesa. Na sequência são analisados os episódios que foram responsáveis pelo fechamento do Instituto no início de 1968 para compreender como que divergências quanto ao meio de instrução em

³¹⁸ A palavra inglesa que designa o tipo de auxílio financeiro garantido pela Fundação Ford, “Grant”, pode ser traduzida de diversas maneiras para o português sem a perda do significado de uma concessão feita por uma agência financiadora tendo em vista a execução de um projeto específico.

³¹⁹ Ford Foundation Grants, Reel 0765, Africa-America Institute, 006300425, EDUCATION PROJECT FOR AFRICAN STUDENTS IN TANGANYIKA. Grant File PA no. 63-425.

português no Instituto, parte integrante de outras divergências mais amplas no seio do movimento da FRELIMO, foram articuladas numa crise cujos desdobramentos foram ameaçadores à própria existência da FRELIMO na virada de 1968 a 1969, limite do escopo cronológico deste trabalho.

O Instituto Moçambicano foi descrito em pesquisas acadêmicas antes mesmo da independência de Moçambique como “a instituição ápice de um sistema educacional projetado pela FRELIMO” (SAMUELS, 1971, p. 69)³²⁰. Como já foi indicado acima, ser a instituição pioneira do movimento no contexto dos refugiados moçambicanos em Dar es Salaam significou que ela teve necessariamente de lidar com a diversidade linguística de uma frente nacionalista recém-formada. Portanto, para compreender como foi implementada a língua portuguesa como meio de instrução educacional da FRELIMO é necessário situar historicamente os agentes envolvidos no processo e entender como foram canalizados os fundos necessários para sua operação. Tal procedimento analítico pôde ser executado por meio da leitura das fontes contidas no “Grant File” 63-425.

O primeiro documento da pasta microfilmada é o *Program Action* de uma outorga no valor de 99.700 dólares americanos feita pela Fundação Ford ao African-American Institute (doravante AAI), uma organização filantrópica estadunidense baseada na cidade de Nova Iorque³²¹, para um projeto intitulado “Educational project for African refugee students in Tanganyika”³²², despachada no dia 26 de junho de 1963 após ter sido previamente aprovada pelo presidente da Fundação no dia 10 de junho daquele ano³²³. A carta de notificação da outorga foi enviada para Waldemar A. Nielsen, presidente do AAI, e o pagamento à vista lhe foi enviado numa carta datada de 16 de julho de 1963³²⁴. Não deve parecer surpreendente o fato de não haver nenhuma menção a Eduardo ou a Janet Mondlane nestes primeiros

³²⁰ No original: “the apex institution of a projected Frelimo educational system”.

³²¹ Uma descrição contemporânea do que era o African-American Institute na década de 1960 foi encontrada nos registros governamentais [*gubernatorial records*] do então governador do estado de Nova Iorque, Nelson A. Rockefeller, contidos numa coleção documental também guardada pelo Rockefeller Archive Center. Nas palavras de um relatório destinado a informar Nelson Rockefeller na ocasião de sua candidatura a presidente dos Estados Unidos, o African-American Institute foi descrito como “a private nonprofit organization incorporated under the laws of the District of Columbia and devoted to establishing closer bonds between the peoples of Africa and the United States. The activities of the Institute include a scholarship program, *teacher placement in Africa* and a variety of lecture, information, and visitor services. The Institute does not have members. It is financed by substantial contribution from private American individuals, including in particular those associated with economic activities in Africa. [...] The Institute has its headquarters at 345 East 45th Street, New York, but there is also a Washington office and a West African office in Accra, Ghana”, grifos acrescidos. Volume 9 – Africa (1959-1964), p. 93. In: Nelson A. Rockefeller gubernatorial records/Issue Books III 1517/Series 17/5 (FA363) Subseries 1: 1964 Presidential Election, grifos acrescidos.

³²² Em tradução livre, “Projeto educacional para estudantes refugiados africanos no Tanganyika”.

³²³ Foundation Grants, Reel 0765, Africa-America Institute, 006300425, EDUCATION PROJECT FOR AFRICAN STUDENTS IN TANGANYIKA. Grant File PA no. 63-425. SECTION 1.

³²⁴ Ford Foundation Grants, op. cit. SECTION 2.

documentos, pois se considerarmos que a contrainsurgência portuguesa devia ser evitada, instituições intermediárias teriam de ter operado ocultamente na administração do dinheiro outorgado pela Fundação Ford aos Mondlane.

Porém, é necessário reconhecer de antemão que a hipótese que havia orientado os objetivos da pesquisa nesse fundo documental estava orientada por uma premissa enganadora. Assumir que tenha existido uma concessão específica da Fundação Ford para formar o Instituto Moçambicano é uma simplificação anacrônica. Em vez de uma relação direta e linear, o que de fato existiu foi uma rede de negociações e articulações observáveis por meio da correspondência preservada que culminaram na construção de um albergue e uma escola secundária, ambos dirigidos por Janet Mondlane, que foram concluídos somente nos últimos meses de 1964. O próprio nome “Instituto Moçambicano” apareceu pela primeira vez na documentação em agosto de 1963, portanto meses após a concessão da outorga nº 63-425 ter sido aprovada ao AAI³²⁵.

De fato, Janet Mondlane não se mudaria definitivamente à cidade de Dar es Salaam antes do começo de agosto de 1963 (MANGHEZI, 1999, p. 236). Até então, dentre suas atividades estava a sua participação junto de Eduardo em algumas de suas extensivas viagens pelo mundo em busca de apoio à causa nacionalista. Como ela própria afirmou no primeiro relatório submetido à Fundação Ford em outubro de 1963:

O Instituto Moçambicano é a concretização de uma ideia que nasceu em 1960-1961 quando meu marido e eu visitamos Moçambique. [...] Em Junho de 1962, nós viemos a Dar es Salaam com o propósito declarado de considerar a possibilidade de desenvolver um programa educacional para refugiados moçambicanos. [...] Enquanto eu trabalhava nos detalhes deste programa, ficava cada vez mais aparente que enquanto nada drástico fosse feito para preparar os refugiados para as bolsas universitárias disponíveis, logo não haveria nenhum estudante qualificado para aceitá-las³²⁶.

Esse relatório indica que a escola secundária e o albergue estudantil pelos quais o Instituto Moçambicano é conhecido vieram apenas num momento posterior, enquanto que o objetivo principal teria sido inicialmente a preparação de refugiados moçambicanos para ingressar no ensino superior oferecido por instituições no exterior. Com efeito, antes da construção das instalações que sediaram o albergue e as salas de aula serem concluídas no

³²⁵ Ibid. SECTION 4. “Interim Report on the Mozambique Education Project”.

³²⁶ Ibid. SECTION 3. “The Mozambique Institute”, p. 1. No original: “The Mozambique Institute is the fulfillment of an idea which was born in 1960–1961 when my husband and I visited Mozambique. [...] In June 1962, we came to Dar es Salaam with the expressed purpose of looking into the possibility of developing and educational programme for Mozambican refugees. [...] As I was working on the details of this programme, it became more and more apparent that unless something drastic was done to prepare the refugees for the university scholarships available, there would be soon no qualified students to take them”.

final de 1964, o Instituto Moçambicano consistia num escritório de dois quartos alugado no centro de Dar es Salaam onde Janet e sua secretária administrativa (também norte-americana e branca) Betty King trabalhavam predominantemente na triagem dos refugiados para selecioná-los de acordo com seu nível educacional progresso³²⁷. Entrementes, como se argumenta a seguir, as aulas eram conduzidas em língua inglesa numa escola financiada e gerida pelo AAI com o suporte de voluntários universitários americanos.

No entanto, o objetivo final da educação oferecida aos refugiados parece ter sido claro desde o início, ao menos para os Mondlane. No primeiro relatório supracitado de outubro de 1963 foi anexada uma carta de Janet Mondlane a Francis X. Sutton, o já referido representante da Fundação Ford sediado em Nairóbi para assuntos relacionados à África oriental, na qual ela afirma que “toda a ideia do Instituto é construir o futuro de Moçambique. Os estudantes que estudam lá devem ter em suas mentes o desejo de retornar àquele país e resolver os problemas que a liberdade trará”³²⁸. Sutton parece não ter entendido ou ter discordado desse objetivo abertamente político, pois ao lado dessa frase datilografada da carta de Janet há um ponto de interrogação desenhado à caneta.

Contudo, não é possível afirmar que Sutton estivesse desinformado sobre as atividades da FRELIMO no Tanganyika, pois é verificável por meio do conjunto mais amplo da correspondência que ele estava bem ciente da militância de Eduardo Mondlane enquanto líder de um movimento nacionalista. Aliás, cronologicamente o primeiro documento que menciona Moçambique na seção de correspondências da pasta microfilmada, datado de três de dezembro de 1962, é precisamente um memorando em que Sutton afirma que Mondlane, o “moçambicano mais inteligente” que ele já havia conhecido, “é agora líder de um movimento político moçambicano com sede em Dar es Salaam” e que “nos perguntou se poderíamos ajudar em alguma ou várias formas” para providenciar educação “para alguns dos mais de 150.000 moçambicanos que agora estão no Tanganyika”³²⁹.

Antes de Eduardo Mondlane ter se mudado para Dar es Salaam definitivamente enquanto presidente da FRELIMO em fevereiro de 1963 após abandonar sua carreira enquanto professor universitário em Syracuse, no estado de Nova Iorque, ele parece ter

³²⁷ Ford Foundation Grants, op. cit. SECTION 4. “PROGRESS AND PLANS, 1963-1964”, p. 2.

³²⁸ Carta de Janet Rae Mondlane para Francis Xavier Sutton datada de 15/10/1963. Ford Foundation Grants, op. cit. SECTION 3. No original: “The whole idea of the Institute is to build for the future of Mozambique. The students who study there should have in their minds the desire to return to that country to solve the problems that freedom will bring”.

³²⁹ Ford Foundation Grants, op. cit. SECTION 4. Memorandum from Frank Sutton, 03/12/1962. No original, “most intelligent man from Mozambique I have ever met [...] is now head of a Mozambique political movement with headquarters in Dar es Salaam [...] Asked if we could help in any or various ways [...]for some of the 150,000 Mozambiquais [sic] who are now in Tanganyika”

aproveitado sua estadia nos Estados Unidos para procurar por oportunidades de financiamento para os projetos educacionais que ele e sua esposa tinham em mente. Após uma sugestão feita por Sutton, que havia se comprometido a considerar uma proposta de financiamento³³⁰, Mondlane enviou à Fundação Ford em dezembro de 1962 um documento de seis páginas chamado “The Mozambique Education Project” no qual ele descreveu suas intenções de criar três programas educacionais, analisados em detalhe adiante. Por ora, é possível afirmar resumidamente que o objetivo mais importante do projeto era criar um programa para qualificar refugiados moçambicanos a ponto de estarem aptos a receber bolsas de estudo em instituições universitárias africanas e ultramarinas (evidentemente excetuadas as de Portugal), seguido por uma *high school* em Dar es Salaam e, por fim, um genericamente definido programa de educação de adultos³³¹. Num memorando manuscrito anexado a este documento no dia 17 de dezembro por F. Champion Ward, à altura o diretor do *Overseas Development Program for the Middle East and Africa*³³² da Fundação Ford, endereçado a Sutton, lê-se: “Por que não ajudamos essas pessoas?”³³³

Este requerimento formal enviado por Mondlane à Fundação Ford foi mencionado novamente apenas no dia 27 de março de 1963 num memorando em que Sutton menciona que “discussões recentes em Washington e com o AAI”³³⁴ haviam trazido o projeto de Mondlane de volta à sua mesa. A partir desse momento parece ter sido estabelecido que o AAI seria a instituição recipiente nominal da outorga [*grantee*] em razão desta já possuir um escritório no Tanganyika e dirigir uma “escola de papel betumado” [*tarpaper school*] para outros refugiados africanos em Dar es Salaam. Por fim, Mondlane apresentou e submeteu uma versão ajustada de seu pedido inicial numa reunião com dirigentes da Ford em ocorrida a 9 de maio de 1963, na qual os planos para construir um albergue e um “Mozambique Education Office” a ser sediado em sua residência em Dar es Salaam, são delineados³³⁵.

Retomaremos a análise desses três documentos a seguir. No momento convém introduzir cronologicamente a sucessão de negociações e situar as organizações envolvidas no acordo entre Mondlane e a Ford que levou à versão final do requerimento intitulado “Request for Grant Action”, submetido no dia 27 de maio de 1963. Como indicado acima, a instituição recipiente foi o AAI pela conveniência de já dirigir um projeto educacional para refugiados

³³⁰ Ibidem. “I’ve promised to study a memorandum”.

³³¹ Ibid. SECTION 4. “The Mozambique Education Project”.

³³² Numa tradução livre, “Programa de Desenvolvimento Ultramarino para o Oriente Médio e África”.

³³³ Ibid. SECTION 4. “The Mozambique Education Project”. No original, “Why don’t we help these people?”

³³⁴ Ford Foundation Grants, op. cit. SECTION 4. “Memorandum to Files (L62-1404)”, p. 1. No original: “Recent discussions in Washington and with AAI”.

³³⁵ Ibid. SECTION 4. “MOZAMBIQUE EDUCATION PROJECT. Readjustment of Areas of Responsibility”, p. 4.

africanos na região de Kurasini, bairro situado ao sul da capital do Tanganyika, financiada pela agência americana de ajuda externa, a USAID. A concessão outorgada “possibilitaria a colaboração efetiva entre o Dr. e a Sra. Mondlane com o African-American Institute”³³⁶ para atender às necessidades educacionais dos refugiados moçambicanos. Se nesse documento foram abertamente criticadas as políticas colonialistas portuguesas como “notoriamente retrógradas”, nele Mondlane foi descrito eufemisticamente como o “líder de uma organização de refugiados moçambicanos”, em vez de designar a FRELIMO como uma frente nacionalista politicamente engajada numa luta anticolonial³³⁷.

Por fim, ficou estabelecido um orçamento para as despesas a serem realizadas com os fundos outorgados pela Fundação. Do total já referido de US\$ 99.700,00, a maior parte [US\$ 48.750] seria destinada às “despesas do programa no Tanganyika”, aproximadamente metade da qual [US\$ 23.100] financiaria o pagamento de salários, transportes e despesas administrativas de uma equipe de três funcionários “para tratar dos estudantes moçambicanos”, somada à construção de um albergue [*hostel*] em Dar es Salaam para cinquenta estudantes por US\$ 16.000. Os custos de transporte de trinta estudantes para o estrangeiro foram orçados em US\$ 28.000 e foram também separados um montante no valor de US\$ 12.000 para o pagamento de “professores do Project Tanganyika” e a quitação dos “custos administrativos” do AAI em US\$ 10.875.

Portanto, temos que a constituição inicial do programa do Instituto Moçambicano ocorreu por meio de dois outros projetos educacionais de financiamento norte-americano preexistentes em Dar es Salaam. Nomeadamente, foi envolvida a “escola de papel betumado” gerida pelo AAI, oficialmente conhecida como “Kurasini Special Education Center”, que era dedicada exclusivamente à educação de refugiados. O segundo programa educacional em curso era o “Project Tanganyika”, referido no orçamento acima, que era responsável tanto pelo treinamento de professores tanganhicanos em língua inglesa como também por fornecer os professores da escola do AAI em Kurasini. Como pode ser verificado em missivas trocadas entre Champion Ward da Fundação Ford e uma representante do Project Tanganyika, os professores responsáveis por operar a escola para refugiados em Kurasini eram, desde 1962, todos provenientes do grupo deste “Project” e dedicavam-se à educação de refugiados da África do Sul, Moçambique e das Rodésias do Sul e Norte³³⁸.

³³⁶ Ibid. SECTION 1. “Request No. OD-1252G”, p. 1.

³³⁷ Ibid. p. 2.

³³⁸ Carta de Karen Weisskopf para Champion Ward, 26/02/1963. In: Ford Foundation Grants, op. cit. SECTION 4.

Depara-se de imediato com a questão de que a língua inglesa era o meio de instrução desses projetos, ambos geridos por recursos e professores de procedência norte-americana. A discussão a seguir parte dos dados levantados na documentação da Fundação Ford para analisar os aspectos linguísticos da escolarização promovida pelo Instituto Moçambicano – e seus efeitos na mobilização política mais ampla no seio da comunidade da FRELIMO no exílio.

Para expô-lo cronologicamente, outras organizações filantrópicas americanas já atuavam no campo educacional do Tanganyika anos antes do *Grant* nº 63-425 ser negociado entre os Mondlane e a Fundação Ford. Tal era o caso de um programa de extensão acadêmica da associação Phillips Brooks House da Universidade de Harvard criado em 1960 para oferecer cursos educacionais conduzidos por voluntários universitários. Esse programa, chamado “Project Tanganyika”, foi oficialmente estabelecido entre autoridades do Tanganyika e uma associação acadêmica de Harvard em dezembro de 1960³³⁹. Seu objetivo principal era atender à “necessidade por instrução em língua inglesa” no Tanganyika, como foi declarado em seu primeiro relatório³⁴⁰.

A relação entre esse projeto de extensão de Harvard e as provisões educacionais da FRELIMO nos propicia um ponto de entrada para abordar as questões linguísticas referentes ao nacionalismo moçambicano no contexto do Tanganyika. A seguinte citação, extraída de um requerimento enviado à Fundação Ford em novembro de 1960, enuncia os objetivos do “Project Tanganyika”:

A maior contribuição que qualquer grupo americano pode fazer no Tanganyika é ajudar os tanganhicanos a ensinar inglês em escolas secundárias e aulas de treinamento de professores. É sobre a base da língua inglesa que os tanganhicanos vão construir o serviço público e o aparato administrativo que irá *unificar e governar essa nação* que já é *relativamente estável racial e politicamente* [ênfases acrescidas]³⁴¹.

Ainda que as políticas de língua do Tanganyika fossem alteradas significativamente no pós-independência após a Declaração de Arusha de 1967 sancionada pelo presidente Julius Nyerere em favor da promoção da língua suaíli como língua de unidade nacional, como vimos no segundo capítulo, o “Project Tanganyika” era dedicado principalmente à promoção da

³³⁹ Ford Foundation Grants, op. cit. SECTION 4. “Project Tanganyika: 1961”, p. 1.

³⁴⁰ Ibidem, p. 5.

³⁴¹ Carta de Peter Goldmark Jr. (Phillips Brooks House) para Melvin J. Fox (Ford Foundation Program Associate) de 21/10/1960. In: Ford Foundation Grants, op. cit. SECTION 4. “[T]he greatest single contribution any American group could make in Tanganyika would be to help Tanganyikans teach English in secondary schools and teachers’ training classes. It is on the base of the English language that Tanganyikans will build the civil service and administrative apparatus which will unify and govern this nation which is already relatively stable racially and politically”.

língua inglesa na educação secundária. De acordo com um participante, o projeto alegadamente permitia ao Tanganyika “abordar suas principais necessidades – educação – na maneira mais eficiente: ensinando inglês”³⁴². A diretora do “Project Tanganyika”, Alison Liebhafski, contactou a Fundação Ford diversas vezes entre 1960 e 1962 para requisitar, sem sucesso, auxílio financeiro até que a oportunidade de financiar professores para atender aos planos educacionais dos Mondlane foi apresentada a ela pela Ford. Sutton informou-a em maio de 1963 que a concessão outorgada ao AAI “para o treinamento de refugiados [moçambicanos] no Tanganyika” incluía “provisões para seis membros de seu grupo”³⁴³.

Apesar da disponibilidade de professores de inglês, a determinação por parte de setores da FRELIMO em instituir a língua portuguesa como instrumento para promoção da unidade nacional requereria, logicamente, que a escolarização do Instituto Moçambicano fosse conduzida em língua portuguesa. A documentação contida no Rockefeller Archive Center indica que a Fundação Ford parece não ter pressionado abertamente seus outorgados a instituírem a língua inglesa como meio de instrução e nem os encorajou a fazê-lo. Na verdade, Janet Mondlane aproveitou a oportunidade para descrever em seus relatórios periódicos enviados à Fundação Ford as notórias dificuldades enfrentadas pelos funcionários do Instituto em arranjar livros didáticos em português para a educação dos alunos que haviam sido escolarizados nessa língua³⁴⁴. Num relatório enviado a Nova Iorque – sede da Fundação – em fevereiro de 1964, Janet descreveu o problema da seguinte forma:

Nossa necessidade mais desesperada e mais difícil de sanar é por livros e textos em português. Neste momento a maioria dos estudantes sob a supervisão do Instituto tem a língua portuguesa como sua única língua europeia fluente. Eles não estão suficientemente avançados na língua inglesa para poderem trabalhar e estudar em inglês³⁴⁵.

Em outro relatório, a falta de professores falantes de português foi também levantada como um grande obstáculo uma vez que a maioria dos refugiados moçambicanos selecionados pelo Instituto Moçambicano – 35 de um total de 51 no ano de 1963 – estavam

³⁴² Ibidem. No original: “to meet their greatest need – education – in the most efficient way: teaching English”.

³⁴³ Carta de Francis X. Sutton para Alison B. Liebhafsky, 24/05/1963. In: Ford Foundation Grants, op. cit. SECTION 4. No original: “provision for six members of your group”.

³⁴⁴ Carta de Janet R. Mondlane para Frank X. Sutton, 14/10/1963. In: Ford Foundation Grants, op. cit. SECTION 3.

³⁴⁵ Ford Foundation Grants, op. cit. SECTION 4, “PROGRESS AND PLANS 1963 – 1964”, p. 6. No original, “Our most desperate need, and one that it is most difficult to fill, is for books and texts in Portuguese. At this time most of the students under the supervision of the Institute have Portuguese as their only fluent European language. They are not sufficiently advanced in their English language studies to be able to work and study in English”.

inaptos a atender às aulas em inglês conduzidas pelos voluntários do Project Tanganyika nos cursos da escola do AAI. Sobre essa questão, Janet Mondlane argumentou que:

Não é razoável esperar que muitos [dos estudantes] adquiram rapidamente um conhecimento da língua inglesa para permiti-los seguir com o resto de sua educação nessa língua. Além disso, *parece inevitável* que a língua portuguesa continuará a língua estrangeira primária de Moçambique por muitos anos após a independência³⁴⁶.

Eis aqui um ponto fundamental: a questão acerca da inevitabilidade da língua portuguesa nos projetos educacionais da FRELIMO. Antes de discutir esse aspecto propriamente dito – isto é, abordar criticamente as implicações dessa suposição no conjunto do movimento nacionalista da FRELIMO no exílio – é importante considerar as soluções levantadas pelos Mondlane para prover educação em língua portuguesa ao um pequeno grupo de refugiados moçambicanos. Nesse sentido, é muito significativo que uma das primeiras opções elencadas tenha sido o recrutamento de professores brasileiros para trabalhar junto do Instituto Moçambicano. A ideia de recorrer ao “potencial ilimitado” [*limitless potential*] do Brasil foi expressa logo nos primeiros contatos entre Eduardo Mondlane e Francis Sutton³⁴⁷ e, de fato, na primeira evidência de contatos entre eles – o supracitado memorando do dia 03/12/1962 – há uma mensagem escrita à mão no canto superior direito sugerindo que Reynold E. Carlson, representante da Fundação Ford no Rio de Janeiro, poderia ser utilmente acionado.

Há correspondências de Carlson trocadas com Sutton e outros associados da Fundação em Nova Iorque que indicam sua participação no processo de busca por livros e professores brasileiros para o Instituto Moçambicano. Carlson chegou a enviar uma lista bibliográfica, um orçamento e cópias de livros didáticos brasileiros disponíveis para aquisição no Brasil que foram encaminhados para o Instituto em abril de 1964³⁴⁸, mas parece que o recrutamento de professores brasileiros não se concretizou pela falta de recursos financeiros por parte do Instituto³⁴⁹, uma vez que os recursos disponibilizados pela Ford já estavam comprometidos e, como veremos adiante, não seriam renovados por conta das circunstâncias adversas criadas após a relação entre a Ford e o Instituto virem a público em agosto e setembro de 1964.

³⁴⁶ Ibid. “Interim Report on the Mozambique Education Project”, p. 3. No original: “It is unreasonable to expect that very many will quickly acquire a sufficient grasp of English to enable them to pursue the remainder of their education in that language. Also, it seems inevitable that Portuguese will remain the primary foreign language of Mozambique for many years following independence”, grifos acrescidos.

³⁴⁷ Memorando de Francis X. Sutton, 27/03/1963. In: Ford Foundation Grants, op. cit. SECTION 4.

³⁴⁸ Carta de Reynold E. Carlson para James T. Harris, 20/03/1964. In: Ford Foundation Grants, op. cit. SECTION 4.

³⁴⁹ Carta de James T. Harris para Reynold E. Carlson, 27/04/1964. In: Ford Foundation Grants, op. cit. SECTION 4.

Essas evidências sugerem, portanto, que embora a contribuição de recursos educacionais e humanos brasileiros na formação dos quadros do Instituto Moçambicano tenha sido materialmente diminuta, ela não pode ser analiticamente dispensada como negligenciável. Ao contrário: se se cogitou recorrer ao Brasil logo no início das negociações entre Mondlane e Fundação Ford, isso indica a existência prévia do objetivo de promover a escolarização em língua portuguesa entre os refugiados desde a concepção do “Mozambique Education Project”, o projeto embrionário planejado pelos Mondlane que culminou no Instituto Moçambicano.

Reconhecer o desejo de empreender a escolarização em português no seio do movimento nacionalista moçambicano não constitui, tal como pudemos expor no primeiro capítulo, uma explicação histórica adequada para compreender as motivações que orientaram a escolha por essa língua. É por esse motivo que devem ser investigadas as maneiras pelas quais se buscou concretizar essa escolha e, mais importante, abordar suas implicações para a organização do movimento.

Nesse sentido, convém ressaltar que nos documentos e missivas guardados pela Fundação Ford não se dá nenhum motivo ou razão explícita para a política linguística do Instituto Moçambicano privilegiar a língua portuguesa: toda a questão é abordada de forma tácita nas negociações entre os envolvidos. Os proponentes do projeto educacional para refugiados moçambicanos – leia-se o casal Mondlane – julgaram que se devia buscar diligentemente por materiais e professores de língua portuguesa e parecem não ter encontrado objeções significativas a esse desígnio por parte dos outorgantes da Fundação Ford.

Contudo, deve-se ressaltar que o poder de barganha dos Mondlane não foi exercido de maneira irrestrita diante dos representantes da Ford. Isso pode ser verificado por meio da comparação entre o primeiro requerimento submetido por Mondlane em dezembro de 1962 e a versão final ratificada pela Fundação em maio do ano seguinte a respeito da origem dos professores que atuariam a serviço do “Mozambique Education Project”, cronologicamente separados por um memorando escrito por Francis Sutton sobre o projeto. Para apresentar adequadamente esses aspectos e prosseguir com a demonstração de como se pode abordar a questão do meio de instrução educacional por meio da documentação em escrutínio, procede-se na sequência pela exposição dos principais trechos destes três documentos.

O primeiro, intitulado “The Mozambique Education Project”, contém um arrazoado escrito por Eduardo Mondlane sobre suas intenções em estabelecer três programas educacionais para atender aos refugiados moçambicanos no Tanganyika, como já adiantamos

acima. Para melhor expor suas propostas para a organização de seu projeto, procede-se por citar na íntegra sua descrição sobre estes três programas:

Nós [Eduardo e Janet] precisamos levantar fundos para apoiar o desenvolvimento de três tipos de programas educacionais:

- (a) O Programa de Treinamento Universitário. Isso envolverá a seleção, preparação e envio de estudantes qualificados para universidades, faculdades e escolas técnicas no exterior. Onde for possível, nós colocaremos os estudantes em instituições africanas. Já nos foi prometido um grande número de bolsas de estudo em faculdades africanas, as quais podemos aceitar apenas se, e somente quando pudermos encontrar aqueles qualificados e os fundos com os quais transportá-los. O grupo de Haven C. Roosevelt [Project Tanganyika] já está realizando parte dessa função. Mas eles precisam de *apoio direto de pessoas que conhecem as culturas, línguas e experiência educacional moçambicanas*. Nós acreditamos que o trabalho dos estudantes voluntários de Harvard será mais efetivo se eles puderem ser ajudados por um grupo de jovens estudantes universitários moçambicanos que estão agora estudando na Europa e na América. Nós já discutimos esse assunto com muitos dos estudantes moçambicanos que estão em faculdades e universidades no exterior e todos mostraram grande interesse no programa. A maneira pela qual nós pretendemos recrutar a ajuda desses universitários moçambicanos é por (i) pedir àqueles que ainda estão realizando seus estudos para dar três meses em todos os verões (três para aqueles que estão nos EUA e quatro para os que estão na Europa). Eles apanhariam voos para Dar es Salaam e participariam nas atividades de ensino nos meses de julho, agosto e parte de setembro, para aqueles que estudam nos EUA, e todo o mês de setembro e parte de outubro para aquele que estudam na Europa; (ii) recrutaríamos aqueles moçambicanos que já terminaram seus estudos para retornar a Dar es Salaam para dedicar seu tempo a, *entre outras coisas*, desenvolver programas educacionais para os refugiados; Isso incluiria adaptar as técnicas de ensino da Europa e da América para as ideias e realidades culturais dos refugiados moçambicanos. Acreditamos que isso facilitaria o trabalho de todos os grupos que possam estar ajudando nossos refugiados na educação³⁵⁰.

Este era o primeiro e principal objetivo do Mozambique Education Project: disponibilizar oportunidades para que os refugiados moçambicanos pudessem aceder a cursos e bolsas universitárias oferecidas por instituições no estrangeiro. Mas o motivo de trazer este trecho é ressaltar o plano inicial estipulado pelos Mondlane de financiar a vinda periódica dos

³⁵⁰ Ford Foundation Grants, op. cit. SECTION 4, “The Mozambique Education Project”, pp. 4 – 6. No original: “We [Eduardo e Janet] must raise funds to support the development of three kinds of educational programs: (a) The University Training Program. This will involve the selection, preparation and dispatching of qualified students to Universities, Colleges and Technical Schools abroad. Where possible we will place the students in African institutions. We have already been promised a large number of scholarships in African colleges, which we can take only if and when we can find those qualified and the funds with which to transport them. The Haven C. Roosevelt group are already performing part of this function. But they need direct support from people who are acquainted with Mozambican culture, languages and educational experience. We believe that the work of the Harvard volunteer students would be more effective if they could be aided by a group of Mozambican young college students who are now studying in Europe and America. We have already discussed this matter with most of the Mozambican students who are in colleges and universities abroad and they all have shown great interest in the program. The way in which we intend to recruit the help of the Mozambican college students is by (i) asking those who are still doing their studies to give three months each summer (three months for those who are in the U.S. and four months for those who are in Europe). They would fly to Dar es Salaam early in June and participate in teaching throughout July, August and part of September, for those who are studying in the U.S. and all of September and part of October for those who are studying in Europe; (ii) recruit those Mozambicans who have already finished their studies to return to Dar es Salaam to devote all of their time to, among others, developing educational programs for the refugees. This would include adapting the teaching techniques of Europe and America to the ideas and cultural realities of the Mozambican refugees. This, we believe, would facilitate the work of all the groups that might be helping our refugees in education”.

estudantes moçambicanos radicados em países europeus e americanos, com os quais já mantinham contato por intermédio da proximidade de Marcelino dos Santos, do Comitê Central da FRELIMO, e os membros da UNEMO (União Nacional dos Estudantes Moçambicanos)³⁵¹ na Europa.

Conforme o depoimento recentemente publicado de Sérgio Vieira, então um membro dessa organização na Europa, Mondlane havia se encontrado com a sucursal da representação estudantil moçambicana em Paris no início de 1962 e explicou-lhes a importância de formar um movimento nacional unificado – à época MANU e UDENAMO ainda não haviam concluído as negociações para unirem-se. É possível argumentar que Mondlane estivesse em busca de fortalecer sua posição no terreno de alianças moveidias de Dar es Salaam no qual, apesar de ter sido eleito presidente em setembro de 1962, seria visto com suspeição por muitos grupos nos anos que se seguiram à fundação da FRELIMO³⁵².

De fato, as entidades representativas estudantis moçambicanas, como a UNEMO na Europa e o NESAM em Lourenço Marques, foram uma fonte de apoio significativo, quiçá imprescindível, para o firmamento da liderança de Eduardo Mondlane sobre a Frente no Tanganyika. Assim o argumenta Vieira em relação à UNEMO, que “constituiu um instrumento de pressão útil para a unificação do movimento nacionalista e para apoiar Mondlane” para além de “difundir a causa da pátria” (VIEIRA, op. cit. p. 175). E de maneira similar sugere o sul-africano Neil Faris em sua tese sobre as relações de Eduardo Mondlane com entidades protestantes e ecumênicas a respeito do NESAM, a “mais desenvolvida comunidade de resistência dentro de Moçambique”, que após ser banida pela PIDE, promoveu a fuga de muitos de seus estudantes para Dar es Salaam em 1965 (FARIS, 2007, p. 179).

Portanto, é muito significativo que os Mondlane tenham pedido explicitamente por recursos que pudessem trazer esses estudantes radicados na Europa e nos EUA para atuar mesmo que temporariamente nos seus programas educacionais, com o argumento de que eles conheceriam melhor as culturas e línguas moçambicanas que os voluntários de Harvard e, assim, estariam mais aptos a adaptar o ensino às “realidades culturais” dos refugiados. É curioso que tenha sido mencionado que esses estudantes também se dedicariam a outras

³⁵¹ A UNEMO, segundo um de seus membros, foi fundada em 1962 pelos estudantes moçambicanos que ingressaram em universidades na Europa. Dentre eles estavam Sérgio Vieira, Joaquim Chissano, Pascoal Mocumbi, Ana Simeão, Elizabete Sequeira, António Matos e Valeriano Ferrão. Todos estes eram fluentes em língua portuguesa e eram provenientes de setores assimilados e/ou urbanos de Moçambique colonial (VIEIRA, 2010, pp. 166 – 179; 194).

³⁵² Esta frase está construída de maneira deliberadamente vaga por sabermos muito pouco a respeito desses outros “grupos” que não viam com confiança liderança de Mondlane e outros moçambicanos assimilados sobre a FRELIMO.

atividades não especificadas (“entre outras coisas”), mas não é necessário um arriscado exercício de conjectura para afirmar que essas atividades certamente estariam relacionadas à atuação política da FRELIMO. Convém ainda adiantar que a atuação dos estudantes nos EUA é menos conhecida que dos moçambicanos radicados na Europa e ela assumiu, em finais da década de 1960, uma postura contrária aos desígnios da FRELIMO que se tornou um componente significativo da crise que culminou no fechamento do Instituto Moçambicano em meados de 1968, como abordamos mais adiante.

Após a proposição deste primeiro programa, foi delineado um segundo, intitulado “High School Program”, dedicado aos refugiados que não se encontravam em condições de concorrer ou aceitar bolsas de estudo de nível universitário:

- (b) O Programa de Ensino Médio. Isso envolveria o estabelecimento de um programa de treinamento de nível secundário como parte do *esforço educacional de nosso movimento de independência*. No presente momento, podemos matricular pouco mais de 50 estudantes; a julgar pela nossa experiência recente, podemos esperar o dobro desse número em menos de seis meses. Esse programa de ensino médio é necessário pelo fato de que, atualmente, é praticamente impossível alocar quaisquer estudantes moçambicanos em qualquer escola secundária da África oriental, porque cada país tem grandes necessidades de vagas nas poucas escolas disponíveis. Como é sabido, os programas de educação secundária administrados pelos poderes coloniais que controlavam a área estavam equipados para servir às necessidades dos filhos de expatriados. Consequentemente, em vez de mandar todos os nossos alunos de nível médio para a África ocidental e setentrional, ou para a Europa, América e a Ásia, precisamos estabelecer um programa de ensino médio em Dar es Salaam, onde a se encontram a maioria dos refugiados (*ibid.* p. 6, ênfase adicionada)³⁵³.

Um primeiro aspecto a ser ressaltado é que o objetivo fundamental a todas as atividades dos Mondlane – sejam no âmbito educacional ou não – aparecem claramente neste rascunho de projeto enviado à Fundação Ford: a independência de Moçambique. Se por um lado quase inexistem menções nominais à FRELIMO nos arquivos – a não ser após o escândalo de setembro de 1964, numa cópia da declaração de guerra a Portugal declarada pela FRELIMO recebida pela Ford em 2 de novembro de 1964³⁵⁴ – e se toma cautela em designá-la como “organização de refugiados” no documento que fundamenta a outorga, não se pode

³⁵³ “The Mozambique Education Project” op. cit., p. 6. No original: “(b) The High School program. This will involve the establishment of a high school training program as part of the educational effort of our independence movement. At the present time, we can enroll a little over 50 students; judging by our recent past experience, we can expect to double this number in less than six months. This high school program is necessitated by the fact that at the present time it is practically impossible to place any Mozambican students in any high schools in East Africa, because each country is in great need of places in the few schools available. As it is well-known, the high school programs administered by the colonial powers controlling the area were primarily geared to serve the needs of the children of expatriates. Consequently, short of sending all of our high school candidates to West and North Africa or to Europe, America and Asia, we need to establish a high school program in Dar es Salaam, where most of the refugees are found”.

³⁵⁴ Ford Foundation Records, op. cit. SECTION 4.

argumentar que a Fundação não sabia de que a FRELIMO se tratava de um movimento de libertação voltado à erradicação da dominação colonial portuguesa em Moçambique. Talvez a própria inexistência de menções explícitas à FRELIMO possa indicar que se tratasse de um dado óbvio a todos os envolvidos na negociação e, portanto, incluí-la abertamente nos rascunhos e nas requisições não teria feito sentido.

A questão é que os termos “estudantes” e “refugiados” não são usados de maneira intercambiável nesse documento e não são dadas informações detalhadas a respeito destes. É reconhecida a necessidade de se estabelecer uma escola em Dar es Salaam para dar conta de preparar mais estudantes para o exterior, mas não há detalhes a respeito do grau de escolaridade, faixa etária e ocupações que predominavam entre os refugiados moçambicanos na cidade. Como indica um documento citado adiante, fica aparente que nem os próprios membros da FRELIMO tinham essas informações à mão e providências foram tomadas para requisitar verbas à Fundação Ford para que fosse feito um levantamento [*survey*] sobre esses refugiados.

Por fim, o Mozambique Education Project contemplava um programa vagamente delineado de educação para adultos. Se antes o termo “estudante” foi usado para se referir a alguns dos refugiados, tal não ocorre na designação dos adultos aos quais se dirigiria o programa. Em seu lugar, refere-se lhes genericamente por “trabalhadores”, além da já citada categoria de “refugiados”:

- (c) O Programa de Educação de Adultos. Minha esposa e eu ficamos impressionados pelo grande interesse pela educação mostrado pela maioria dos refugiados e trabalhadores moçambicanos adultos. Para os adultos tanganhicanos, zanzibares e quenianos há uma variedade de programas de desenvolvimento comunitário [...] Esses programas têm por objetivo providenciar instalações para a alfabetização de adultos, higiene, organização cooperativa e educação geral em cidadania. Na última conferência de nosso partido nós recebemos pedidos de vários delegados representando os trabalhadores moçambicanos que estão em Dar es Salaam, Zanzibar, Mombasa, Tanga, Lindi, Morogoro, etc. Eles reclamaram que por não serem cidadãos dos países em que trabalham eles são geralmente excluídos dos ditos programas. Eles pediram que programas especiais de educação de adultos fossem instituídos para ajudá-los a se prepararem para retornar a Moçambique e participar na resolução dos problemas de seu próprio país *de uma maneira mais iluminada*³⁵⁵.

³⁵⁵ “The Mozambique Education Project” op. cit., pp. 6 – 7. Tradução livre de “(c) The adult education program. My wife and I have been impressed by the great interest in education shown by most of the Mozambican adult refugees and workers. For the Tanganyikan, Zanzibari and Kenyan adults there is a variety of community development programs which are being carried out by the departments of community affairs and the extramural division of the university colleges of the area. These programs are aimed at providing facilities for literacy training of adults, hygiene, cooperative organization and general education in citizenship. At the last conference of our party we received requests from various delegates representing those Mozambican workers who are in Dar es Salaam, Zanzibar, Mombasa, Tanga, Lindi, Morogoro, etc. They claimed that because they are not citizens of the countries where they are now working they are often excluded from the above programs. They

Em primeiro lugar, não há indícios de que Eduardo Mondlane tenha visitado até finais de 1962 o Quênia, Zanzibar e o interior do Tanganyika por tempo suficiente para afirmar a respeito dos programas de desenvolvimento comunitário desses países. Logo, essas informações lhe devem ter sido passadas pelos delegados que representavam esses trabalhadores moçambicanos espalhados pelo Tanganyika (Tanga, Lindi, Mtwara, e Morogoro), Quênia (Mombasa) e Zanzibar e que logicamente conviviam com outros trabalhadores nessas localidades. Também não está claro que tipo de educação eles requisitaram à FRELIMO – se de caráter profissionalizante, de alfabetização, ou de “higiene” e “civismo” como menciona Mondlane sobre os programas daqueles países – nem muito menos o meio de instrução dessa educação, isto é, se em língua inglesa, portuguesa ou o meio de comunicação do associativismo e da política sindical tanganhicana, o suaflí (WHITELEY, op. cit.).

Novamente aparece a noção de que se trata de um esforço pela libertação de Moçambique e que esses trabalhadores se beneficiariam de um estatuto de cidadania que lhes habilitasse a ter direitos e oportunidades específicas que lhes eram negados por estarem expatriados. Análises sobre esse programa são, contudo, muito dificultadas pela ausência de informações qualitativas e mesmo quantitativas sobre esses trabalhadores e refugiados moçambicanos na África oriental.

Na sequência, conforme foi exposto acima, Sutton retomou as negociações sobre o projeto dos Mondlane no começo de 1963 e, num memorando de sua autoria datado de 27/03/1963 chamado “Subject: Mozambique Education Project”, ele descreveu suas impressões até aquele momento e os assuntos de sua última conversa com Eduardo antes deste partir a Dar es Salaam em fevereiro. O principal problema apontado por Sutton é o de oferecer a escolarização secundária aos refugiados. Em suas palavras:

[...] Mondlane estima que ele possa ter até trinta estudantes por ano que poderiam ser acomodados em escolas secundárias fora da África se o transporte lhes fosse oferecido. Vagas em escolas secundárias não são abundantes. Mondlane tem tido muito mais sucesso em encontrar vagas no ultramar, particularmente nos países de línguas românicas. Ele diz que *é muito mais preferível que os refugiados moçambicanos sejam treinados seja em francês, em espanhol, ou em português*. [...] No Brasil o potencial é, de acordo com Mondlane, ‘ilimitado’. O problema é que os brasileiros não podem pagar pelas operações cambiais [necessárias] para providenciar qualquer viagem internacional ou despesas fora de seu país³⁵⁶.

asked that special adult education programs be instituted to help them prepare for returning to Mozambique and participate in the resolution of their own country’s problems in a more enlightened way”. Grifos acrescidos.

³⁵⁶ Ford Foundation Grants, op. cit. SECTION 4. Memorando de Francis S. Sutton “Subject: Mozambique Education Project”, 27/03/1963, pp. 1 – 2. No original, “Mondlane estimates that he might have as many as

Esse memorando, ao relatar a preferência pessoal de Mondlane que a escolarização desses Moçambicanos ocorresse em línguas latinas e a já referida opção de buscar auxílio brasileiro, corresponde a relatos posteriores como o de Jacinto Veloso que nos permitem aferir a agência do próprio Mondlane na escolha pela língua portuguesa.

Não se pode deixar de fazer uma referência ainda que passageira ao estudo de Robert Neil Faris sobre a vida de Mondlane e suas relações com instituições religiosas. Faris, ao analisar as correspondências trocadas na década de 1940 entre Mondlane e seu mentor, o missionário presbiteriano suíço André Clerc, menciona a inquietação de Mondlane após mudar “de contexto cultural e linguístico”³⁵⁷ em se mudar para a África do Sul (FARIS, op. cit. p. 32). Mais especificamente, numa carta enviada para Clerc no dia 26 de março de 1944, Mondlane confidenciou que ele não queria “perder a sua língua” e disse ter levado consigo “seu ‘Lusiadas’ na sua mala” (ibidem)³⁵⁸. Convém citar a conclusão Faris na íntegra: “Mesmo crítico da política colonial portuguesa, parece claro aqui que Mondlane, quando colocado nesse novo contexto, considerou-se como português e até certo nível desejou resguardar essa identidade” (ibidem)³⁵⁹.

Evidentemente o Mondlane que participou de reuniões na sede da Fundação Ford em Nova Iorque em 1962 não era o mesmo jovem Mondlane recém-chegado de Moçambique à África do Sul e não devem ser descontextualizadas suas missivas com André Clerc. A questão a ser ressaltada aqui é Mondlane, apesar de ter passado mais de uma década de sua vida em países de língua oficial inglesa e falar “português com uma pronúncia marcada pela língua inglesa” (VIEIRA, op. cit. p. 191), parecia ter na língua portuguesa um elemento identitário que não lhe convinha abandonar à altura da formação da FRELIMO. Para Lívio Sansone, por outro lado, a trajetória de Eduardo Mondlane evidencia sua habilidade em transitar por diferentes meios sociolinguísticos como uma forma de lidar com as “políticas de língua nas quais há momentos em que uma língua (um léxico ou sotaque) funciona melhor que outro” (SANSONE, 2013, p. 94).

thirty students a year who could be accommodated in secondary schools outside Africa if their transportation were available. Openings in secondary schools are not abundant. Mondlane has had much better luck in finding offers overseas, particularly in Romance language countries. He says it is on the whole much preferable that Mozambique refugees be trained either in French, Spanish, or Portuguese. [...] In Brazil, the potential is, according to Mondlane, ‘limitless’. The problem is that Brazilians cannot afford the foreign exchange to provide for any international travel or other expenses outside the country”. Grifos acrescidos.

³⁵⁷ No original: “shift in the cultural and linguistic context”.

³⁵⁸ No original: “he says he does not want to lose ‘minha língua’ [sic] and says that he had taken his ‘Lusiadas’ in his suitcase”.

³⁵⁹ “Although critical of Portuguese colonial policy, it seems clear here that Mondlane, when placed in this new context, did consider himself to be Portuguese and at some level wished to guard that identity”.

De volta ao memorando, Sutton não anotou nenhuma ressalva em relação aos planejamentos (nem ao orçamento) de Mondlane quanto ao envio de estudantes moçambicanos aos Estados Unidos e concordou com a possibilidade de financiar a seleção e treinamento desses estudantes. Contudo,

O único item que eu questionei foi a provisão para que os estudantes moçambicanos que estão aqui nos Estados Unidos voltem no verão. Pareceu-me que esse é o tipo de coisa que provavelmente encorajaria *atividades políticas* em vez de trazer *proveito educacional*. Eu espero clarificar esse ponto nas próximas discussões com o pessoal do projeto Harvard-Tanganyika. No momento, num projeto de rascunho para ações de outorga, penso em eliminar esse item³⁶⁰.

A intervenção de Sutton demonstra que a Ford, apesar de financiar um programa educacional para refugiados num contexto politicamente instável, não estava disposta a aceitar que a outorga pudesse ser utilizada para certos tipos de atividades percebidas por “finalidades políticas”. Cabe questionar se o significado da manifestação de Sutton era algo além de um princípio almejado do que uma prática consistente da Fundação. Estudos sobre as políticas de outorga da Fundação Ford para projetos educacionais em contextos africanos são escassos e é presentemente difícil verificar se o rascunho inicial de Mondlane, submetido em dezembro de 1962, seria formalmente aceitável pela Ford sem que houvesse “discussões com Washington”³⁶¹, como o próprio Sutton confia na primeira frase do memorando, e sem o prévio suporte dado por importantes diretores de outras instituições filantrópicas americanas, como o referido presidente do AAI Waldemar Nielsen, e Wilton Dillon, secretário executivo da organização filantrópica Phelps-Stokes Fund, que deram guarida às ideias de Mondlane e foram responsáveis por apresentá-lo à Sutton no dia 30 de novembro de 1962³⁶².

Como já pudemos expor anteriormente, não é possível que sustentar que a Ford não soubesse das implicações políticas do projeto de Mondlane, ou ainda mais genericamente, “da fusão inevitável entre educação e política na África”³⁶³. Resta a tarefa (da qual nos resguardamos aqui) de lançar difíceis conjecturas acerca do limite tolerável para as atividades políticas financiadas pela Ford, ou da linha divisória entre “ganhos educacionais” e “mobilização política”.

³⁶⁰ Memorando de Francis S. Sutton “Subject: Mozambique Education Project” [...] op. cit. p. 2. No original: “The only item I questioned was the provision for the Mozambique students who are here in the United States going back for the summer. It seemed to me that this was the sort of thing that was likely to encourage political activity rather than bring educational benefit. I hope to clarify this point in the forthcoming discussions with the people on the Harvard-Tanganyika project. For the present, in a contemplated draft request for grant action, I think to eliminate this item”. Grifos acrescidos.

³⁶¹ “Recent discussions with Washington”.

³⁶² Carta de Wilton S. Dillon a Waldemar Nielsen, 23/01/1963. In: Ford Foundation Records, op. cit. SECTION 4.

³⁶³ Ibidem. No original: “of the inevitable fusion of education and politics in Africa”.

De qualquer forma, para Sutton a proposição de Mondlane para trazer os estudantes moçambicanos periodicamente a Dar es Salaam não era aceitável. Sua posição não pôde ser contornada por Mondlane e a ideia foi excluída do documento seguinte submetido à apreciação da Fundação Ford, intitulado “Reajuste das Áreas de Responsabilidade” do Mozambique Education Project, submetido pelo “Dr. Mondlane numa reunião no dia 9 de maio de 1963”, como enuncia uma mensagem escrita à mão no canto superior direito³⁶⁴. O projeto ficou então delineado da seguinte maneira:

A primeira tarefa é localizar os estudantes que queiram continuar seus estudos no Tanganyika e no exterior. A maioria dos jovens que entram no Tanganyika por Moçambique tiveram apenas as classes III e IV [manuscrito: ‘seis anos de escolaridade’], e um número pequeno tem poucos anos adicionais de escolarização técnica, comercial ou normal. Será responsabilidade do Mozambique Education Project não apenas reunir o nome dos estudantes, mas também investigar suas qualificações educacionais, incluindo certificados, diplomas e quaisquer cartas de recomendação que eles possam ter. Para os alunos que não têm provas de escolaridade prévia ou que estiveram fora da escola por algum tempo, um exame admissional será administrado para determinar seu nível de colocação em uma instituição educacional”³⁶⁵.

Esta foi a tarefa que de fato coube ao Instituto Moçambicano por mais de um ano após sua fundação em agosto de 1963, num gabinete a ser localizado no centro de Dar es Salaam: investigar as qualificações educacionais dos refugiados moçambicanos pleiteantes às vagas no ensino secundário da escola do AAI em Kurasini e às bolsas universitárias fora do Tanganyika. Não houve alterações significativas neste ponto nas negociações, à exceção de se ter dado maior ênfase à responsabilidade do Instituto, ou melhor, do então “Mozambique Education Project” na triagem dos refugiados. Os planos para a construção da moradia estudantil [*hostel*] permaneceram, mas não houve menção neste documento a nenhuma atividade educacional a ser realizada diretamente pelo projeto, a não ser um sugestivo “programa de treinamento em cidadania”:

Aqueles estudantes que não tem qualificações para entrar em universidades serão encorajados a continuar seus estudos em Dar es Salaam e arredores. Para conseguir isso, o Mozambique Education Project vai estabelecer um serviço de moradia em ou próximo da cidade de Dar es Salaam. Isso incluirá, entre outros: aposentos,

³⁶⁴ No original, “Memorandum submitted by Dr. Mondlane in meeting on May 9, 1963”.

³⁶⁵ Ford Foundation Grants, op. cit. SECTION 4. “Readjustment of Areas of Responsibility”, p. 1. No original: “The first task is to locate those students from Mozambique who wish to continue their studies in Tanganyika and abroad. Most of the young people who enter Tanganyika from Mozambique have had only grades III or IV, a small number have added to this a few years of technical, commercial or normal school education. It will be the responsibility of the Mozambique Education Project to not only collect the names of students, but also to investigate their educational qualifications, including certificates, diplomas and any letters of recommendation which they may possess. For those students who either have no proof of previous schooling or who have been absent from school for some time, an achievement test must be administered to determine their level of placement in an educational institution”.

possivelmente na forma de uma grande casa, adequadamente mobiliada para pessoas jovens, serviço de alimentação, programa de treinamento em cidadania, e programa recreativo. [...] A responsabilidade pelo ensino desses estudantes a nível médio será deixado nas mãos do African-American Institute, ou de qualquer outra organização privada apropriada³⁶⁶.

Não figura dentre as instalações planejadas as salas de aula que seriam construídas em 1964 junto da moradia estudantil. Nesse sentido, é precisamente nesse ponto em que se localiza a principal mudança após a intervenção de Sutton: o “High School Program”, anteriormente descrito como parte importante do esforço educacional do movimento independência, passou a ser inteiramente delegado às organizações americanas atuantes em Dar es Salaam, isto é, à escola em Kurasini e aos professores do Project Tanganyika. A implicação mais óbvia desta mudança – mas de forma alguma a única – significaria abrir mão do ensino em língua portuguesa para os refugiados moçambicanos.

É plausível imaginar que esta alteração possa ter sido feita apenas *pro forma*, isto é, somente para atender às reivindicações de Sutton quanto à educação secundária em Dar es Salaam de maneira a dar prosseguimento aos trâmites necessários para a liberação expedita das verbas que, por sua vez, seriam investidas independentemente do que tivesse sido estipulado no termo de reajuste. Contudo, se o termo de reajuste fosse de fato executado à letra, isso significaria abrir mão das prerrogativas de educar os moçambicanos inaptos a aceder ao nível universitário – diga-se a esmagadora maioria dentre os refugiados de Dar es Salaam – e delegá-las à responsabilidade do Project Tanganyika, o que seria no longo prazo inadequado ou mesmo contraproducente para os objetivos políticos da FRELIMO de formar quadros à serviço do esforço de libertação anticolonial.

Por fim, o documento de maio de 1963 delineou objetivos prospectivos quanto à possibilidade de implantação de programa de educação de adultos e estipulou a composição do “Mozambique Education Project”:

Durante o primeiro ano do Mozambique Education Program um esforço especial será feito para estudar a possibilidade de se estabelecer um programa de educação de adultos. Esse programa terá por objetivo alfabetizar as *centenas de milhares* de refugiados e trabalhadores moçambicanos que estão agora no Tanganyika. Essa população precisa receber uma atenção especial em vista do fato de que eles desejam retornar a Moçambique conforme ele se torna independente. [...] Um escritório será estabelecido em Dar es Salaam para lidar com todas as atividades descritas acima

³⁶⁶ Ibid. pp. 2 – 3. “Those students who have no qualifications for entering university or college will be encouraged to continue their studies in Dar es Salaam and vicinity. In order to achieve this, the Mozambique Education Project will establish a hostel service in or near the city of Dar es Salaam. This will include, among others: Living quarters, possibly in the form of a large house, furnished adequately for young people, Food service, Citizenship training program, and Recreation program. [...] The responsibility of teaching these students at the high school level will be left in the hands of the African-American Institute, or any other suitable private organization”.

assim que os recursos estiverem disponíveis. O Mozambique Education Project terá uma equipe em tempo integral de três pessoas, a ser sediada na casa de Eduardo C. Mondlane. A Sra. Janet Rae Mondlane será a Diretora Executiva do Mozambique Education Project, auxiliada por dois administradores em tempo integral a serem escolhidos por ela assim que os recursos estiverem disponíveis³⁶⁷.

Note-se que o número de “refugiados e trabalhadores moçambicanos” foi então alçado à dimensão de “centenas de milhares”, que anteriormente já havia sido dado como 150.000 e, por fim, seria definitivamente estabelecido em 50.000 no documento de outorga assinado em junho de 1963. A enorme variação nessas estimativas não decorre de uma imprecisão metodológica na contagem desses grupos, mas do puro e simples desconhecimento quanto às reais proporções do número de refugiados e trabalhadores de Moçambique no Tanganyika à época. Não é por acaso que o projeto dedicado a essa categoria de futuros educandos tenha sido proposta em termos prospectivos e, mais importante, que tenha sido requisitada por Mondlane a quantia de mil dólares americanos para promover um “estudo piloto na forma de um levantamento das necessidades educacionais dos refugiados”³⁶⁸. Essa verba consta no orçamento detalhado ao final do documento datilografado e se encontra riscada à caneta. Como o plano de realizar esse levantamento não consta no documento posterior de outorga, é seguro afirmar que tenha sido negado pela Fundação.

Portanto, buscou-se aqui demonstrar como jamais houve um financiamento da Fundação Ford *para formar* o Instituto Moçambicano, mas sim uma sequência de negociações acerca de um projeto educacional para refugiados moçambicanos que culminou no Instituto. Porém, essas negociações indicam que as atividades educacionais sob os auspícios do Instituto poderiam ter seguido dois caminhos distintos. O primeiro seria relegar o ensino secundário à filantropia americana atuante em Dar es Salaam para dedicar-se ao envio de moçambicanos para qualificação universitária no estrangeiro e, como tal, abrir mão dos possíveis resultados de mobilizar jovens moçambicanos na cidade e abandonar o projeto de promover o ensino em língua portuguesa preconizado por Mondlane. O segundo significaria abandonar paulatinamente o apoio do “Project Tanganyika”, do AAI e da Fundação Ford para seguir um caminho mais autônomo, enfrentando nesse processo os desafios organizacionais e

³⁶⁷ Ibid. pp. 3 – 4. Tradução livre do original: “During the first year of the Mozambique Education Program, a special effort will be made to study the possibility of establishing an adult education program. This program will be aimed at giving literacy education to the hundreds of thousands of Mozambican refugees and workers who are now in Tanganyika. This population needs to be given special attention in view of the fact that they wish to return to Mozambique as it becomes independent. [...] An office to handle all the above activities will be established in Dar es Salaam as soon as funds are available. The Mozambique Education Project will have a full-time staff of three people, to be headquartered at the home of Eduardo C. Mondlane. Mrs. Janet Rae Mondlane will be the Executive Director of the Mozambique Education Project, assisted by two full-time officers, to be chosen by her as soon as funds are available”. Grifos acrescidos.

³⁶⁸ No original, “A pilot study in the form of a survey of refugee educational needs”.

financeiros de constituir um quadro de professores e instalações escolares próprias nas quais a escolha pela língua portuguesa, dentre outros aspectos educacionais, pudesse ser exequível.

As dificuldades em ambas as vias não devem ser negligenciadas. Em relação à primeira alternativa deve ser considerado o caráter sazonal do Project Tanganyika, as limitações estruturais da escola do AAI em Kurasini encarregada de prestar serviços educacionais a três grandes grupos de refugiados – os acima referidos sul-africanos, rodesianos e moçambicanos – e a própria língua inglesa como meio de instrução. Convém mencionar que a sazonalidade do Project Tanganyika já havia sido equacionada à ineficácia e criticada pelo próprio governo independente do Tanganyika. Quando a Fundação Ford buscou saber a opinião do Ministério de Educação e Informação do governo tanganhicano acerca da atuação dos acadêmicos de Harvard no país, o funcionário ministerial encarregado de responder às questões foi enfático:

Francamente, a presença de estudantes (ou outros) por períodos muito curtos de poucos meses não é nada útil para nós, pois num tempo tão curto eles não podem fazer muito que valha a pena. [...] Nós estamos cada vez mais inclinados a pensar que dois anos é o mínimo absoluto para qualquer um que venha para cá e espere fazer um trabalho útil³⁶⁹.

Por outro lado, Janet Mondlane, ao expressar as dificuldades em atender às necessidades educacionais dos estudantes moçambicanos que não compreendiam suficientemente o inglês para seguir com a escolarização providenciada pelos professores do Project Tanganyika e da escola do AAI em Kurasini, foi clara quanto à necessidade de oferecê-los oportunidades em português para que muitos tivessem um aproveitamento educacional apreciável. Mas é necessário levantar alguns questionamentos importantes a respeito dos critérios que foram levados em consideração na triagem dos refugiados moçambicanos em idade escolar de Dar es Salaam. Uma investigação conclusiva desse aspecto somente seria possível se os repositórios documentais do Instituto Moçambicano, possivelmente guardados na seção restrita do Arquivo Histórico de Moçambique na Baixa de Maputo, fossem localizados e examinados pormenorizadamente.

Por ora, duas considerações de caráter conjectural podem ser levantadas. Primeiro, que os refugiados moçambicanos em idade escolar no Tanganyika, chegados mais ou menos recentemente de Moçambique com um punhado de anos de escolaridade, estavam de fato

³⁶⁹ Carta de Walter Lewis-Jones a Champion Ward, 24/04/1962, In: Ford Foundation Grants, op. cit. SECTION 4. No original: “Frankly, the presence of students (or others) for very short periods of a few months is not at all that helpful to us as in such a short time they are not able to do much that is really worthwhile. [...] We are more and more inclined to think that two years is an absolute minimum for anyone to come here and expect to do a really worthwhile job”.

mais aptos a prosseguir seus estudos em língua portuguesa que inglesa e não houve qualquer intervenção ou deliberação por parte da triagem realizada pelo Instituto em priorizar os que falavam português. Segundo, e prenunciado pelo primeiro, é que a seleção dos refugiados para ingressar nos programas educacionais primeiramente conduzidos em língua inglesa na escola do AAI privilegiou deliberadamente os que tinham conhecimento prévio da língua portuguesa. Reitera-se que essas conjecturas têm um caráter hipotético, e não explicativo, e que a notória escassez de informações tanto a respeito dos jovens refugiados moçambicanos no Tanganyika como sobre os trabalhadores lá radicados impede presentemente que se avance nessas questões.

De qualquer forma, a leitura dos documentos microfilmados pela Fundação Ford aponta para a seguinte situação: uma vez que poucos refugiados moçambicanos no Tanganyika falavam qualquer língua europeia e a língua portuguesa parece ter prevalecido entre os que falavam alguma, segundo os relatórios enviados por Janet no decorrer de 1963 e 1964, a escolha da FRELIMO em promover o português requereu necessariamente a opção pelo segundo caminho indicado acima. Isto é, se fazia necessário que o Instituto Moçambicano expandisse significativamente suas instalações e operações uma vez que não poderia depender indefinidamente dos cursos providenciados pelos voluntários de Harvard na escola do AAI. Isso significou desviar da estrutura inicial como centro preparatório e dar primazia à educação pós-primária em português, sendo a constituição de uma equipe operacional falante de português alcançada por volta de 1966 (VELOSO, 2011, pp. 64 – 65).

Antes dessa conquista ser possível, contudo, as notícias da falta de pessoal fluente em língua portuguesa excederam em muito as fronteiras da correspondência entre o Instituto Moçambicano e a Fundação Ford durante o escândalo internacional que se desenvolveu após as conexões entre essas instituições virem a público em setembro de 1964. De acordo com os documentos da Fundação Ford, que se dedicam quase exclusivamente a esse assunto a partir dessa data, o escândalo parece ter surgido após Janet Mondlane, no dia 24 de agosto de 1964, ter dado uma entrevista ao Syracuse Herald Journal numa ocasião em que esteve nos Estados Unidos. A matéria, publicada no dia seguinte com a manchete “Partido exilado vê Moçambique libertado” [*Party-in-Exile Sees Liberated Mozambique*], cita explicitamente a Fundação Ford como responsável por financiar o Instituto Moçambicano e menciona a direção de Janet sobre “a educação dos jovens os quais ela espera que se tornem líderes de

uma nova nação independente quando e se ela emergir”³⁷⁰. Depois que essa conexão foi descoberta por jornalistas portugueses, deu-se um escândalo que durou por meses e envolveu a imprensa internacional, autoridades portuguesas e a Ford Motor Company.

No rolo de microfilme estão contidas correspondências trocadas de outubro a novembro de 1964 entre Henry Heald, presidente da Fundação Ford, e Alberto Franco Nogueira, ministro de Negócios Estrangeiros de Portugal, nas quais Heald essencialmente tenta aplacar Nogueira a não envolver a Ford Motor Company no incidente – que estava sendo ameaçada de ter sua fábrica de montagem encerrada em Lisboa como retaliação. Heald telegrafou a Nogueira e enviou-lhe uma carta enfática sobre a postura apolítica da Fundação Ford, reiterou que apenas critérios educacionais haviam sido considerados pelos assessores da Fundação na concessão do auxílio aos Mondlane e informou-lhe que ele fora avisado de que “no momento há alguma falta de professores fluentes em português”³⁷¹ no projeto outorgado. Sobre esse aspecto, Nogueira lhe respondeu:

Posso perguntar se o projeto de treinamento de línguas é destinado ao treinamento de estudantes em português e se a falta de professores fluentes em português está sendo preenchida por professores de outras nacionalidades que também falam e ensinam português? Ou é destinado a *substituir a língua portuguesa em Moçambique por alguma outra língua?*³⁷²

As implicações diplomáticas do escândalo são demasiado abrangentes para serem adequadamente analisadas aqui, mas deve ser devidamente ressaltado como os eventos resultantes do escândalo trouxeram, na documentação, a menção à possibilidade de substituição da língua portuguesa por um membro da cúpula do estado colonialista português. Se a possibilidade levantada por Nogueira de que a língua portuguesa poderia ser ameaçada por nacionalistas moçambicanos for seriamente considerada, temos outra evidência para descartar a suposta obviedade da escolha pela língua portuguesa como veículo do nacionalismo moçambicano no exílio.

Por fim, convém mencionar algumas questões que podem ser levantadas a partir dessa exposição e que não figuram no espectro analítico desse estudo. Em primeiro lugar, um

³⁷⁰ Recorte de jornal do periódico Syracuse Herald Journal, 25/08/1964. In: Ford Foundation Grants, op. cit. SECTION 4. No original, “the education of the youth who she hopes will become the leaders of the new independent nation when and if it emerges”.

³⁷¹ Carta de Henry T. Heald para Sua Excelência Franco Nogueira, 23/10/1964. In: Ford Foundation Grants, op. cit. SECTION 4. No original, “told at the moment that there is some lack of Portuguese-speaking teachers”.

³⁷² Carta de A. Franco Nogueira para Sr. Henry T. Heald, sem data. In: Ford Foundation Grants, op. cit. SECTION 4. No original em inglês, sem grifos: “May I ask whether the language training project is meant to train students in the Portuguese language and whether the lack of Portuguese speaking teachers is being filled with teachers of other nationalities who however also speak and teach Portuguese? Or is it intended to replace the Portuguese language in Mozambique by some other language?”

aspecto meritório de investigações futuras é o grau de (des)informação das autoridades portuguesas, particularmente a PIDE, sobre todo o caso do financiamento americano ao Instituto Moçambicano em Dar es Salaam. Diante da documentação consultada, leva-se a crer que foi a indiscrição de Janet Mondlane na ocasião de sua visita aos Estados Unidos no segundo semestre de 1964 que desencadeou o incidente, uma vez que foi somente vários dias depois de sua entrevista ao Syracuse Herald que o jornal lisboeta Diário de Notícias publicou sua versão do caso no dia 12 de setembro. É provável que essa demora não tivesse ocorrido se setores da inteligência portuguesa já soubessem do caso, uma vez que teriam interesse em divulgar (escandalosamente) as ligações entre os Mondlane e a Fundação Ford com a finalidade de desestabilizar as atuações da FRELIMO no âmbito educacional antes que Janet Mondlane se pronunciasse a respeito.

O referido diretor da Fundação, Henry T. Heald, numa carta escrita para um editor de jornal de Minneapolis, descreveu posteriormente a crise como “nossas aventuras com Salazar & Cia.” [*adventures with Salazar & Co.*], lamentou as atividades políticas dos Mondlane e concedeu retrospectivamente que “a outorga inicial foi um erro e que nos permitirmos nos envolver mesmo que indiretamente numa operação política de refugiados era quase obrigatória de ser problemática”³⁷³. A correspondência entre outras grandes instituições filantrópicas americanas compiladas no arquivo da Fundação Ford também indicam que as consequências da crise significaram o fechamento de diversas oportunidades de financiamento para a FRELIMO a partir dos EUA. Como consequência do escândalo a Fundação Ford não renovou a outorga ao AAI para executar o “Mozambique Institute Project”, como ficou conhecido o programa em 1964³⁷⁴. Um memorando escrito em 17 de fevereiro de 1965 observou que um discernimento semelhante foi tomado pelo Rockefeller Brothers Fund após ter sido procurado pelo Instituto Moçambicano por auxílio, recusado “por causa da natureza política e da instabilidade geral da região”³⁷⁵. É lícito notar que essa frase contrasta nitidamente com a estabilidade política e racial louvada pelos proponentes do Project Tanganyika cinco anos antes.

Por mais que possa parecer uma conclusão apressada afirmar que há uma relação causal entre o escândalo do Instituto Moçambicano e uma reorganização das políticas de financiamento da Fundação Ford, há fortes evidências que apontam para esse caminho. Após a suspensão de “qualquer consideração de renovação” do *Grant* nº 63-425, por exemplo,

³⁷³ Carta de Henry T. Heald para John Cowles, 30/12/1964. In: Ford Foundation Grants, op. cit. SECTION 4.

³⁷⁴ Carta de Harvey P. Hall para Francis X. Sutton, 11/11/1964. In: Ford Foundation Grants, op. cit. SECTION 4.

³⁷⁵ Inter-Office Memorandum de John Spencer, 17/02/1965. In: Ford Foundation Grants, op. cit. SECTION 4.

Francis Sutton foi informado por um executivo superior que tinha havido “discussões gerais de políticas sobre a consentaneidade de fazer outorgas especificamente designadas a lidar com problemas de refugiados” e que “o resultado foi a decisão de que, no futuro, a Fundação ficará de fora de assuntos de refugiados”³⁷⁶.

No entanto, se a repercussão diplomática por parte das autoridades portuguesas, a polémica alimentada por jornais americanos, o criticismo da Ford Motor Company e o embaraço causado em certos círculos filantrópicos conforme os laços entre os Mondlane e Fundação Ford eram descobertos podem ter constituído eventos históricos significativos o suficiente para terem alterado futuras políticas de outorga da Fundação Ford, há outros fatores que foram deliberadamente não abordados aqui. Nomeadamente, elenca-se a influência dos “africanistas”³⁷⁷ no interior do governo de John F. Kennedy, que foram fundamentais no arranjo das negociações políticas estabelecidas entre Eduardo Mondlane e setores favoráveis da Casa Branca, como Robert Kennedy, o qual intercedeu a seu favor (SCHNEIDMAN, 1987, pp. 109 – 113). No que tange a Fundação Ford, mais pesquisas precisam ser realizadas sobre o tema em relação às políticas da própria Fundação antes e depois do incidente com o Instituto Moçambicano. Uma história quantitativa sobre outorgados e projetos negados, por exemplo, poderia elucidar se o *Grant* nº 63-425 teria sido formalmente aceitável perante a Fundação sem a interferência política encoberta de Washington.

A documentação preservada nos acervos do Rockefeller Archive Center permite um entendimento mais circunstanciado acerca da formação de uma instituição que teve um papel central na formação do nacionalismo moçambicano promovido pela FRELIMO, dá substância às complexidades linguísticas do contexto no qual a o movimento da FRELIMO foi formado e também contém informações valiosas sobre como a escolha pela língua portuguesa foi executada na primeira instituição educacional do movimento. Contudo, precisamente por conta da natureza política e, dado o contexto mais amplo do início da década de 1960, da instabilidade da relação entre a Fundação Ford e o casal Mondlane, a documentação da Ford sobre o Instituto Moçambicano se encerra abruptamente no ano de 1965. Se a contribuição

³⁷⁶ Carta de Harvey P. Hall para Francis X. Sutton, 11/11/1964. In: Ford Foundation Grants, op. cit. SECTION 4. No original, “general policy discussions regarding the appropriateness of making grants specifically designed to deal with refugee problems [...] the upshot has been a decision that in the future the Foundation will stay out of the refugee business”.

³⁷⁷ O internacionalista Whitney Schneidman descreve os “africanistas” como os membros do establishment de Kennedy principalmente concentrados no “Africa Bureau” que havia sido criado por Eisenhower em 1957, desejosos de reformular as políticas americanas na África diante da cambiante realidade política do continente à época. Dentre esses membros simpáticos à mudança na política externa tradicional pró-Europeia e pró-colonial estavam o governador do estado do Michigan G. Mennen Williams; o subsecretário de Estado Chester Bowles; o embaixador americano na ONU Adlai Stevenson e o Procurador Geral dos Estados Unidos, Robert Kennedy. Ver: SCHNEIDMAN, 1987, pp. 67 – 80.

permitida pelo levantamento e leitura desses arquivos pode ser considerada significativa para a historiografia sobre Moçambique de uma maneira geral, não é possível estender sua capacidade analítica para os últimos anos do Instituto Moçambicano em finais da década de 1960.

3.2 O fim do Instituto Moçambicano: Mateus Gwenjere e a educação em língua inglesa

O Instituto seria afetado novamente por outro escândalo, ainda que de natureza bastante distinta da polémica jornalística e diplomática tratada acima e cujas implicações no longo prazo seriam ameaçadoras para a existência da FRELIMO. Referimo-nos aqui ao episódio da revolta no Instituto Moçambicano ocorrida em 1968 por intermédio da atuação de Mateus Pinho Gwenjere, um padre católico chegado de Moçambique a Dar es Salaam em meados de 1967 e que foi identificado posteriormente pela FRELIMO como um provocador enviado pela contrainsurgência portuguesa para desestabilizar o movimento no Tanganyika.

As principais explicações dadas pela historiografia à atuação explosiva de Gwenjere, “que representava um polo extremo da ideologia racista e elitista na história do movimento” (ALPERS, 1979, p. 283)³⁷⁸, estão baseadas na célebre clivagem entre as “duas linhas” segundo a definição extraída de periódicos da própria FRELIMO (ISAACMAN & ISAACMAN, 1983, p. 97). De acordo com essa perspectiva teriam ocorrido no seio do movimento tensões crescentes no decorrer da década de 1960, intensificadas ao ponto de ebulição entre finais de 1967 e meados de 1969, entre uma linha revolucionária afeita à mobilização política e militar do povo e ao estabelecimento de zonas libertadas até o arremate da libertação de Moçambique, e uma linha reacionária desejosa de substituir a dominação portuguesa pela exploração do povo moçambicano em proveito próprio. Um testemunho exemplar dessa dinâmica é evidente numa entrevista recente com Jorge Rebelo, à época “secretário para informação e propaganda” da FRELIMO:

O que caracterizou o período imediatamente anterior à morte do Presidente Mondlane foi a agudização das contradições entre aqueles que estavam contra a revolução, contra o processo de crescimento da luta armada com base popular, e aqueles que não só queriam que a luta avançasse, mas também que os resultados dessa luta servissem os interesses do povo (REBELO, 2011, p. 264).

³⁷⁸ No original: “who represented an extreme pole of racist and elitist ideology in the history of the movement”.

Nesse viés interpretativo, Gwenjere é geralmente compreendido como um agitador reacionário e descrito como um “agente inimigo”³⁷⁹ equacionado às ideias racistas, elitistas e conservadoras atribuídas aos detratores da FRELIMO.

Não convém aqui entrar no mérito de uma discussão sabidamente reducionista (HANLON, 1984, p. 28) a respeito do célebre conflito entre as “duas linhas”, nem aprofundar a análise de aspectos como a capacidade de infiltração da contrainsurgência portuguesa ou ainda sobre o suposto “tribalismo” tradicionalmente imputado a Lázaro Nkavandame (CAHEN, 2000, p. 10)³⁸⁰, tido como um dos principais articuladores da “linha reacionária” à qual Gwenjere teria feito parte. Em vez disso, delimitamos a abordagem a um aspecto que permanece marginalmente referido na historiografia sobre a crise de finais dos anos 1960 da FRELIMO: a mobilização de estudantes do Instituto Moçambicano contra o ensino em língua portuguesa.

É necessário adiantar uma importante ressalva à qual retornamos adiante: não há evidências de que Gwenjere tenha atuado diretamente na rejeição estudantil à língua portuguesa e nem podemos estabelecer com clareza que Gwenjere falasse inglês – a língua reivindicada pelos alunos revoltosos como substituta à portuguesa. No entanto, não é possível abordar o debacle do Instituto Moçambicano sem antes compreender os desdobramentos da militância de Mateus Gwenjere no Instituto e situá-los no interior de recalitrâncias e discórdias mais amplas que afetavam a FRELIMO de finais da década de 1960.

Em primeiro lugar, cabe ressaltar que Gwenjere não é uma figura desconhecida na historiografia de Moçambique. Pelo contrário: ele é recorrentemente citado como uma peça-chave para explicar o fechamento do Instituto Moçambicano em meados de 1968. Uma das primeiras descrições detalhadas sobre o papel central de Gwenjere nesse evento foi dada por Michael Samuels sem, contudo, recorrer ao chavão interpretativo das “duas linhas”:

Em meados de 1967, um jovem padre africano que havia trabalhado em Moçambique, Mateus Gwenjere, chegou a Dar es Salaam. Jovem, militante e impaciente, Gwenjere achou que Mondlane era muito lento e parecia demasiado ávido por um eventual acordo [com os portugueses]. Sua militância se tornou infecciosa entre os estudantes no Instituto. Como resultado da turbulência política trazida pelas suas atividades, o Instituto foi fechado em 1968. A perda decorrente do fechamento do Instituto foi exacerbada pelo fato de que muitos dos 144 estudantes à época fugiram das

³⁷⁹ MOZAMBIQUE REVOLUTION, nº 38, março-abril 1969. Departamento de Informação, Dar es Salaam.

³⁸⁰ Num curto artigo declaradamente preliminar sobre o tema da “etnicidade política” dos Macondes, Michel Cahen afirma ser “completamente falso” apresentar Nkavandame (ou N’Kavandame) como um “líder tradicional” ou tribal, sendo mais preciso designá-lo como um agricultor e negociante católico maconde financeiramente bem-sucedido e interessado em expandir modelos cooperativistas de produção e comércio agrícolas.

proximidades de Dar es Salaam e a FRELIMO não foi capaz de descobrir seu paradeiro (SAMUELS, 1971, p. 70)³⁸¹.

Como Samuels não entrou nas minúcias do posicionamento político de Gwenjere junto aos estudantes e descreveu-o como uma simples oposição à aparente morosidade da liderança de Mondlane, esse depoimento não é muito revelador de suas motivações para mobilizar os estudantes do Instituto contra o ensino em língua portuguesa. Aliás, como é evidente no trecho citado, tal aspecto sequer foi mencionado. Convém ressaltar a fonte à qual Samuels recorreu para obter essas informações a respeito de Gwenjere: o padre moçambicano Eduardo José Bacião Koloma. Em 1970, ocasião em que foi entrevistado por Samuels, Eduardo Koloma ocupava o cargo de secretário do Departamento de Educação e Cultura da FRELIMO em Dar es Salaam.

No recém-publicado segundo volume da coleção “Memórias da Revolução” (2016) é possível ler os depoimentos do próprio Koloma a respeito desses episódios, bem como abordar sua visão do projeto educacional do Instituto Moçambicano. Procede-se na sequência à análise de suas declarações com o objetivo de auxiliar no esclarecimento dos conflitos de 1968 e abrir o caminho para situar a contenda linguística como componente de insatisfações mais abrangentes que estiveram por trás do motim estudantil.

Koloma foi colega de Gwenjere³⁸² no Seminário Menor de São João de Brito do Zóbuè e posteriormente no Seminário Maior da Namaacha, este transferido em 1964 para Lourenço Marques e renomeado Seminário Maior Pio X por intermédio do Estado colonial para dissuadir potenciais atividades subversivas por parte dos seminaristas (KOLOMO, op. cit. p. 116), e Gwenjere teria sido um dos responsáveis por facilitar a fuga de Koloma à Tanzânia pelo Malauí (ibid. p. 121). Eles teriam se reencontrado em Dar es Salaam alguns meses após a chegada de Koloma, por volta de junho de 1967.

Uma das primeiras atribuições de Koloma na Tanzânia foi atuar como professor de português no Instituto Moçambicano. Quando indagado por seu entrevistador sobre quais foram os principais resultados do apoio internacional dado ao Instituto, Koloma menciona que sua construção só havia sido possível com o financiamento “por parceiros, incluindo os EUA, através da Ford Foundation” (ibid. p. 126). Quando perguntado sobre o “papel concreto do

³⁸¹ “In mid-1967, a young African priest who had worked in Mozambique, Mateus Gwenjere, arrived in Dar es Salaam. Young, militant, and impatient, Gwenjere felt that Mondlane was moving too slowly and seemed too eager for eventual compromise. His militancy became infectuous among students at the Institute. As a result of political turbulence brought about by his activities, the Institute was closed in 1968. The loss sustained by the closing of the Institute was exacerbated by the fact that many of the 144 students at that time fled the immediate environs of Dar es Salaam and Frelimo was not able to account for their whereabouts”.

³⁸² O nome de Gwenjere é aporuguesado para Mateus Guenjere na edição em que foi publicada a entrevista com Koloma.

Instituto Moçambicano” e se seu objetivo era formar elites dirigentes ou “prover escolaridade às crianças moçambicanas”, sua resposta fornece um histórico resumido sobre a própria instituição:

Para muitos daqueles jovens que vinham de Moçambique com alguma formação, a FRELIMO, na pessoa do seu Presidente Dr. Eduardo Mondlane, arranjava bolsas de estudos. Aqueles que não tinham o nível requerido para receber uma bolsa de estudos eram colocados no Instituto Moçambicano, construído em 1963, se não me engano. Os que tinham bom nível da língua inglesa eram colocados no Instituto Afro-Americano, uma instituição de ensino secundário, que existia em Kurasini, muito próximo do Instituto Moçambicano. *Mas a maioria dos jovens moçambicanos que se juntava a FRELIMO não tinha o domínio da língua inglesa.* Daí a necessidade de se criar uma escola secundária para eles. Portanto, no Instituto Moçambicano, não formávamos dirigentes, mas sim dávamos educação a jovens moçambicanos (KOLOMA, 2016, p. 128).

Alguns pontos precisam ser ressaltados deste depoimento. Se o Instituto Afro-Americano é incorretamente caracterizado como uma escola secundária de Dar es Salaam, enquanto na verdade ele era (e continua a ser) uma instituição filantrópica sediada em Nova Iorque que coordenava à época uma escola para refugiados na Tanzânia, a descrição histórica de Koloma corresponde grosso modo à narrativa que pode ser construída a partir da documentação da Fundação Ford. Há também correspondência entre seu depoimento e o que foi expresso por Janet Mondlane nos relatórios à Ford acerca da predominância da língua portuguesa entre os jovens moçambicanos em Dar es Salaam. Porém, como se busca mostrar adiante, este ponto é problemático para a compreensão dos motivos que levaram à crise estudantil no Instituto Moçambicano. A respeito dessa crise, seu entrevistador lhe perguntou sobre o momento em que o Instituto entrou “em ebulição” (ibid. p. 129), e obteve por resposta de Koloma:

É preciso compreender isso no âmbito da gestão do processo da luta. Quando se atingiu a crise dentro da FRELIMO, que culminou com o assassinato do Presidente Mondlane, a mesma se alastrou tomando várias formas. No Instituto Moçambicano tomou a forma de rebelião dos estudantes contra os dirigentes da FRELIMO. Isso deu-se em 1968. Depois dessa rebelião ter passado, deixando alguns rastros muito tristes, dos cerca de 120 estudantes que tínhamos, 100 foram-se embora. Fizeram-se refugiados, outra vez, noutros países, principalmente no Quênia. Hoje, em Nairobi, ainda há uma comunidade moçambicana resultante desse êxodo (KOLOMA, op. cit. p. 129).

Sua leitura dos fatos consona de certa forma com as interpretações referidas acima de maneira a subsumir a revolta dos estudantes nos conflitos mais amplos que ocorriam no seio do movimento da FRELIMO na Tanzânia, e dá informações sobre o paradeiro dos ex-alunos que são particularmente instigantes para futuras pesquisas. Ainda que seu entrevistador tenha voltado à questão sobre a localização e os objetivos dos alunos que haviam se amotinado no

Instituto, Koloma afirma apenas que “[e]stá certo que nenhum deles ficou na Tanzania” e não responde à pergunta sobre se esses ex-estudantes estariam em processo de criação de “uma nova frente no Quênia” (KOLOMA, *op. cit.* p. 132). Seu depoimento prossegue:

Quando a rebelião dos estudantes começou, eu era Deão do Instituto Moçambicano. Isso marcou-me bastante! Os estudantes estavam muito rebeldes e não queriam ver nenhum dirigente da FRELIMO à sua frente e muito menos um professor ou militante da FRELIMO de raça branca. Mas eu era o ‘capitão’, não podia ‘abandonar o barco’. Para minha própria auto-defesa, cheguei a dormir com garrafas cheias de arêia, no meu quarto! (KOLOMA, *op. cit.* p. 131).

Koloma ressalta um aspecto que parece ter sido crucial na revolta dos estudantes do Instituto: o elemento racial, isto é, uma clivagem que à primeira vista ocorreu entre os alunos (moçambicanos negros) e o corpo docente composto predominantemente por moçambicanos brancos, como Jacinto Veloso e Fernando Ganhão, diversos brancos estrangeiros³⁸³ e dirigido por uma norte-americana branca. Não figura dentre as intenções deste trabalho pormenorizar essa questão espinhosa da FRELIMO na Tanzânia e que parece ainda não ter sido extensivamente trabalhada pela historiografia. Mas seria uma imprudência analítica omitir tal aspecto da crise em qualquer estudo histórico sobre o Instituto Moçambicano, ainda que circunspecto à questão linguística, especialmente em vista dos motivos a serem expostos adiante.

Inquirido sobre o que é que teria enfurecido os estudantes Koloma deu uma resposta que permanece em conformidade com as interpretações já delineadas anteriormente:

É uma história muito longa que tem concatenação com as Zonas Libertadas. A agitação começou no interior de Moçambique e se estendeu para Tanzania. Os chamados ‘chairmans’, uma espécie de conselheiros de Lázaro Nkavandame, que era o responsável máximo civil, em Cabo Delgado, é que agitavam a população tanto no interior como no exterior do País. No exterior foram usados os alunos do Instituto Moçambicano e os refugiados moçambicanos radicados na Tanzania. Por exemplo, aos estudantes moçambicanos se inculcava a ideia de que estavam a sofrer, enquanto os dirigentes da FRELIMO estavam a viver bem juntamente com os brancos, que estavam a matar os seus pais em Moçambique. Isto era uma referência aos professores do Instituto Moçambicano e outros militantes da FRELIMO de raça branca! O Padre Mateus Guenjere que, entretanto, também se juntara à FRELIMO, teve papel negativo nessa agitação (KOLOMA, *op. cit.* p. 131).

Portanto, as revoltas no Instituto parecem ter ocorrido por meio da mobilização de ressentimentos raciais e são inseridas num panorama mais amplo de insurreições no âmbito da organização da FRELIMO durante a luta armada. Contudo, Koloma não se estende sobre a questão, não menciona problemas de ordem linguística e nem pormenoriza a atuação concreta

³⁸³ Koloma menciona a existência, em sua época, de “um professor alemão, um casal americano, um casal sueco, outro casal holandês, um professor afro-americano, outro indiano, oriundo de Goa, entre outros” (KOLOMA, 2016, p. 129).

de Gwenjere no debacle do Instituto Moçambicano. De fato, uma leitura atenta de seu depoimento levanta mais dúvidas que esclarecimentos. Em primeiro lugar, como que um padre recém-chegado de Moçambique pôde ter desestabilizado de tal forma, e em questão de meses, o corpo discente do Instituto? Independentemente se Gwenjere estava ou não a serviço secreto da contrainsurgência portuguesa, quais foram os motivos que deram sustentação à revolta entre os estudantes? Por quais motivos foram levantados fatores raciais? E, mais importante para nosso propósito analítico, qual o papel teve e como se manifestou a polêmica a respeito da língua de instrução do Instituto?

Para buscar respostas a essas perguntas é necessário empreender um aprofundamento na bibliografia disponível sobre os conflitos que sacudiram a FRELIMO em finais da década de 1960 e analisá-las em conjunto com depoimentos de figuras importantes do movimento à época como Koloma, Hélder Martins, Janet Mondlane, Jorge Rebelo e Sérgio Vieira.

A leitura de Allen e Barbara Isaacman sobre esses eventos os descreve sumariamente como um “conflito sobre elitismo estudantil” (ISAACMAN & ISAACMAN, 1983, p. 96)³⁸⁴, no qual a atuação de Gwenjere é um “fator chave” para compreender a rebeldia dos estudantes diante das deliberações da FRELIMO. Dentre elas, esses autores destacam a obrigatoriedade promulgada pela Frente de que os alunos passassem ao menos um ano no interior de Moçambique para atuar na luta de libertação após a conclusão dos estudos em Dar es Salaam, o que teria sido visto por muitos dos estudantes – incitados por Gwenjere – como uma imposição arbitrária e danosa à continuidade de seus estudos universitários no exterior.

Jorge Rebelo propôs numa entrevista recente uma interpretação desses eventos que é elucidativa sobre a intenção da FRELIMO em ter promovido a mudança curricular que estipulava a necessidade dos alunos do Instituto Moçambicano em participar das atividades da guerra contra Portugal no norte de Moçambique. Para Rebelo, a atitude revoltosa dos estudantes contra essa deliberação estava concatenada aos tumultos causados pela ala reacionária do movimento e, portanto, é lida como uma atitude inerentemente elitista:

Na área da educação, também havia uma forte contradição. O grupo de reaccionários entendia que os estudantes da FRELIMO deviam estudar para serem futuros líderes. Portanto, deviam recusar-se a participar na guerra, porque podiam ser mortos, enquanto seu papel era dirigir o país no futuro. Mas o presidente Mondlane defendia que os alunos da FRELIMO deviam ser parte do processo de libertação, desde logo e em todas as frentes. Defendia que os alunos deviam participar na guerra e aplicar o seu conhecimento para fazer a guerra avançar (REBELO, 2011, p. 264).

³⁸⁴ No original: “conflict over student elitism”.

Para além desses aspectos, há menções à recalcitrância dos moçambicanos que então desfrutavam de bolsas universitárias nos EUA em rejeitar a decisão da FRELIMO que exigia que “retornassem para casa e se unissem às fileiras dos militantes” (ISAACMAN & ISAACMAN, *op. cit.* p. 97)³⁸⁵. Esse grupo de estudantes curiosamente chegou a constituir maioria no conjunto dos moçambicanos enviados a universidades no exterior (KOLOMA, *op. cit.* p. 125).

Convém reiterar que as alterações entre o grupo de estudantes moçambicanos filiados à UNEMO em sua seccional dos Estados Unidos e a liderança de Eduardo Mondlane não está em escrutínio neste trabalho. Porém, num documento admonitório enviado por Mondlane aos estudantes no estrangeiro em dezembro de 1967 são explicitadas algumas das razões que levaram a FRELIMO a estipular a obrigatoriedade de prestação de serviços militares ou comunitários aos estudantes sob seus auspícios. Esse documento, que fora originalmente escrito em português e então traduzido ao inglês por Douglas Wheeler, destacou que:

Moçambique precisa de uma liderança treinada e revolucionária, líderes cujo treinamento técnico é apoiado por uma vontade e ideias revolucionárias, líderes que possuem uma verdadeira dedicação ao povo e à revolução, que podem ser temperados somente no calor do povo e da luta, na fidelidade às necessidades da Pátria, formulada pela FRELIMO que incorpora sua vontade e objetivos na presente etapa histórica. Essa é uma das razões pelas quais a FRELIMO obriga os estudantes do Instituto Moçambicano a trabalharem durante os feriados, a participar diretamente nas tarefas da revolução antes de irem ao exterior, e [encoraja-os para] interromperem seus estudos após terminarem seu primeiro ciclo superior, etc... Isso serve para ‘imersão’ o aluno, o intelectual, e o futuro líder treinado no seio da revolução (WHEELER, 1969, p. 331)³⁸⁶.

Uma análise mais detalhada desse episódio foi lançada por Joseph Hanlon num livro pouco posterior ao de Allen e Barbara Isaacman. O evento é também situado no âmbito das cisões internas no movimento da FRELIMO em finais da década de 1960, momento no qual “algumas das mais difíceis disputas eram centradas na educação” (HANLON, *op. cit.* p. 31)³⁸⁷. Em primeiro lugar, Hanlon situa a contumácia dos estudantes moçambicanos nos Estados Unidos, queixosos da exigência da FRELIMO de que retornassem a Dar es Salaam o quanto antes, e então dos estudantes do Instituto Moçambicano, que rejeitavam a política da

³⁸⁵ “to return home and join the ranks of the militants”.

³⁸⁶ “Mozambique needs a revolutionary and trained leadership, leaders whose technical training is supported by a revolutionary will and idea, leaders who possess a true dedication to the people and to the revolution, who can be tempered only in the heat of the people and the struggle, in fidelity to the needs of the Fatherland, formulated by FRELIMO which embodies its will and objectives in the present historical phase. This is one of the reasons why FRELIMO obliges the IM students to work during their holidays, to participate directly in the tasks of the Revolution before going abroad, and [it encourages them to] interrupt their studies after the first higher cycle, etc ... This serves to ‘immerse’ the student, the intellectual, and the future trained leadership in the bosom of the Revolution”.

³⁸⁷ “Some of the sharpest disputes were centred on education”.

FRELIMO de enviá-los para as zonas de guerra em Moçambique em detrimento de suas expectativas para prosseguir o ensino universitário. Hanlon menciona que, numa tentativa de contornar o primeiro problema, “Mondlane foi aos Estados Unidos em 1966 e 1967 num esforço malsucedido de convencer os estudantes a retornar quando concluíssem seus primeiros graus em vez de prosseguir estudando para graus superiores” (ibidem)³⁸⁸.

A questão principal a ser ressaltada aqui é que pode ser traçada uma correlação entre ambos os movimentos contestatórios estudantis nos EUA e no Instituto Moçambicano:

Problemas similares surgiram entre os secundaristas em Dar es Salaam. *O uso da língua portuguesa* e a falta de acreditação internacional da escola secundária da FRELIMO efetivamente impedia o caminho para prosseguir os estudos nos EUA e levou a protestos, liderados pelo padre Mateus Gwenjere em particular (ibidem, grifos acrescidos)³⁸⁹.

Essa leitura nos permite transcender o aspecto racial das animosidades que assolaram a comunidade estudantil do Instituto e abordar a questão da negação à língua portuguesa como meio válido de instrução. Não se sabe ao certo quais os motivos que levaram os secundaristas a manifestarem preferências pelos EUA em particular, mas é plausível supor que possam ter visto uma oportunidade de escapar da interveniência da FRELIMO em suas decisões pessoais ao se juntarem à comunidade de expatriados moçambicanos nos Estados Unidos. Essa hipótese se baseia na existência anterior dos atritos entre estes e a FRELIMO em Dar es Salaam e depende de futuras confirmações. Por exemplo, são necessárias investigações que delimitem a que medida os alunos do Instituto tinham acesso a rumores ou informações sobre a resistência dos estudantes nos EUA e em que grau essa resistência pode ter contribuído no recrudescimento das tensões entre os secundaristas e a administração do Instituto Moçambicano.

Além disso, é particularmente problemático que o ensino em língua portuguesa tenha sido um dos alvos das críticas dos estudantes revoltosos. Se tomarmos os depoimentos de Koloma e as queixas de Janet Mondlane enviadas à Fundação Ford poucos anos antes do desencadeamento dos conflitos no Instituto Moçambicano temos que, a princípio, a maioria dos refugiados moçambicanos em Dar es Salaam e, por consequência, dos estudantes no Instituto, não dominava a língua inglesa. Essas evidências tomadas isoladamente não

³⁸⁸ “Mondlane went to the United States in 1966 and 1967 in an unsuccessful effort to convince students to return when they completed their first degrees instead of studying for advanced degrees”.

³⁸⁹ “Similar problems arose among secondary school students in Dar es Salaam. The use of Portuguese and the lack of international accreditation for the Frelimo Secondary School effectively cut off the avenue of study in the US and brought protests, led by Father Mateus Gwenjere in particular”.

constituem uma explicação à militância dos estudantes em favor do inglês e, portanto, esse problema não pode ser adequadamente respondido sem uma contextualização mais ampla.

Curiosamente, o componente linguístico imbricado nesses conflitos já havia sido abordado por Walter C. Opello em um artigo publicado em 1975 sobre “Pluralismo e Conflito de Elites” no movimento de independência da FRELIMO em 1960. Opello pormenorizou com ainda maior detalhe as causas desses conflitos, situou o papel de Gwenjere neles e forneceu subsídios para melhor compreendermos o elemento de discórdia no meio de instrução no Instituto.

Primeiramente, Opello trouxe em seu texto as conclusões tiradas por uma comissão nomeada pelo governo tanzaniano e pelo Comitê de Libertação da Organização da União Africana³⁹⁰ para investigar o ocorrido como “consequência direta” da interferência de Mateus Gwenjere nos assuntos do Instituto (OPELLO, 1975, p. 74). Nesse sentido, a chegada de Gwenjere a Dar es Salaam em finais de 1967 foi imediatamente seguida por sua atuação em

explorar a já latente desconfiança e animosidade entre os estudantes, a maioria dos quais veio das regiões norte e centro [de Moçambique], e o Comitê Central [da FRELIMO]. Isso foi feito por incentivar os alunos a aguardar bolsas para prosseguir os estudos no exterior, *por exigir que o meio de instrução fosse inglês e não português*, e por buscar a remoção de quatro professores portugueses expatriados e da diretora, Janet Mondlane, todos brancos (OPELLO, 1975, p. 74, grifos adicionados)³⁹¹.

Assim, a análise de Opello procedeu por articular os elementos presentes nas reivindicações e nos conflitos estabelecidos entre os estudantes aliados a Gwenjere e a FRELIMO. É fundamental situar a questão racial nesse conflito não como uma simples oposição entre moçambicanos negros e professores brancos no Instituto, mas como sintoma de uma fissuração mais profunda (e mais grave) entre setores do movimento nacionalista na Tanzânia, as zonas libertadas do norte de Moçambique e sua liderança em Dar es Salaam. Desconsiderar essa dinâmica implica em não compreender adequadamente a atuação de

³⁹⁰ O Comitê de Libertação da OAU [Organization of African Unity Liberation Committee] tinha sua sede em Dar es Salaam e foi criado como órgão da Organização da União Africana (atual União Africana, com sede em Adis Abeba) para fornecer apoio diplomático, político, militar e econômico aos movimentos de libertação anticolonial da África Austral como a FRELIMO, o ANC e a SWAPO. Em maio de 2017 o prédio que sediava o Comitê estava em ruínas no centro de Dar es Salaam, situado imediatamente ao lado do Alto Comissariado de Moçambique na Tanzânia, no centro diplomático da cidade. As ruínas são guardadas por militares tanzanianos e obtive informações de que há um projeto de restauração do prédio em andamento.

³⁹¹ “He immediately exploited the already latent distrust and animosity between the students, the bulk of whom came from the northern and central regions, and the Central Committee. This was achieved by encouraging the students to expect scholarships for further study abroad, by demanding that the medium of instruction be English rather than Portuguese, and by seeking the removal from the Institute's staff of four expatriate Portuguese teachers and the director, Janet Mondlane, all of whom were white”.

Gwenjere entre os estudantes no Instituto e a reduz a um vago oposicionismo de cariz reacionário contra a FRELIMO. Para Opello, Gwenjere teria de fato convencido

os estudantes de que a nova política que requeria serviços militares era outro complô traçado por líderes assimilados e mestiços do sul para eliminar do partido os negros de grupos étnicos das regiões centro e norte, especialmente aqueles que treinavam para assumir futuras posições de liderança (OPELLO, 1975, pp. 74 – 75)³⁹².

Visto por essa perspectiva, os componentes racial e linguístico dos conflitos podem ser compreendidos como duas faces de uma mesma manifestação de rejeição à liderança da FRELIMO, entidade percebida pelos estudantes, Gwenjere e outros³⁹³ como desproporcionalmente dominada por mestiços, asiáticos e assimilados de procedência urbana e de Moçambique meridional. No caso mais específico do Instituto Moçambicano, não coincidentemente a revolta foi direcionada contra os professores brancos, estrangeiros e à Janet Mondlane. Nesse sentido, Opello prossegue:

Quando a liderança, que era percebida pelos estudantes não apenas dominada por mestiços e assimilados do sul mas também ‘corrupta’ em retroceder com as promessas de bolsas de estudo, pediu aos estudantes principalmente originários de grupos étnicos do norte que fizessem serviços militares, é dificilmente surpreendente que eles tenham se recusado a fazê-lo. A crença de que eles se tornariam bucha de canhão para a liderança sulina era relativamente bastante difundida (OPELLO, 1975, p. 75)³⁹⁴.

A argumentação de Opello é significativa por possibilitar uma leitura sobre o porquê da rejeição à língua portuguesa por parte dos revoltosos. Nesse contexto, a defesa do ensino em língua inglesa pode ser interpretada não como um posicionamento utilitário de estudantes desejosos de aceder ao ensino universitário nos Estados Unidos, pois é evidente que um programa educacional com meio de instrução em inglês seria mais propício para o aproveitamento de oportunidades educacionais nessa língua, mas como um posicionamento político que buscava contrapor a liderança da FRELIMO, alegadamente dominada por

³⁹² “He convinced the students that the new policy requiring military service was another plot by southern mestiços and assimilado leaders to elimiate (sic) from the party blacks from ethnic groups from the northern and central regions, especially those training for future leadership positions”.

³⁹³ O emprego vago do termo “outros” aqui é duplamente deliberado e sugestivo por dois motivos. Primeiro por haver menções há participação de “Black nationalists” (HANLON, 1984, pp. 31 – 32) do governo tanzaniano na incitação aos conflitos no seio da FRELIMO e, segundo, por não sabermos quase nada a respeito da pressão desses grupos externos à FRELIMO, quem os compunha e até que ponto eles poderiam influir na mobilização dos refugiados de Moçambique em Dar es Salaam não afiliados à FRELIMO. Adicionalmente, é sabido que o governo tanzaniano exigiu intransigentemente a expulsão dos brancos a serviço da FRELIMO (como Helder Martins, Fernando Ganhão e Jacinto Veloso) em razão desses conflitos, que haviam culminado num ataque ao escritório da FRELIMO no centro de Dar es Salaam (ALPERS, 1979, p. 283).

³⁹⁴ “When the leadership, which was perceived by the students not only to be dominated by mestiços and assimilados from the south but also ‘corrupt’ in their backsliding over scholarship promises, asked students primarily from northern ethnic groups to do military service, it is hardly surprising that they refused. The belief that they would become cannon fodder for the southern leadership was fairly widely held”.

mestiços e assimilados do sul. É forçoso ressaltar, se já não o é suficientemente evidente, que a língua falada por essa liderança era a portuguesa.

Dois estudos mais recentes tiveram acesso a diferentes fundos documentais que os possibilitaram contar com maiores detalhes o escalamento das tensões entre os estudantes e a equipe de professores do Instituto Moçambicano, nomeadamente o livro de João M. Cabrita (2000) e o artigo de Michael G. Panzer (2009). Ainda que Cabrita não mencione a querela linguística nas cinco páginas de seu livro dedicadas à “inquietação estudantil” [*student unrest*], sua descrição fornece um relato mais detalhado sobre a ascensão de Gwenjere ao posto de professor de português no Instituto Moçambicano como tendo sido uma deliberação do próprio Eduardo Mondlane, interessado em aproveitar a educação pregressa de um seminarista próximo dos quarenta anos de idade que, portanto, se distinguia da “maioria dos refugiados de origem rural” que ingressavam na guerrilha – atividade inicialmente preferida por Gwenjere à docência no Instituto (CABRITA, 2000, p. 52). Cabrita também localiza ligações entre Gwenjere e o pouco-conhecido “Conselho de Anciãos” [*Elders Council*] comandado por Lázaro Nkavandame na busca de apoio contra a liderança da FRELIMO, bem como com altos oficiais do governo tanzaniano como o vice-presidente Sheikh Abeid Karume, críticos da política multirracial da FRELIMO (*ibid.* p. 53).

Panzer, por sua vez, insere os conflitos do Instituto num panorama mais amplo de “conflito generacional” [*generational conflict*] no seio da organização da FRELIMO e acompanhou por meio de documentos da polícia tanzaniana o escalar da animosidade entre alunos e professores – um aluno, por exemplo, chegou a comparecer à aula armado de uma faca com o intuito de matar os “portugueses brancos” da escola (PANZER, 2009, p. 805). Panzer reconhece que “uma importante consideração era a questão da língua” durante o processo de seleção para ingresso de alunos no Instituto Moçambicano e que “a relação entre Gwenjere e Janet Mondlane rapidamente deteriorou como resultado da opinião de Gwenjere que os estudantes aprendessem inglês em vez de português” (*ibid.* p. 818)³⁹⁵, mas não se debruça sobre o problema da língua e o situa enquanto problema circunscrito ao “acesso à educação universitária no exterior” (*ibid.* p. 811)³⁹⁶.

Diante dessas principais interpretações veiculadas pela historiografia pertinente, passamos à exposição de alguns depoimentos de pessoas que participaram direta ou indiretamente do motim estudantil no Instituto Moçambicano como Janet Mondlane, Eduardo

³⁹⁵ “The relationship between Gwenjere and Janet Mondlane quickly deteriorated as a result of Gwenjere’s opinion that students should learn English instead of Portuguese”.

³⁹⁶ “The debate surrounding access to university education abroad was a contributing factor in the violence at the Mozambique Institute’s secondary school in March 1968”.

Mondlane, Uria Simango, Hélder Martins e Sérgio Vieira de maneira a situar em maior detalhe suas interpretações acerca das tensões evidenciadas naquele contexto. Por fim, delineamos um conjunto exploratório de abordagens que possam auxiliar na busca por um entendimento aprofundado sobre o ocaso do Instituto Moçambicano e o papel da polêmica em torno de seu meio de instrução.

Janet Mondlane, diretora do Instituto durante toda sua existência em Dar es Salaam, teve algumas de suas recordações sobre este conturbado período escritas na biografia que lhe foi dedicada por Nadja Manghezi. Um papel central na revolta dos estudantes foi imputado à atuação de Gwenjere, mas diferentemente de outras análises, não se buscou afirmar que Gwenjere estivesse a serviço dos portugueses – alegação que ainda carece de provas, como indica Panzer (2013, p. 345) – nem envolvido em tramoias para assumir ele próprio a liderança da FRELIMO. Manghezi argumentou ser mais plausível supor que sua atuação intempestiva em Dar es Salaam era decorrência das maquinações de sua personalidade problemática, teimosa e arredia. Segundo a opinião de Fernando Ganhão, professor de português no Instituto que compartilhou um aposento com Gwenjere no alojamento do Instituto, “Gwengere [sic.] tinha, pura e simplesmente, problemas mentais” (MANGHEZI, op. cit. p. 275).

A docência de Gwenjere no Instituto, antecedida por sua ida aos Estados Unidos na companhia de Uria Simango e sua “meteórica” visita ao campo militar de Nachingwa (MARTINS, 2001, p. 348) foi elencada por Manghezi como principal agravante da revolta dos estudantes. As queixas apresentadas pelos estudantes numa reunião que tiveram com Eduardo Mondlane em meados de fevereiro de 1968, foram descritas da seguinte forma:

Porque tinham eles que estudar com professores brancos? Porque se estava a FRELIMO a preparar para fazer com que os estudantes fossem mortos em vez de os preparar para níveis mais altos de educação no estrangeiro? *Porque é que tinham que aprender português, aquela língua horrível dos imperialistas?* Porque estava ele a proteger a sua própria tribo promovendo-a para a direcção do exército e para o Comité Central? (MANGHEZI, op. cit. p. 281, grifos acrescidos).

Esse depoimento apresenta um indício de que a língua portuguesa foi rejeitada pelos estudantes enquanto uma língua “imperialista”. Não está claro qual foi a atuação de Gwenjere sobre esse ponto em específico. Os relatos analisados tendem a atribuir sua militância hostil à presença de professores portugueses no Instituto (NCOMO, 2004; PANZER, op. cit.; MARTINS, op. cit.) e ao seu conflito pessoal com lideranças da FRELIMO. Mas não foram encontrados indícios que permitam atribuir a rejeição à língua portuguesa como uma característica da ira de Gwenjere, e não temos evidências de que ele falasse inglês. Seus

esforços parecem ter sido direcionados na direção de acabar com a obrigatoriedade dos serviços militares e comunitários para os alunos do Instituto e expulsar todos os “brancos portugueses, espíritos malditos” (MARTINS, op. cit. p. 349) do movimento.

No polêmico documento intitulado “Gloomy Situation in FRELIMO” publicado na ocasião das lutas sucessórias que opuseram Uria Simango ao Comitê Central da FRELIMO após a morte de Eduardo Mondlane, Simango deu sua própria versão dos acontecimentos no Instituto e situou a atuação de Gwenjere como “expressão de simpatia e solidariedade com seu próprio povo”³⁹⁷. Para Simango,

Os alunos no Instituto Moçambicano estavam contrários à presença física de portugueses como seus professores por razões óbvias. Para eles essa era mais uma forma de colonialismo, da mais insidiosa, [uma] lavagem cerebral (doutrinação). [...] Deve ficar claro que os estudantes não estavam contrários aos professores brancos como alguns tendem a espalhar. Havia outros professores dos EUA, Índia, GDR, e Checoslováquia, mas eles não pediram sua remoção. Para eles não era um problema de raça, mas um grupo de pessoas que podia estar na organização numa missão do governo português. Eles se convenceram de que esses elementos estavam lá para esse propósito³⁹⁸.

Outra acusação feita por Simango em seu documento difamatório sobre determinados elementos da FRELIMO como os “brancos portugueses” e Marcelino dos Santos foi desferida à Janet Mondlane, alegadamente uma “fonte de corrupção massiva na FRELIMO”³⁹⁹ e envolvida em atividades “imperialistas”. Dentre as reivindicações estudantis elencadas por Simango uma era sua destituição do cargo de diretora do Instituto em prol de “um moçambicano”, seguido entre parênteses: “um africano”⁴⁰⁰. Não há nenhuma menção neste documento sobre divergências linguísticas ou rejeição à língua portuguesa em si. Para Simango, o eixo principal sobre o qual correu a revolta no Instituto Moçambicano teria sido a presença de brancos de nacionalidade portuguesa. A presença de outros brancos parece não ter sido posta em questão.

Para abordar esse aspecto é possível aludir à experiência de outros professores brancos estrangeiros no Instituto como o estadunidense William Minter. Minter e sua então esposa Ruth Brandon conheceram Eduardo Mondlane por meio de contatos com programas

³⁹⁷ “THE GLOOMY SITUATION IN FRELIMO”, p. 2. Biblioteca do CEA-UEM, nº 967.9, 23/D. No original: “an expression of sympathy and solidarity with his own people”.

³⁹⁸ Ibid. pp. 2 – 3. No original: “The students at the Mozambique Institute were against the physical presence of Portuguese nationals as their teachers for obvious reasons. To them this was a further form of colonialism, most dangerous one, brain wash (indoctrination). [...] It must be clear that the students were not against white teachers as some tend to spread. There were other white teachers from USA, India, GDR, and Checoslovaquia but they did not demand their removal. To them it was not a problem of race but a group of people who could be in the organization on the Portuguese government mission. They convinced themselves that these elements were for this purpose”.

³⁹⁹ Ibid. p. 13. No original: “source of massive corruption in FRELIMO”.

⁴⁰⁰ Ibidem. No original: “The Director of the Mozambique Institute will be a Mozambican (an African)”.

presbiterianos nos Estados Unidos chamados *Frontier Intership Missions* (FOCER, 2016) e chegaram à Tanzânia em 1966 para atuar como docentes do Instituto, apesar de seu despreparo inicial para conduzir aulas em português (ibid. p. 428). William Minter foi alocado como professor de matemática e Ruth Brandon lecionou geografia (ibidem).

Minter afirmou por correspondência eletrônica que não se lembra de ter discutido em específico questões tangenciais à política de língua ou o meio de instrução do Instituto com Gwenjere e pôs em dúvida se Gwenjere dominava a língua inglesa⁴⁰¹. Num relatório preparado por Minter em 19 de janeiro de 1968 após uma reunião com estudantes descontentes no Instituto são apontadas diversas motivações que estavam por trás dos ressentimentos dos alunos frente à revolução e sua liderança. No conglomerado de inquietações apresentadas pelos estudantes a Minter não são prontamente dissociáveis fatores como clivagens entre o corpo estudantil e os centros decisórios da FRELIMO e incompatibilidades entre as expectativas individuais de alunos diante do dirigismo das políticas que lhe eram direcionadas. Se esses descontentamentos podem ser interpretados como “falta de espírito revolucionário” [*lack of revolutionary spirit*] por parte dos alunos, Minter concluiu à época que deveriam ser revistas as atribuições e os canais de comunicação entre os órgãos representativos estudantis e a direção do Instituto e da FRELIMO⁴⁰².

A perspectiva que se delineia diante das indicações de William Minter é que, por trás das radicalizações e binarismos que cercavam as pessoas envolvidas naquele contexto, pode ter havido queixas mais “mundanas” por parte dos estudantes descontentes. Essas queixas podem ter evoluído ao ponto de revolta se não fossem efetivamente lidadas pelas lideranças do movimento, especialmente após a chegada de Gwenjere em Dar es Salaam.

Uma obra que aponta nesse sentido é o livro de Barnabé Lucas Ncomo acerca da trajetória de Uria Simango. Porém, antes de referirmo-nos à exposição de Ncomo sobre esses eventos é imprescindível enumerar de antemão problemas notórios dessa obra enquanto análise histórica. Em primeiro lugar, considerações de ordem metodológica nos obrigam a questionar a maneira como Ncomo conduz a maior parte de seu texto – e virtualmente todo o texto aquando de sua abordagem sobre o Instituto Moçambicano – por meio de relatos orais ou correspondências trocadas entre o autor e alegadas testemunhas sem que haja nenhum arrazoado crítico ou metodológico explicitado. A credibilidade de sua análise, pautada em

⁴⁰¹ William Minter, comunicação pessoal, 30/12/2017.

⁴⁰² “Report on meeting with Forms I and II, and an analysis of reasons for discontent among the students”. William Minter, 19/01/1968. Documento não publicado.

relatos de fontes geralmente identificadas apenas por iniciais e lidas como transcrição real dos fatos narrados tais como eles teriam ocorrido, encontra-se assim significativamente solapada.

Em segundo lugar, há vieses teórico-interpretativos não desconsideráveis em sua abordagem. Para Ncomo, a história dos conflitos internos vivenciados no seio da FRELIMO ocorreram por meio de “duas correntes de pensamento”, mas, de maneira diametralmente oposta à interpretação desposada por membros da FRELIMO como Jorge Rebelo e Sérgio Vieira, Ncomo opõe uma linha “missionária” da qual teriam sido expoentes Simango e Gwenjere versus uma linha “marxista-leninista” comandada por Eduardo Mondlane e que tinha “como estratégias principais Marcelino dos Santos e um grupo de moçambicanos de origem europeia e asiática” (NCOMO, op. cit. p. 20).

Para Ncomo, o processo da luta de libertação pode ser interpretado por meio da instauração de um “nacionalismo elitista ditado pelo Sul do país, através do controlo pelos originários dessa zona pela máquina decisória do movimento” (ibid. pp. 114 – 115). Não é dada nenhuma definição acerca do que consistiria um “nacionalismo elitista”, nem qualquer discussão acerca da aplicabilidade desse termo ao contexto que Ncomo se propôs analisar. O epíteto é lançado enquanto augúrio autoexplicativo de um processo histórico percebido como deturpação do projeto independentista da FRELIMO. Essa é uma tônica central de seu livro, que em muitas ocasiões se assemelha a um *J'accuse!* acerca de uma suposta traição perpetuada por determinados elementos da FRELIMO que uma análise histórica baseada em análises contextuais e documentais executadas com rigor científico.

Diante dessas ressalvas, trazemos um depoimento aparentemente colhido por Ncomo de um ex-estudante do Instituto Moçambicano, designado “M.M.”, sobre os motivos que culminaram na revolta:

Sentíamos falta de uma série de coisas e de cuidados. Esse é que era o problema dos estudantes do Instituto. Começamos a ver que de nós precisavam apenas como capa para receberem dinheiro e outros bens do Ocidente para as suas vidas faustosas. Como se o desinteresse que manifestavam para nós não bastasse, começamos a ver que havia lutas entre os mais velhos. Víamos que o que se passava no Instituto era o reflexo da desorganização e da luta que reinava ao nível da direcção da Frelimo. Eram familiares nossos que perdiam as vidas por causa da luta pelo poder (NCOMO, op. cit. p. 186).

Esse depoimento aponta para a existência de redes de informação que mantinham em contato estudantes do Instituto com desertores, combatentes desiludidos e refugiados moçambicanos desmobilizados em Dar es Salaam que podem ter influenciado na conformação dos descontentamentos com a FRELIMO. Por outro lado, também aponta que

fatores materiais de caráter mundano podem também ter tido seu papel, como uma alegada discrepância entre o estilo de vida dos líderes do movimento e seus membros.

Segundo o mesmo informante, Ncomo inseriu a atuação de Gwenjere da seguinte forma:

Gwengere começou por ouvir as queixas dos estudantes e, sem dúvidas, inculcou nos jovens a ideia de serem eles próprios o motor da história e não esperar por alguém que viesse de fora para exigir mudanças de procedimentos no local onde viviam. ‘Os moçambicanos mais velhos, vossos pais, não esperam que Portugal lhes dê de bandeja a independência. Por isso estão hoje a lutar. Se há problemas, é preciso lutarem e não ficarem calados à espera que alguém resolva os vossos problemas’ – disse Gwenjere” (NCOMO, op. cit. p. 184).

Não deve parecer surpreendente à luz das considerações apontadas acima que Ncomo seja apologético da atuação intempestiva de Gwenjere no Instituto Moçambicano. De qualquer forma, dois pontos podem ser ressaltados destes (problemáticos) depoimentos: Primeiro, que Gwenjere agiu definitivamente no sentido de incitar os alunos a se rebelarem para resolverem “seus problemas”; e segundo, que esses problemas se manifestaram numa série de acusações e queixas heterogêneas que, ao que tudo indica, parecem ter se manifestado num conjunto mais ou menos amorfo de ressentimentos com a intransigência da FRELIMO em acatar suas demandas e a rejeição à participação de portugueses brancos no movimento e da liderança de Janet Mondlane.

Porém, é patente que nenhum desses depoimentos mencionou qualquer querela linguística no interior do Instituto. Para avançar nessa questão e proceder ao final dessa análise, abordamos na sequência dois últimos relatos que trataram da reivindicação estudantil de suspender a educação em língua portuguesa: um memorando enviado por Eduardo Mondlane no dia 02 de abril de 1968 para A. C. Mwingira, tanzaniano envolvido no Ministério da Educação que presidia à época uma comissão investigativa sobre os incidentes no Instituto Moçambicano; e um depoimento relativamente recente de Sérgio Vieira sobre os mesmos eventos.

Mondlane intitulou seu documento de “algumas considerações sobre as Causas e Dificuldades no Instituto Moçambicano”⁴⁰³. Para Mondlane, o início das complicações se deu a partir da não aceitação dos estudantes de medidas estipuladas numa reunião do Comitê Central ocorrida no final de 1966. Dentre elas estava a referida exigência de prestação de serviços militares, mas também a elevação do nível acadêmico geral da escola:

⁴⁰³ “Some considerations on the causes of the difficulties at the Mozambique Institute”. Eduardo Mondlane, 02/04/1968. Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/7113/rec/2>. Acesso em 19/01/2018.

Essa tarefa foi corretamente interpretada pela diretora e pelos funcionários do Instituto Moçambicano como significado de que a escola deveria o mais breve possível desenvolver-se numa instituição independente, com seu próprio currículo, ensinando em português, a língua oficial de Moçambique hoje, mas mantendo padrões suficientemente altos para permitir que os estudantes adquirissem equivalência com outros programas de escolas secundárias pelo mundo afora⁴⁰⁴.

A língua portuguesa como meio de instrução remontava à língua oficial de Moçambique “hoje”, isto é, no período colonial, e a educação promovida nesse meio deveria preparar os estudantes para assumir as tarefas que a FRELIMO lhes atribuísse no curso da revolução.

Por outro lado, a atuação de Gwenjere nas discórdias foi interpretada por Eduardo Mondlane de maneira significativamente distinta das outras perspectivas que o descreveram como agente da PIDE (MARTINS, op. cit.) ou mentalmente insano (MANGHEZI, op. cit.). Mondlane, ciente de que Gwenjere havia atuado durante muito tempo no interior de Moçambique facilitando o envio de estudantes para se unir à FRELIMO na Tanzânia, interpretou que Gwenjere tinha em mente que os alunos que ele havia enviado – pondo em risco sua segurança no processo – seriam imediatamente alocados em universidades no estrangeiro para servir à causa da libertação do país. No entanto, essa perspectiva irrealista que desconsiderava o preparo educacional prévio necessário e morosos arranjos financeiros necessários para que estudantes fossem enviados ao estrangeiro pôs Gwenjere em rota de colisão com a FRELIMO desde sua chegada em 1967:

Ele se encontrou confrontado com duas concepções contraditórias da política educacional da FRELIMO: uma que ele ouviu falar e acreditou enquanto ainda estava em Moçambique e a real que ele vê na prática. [...] É aí que se começa a entender a conclusão ultrajante de Gwenjere que a FRELIMO criou o Instituto Moçambicano para impedir e não avançar o progresso educacional das crianças moçambicanas. Isso o Padre Gwenjere me disse pessoalmente⁴⁰⁵.

Portanto, Mondlane interpretou a revolta de Gwenjere como uma desilusão entre as expectativas elitistas que nutria sobre o projeto educacional da FRELIMO com as dificuldades que encontrara na prática. Diante disso, ele teria se visto forçado a destruir a legitimidade dos líderes da FRELIMO para “garantir aos seus protegidos o seu objetivo

⁴⁰⁴ Ibid. p. 2. No original: “This was correctly interpreted by the director and staff of the Mozambique Institute as meaning that the school should as soon as possible develop into an independent institution, with its own curriculum, teaching in Portuguese, the official language of Mozambique today, but maintaining sufficiently high standards to enable the students to acquire equivalence with other secondary school programmes elsewhere in the world”.

⁴⁰⁵ Ibid. p. 7. No original: “He finds himself confronted with the two contradictory conceptions of FRELIMO's educational policy: the one he heard about and believed in while still in Mozambique and the real one he sees in practice. He then suffers his second shock. It is then that one can begin to understand Father Gwenjere's outrageous conclusion, namely, that FRELIMO established the Mozambique Institute in order to impede and not to enhance the educational progress of the Mozambican child. This Father Gwenjere has openly said to me”.

prometido: [acesso a] instituições educacionais ilimitadas adiante, não obstruídas por atividades militares ou políticas”⁴⁰⁶.

Por fim, é importante destacar a análise feita por Mondlane especificamente sobre a demanda estudantil que requeria a substituição da língua portuguesa pela inglesa como meio de instrução na escola:

Essa questão vai diretamente ao núcleo da própria existência do Instituto. [...] nós descobrimos que ensinar matérias em português na escola secundária enquanto o aluno aprende inglês acelera o processo de aprendizagem e a preparação do aluno para a educação superior. Leva mais de um ano para ensinar a uma criança o inglês antes que ela possa compreender essa língua suficientemente para assistir a aulas nela. Além disso, estamos preparando nossas crianças para se encaixarem na vida de volta em Moçambique durante e após a luta de libertação, e até agora a língua oficial de Moçambique é a portuguesa, da mesma forma que a língua oficial de vários países africanos independentes hoje é francês ou inglês, exceto onde a língua local é aceita por todos. Infelizmente Moçambique não tem a feliz vantagem de uma língua africana como o suaíli na Tanzânia. Eu acredito que à parte de continuar a ensinar todas as matérias em português, o Instituto deve aumentar seu ensino em inglês, em concordância com o seu próprio programa. Em vista do valor do suaíli na África oriental e do francês em muitas partes da África eu sugeriria que mais adiante o Instituto contrate professores para adicionar essas duas importantes línguas ao currículo⁴⁰⁷.

Esse depoimento é revelador da finalidade do ensino em língua portuguesa ter sido pautada nos critérios de utilidade pedagógica e política e em tácita concordância com a língua oficial de Moçambique colonial que, tal como outros países que não tinham “a feliz vantagem” de poderem utilizar nacionalmente línguas africanas, permaneceria a mesma após a independência. Para Mondlane, o meio de instrução do Instituto não deveria impedir que outras línguas fossem ensinadas em seu interior – como vimos, nunca deixou de haver em seu currículo aulas de inglês para preparar os estudantes para o estrangeiro ou sequenciar seus estudos na escola secundária vizinha ao Instituto e gerida pelo AAI – e o primado da língua portuguesa se justificava na sua aplicabilidade prática para os desígnios da luta e para os objetivos da independência vindoura.

⁴⁰⁶ Ibid. p. 8. No original: “to assure his protegeses the promised goal: unlimited educational facilities ahead, unhampered by any political or military activities”.

⁴⁰⁷ Ibid. p. 10. No original: “This question goes directly to the core of the very existence of the Institute. [...] we discovered that teaching the secondary school subjects in Portuguese while the student is learning English expedites the learning process and the preparation of the student for higher education. It takes more than one year to teach a child English before he can be able to understand the language sufficiently to follow courses taught in it. Besides, we are preparing our children to fit into life back in Mozambique during and after the liberation struggle, and so far the official language of Mozambique is Portuguese, in the same way that the official language of many independent African states today as French or English, except where the local language is accepted by all. Unfortunately Mozambique does not have the happy advantage of an African language such as Swahili in Tanzania. I believe that aside from continuing to teach all subjects in Portuguese, the Institute ought to increase its teaching of English, in accordance with its own stated programme. In view of the value of Swahili in East Africa and French in many parts of Africa I would suggest that later on the Institute hire teachers to add these two important languages to the curriculum [sic.]”.

Por fim, resta analisar o depoimento duplamente significativo sobre a revolta fatídica de 1968 no Instituto Moçambicano deve ser levantado: o de Sérgio Vieira, secretário de Eduardo Mondlane à época. Diz-se “duplamente significativo” porque Vieira dedica atenção considerável à explicação desses eventos ao passo que expõe uma leitura particularmente distinta da que fora levantada, por exemplo, por analistas como Opello na década de 1970.

Diferentemente das leituras historiográficas mais resumidas sobre a revolta dos estudantes, Vieira aborda todos os aspectos que parecem ter agido no escalamento das tensões no Instituto, nomeadamente o fator linguístico, o componente racial e a resistência dos estudantes universitários moçambicanos nos Estados Unidos à FRELIMO, para além de inseri-los todos no paradigma interpretativo do confronto entre as “duas linhas”. Em suas palavras, Vieira trata o episódio como subsumido ao fenômeno da “crise vivida já no período de 1967 a 1969 entre as duas linhas da FRELIMO” (VIEIRA, 2010, p. 171).

Assim, para Vieira teria havido em primeiro lugar a militância de caráter elitista dos estudantes radicados nos Estados Unidos contra a presidência de Eduardo Mondlane:

Uma boa parte dos estudantes, bolseiros, sobretudo nos Estados Unidos, [...] via-se como uma elite futura que não deveria arriscar a vida para garantir a existência dos quadros de governação de um Moçambique independente. Possivelmente influenciados por Miguel Murrupa, antigo colega e pelo padre Gwenjere (VIEIRA, op. cit. p. 171).

Na sequência, Vieira vê a “apetência pelo poder” por parte destes estudantes nos Estados Unidos ensejar “atitudes tribais e racistas” contra a organização do movimento da FRELIMO. Essa “antimilitância”, prossegue, “passava-se para o anti-branco, antimestiço para depois se resvalar no anti-sul, ou anticentro, ou antinorte, tentando, por estas vias, criarem-se bases políticas e sociais para o apoio às suas ambições” (VIEIRA, op. cit. pp. 171 – 172). Vieira afirma então haver uma correlação entre a procedência de boa parte desses estudantes, oriundos “em especial do grupo dos seminários do Zobué e da Namaacha” (*ibid.* p. 172) tal qual Mateus Gwenjere – mas também Eduardo Koloma – e situa suas opiniões radicalmente “antibrancas” como resultado da sua formação seminarista, que teria sido marcada pelo tratamento racialmente enviesado, fortemente hierarquizado e possivelmente influenciado pelos “princípios filosóficos e teológicos mais reaccionários” (*ibidem*) vigentes nos seminários católicos coloniais. Como já afirmamos, não cabe a este trabalho delimitar com precisão a origem e as manifestações da revolta dos universitários moçambicanos nos EUA, mas é possível que tenha havido ligações entre a reivindicação pelo ensino em língua inglesa em Dar es Salaam poucos anos depois da recalcitrância desses estudantes se tornar grave o bastante para motivar viagens de Mondlane aos Estados Unidos.

Vieira é um dos poucos membros da FRELIMO a mencionar em suas memórias o aspecto linguístico da revolta no Instituto. Após reconhecer que nos primórdios dos projetos educacionais do movimento em Dar es Salaam os alunos “apenas viviam no Instituto e frequentavam as aulas no Kurasini International School, criado pelo African American Institute” (ibid. p. 202), ele afirma que “[o] Instituto Moçambicano tornou-se um alvo principal da ala contra o Presidente Mondlane e contra a linha principal da FRELIMO” (ibidem).

Sob a égide explanatória das “duas linhas” Vieira lança sua interpretação acerca dos referidos conflitos que acabaram por envolver uma polêmica em torno da língua portuguesa como meio de instrução:

Curiosamente, a decisão de criarmos o nosso próprio sistema de ensino, de se estabelecer o Instituto Moçambicano como estabelecimento de ensino secundário, com aulas em português, com professores nossos, livros de ensino nossos tornou-se, já na segunda parte dos anos 60, um dos pretextos para o ataque contra a FRELIMO pelo grupo Gwenjere, Simango, Nkavandame. Os membros da ala anti-FRELIMO e anti-Mondlane denunciaram o uso do português e exigiam que todo o ensino se ministrasse em inglês, pois que o português não passava de uma língua do colono! [...] Impossível convencer de que o inglês também servira o colonialismo britânico e que não havia línguas colonialistas e línguas anticolonialistas. Não se podia convencer de que a existência de médicos e professores moçambicanos, embora brancos, correspondia à política da FRELIMO e servia a causa da Pátria. Não se podia fazer prevalecer a lógica e a razão quando interesses escondidos e ambições de poder hostilizavam o racional e, por motivos bem contrários à lógica, aos factos e à razão (VIEIRA, 2010, p. 202).

Esse importante parágrafo escrito por Vieira é fundamental para constatar as dimensões da querela linguística no interior desses conflitos, ainda que não seja fornecida uma explicação plausível para a preferência dos estudantes pela língua inglesa em substituição à portuguesa. Mas é importante ressaltar que um dos argumentos elencados à altura, segundo Vieira, era o de que a língua portuguesa “não passava de uma língua do colono”. À luz das discussões conceituais abordadas no primeiro capítulo deste trabalho, a perspectiva de Vieira quanto ao fato da língua inglesa também ter servido ao colonialismo britânico é teórica e historicamente acurada e o mesmo argumento é válido em relação a algumas línguas africanas como o suaíli (FABIAN, op. cit.; HEINE, op. cit.).

A questão, contudo, está em propor explicações plausíveis para que possamos entender quais as possíveis razões dos estudantes amotinados em defender a educação em língua inglesa, e não prontamente descaracterizar toda a controvérsia enquanto irracional. Relegar os fatídicos conflitos no Instituto Moçambicano ao patamar da ilógica e denunciar os estudantes do “grupo” de Gwenjere, Simango e Nkavandame – assumindo tacitamente que os alunos tenham tido ligações significativas com Nkavandame e Simango – como avessos à

razão é, ao fim e ao cabo, declará-los fatalmente incompreensíveis. Deste procedimento infere-se que a língua portuguesa era um elemento axiomático da luta de libertação moçambicana, tal como a liderança do Comitê Central da FRELIMO sobre o movimento nacionalista também o era.

Diante do referencial teórico-metodológico empregado por esta pesquisa e de acordo com o contexto e a pluralidade de agentes históricos envolvidos na formação da FRELIMO não é possível assumir irrefletidamente o entendimento compartilhado por Vieira, bem como por outros membros proeminentes do Comitê Central como Jorge Rebelo e Eduardo José Koloma. Como decorrência dos objetivos desta pesquisa, voltada à análise das maneiras pelas quais se buscou afirmar a língua portuguesa como língua oficial do movimento de libertação preconizado pela FRELIMO, se faz necessário buscar meios de tornar historicamente inteligível a polêmica surgida em torno do meio de instrução do Instituto Moçambicano.

Convém citar a seguinte anedota contada nas memórias de Jacinto Veloso – professor de português no Instituto Moçambicano – sobre Eduardo Mondlane como uma possível antítese à leitura de Vieira para o qual toda a questão em torno da língua portuguesa, num sentido estrito, e a “antimilitância” da “linha reacionária”, num sentido lato, seriam totalmente desprovidas de lógica. O episódio lembrado por Veloso se trata de um debate que teria ocorrido em dado momento entre professores e quadros do Instituto Moçambicano sobre “questões políticas relacionadas com a luta, com a região e o mundo” (VELOSO, 2011, p. 265) no qual um envolvido, em franca discordância com Eduardo Mondlane “sobre determinado ponto de natureza sociológica”, tentou lhe refutar dizendo:

‘Mas a lógica não é essa! A lógica é que...’ Mondlane, com voz firme, interrompeu: ‘Olha, meu amigo, a lógica que tu invocas não tem qualquer aplicação neste caso. Este assunto é absolutamente ilógico e como tal só pode ser resolvido pela ilógica. Entendeste? Em muitas situações, tanto em África como na América, é a ilógica que predomina e que é preciso considerar para tentar entender os fenómenos sociais’ (VELOSO, 2011, pp. 265 – 266).

Em que pese o caráter anedótico desta lembrança, a lição de Mondlane chama a atenção para a fragilidade analítica das categorias de “lógica” e “ilógica” em determinados contextos. Se para Vieira prevaleceram a ilógica e a irracionalidade no debacle do Instituto Moçambicano, é imperativo que seja transcendida a lógica prevalecente para que o fenômeno histórico seja passível de compreensão.

Como já foi afirmado anteriormente neste capítulo, inexistem trabalhos extensivos sobre a derrocada do Instituto Moçambicano e não puderam ser acessadas fontes documentais que permitissem análises das causas da revolta estudantil por intermédio de suas próprias

fontes, o que permitiria abordar em maior detalhe o desenrolar das hostilidades e situar nelas a controvérsia linguística. As evidências, trabalhos acadêmicos, obras autobiográficas ou entrevistas consultadas por esta pesquisa nos permitem, contudo, propor algumas inferências de caráter não exaustivo sobre a controvérsia linguística no seio da maior instituição educacional da FRELIMO.

Em primeiro lugar, segundo o depoimento de Vieira, as memórias de Janet Mondlane e o relatório de Mondlane, um dos principais argumentos mobilizados contra o ensino em língua portuguesa era de que se tratava de uma “língua do colono” ou “língua de imperialistas”. Porém, não há informações que sugiram motivos concretos pela preferência à língua inglesa, exceto uma possível relação com os estudantes moçambicanos nos Estados Unidos e, portanto, com possibilidades educacionais naquele país.

Diante disso, é potencialmente mais revelador tentar compreender o porquê da língua portuguesa ter sido equacionada aos colonos portugueses e o mesmo não ter sido feito em relação à inglesa. A explicação que se apresenta mais plausível, à luz dos depoimentos e trabalhos analisados até aqui, é que a fluência do português por parte da cúpula decisória da FRELIMO – composta predominantemente por assimilados de extração urbana, bem como moçambicanos de origem portuguesa, indiana e mestiça – pode ter sido equacionada em conjunto com outros fatores aos colonos portugueses.

Nesse imbróglio não são prontamente dissociáveis o fatores racial, “tribal”, educacional e linguístico. Racial porque se manifestaram tensões com base em critérios que opunham os estudantes moçambicanos negros aos professores estrangeiros e moçambicanos brancos; “tribal” porque se alegou que a prevalência de assimilados do sul de Moçambique no Comitê Central era hostil aos povos do centro e do norte do país, estes supostamente preteridos às funções das linhas de combate; educacional porque um dos pontos nevrálgicos do conflito no Instituto Moçambicano era a recusa, por parte dos estudantes, em abandonar a possibilidade imediata de aceder à universidade para ingressar na guerra; e, por fim, linguística por que a língua inglesa possivelmente traria melhores oportunidades para os secundaristas ir prosseguir seus estudos nos Estados Unidos, país com um número considerável senão predominante (KOLOMA, *op. cit.* p. 125) de estudantes moçambicanos no exterior, e provavelmente como parte de uma rejeição mais ampla à liderança assimilada e fluente em português da FRELIMO.

Evidências circunstanciais que podem prover sustentação a essa última hipótese – sobre uma reação peculiar à primazia dos assimilados, mestiços e de procedência asiática ou portuguesa no movimento da FRELIMO que se expressou pela rejeição ao ensino em língua

portuguesa – podem ser encontradas em materiais propagandísticos de grupos nacionalistas rivais à FRELIMO, nos quais se veiculava a ideia de que a dita liderança assimilada supostamente não correspondia aos interesses do povo moçambicano.

A título de exemplo, podem ser elencados dois documentos disponíveis na coleção “Emerging Nationalism in Portuguese Africa, 1959 – 1965” compilada por Ronald Chilcote que dizem respeito à ruptura de lideranças da MANU que não falavam português, como Matthew Mmole e Lawrence Millinga, e a FRELIMO logo no início do ano de 1963. Em dois newsletters datados de agosto e setembro de 1966, redigidos pela MANU em Cartum e em língua inglesa, são desferidas inúmeras críticas à FRELIMO, movimento que era considerado pelos redatores como “uma oligarquia da classe formada pelos Assimilados, mulatos, indianos e colonos portugueses na esperança de continuar a exploração do povo moçambicano assim que o controle de Lisboa for removido”⁴⁰⁸.

Nestes dois documentos a crítica se concentra especialmente sobre os assimilados da direção da FRELIMO. Portanto, criticá-la enquanto um grupo de “traidores representando elementos dos 200.000 colonos portugueses [...] e Assimilados em Moçambique” em oposição aos “7.500.000 do povo moçambicano que estão determinados a ganhar a liberdade e independência totais, tanto de Lisboa como dos servos locais de Lisboa”⁴⁰⁹ é reveladora de tensões possivelmente relacionadas à política de língua do movimento nacionalista. É forçoso atentar ao fato de, para além das poucas pesquisas sobre o processo de formação da MANU, praticamente inexistem trabalhos sobre seu ressurgimento ocorrido após a expulsão de Mmole e Millinga da FRELIMO em 1963.

De qualquer forma, fontes com essas características indicam a repulsa de determinados grupos contrários à FRELIMO e seus líderes assimilados, vistos como “tão completamente assimilados à suposta ‘civilização’ portuguesa que eles nunca podem se separar do opressor português”⁴¹⁰. Mais significativo é o equacionamento que é feito neste tipo de documento injurioso à FRELIMO entre a liderança de assimilados e os colonos portugueses, e é razoável

⁴⁰⁸ MOZAMBIQUE AFRICAN NATIONAL UNION (MANU) NEWSLETTER, September 1966, p. 1. Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/7581/rec/2>. Acesso em 19/01/2018. No original: “an oligarchy of the class formed by the Assimilados [sic], Mulattos, Indians and Portuguese settlers, in the hope that they can continue the exploitation of the Mozambican People, once the control of Lisbon is removed”.

⁴⁰⁹ Ibid. p. 2. No original: “traitors representing elements of the 200,000 Portuguese settlers, [...] and Assimilados in Mozambique, can never dominate 7,500,000 Mozambican People who are determined to win their total freedom and independence, both from Lisbon and from the local servants of Lisbon”.

⁴¹⁰ Ibid. p. 4. Livre tradução do original: “These are the gentlemen who are so thoroughly assimilated to the so-called Portuguese ‘civilization’ that they can never separate (sic) themselves from the Portuguese oppressor”.

supor que o domínio da língua portuguesa possa ter sido elencado como um elemento dessa correlação uma vez que os líderes da MANU no exílio não falavam português.

Contudo, a rejeição à presença de membros percebidos como “não africanos” e assimilados nos movimentos de libertação de Moçambique não apenas antecede a própria formação da FRELIMO como parece ter sido compartilhada por militantes que falavam português, como Adelino Chitifo Gwambe, primeiro presidente da UDENAMO. Em novembro de 1961, ocasião em que estava em Dar es Salaam com outros membros de seu partido, Gwambe concedeu uma entrevista ao jornal “Voice of Africa” na qual explicitou sua repulsa aos mulatos e assimilados de Moçambique e, por consequência, sua participação na libertação do país:

As pessoas de Moçambique estão claramente cientes do fato de que mulatos e assimilados são marionetes que executam as instruções coloniais e escravistas dos portugueses sem questionamentos. [...] Da minha própria experiência eu percebi que o que o povo oprimido de Moçambique quer não é um líder altamente educado, mas simplesmente um líder dedicado e determinado munido dos princípios do Nacionalismo Pan-Africano, por isso a liderança política do grupo assimilado-mulato nunca será aceite pelo povo de Moçambique. Nada pode sacudir nossa convicção de que a política de multirracialismo levaria Moçambique a uma nova forma de colonialismo, isto é, Neocolonialismo⁴¹¹.

Outros documentos apócrifos publicados em outros momentos da década de 1960 por organizações rivais à FRELIMO, como o Comitê Revolucionário de Moçambique (COREMO) sediado em Lusaka, na Zâmbia, chegaram a apresentar a eliminação dos assimilados como uma etapa necessária no processo de independência de Moçambique. Uma publicação panfletária e insultuosa sobre Eduardo Mondlane preparada pela COREMO concluiu sua exposição com a seguinte afirmação: “de qualquer forma, a luta de emancipação na África tem pelo menos três fases – política, econômica e antropológica. A última fase significa lutar contra o africano europeizado como o Dr. Eduardo Chivambo Mondlane”⁴¹².

⁴¹¹ “Dangers of new colonialism in Mozambique by A. C. Gwambe, November, 1961. Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/7811/rec/2>. Acesso em 19/01/2018. No original: “The people of Mozambique are clearly aware of the fact that Mulattoes and Assimilados are puppets who execute Portuguese colonial instructions of slavery without question [...] From my own experience I have realised that what the oppressed people of Mozambique want is not a highly educated leader but just a determined and dedicated leader armed with the principles of Pan-African Nationalism, because the political leadership of the Mulatto-Assimilado group will never be accepted by the people of Mozambique. Nothing can shake us from the conviction that the policy of Multiracialism would lead Mozambique to a new form of colonialism, i.e., Neo-colonialism”.

⁴¹² “A Profile of Eduardo Mondlane”. Disponível em: <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/7451/rec/2>. Acesso em 19/01/2018. No original: “At any rate the emancipation struggle in Africa is at least three-phased – political, economic and anthropological. The last phase means fighting off the Europeanised African such as Dr. Eduardo Chivambo Mondlane”.

Este tipo de rejeição à existência de moçambicanos assimilados ou mulatos enquanto mácula indelével do colonialismo português aparece de maneira demasiado difusa na documentação consultada para que se chegue a quaisquer considerações conclusivas. Mas é certo afirmar que argumentos depreciativos acerca da legitimidade da participação de pessoas como Eduardo e Janet Mondlane, mas também Sérgio Vieira, Marcelino dos Santos, Jorge Rebelo e os moçambicanos brancos como Hélder Martins, Jacinto Veloso e Fernando Ganhão em movimentos anticoloniais estiveram em circulação pelo Tanganyika durante toda a década de 1960.

Por sinal, a desconfiança diante de pessoas que “acabam por não serem negras” [*who do not happen to be black*] (REYNER, 1962, p. 24) em posições consultivas ou deliberativas de organizações políticas sediadas em países africanos pós-coloniais não era nenhuma exclusividade das frentes de libertação de Moçambique. A própria TANU enfrentou cisões em seu seio entre membros afeiçoados à tolerância de Julius Nyerere à composição multirracial de seu partido e aqueles inveteradamente contrários à permanência de brancos no cenário político africano após a descolonização e, como apontam estudos recentes, a FRELIMO não passou incólume a essas tensões vivenciadas na vida política da Tanzânia (ROBERTS, op. cit.)

Por fim, é necessário ressaltar mais uma vez o caráter conjectural e hipotético dessas sugestões a respeito do porquê da língua inglesa ter parecido mais apropriada para os estudantes amotinados no Instituto Moçambicano. Futuras pesquisas metodologicamente concebidas para (1) localizar e consultar a documentação do próprio Instituto; (2) constatar a circulação das ideias de aversão à liderança assimilada da FRELIMO dentre os estudantes em Dar es Salaam e (3) possivelmente detectar e investigar comunidades expatriadas de Moçambique no Quênia têm o potencial de trazer contribuições inestimáveis à compreensão das vicissitudes e conflitos vivenciados na formação de uma frente nacionalista unificada na Tanzânia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final de maio de 1975 o segundo presidente da FRELIMO, Samora Machel, atravessou o rio Rovuma para dar início a uma jornada triunfal e percorrer durante um mês toda a extensão norte-sul de Moçambique até Lourenço Marques, hoje Maputo, para assumir a independência do novo país (DARCH & HEDGES, op. cit.). Após uma longa guerra travada contra as forças armadas de Portugal a partir de sua retaguarda tanzaniana, a FRELIMO saiu enfim vitoriosa no objetivo anteriormente estipulado de libertar o território moçambicano do colonialismo português.

Os complexos processos políticos, sociais, culturais e identitários postos em movimento desde a formação dos primeiros movimentos nacionalistas moçambicanos no exílio não foram encerrados com a travessia final do rio Rovuma pela comitiva liderada por Machel. A incessante busca tanto retórica como pragmática pela “unidade” não foi dada por acabada após a troca dos estandartes no Palácio da Ponta Vermelha, e reminiscências do tempo da luta armada nos sertões moçambicanos permanecem constantemente revisitadas em Moçambique pós-colonial. Elucidativa destes fenômenos é a expressão eternizada por Machel em diversos comícios e discursos enunciados após a independência: “A Luta Continua”.

No entanto, há ainda muitos aspectos pouco compreendidos sobre o período crucial vivenciado pela FRELIMO, pelos homens e mulheres que a formaram e pelos movimentos políticos que a antecederam na outra margem do Rovuma. O enfoque desta pesquisa sobre os aspectos sociolinguísticos da formação e condução de esforços anticoloniais reiterou a notável heterogeneidade que compunha a frente de libertação, mas ainda se conhece pouco acerca das experiências e expectativas de diversos agentes que tomaram parte no processo histórico tangente à libertação de Moçambique. No que se refere à definição de políticas de língua apropriadas para as exigências da luta, muitas pontas soltas podem ser seguidas em futuras investigações sobre, por exemplo, as iniciativas educacionais concebidas por membros da MANU e o paradeiro dos estudantes que desejaram substituir a instrução em língua portuguesa pela língua inglesa na principal instituição escolar da FRELIMO.

A contribuição deste trabalho pode ser situada precisamente sobre o reconhecimento crítico dessa heterogeneidade e na demonstração de como investigações históricas a seu respeito podem incrementar nosso conhecimento sobre fenômenos de fundamental importância no mundo contemporâneo, tais como a convivência linguística no interior de entidades políticas e os desdobramentos da mobilização de anseios pela liberdade. Por meio do exame sobre como se constituíram dois fenômenos históricos distinguíveis, nomeadamente

a formação da língua suaíli como língua franca na África oriental e as múltiplas repercussões sociais das políticas assimilacionistas portuguesas, buscamos demonstrar que essa heterogeneidade respondeu a contingências históricas averiguáveis e que são fundamentais para a compreensão da gênese da ideia de Moçambique independente.

O fio condutor que orientou a exposição da análise foi planejado para tratar primeiro de debates teóricos acerca das interações entre a multiplicidade linguística verificável em sociedades humanas e entidades políticas de caráter governamental que buscaram enquadrá-las para, na sequência, tratar da formação dos contextos sociolinguísticos sobre os quais foram criados movimentos emancipacionistas no Tanganyika/Tanzânia e em Moçambique. Por fim, a discussão sobre como se constituíram historicamente as línguas suaíli e portuguesa como línguas francas nos respectivos territórios foi conduzida para atender à investigação de uma instituição-chave da FRELIMO em Dar es Salaam: o Instituto Moçambicano.

A composição de um quadro que tornasse apreensível a situação linguística gerada no Tanganyika, de um lado, e da África Oriental Portuguesa, de outro, foi seguida pela leitura de fontes pertencentes a grupos e indivíduos que, como defendemos, estiveram na encruzilhada entre ambos os territórios: moçambicanos radicados no Tanganyika que estiveram, em dado momento, mobilizados pela Mozambique African National Union (MANU). A argumentação enunciada ao final do segundo capítulo, bem como do capítulo que o sucede, fornece a interpretação que sustenta o título desta dissertação: buscamos defender que a análise da documentação legada por membros de organizações nacionalistas moçambicanas no exílio, como a MANU e a FRELIMO, pode apontar para a existência de campos ou zonas de interação histórica que deu forma à organização sociolinguística da atuação desses movimentos.

Esta narrativa abre caminho para que abandonemos presunções de homogeneidade linguística – expressas, por exemplo, na suposta obviedade da escolha da língua portuguesa pela FRELIMO – e faz jus à complexidade dos fenômenos e agentes históricos atuantes no período e contexto em escrutínio. Dessa forma, o estudo passou à análise das medidas tomadas em instâncias decisórias e mobilizadoras da FRELIMO no plano educacional. No terceiro capítulo, a ênfase analítica incidiu sobre a compreensão da principal instituição educacional do movimento no Tanganyika de maneira a dar substância à anunciada necessidade de entendermos a história dos nacionalismos moçambicanos sem elidir sua heterogeneidade linguística constitutiva.

Para tanto, servimo-nos da extensa documentação norte-americana referente à criação do Instituto Moçambicano sob a guarda do Rockefeller Archive Center para expor o processo

pelo qual Eduardo e Janet Mondlane negociaram e receberam os fundos necessários para a execução de seus planos educacionais em Dar es Salaam. Diante da impossibilidade de estender a análise desses documentos para além de 1965 devido às vicissitudes próprias da instabilidade inerente à relação entre os Mondlane a Fundação Ford, foi necessário recorrer a um amplo espectro de obras bibliográficas, publicações memorialistas e documentos heterogêneos para reconstituir os anos finais da existência do Instituto Moçambicano até seu fechamento em 1968.

Articulando um referencial teórico ajustado para a apreensão das dimensões políticas da diversidade linguística intentamos elucidar o recorte histórico-geográfico no qual se constituiu a FRELIMO de maneira atenciosa às complexas relações estabelecidas em seu interior. Nesse sentido, buscamos interpretar como se deu formação dos campos de interação histórica em que confluíram vários dos processos que culminaram numa frente de libertação que se propôs unificada a partir da união inicialmente instável entre moçambicanos escolarizados e refugiados de proveniência rural muito dissemelhantes entre si, mas que compartilhavam experiências de humilhações e constrangimentos típicos do colonialismo moderno.

Nossa contribuição historiográfica esteve circunscrita ao âmbito sociolinguístico dessas interações: a escolha da língua portuguesa enquanto política de língua paulatinamente implementada, mas não abertamente declarada, no seio do movimento da FRELIMO. A inspeção das maneiras pelas quais se buscou tornar tratável a diversidade linguística revelou a utilização pragmática de línguas africanas em certas circunstâncias por parte da FRELIMO para mobilizar seus militantes de diferentes backgrounds linguísticos, sem que, contudo, se abrisse mão do papel de prestígio historicamente atribuído à língua portuguesa que foi gradativamente instituída como língua oficial do movimento.

Diante da complexidade dos fenômenos discutidos ao longo destas páginas, argumentamos que o produto interpretativo desta pesquisa nos permite efetivamente questionar interpretações que homogeneízem a diversidade linguística que marcou o período formativo da FRELIMO no Tanganyika e declarem a escolha da língua portuguesa como uma decisão automática. Os campos de interação histórica evidenciados aqui demonstram que a língua portuguesa não era difundida entre milhares de moçambicanos desejosos de erradicar o colonialismo português, e que medidas por instituí-la como meio de instrução foram questionadas em determinadas instâncias da luta anticolonial. Portanto, declarar que a língua portuguesa foi automaticamente escolhida como língua oficial da FRELIMO no Tanganyika é

um equívoco que desconsidera tanto o contexto histórico como as implicações políticas dessa escolha.

Por outro lado, é preciso reiterar claramente que reconhecer a complexidade linguística e interpretar suas manifestações ao longo de um período fundamental para a história de Moçambique contemporâneo não significa elidir a importância da língua portuguesa nessa mesma história. Como intentamos expor em nossa abordagem sobre os debates que opõem “exoglóssicos” a “endoglóssicos”, há numerosas inconsistências teóricas e armadilhas políticas que simplesmente impedem o estabelecimento de uma oposição válida entre “línguas africanas” *versus* “línguas europeias”. Como já foi demonstrado por linguistas moçambicanos, a língua portuguesa está em processo de endogenização (FIRMINO, op. cit.) pelo país, o que significa que há cada vez mais moçambicanos e moçambicanas que utilizam-na como língua materna. O objetivo almejado por esta pesquisa esteve pautado precisamente sobre o caráter *histórico* desse processo: no Tanganyika da década de 1960, contexto no qual confluíram (e concorreram) diversas pessoas que resultaram na formação da FRELIMO, estiveram imbricados fenômenos de grande envergadura que respondem a contingências históricas específicas, averiguáveis e não redutíveis a teleologismos de qualquer natureza.

Nesse sentido, pudemos evidenciar que não obstante a notável diversidade linguística difundida dentre os membros que a constituíam, o pragmatismo da busca pela unidade foi uma questão central na organização da jovem FRELIMO em Dar es Salaam. Em vista das contingências da luta, diversas medidas foram tomadas para atingir amplas audiências com o objetivo de granjear fundos e militantes à causa anticolonial. No âmbito linguístico, essas medidas significaram recorrer a várias línguas que não a portuguesa. No caso específico da mobilização dos antigos comitês de base da MANU espalhados pelo sul do Tanganyika, demonstramos como o suaíli foi utilizado como veículo de transmissão de informações e comícios da FRELIMO. Da mesma forma, como o convite enviado a Matthew Mmole para participar na cimeira fundacional do CONCP no Marrocos nos permite entrever, o desconhecimento da língua portuguesa não foi considerado um impedimento para aqueles engajados em forjar uma unidade transversal aos líderes de movimentos políticos em quase tudo dissemelhantes para além do objetivo fundamental: por um fim ao colonialismo português na África.

No entanto, na ocasião do planejamento e execução de seus projetos educacionais, destacamos como a FRELIMO operou uma predileção pela língua portuguesa e a instituiu como meio de instrução que acabou por ser questionada por estudantes amotinados no contexto de profunda turbulência do final da década de 1960. Ainda que não seja possível

argumentar conclusivamente a respeito dos motivos que levaram os alunos do Instituto Moçambicano a rebelarem-se, dentre outros, contra a escolarização em língua portuguesa, delimitamos um conjunto de hipóteses explicativas que podem ser postas em investigação por futuras pesquisas. Dentre elas, podemos apontar à atribuição da língua portuguesa como língua de um grupo composto predominantemente, mas não exclusivamente, por moçambicanos assimilados, mestiços, brancos e de ascendência asiática que eram equacionados aos colonos de Moçambique. As motivações e manifestações da rejeição à liderança exercida por esse grupo em setores da FRELIMO, sintomática de tensões multifacetadas também vivenciadas na vida política do Tanganyika/Tanzânia independente, requerem mais investigações.

Por fim, reiteramos a necessidade de contemplar o pouco explorado período formativo da FRELIMO no exílio, bem como dos movimentos e partidos que a antecederam, como uma tarefa fundamental para a produção de conhecimento histórico sobre diversos aspectos tangentes ao fenômeno do nacionalismo moçambicano moderno. Diante da constatação das dificuldades linguísticas (mas não só) oriundas da tarefa de criar uma frente unida, nossa análise histórica sobre as vicissitudes políticas que acompanham a diversidade linguística nos remete a um comentário feito por Charles Sauer, um observador das políticas de língua formuladas em situações coloniais: “nessas complicadas situações linguísticas, não há uma estrada real que pode ser seguida a um final feliz” (SAUER, 1943, p. 181)⁴¹³. Esse entendimento, ainda que tenha sido originalmente expressado de maneira irônica por Sauer, é préstimo ao reconhecimento de um dos principais preceitos da ciência histórica: prezar pela pluralidade da história e buscar na história a pluralidade constitutiva das sociedades humanas.

⁴¹³ No original, “In these complicated language situations, there is no royal road which can be followed to a happy ending”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, Yussuf. *Entrevista com Cornélio João Mandanda*. CEA: Centro de Estudos Africanos, s/d. Documento não publicado.

ADAM, Yussuf. O Massacre de Mueda: Falam Testemunhas. In: *ARQUIVO*, Maputo (Moçambique) nº 14, 1993, pp. 114 – 128.

ALPERS, Edward. “To Seek a Better Life”: The Implications of Migration from Mozambique to Tanganyika for Class Formation and Political Behavior. In: *Canadian Journal of African Studies / Revue Canadienne des Études Africaines* Vol. 18, No. 2, 1984, pp. 367 – 388.

ALPERS, Edward. The Struggle for Socialism in Mozambique. In: *Socialism in Sub-Saharan Africa – A New Assessment*. Institute of International Studies, University of California Berkeley, Research Series No. 38, 1979, pp. 267 – 295.

APPIAH, Kwame. *Na Casa de meu Pai*. A África na filosofia da cultura. Trad. Vera Ribeiro. Editora Contraponto, Rio de Janeiro, 1997.

ARNOVE, Robert. The Ford Foundation and ‘Competence Building’ overseas: Assumptions, approaches and outcomes. In: *Studies in Comparative International Development*, Vol. 12, No. 3, 1977, pp. 100 – 126.

BARRACHO, Carlos; LUKAMBA, Paulino. *História das Ideias Políticas*. Lobito: Editora Escolar, 2012.

BAUMAN, Richard; BRIGGS, Charles L. *Voices of Modernity: Language Ideologies and the Politics of Inequality*. Cambridge University Press, 2003.

BLOMMAERT, Jan. *State Ideology and Language in Tanzania*. Edinburgh University Press, 2014.

BLOMMAERT, Jan; VERSCHUEREN, Jef. The Role of Language in European Nationalist Ideologies. In: *Pragmatics*, nº 2, Vol. 3, 1992, pp. 355 – 375.

BRAGANÇA, Aquino; DEPELCHIN, Jacques. From the Idealization of Frelimo to Understanding of Mozambique Recent History., In: *Review* (Fernand Braudel Center), 1988, Vol. 11, nº 1 pp. 95 – 117.

BUCUANE, Aurélio Jaime. *O Nacionalismo Moçambicano, o Surgimento e Dissolução da UDENAMO (1930 – 1962)*. Monografia de Conclusão do Curso de História da Universidade Eduardo Mondlane, Junho de 2000.

CABAÇO, José Luís de Oliveira. *Moçambique: Identidades, Colonialismo e Libertação*. 475 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CABAÇO, José Luís. *Identidades, Conflito e Liberdade: Os princípios da Convergência e do Contraste*. Trabalho apresentado em 2002 no VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências

Sociais, organizado pela UPERJ/Universidade Candido Mendes no Rio de Janeiro. Documento não publicado.

CABRITA, João M. *Mozambique: The Tortuous Road to Democracy*. Nova Iorque: Palgrave, 2000.

CAHEN, Michel. 'Portugal Is in the Sky': Conceptual Considerations on Communities, Lusitany, and Lusophony. In: MORIER-GENOUD, Eric; CAHEN, Michel (orgs.) *Imperial Migrations*. Colonial Communities and Diaspora in the Portuguese World. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2013, pp. 297 – 315.

CAHEN, Michel. Le Mozambique: Une Nation africaine de langue officielle portugaise? In: *Revue Canadienne des Études Africaines*. Vol. 25, n° 3 (1990), pp. 315 – 347.

CAHEN, Michel. Luta de emancipação anti-colonial ou movimento de libertação nacional? Processo histórico e discurso ideológico – o caso das colónias portuguesas e de Moçambique, em particular. In: *Africana Studia*, Porto, Faculdade de Letras, Centro de Estudos Africanos, Out. 2006, pp. 39 – 67.

CAHEN, Michel. Pontos Comuns e Heterogeneidades das Culturas Políticas nos PALOPS: Um ponto de vista “pós-póscolonial”. In: *História: Questões & Debates*, Curitiba, volume 62, n. 1, p. 19-47, jan./jun. 2015. Editora UFPR.

CAHEN, Michel. The Mueda Case and Maconde Political Ethnicity. Some notes on a work in progress. In: *Africana Studia*, n° 2, Nov. 1999, pp. 29 – 40.

CASTELO, Cláudia. *O modo português de estar no mundo: luso-tropicalismo e ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

CHILCOTE, Ronald H. *Emerging Nationalism in Portuguese Africa*. A Bibliography of Documentary Ephemera Through 1965. Stanford: Stanford University Press, 1969.

CHILCOTE, Ronald H. *The Liberation Struggle in Mozambique*. 1965. Disponível em <http://digitallibrary.usc.edu/cdm/compoundobject/collection/p15799coll60/id/6853/rec/2>. Acessado em 2 de setembro de 2016.

CHISSANO, Joaquim. *Vidas, Lugares e Tempos*. Alfragide: Editora Leya, 2010.

COSTA, Delfim. *Moçambique Nossa Terra*. Lisboa: Lucas & C^a, 1942.

CROSS, Michael. The Political Economy of Colonial Education: Mozambique, 1930-1975. In: *Comparative Education Review*, Vol. 31, n° 4 (Nov. 1987), pp. 550 – 569.

CRUZ e SILVA, Tereza; A Missão Suíça em Moçambique e a Formação da Juventude: a experiência de Eduardo Mondlane (1930 – 1961). In: *Estudos Moçambicanos*, n° 16, Set. 1999, pp. 67 – 104.

DARCH, Colin; HEDGES, David. Political Rhetoric in the Transition to Mozambican Independence: Samora Machel in Beira, June 1975. In: *Kronos*, 39, pp. 32 – 65.

DENOON, Donald; KUPER, Adam. Nationalist Historians in Search of a Nation: The ‘New Historiography’ in Dar es Salaam. In: *African Affairs*, Vol. 69, (Oct. 1970), pp. 329 – 349.

DHALLA, Anverali S. *Newala District: A Political History*. Monografia de conclusão de curso em Ciência Política da Universidade de Dar es Salaam, 1967.

DUMBUYA, Peter A. Mandates: League of Nations and United Nations. In: *Encyclopedia of African History*, 2005, Vol. 1. pp. 933 – 935.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: Edgardo Lander (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, CLACSO, pp. 24 – 32.

EHNMARK, Anders; WÄSTBERG, Per. *Angola and Mozambique: The Case Against Portugal*. New York: Roy Publishers, 1963.

FABIAN, Johannes. *Language and Colonial Power*. Los Angeles, University of California Press, 1986.

FANON, Frantz. *Les Damnés de la Terre*. Paris: La Découverte, 2002.

FARIS, Robert Neil. *A Changing Paradigm of Mission in the Protestant Churches of Mozambique: A Case Study of Eduardo Mondlane*. Tese de Doutorado no Departamento de Estudos Religiosos, Universidade da Cidade do Cabo, 2007.

FERRÃO, Valeriano. *Embaixador nos USA*. Maputo: Ndjira, 2007.

FIRMINO, Gregório Domingos. Diversidade Linguística e Nação-Estado na África Pós-Colonial: Caso de Moçambique. In: *Em Torno dos Nacionalismos em África*. Maputo: Alcance Editores, 2013, pp. 103 – 120.

FIRMINO, Gregório Domingos. *Revisiting the ‘Language Question’ in Post-Colonial Africa: The Case of Portuguese and Indigenous Languages in Mozambique*. Tese de doutoramento em antropologia na University of California, Berkeley. 1995, 306 f.

FOCER, Ada J. *Frontier Internship in Mission, 1961-1974: Young Christians Abroad in a Post-Colonial and Cold War World*. Tese de Doutorado, 2016.

FORDE, Daryll; WHITELEY, Wilfred (Orgs.). *Language Use and Social Change: Problems of Multilingualism with Special Reference to Eastern Africa*. Oxford University Press, 1971.

FORSTER, Michael N. *Herder: Philosophical Writings*. Cambridge University Press, 2002.

FRELIMO. *História da FRELIMO*. Edição do Departamento de Trabalho Ideológico. Maputo: Coleção Conhecer 4, 1977.

FRELIMO. *História de Moçambique*. Edição do Departamento de Trabalho Ideológico. Maputo: Imprensa do Partido, 1978.

FRY, Peter. Culturas da Diferença: Sequelas das Políticas Coloniais Portuguesas e Britânicas na África Austral. In: *Afro-Ásia*, 29/30 (2003), pp. 271 – 316.

FUNADA-CLASSEN, Sayaka. *The Origins of the War in Mozambique*. A History of Unity and Division. Londres: African Minds, 2013.

GANHÃO, Fernando. *O papel da língua portuguesa em Moçambique*. Ministério da Educação e da Cultura, Maputo, 1979.

GOLIAS, Manuel. *Sistemas de Ensino em Moçambique: Passado e Presente*. Maputo: Editora Escolar, s/d.

GUTHRIE, Malcolm. Obituary: Wilfred Howell Whiteley. In: *Bulletin of the School of Oriental and African Studies*, Vol. 36, No. 1, 1973, pp. 119 – 125.

HANLON, Joseph. *Mozambique: The Revolution Under Fire*. Londres: Zed Books, 1984.

HEINE, Bernd. *Status and Use of African Lingua Francas*. Munique: Weltforum Verlag, 1970.

HERDER, Johann Gottfried. Essay on the Origin of Language. In: *Two Essays on the Origin of Language: Jean Jacques Rousseau and Johann Gottfried Herder*. Trad. Alexander Code. Chicago: University of Chicago Press, 1966.

HORNSBY, Charles. *Kenya: A History Since Independence*. Londres: I.B. Tauris, 2012.

IBHAWOH, Bonny; DIBUA, J. I. Deconstructing Ujamaa: The Legacy of Julius Nyerere in the Quest for Social and Economic Development in Africa. In: *African Journal of Political Science*, Vol. 8, No. 1, 2003, pp. 59 – 83.

ILIFFE, John. *Role of the African Association in the Formation and Realisation of Territorial Consciousness in Tanzania*. U.E.A. Social Science Conference, January 1968. Documento não publicado.

ISAACMAN, Allen & Barbara. *Mozambique: From Colonialism to Revolution, 1900 – 1982*. Boulder: Westview Press, 1983.

ISHAMO, Shubi. ‘A Symbol that Cannot be Substituted’: The Role of Mwalimu J. K. Nyerere in the Liberation of Southern Africa, 1955 – 1990. In: *Review of African Political Economy*, Vol. 27, n° 83 março/2000, pp. 81 – 94.

ISHAMO, Shubi. ‘A Symbol that Cannot be Substituted’: The Role of Mwalimu J. K. Nyerere in the Liberation of Southern Africa, 1955 – 1990. In: *Review of African Political Economy*, Vol. 27, n° 83 março/2000, pp. 81 – 94.

JAMAL, Badru. *A History of the Makonde migration to Mtwara from 1860s to 1960s*. Dissertação de Mestrado em História da Universidade de Dar es Salaam. Maio de 2015, 116 f.

JERNUDD, Björn H.; RUBIN, Joan. *Can Language Be Planned? Sociolinguistic theory and Practice for Developing Nations*. University Press of Hawaii, 1972.

JESUS, José Manuel Duarte de. *Eduardo Mondlane: Um Homem a Abater*. Coimbra: Edições Almedina, 2010.

KALMANLEHTO, Ida. *Mixed Domains and Multilingual Practices: an ethnographic study of Tanzanian university students' language use*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social na University of Tampere, 2014, 150f.

KANUWA, Juma Mabasa. *The Role Played by Tanzania in the Liberation Struggle of Southern Africa: The Case of Mozambique 1961 – 1974*. Dissertação de Mestrado em História da Universidade de Dar es Salaam. Outubro de 2003, 120 f.

LAITIN, David D. *Language Repertoires and State Construction in Africa*. Cambridge University Press, 1992.

LANGA, Aurélio Valente. *Memórias de um Combatente da Causa: o passado que levou o verso da minha vida*. Maputo: JV Editores, 2011.

LIESEGANG, Gerhard; TEMBE, Joel das Neves. *Subsídios para a Historia da UDENAMO e FRELIMO*, 2005. Disponível em: https://www.academia.edu/9800597/Da_Udenamo_a_Frelimo. Acesso em 19/01/2018.

LOPES, Armando Jorge. *Política Linguística: Princípios e Problemas*. Maputo: Livraria Universitária, 1997.

LOPES, Armando Jorge. *The Language Situation in Mozambique*, Journal of Multilingual and Multicultural Development, 19:5, 1998, pp. 440 – 486.

MACAGNO, Lorenzo. 1996. *Os Paradoxos do Assimilacionismo: ‘usos e costumes’ do colonialismo português em Moçambique*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. UFRJ. Rio de Janeiro, 1996.

MACAGNO, Lorenzo. *Outros Muçulmanos*. Islão e narrativas coloniais. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

MADEIRA, Ana Isabel (2007) *Ler, escrever e orar: Uma análise histórica e comparada dos discursos sobre a educação, o ensino e a escola em Moçambique, 1850 – 1950*. Tese de Doutorado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa.

MAMDANI, Mahmood. *Ciudadano y Súbdito: África contemporánea y el legado del colonialismo tardío*. Madrid: Siglo Vientiuno Editores, 1998.

MAMDANI, Mahmood. Making Sense of Political Violence in Post-Colonial Africa. In: *Socialist Register*, Vol. 39, 2003, pp. 132 – 151.

MAMDANI, Mahmood. *When Victims Become Killers: Colonialism, Nativism and the Genocide in Rwanda*. Princeton University Press, 2002.

MANGAO, A. J. *Migrant Labour in the Colonial Era: The Makonde Case of Newala District*. University of Dar es Salaam: Tanzania Economic History, 1980.

MANGHEZI, Nadja. *O Meu Coração Está Nas Mãos de um Negro: Uma História da Vida de Janet Mondlane*. Maputo: Centro de Estudos Africanos, 1999.

MARTINS, Helder. *Porquê Sakrani? Memórias de um médico numa guerrilha esquecida*. Maputo: Editorial Terceiro Milênio, 2001.

MAUGHAM, Reginald C. F. *Portuguese East Africa: The History, Scenery, & Great Game of Manica and Sofala*. Londres: Hazell, Watson and Viney LD., 1906.

MAZRUI, Alamin. *Swahili beyond the boundaries. Literature, Language and Identity*. Ohio University Press, 2007.

MAZRUI, Ali A. & Alamin M. *The Power of Babel: Language & Governance in the African Experience*. Chicago: University of Chicago Press, 1998.

MBWILIZA, J. F. *For Allah and Self: Classes, Ideology and Identity in Northern Mozambique*. Não publicado, 11/02/1982.

MEDEIROS, Eduardo da Conceição. *História de Cabo Delgado e do Niassa (1836 – 1929)*. Maputo: Central Imprensa, 1997.

MMARI, Geoffrey; LEGUM, Colin. *Mwalimu: The Influence of Nyerere*. London, British-Tanzania Society, 1995.

MONDLANE, Eduardo. *Lutar por Moçambique*. Lisboa: Sá da Costa, 1975.

MONDLANE, Janet Rae. *O Eco da Tua Voz*. Maputo: Imprensa Universitária, 2007.

MONDLANE, Janet. Janet Rae Mondlane (depoimento, 2009). Rio de Janeiro, CPDOC/FGV; LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL; IIAM, 2010. 20 pp.

MONTEIRO, Oscar. *De Todos se Faz um País*. Maputo: Associação dos Escritores Moçambicanos, 2012.

MOYD, Michelle. Swahili Language. In: *Encyclopedia of African History*, 2005, Vol. 1. pp. 1518 – 1519.

MUKHERJEE, Rila. Routes into the Present. In: *Narratives, Routes and Intersections in Pre-Modern Asia*. Nova Iorque: Routledge, 2017, pp. 36 – 63.

MULOKOZI, Mugyabuso M. (s/d). *Kiswahili as a National and International Language*. Disponível em: <http://www.chakita.org/documents/Kiswahili%20Mulokozi.pdf>. Acesso em 22/02/2017.

MULOKOZI, Mugyabuso M. Kalevala and Africa. In: *Nordic Journal of African Studies*, 1(2): pp. 71-80 1992.

MULOKOZI, Mugyabuso M. *Language, Identity and Pan-Africanism*. Paper prepared for the International Conference on “Interaction of African Cultures: Identity in African Arts and Literatures” Cairo, Egypt 1-3 June, 2015.

MWAKIKAGILE, Godfrey. *Nyerere and Africa: End of an Era*. New Africa Press, 3^a Ed, 2006.

NASCIMENTO, Augusto; ROCHA, Aurélio. A pluralidade dos nacionalismos em África. In: *Em Torno dos Nacionalismos em África*. Maputo: Alcance Editores, 2013, pp. 4 – 10.

NCOMO, Barnabé Lucas. *Uria Simango: Um homem, uma causa*. 2^a Edição. Maputo: Edições Novafrica, 2004.

NDELANA, Lopes Tembe. *Da UDENAMO à FRELIMO e à Diplomacia Moçambicana*. Maputo: Marimbique, 2012.

NEWITT, Malin. *A History of Mozambique*. Londres: C. Hurst & Co, 1995.

NGONYANI, Deo. Language Shift and National Identity in Tanzania. In: *Ufahamu: A Journal of African Studies*, n. 32, vol 2, 1995, pp. 69 – 92.

NGUNGA, Armindo. Literacy Campaigns in Mozambique: Why did they fail? In: *Language Matters: Studies in the Languages of Africa*. Vol. 30, Nº 1, 1999, pp. 147 – 156.

NGUNGA, Armindo. Monolingual education in a multilingual setting: The case of Mozambique. In: *Jornal of Multicultural Discourses*, Vol. 6, Nº 2, julho/2011, pp. 177 – 196.

OPELLO, Walter C. Pluralism and Elite Conflict in an Independence Movement: FRELIMO in the 1960s. In: *Journal of Southern African Studies*, No. 1 (Oct., 1975), pp. 66 – 82.

OSTROWER, Alexander. *Language, Law, and Diplomacy: A Study on Linguistic Diversity in Official International Relations and International Law*. Volume II. Londres: Oxford University Press, 1965.

PACHINUAPA, Raimundo (Coord.). *Memórias da Revolução: Colectânea de entrevistas de combatentes da Luta de Libertação Nacional*. Volume I. Maputo: Spectrum, 2011.

PACHINUAPA, Raimundo; GEMO, Pedro (Orgs.). *Sacrificados Para Criar Uma Nação: Entrevistas com os Combatentes da Luta de Libertação Nacional*. Volume II. Maputo: Nachingwea Editores, 2016.

PANZER, M. The Pedagogy of Revolution: Youth, Generational Conflict, and Education in the Development of Mozambican Nationalism and the State, 1962-1970. In: *Journal of Southern African Studies*, Vol. 35, Nº 4, dezembro/2009, pp. 803 – 820.

PANZER, Michael. *A Nation in Name, A 'State' in Exile: The FRELIMO Proto-State, Youth, Gender, and the Liberation of Mozambique 1962 – 1975*. Tese de Doutorado em História na State University of New York at Albany, 2013.

PENVENNE, Jeanne Marie. *African Workers and Colonial Racism: Mozambican Strategies and Struggles in Lourenço Marques, 1877 – 1962*. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1995.

PEREIRA, Matheus Serva. *Grandiosos Batuques: identidades e experiências dos trabalhadores urbanos africanos de Lourenço Marques (1890 – 1930)*. Tese de Doutorado em História Social, Universidade Estadual de Campinas, 2016.

POPPER, Geert. *The Origins of Mozambique's Liberalization: A Reassessment of Frelimo's Early Years*. Tese de Doutorado em História da University of Southern California, 2009.

PRATA, A. Pires. *A Influência da Língua Portuguesa sobre o Suahíli e Quatro Línguas de Moçambique*. Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidad y Modernidad-racionalidad”. In: BONILLO, Heraclio (ed.). *Los conquistados*. Bogotá: Tercer Mundo Ediciones; FLACSO, 1992, pp. 437-449.

REIS, João; MUIUANE, Armando Pedro. *Datas e Documentos da História da FRELIMO*. Maputo: Edição da Imprensa Nacional, 1975.

REYNER, Anthony S. Reyner. Tanganyika: The World's Newest Country. In: *World Affairs*, Vol. 125, No. 1 (Spring, 1962), pp. 19 – 24.

RITA-FERREIRA, António. *Os Africanos de Lourenço Marques*. Lourenço Marques: Separata de Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique, Série C (Ciências Humanas) 1967/1968.

ROBERTS, George. *The assassination of Eduardo Mondlane: FRELIMO, Tanzania, and the politics of exile in Dar es Salaam*. Cold War History, 2016, DOI: 10.1080/1482746.2016.1246542.

ROBINSON, David Alexander. *Curse on the Land: A History of the Mozambican Civil War*. Tese de Doutorado em História da University of Western Australia, 2006.

ROCHA, Aurélio. A “Questão Nacional” em Moçambique. In: *Em Torno dos Nacionalismos em África*. Maputo: Alcance Editores, 2013, pp. 121 – 158.

ROCKEL, Stephen J. Tanganyika (Tanzania): Early Nineteenth Century. In: *Encyclopedia of African History*, 2005, Vol. 1. pp. 1531 – 1533.

ROSAS, Fernando; MACHAQUEIRO, Mário; OLIVEIRA, Pedro Aires. *O Adeus ao Império: 40 Anos de Descolonização Portuguesa*. Lisboa: Nova Vega, 2017.

ROY, Mathieu. *Mathias E. Mnyampala (1917-1969): Poésie d'Expression Swahilie et Construction Nationale Tanzanienne*. Tese de Doutorado em Estudos Africanos, Institut National des Langues et Civilisations Orientales, 2013.

SA, Eleuthera. *Language Policy for Education and Development in Tanzania*, pp. 1 – 28. Disponível em: www.swarthmore.edu/sites/default/files/assets/documents/linguistics/2007_sa_eleuthera.pdf. Acesso em 15 de novembro de 2017.

SAMUELS, Michael A. The FRELIMO School System. In: *Africa Today*, Vol. 18, No. 3, China and Africa (Jul., 1971). pp. 69 – 73.

SANSONE, Livio. Eduardo Mondlane and the social sciences. In: *Vibrant*, Vol. 10 n. 2. pp. 73 – 111.

SAUER, Charles A. The place of the Vernacular in Colonial Education. In: *The Modern Language Journal*, Vol. 27, No.3 (Mar., 1943), pp. 180 – 183.

SAUL, John. *Mozambique: Memoirs of a Revolution*. London: Penguin African Library, 1974.

SAÚTE, Alda Romão. *O intercâmbio entre os moçambicanos e as missões cristãs em Moçambique*. Maputo: Editora Promedia, 2005.

SCHNEIDMAN, Witney W. *American Foreign Policy and the Fall of the Portuguese Empire 1961 – 1976*. 525 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – University of Southern California, 1984.

SCHNEIDMAN, Witney. FRELIMO's Foreign Policy and the Process of Liberation. In: *Africa Today*, Vol. 25, Nº 1, março/1978, pp. 57 – 67.

SHAMUYARIRA, N. M. *Essays on the Liberation of Southern Africa*. University of Dar es Salaam, Studies in Political Science No. 3. Dar es Salaam: Tanzania Publishing House, 1975.

SHILLINGTON, Kevin (ed.). *Encyclopedia of African History*. Volume 1 A – G. New York: Taylor & Francis, 2005.

SILIYA, Carlos Jorge; ZIMBA, Benigna; THEMBA, Páscoa. *Simpósio 50 Anos da FRELIMO: 1962 – 2012 Fontes Para a Nossa História*. Maputo: Movimento Editora, 2012.

SIMANGO, Uria T. *The Gloomy Situation in FRELIMO*. CEA-UEM, Pasta Nº 967.5 23/D. Documento não publicado.

SIMPSON, Andrew (org.). *Language and National Identity in Africa*. Oxford University Press, 2008.

STURMER, Martin. *The Media History of Tanzania*. Ndanda Mission Press: 1998.

TAASISI YA TAALUMA ZA KISWAHILI. *Kamusi ya Kiswahili – Kiingereza*. Toleo la Pili. Dar es Salaam: Chuo Kikuu cha Dar es Salaam, 2014.

TEMBE, Joel das Neves & LIESEGANG, Gerhard. *Subsídios para a História da UDENAMO e FRELIMO: Da fundação e dos planos de fusão da UDENAMO e MANU à revolta da base da UDENAMO em Junho de 1962 e o resurgimento deste partido em 1963: Um plano e primeiros resultados da recolha de fontes para permitir uma leitura sociológica*. Disponível em: http://www.academia.edu/9800597/Da_Udenamo_a_Frelimo. Acesso em 05/10/2017.

TEMBE, Joel das Neves (Coord.). *História da Luta de Libertação Nacional*. Volume I. Maputo, Imprensa Universitária, s/d.

TEMBE, Joel das Neves. *Uhuru na Kazi: recapturing MANU nationalism through the archive*. In: *Kronos*, Vol. 39, nº 1, Jan. 2013, pp. 257 – 279.

THIONG’O, Ngugi Wa. *Moving the Centre: The Struggle for Cultural Freedoms*. Nairobi: East African Educational Publishers, 1993.

THIONG’O, Ngugi Wa. *Remembering Africa*. Dar es Salaam: East African Educational Publishers, 2009.

THOMAZ, Omar Ribeiro. Contextos Cosmopolitas: Missões Católicas, Burocracia Colonial e a Formação de Moçambique (Notas de uma Pesquisa em Curso). In: *Estudos Moçambicanos*, no. 19, 2002b, pp. 27 – 59.

THOMAZ, Omar Ribeiro. *Ecos do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Fapesp, 2002a.

THOMAZ, Omar Ribeiro; CASTELO, Cláudia; NASCIMENTO, Sebastião; CRUZ E SILVA, Teresa (orgs.). *Os Outros da Colonização*. Ensaio sobre o colonialismo tardio em Moçambique. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012.

TOPAN, Farouk. Tanzania: The Development of Swahili as a National and Official Language. In: *Language and National Identity in Africa*. Oxford University Press, 2008. pp. 252 – 266.

TUMBO, Zubeida Ntongase Zuberi. *The Role of Language in the Struggle for Liberation in Africa: A Comparative Study of Tanzania and Mozambique Situations*. Dissertação de Mestrado em Estudos de Desenvolvimento na Universidade de Dar es Salaam, 1976, 153 f.

VANSINA, Jan; ADENAIKE, Carolyn Keyes. *In Pursuit of History: Fieldwork in Africa*. Oxford: James Currey, 1996.

Vários autores. *Language Use and Social Change*. Londres: Oxford University Press, 1971.

VELOSO, Jacinto. *Memórias em Voo Rasante*. Maputo: JV Editores, 3ª Ed., 2011.

VIEIRA, Sérgio. *Participei, Por Isso Testemunho*. Maputo: Editorial Ndjira, 2010.

VRYONIS, Speros. *Bizâncio e a Europa*. Lisboa: Editorial Verbo, 1967.

WEISS, Barbara Odebrecht. *A Guerra das Línguas na Imprensa Sionista de Língua Alemã (1897 – 1914): um debate em perspectiva histórica*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, 2010, 129 f.

WEST, Harry G. "This Neighbor is Not My Uncle!": Changing Relations of Power and Authority on the Mueda Plateau. In: *Journal of Southern African Studies*, Vol. 24, No. 1, (Mar., 1998), pp. 141 – 160.

WHEELER, Douglas L. A Document for the History of African Nationalism: A Frelimo "White Paper" by Dr. Eduardo C. Mondlane (1920-1969). In: *African Historical Studies*, Vol. 2, No. 2 (1969), pp. 319 – 333.

WHITELEY, Wilfred. *Swahili: The Rise of a National Language*. Londres: Methuen & CO, 1969.

ZAMPARONI, Valdemir. Monhés, Baneanes, Chinas e Afro-maometanos. Colonialismo e racismo em Lourenço Marques, Moçambique, 1890-1940. In: *Lusotopie*, 2000, pp. 191 – 222.